

REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 19	n. 2	283 p.	Agosto 2022
----------------	-----------	-------	------	--------	-------------

DIRETORIA DO GEL / 2021-2023 (USP)

Presidente: Prof. Dr. Marcelo Módolo

Vice-Presidente: Prof. Dr. Alexander Yao Cobbinah

Secretária: Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

Tesoureira: Profa. Dra. Marcelli Cherchiglia Aquino

REVISTA DO GEL

revistadogel@gel.org.br | <https://revistas.gel.org.br/rg>

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto, Prof. Dr. Eduardo Penhavel, Prof. Dr. Oto Araújo Vale,
Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio e Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Marcelo Módolo

PROJETO GRÁFICO

Prof. Dr. Matheus Nogueira Schwartzmann

REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, EDIÇÃO E ARTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (UNICAMP), Carlos Subirats Rüggeberg (Universitat de Barcelona), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC/RJ), Evani Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Marco Antonio de Oliveira (PUC/MG), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP/FCLAr), Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (The University of Texas), Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla (USP), Otto Zwartjes (University of Amsterdam), Pierre Swiggers Katholieke (Universiteit Leuven), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Coelho Marchezan (UNESP/FCLAr) e Wilmar da Rocha D'Angelis (UNICAMP).

Catálogo na Publicação elaborada por

Gildenir Carolino Santos (CRB-8ª/5447)

Revista do GEL. – v.1, n.1 (2004-). – São Paulo, SP: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2002-
1 recurso digital : il.

Periodicidade quadrimestral desde volume 13, 2016 (atual).

Periodicidade semestral até volume 12, 2015.

Periodicidade anual até 2006.

e-ISSN 1984-591X (online).

Publicada no formato impresso ed. especial n. 0, 2002.

Disponível online a partir do volume 1, 2004.

Título abreviado: Rev. GEL

Preservada digitalmente no LOCKSS.

Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

1. Linguística (Teoria e análise) – Periódicos. 2. Linguística aplicada – Periódicos. 3. Literatura – Periódicos. I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

20-018

CDD: 410.05

CDU: 81 (05)

SUMÁRIO / CONTENTS

APRESENTAÇÃO	6
Marcelo Módolo	
SYNTACTIC ALIGNMENT AND IDENTIFICATION OF THETA-ROLE SUBGROUPS IN MEHINÁKU STATIVE VERBS	9
<i>PREDICADO VERBAL E ALINHAMENTO SINTÁTICO EM MEHINÁKU: DISCUSSÕES E HIPÓTESES PRELIMINARES</i>	
Paulo Henrique de Felipe	
PANDEMIA E MEMÓRIA DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA DE ESTADO. APONTAMENTOS SOBRE A DEMANDA DE VERDADE E DE RESPONSABILIZAÇÃO	32
<i>PANDEMIC AND DISCURSIVE MEMORY OF STATE VIOLENCE. CONSIDERATIONS ON THE DEMAND FOR TRUTH AND ACCOUNTABILITY</i>	
Adrian Pablo Fanjul	
ENTOAÇÃO GRAMATICAL E AFETIVA: COMPARAÇÃO ENTRE PESSOAS COM ESQUIZOFRENIA E ENTRE OS GÊNEROS SEXUAIS	57
<i>GRAMMATICAL AND AFFECTIVE INTONATION: COMPARISON BETWEEN PEOPLE WITH SCHIZOPHRENIA AND BETWEEN GENDERS</i>	
Waldemar Ferreira Netto, Marcus Vinicius Moreira Martins, Ana Aparecida Jorge, Juan Costa Carreiro e Mariana Nitzschke Padilha	
THE NATURE AND EMERGENCE OF THE LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA ACCORDING TO MUFWENE'S LANGUAGE ECOLOGY MODEL	75
<i>A NATUREZA E O SURGIMENTO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA, SEGUNDO O MODELO DE ECOLOGIA LINGUÍSTICA DE MUFWENE</i>	
Thomas Finbow	
AQUISIÇÃO FONOLÓGICA: DESCRIÇÃO DOS DADOS DE FALA DE CRIANÇAS COM DESENVOLVIMENTO TÍPICO	113
<i>PHONOLOGICAL ACQUISITION: DESCRIPTION OF SPEECH DATA OF CHILDREN WITH TYPICAL DEVELOPMENT</i>	
Amanda Jorge e Vanessa Giacchini	

SOBRE A ETIMOLOGIA DE “MALACACHETA”	139
<i>ON THE ETYMOLOGY OF “MALACACHETA”</i>	
Bruno Maroneze, Mário Eduardo Viaro, Daniel Atencio e Marcelo Módolo	
SINTAXE HISTÓRICA DO INFINITIVO PORTUGUÊS: A ORAÇÃO SUBORDINADA SUBSTANTIVA OBJETIVA DIRETA REDUZIDA DE INFINITIVO	156
<i>HISTORICAL SYNTAX OF THE PORTUGUESE INFINITIVE: THE DIRECT OBJECTIVE SUBSTANTIVE CLAUSE REDUCED FROM THE INFINITIVE</i>	
Marcos Martinho	
A IMPORTÂNCIA DA (RE)ESCRITA ORIENTADA PARA A APROPRIAÇÃO DA ESCRITA ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE	196
<i>THE IMPORTANCE OF (RE)WRITING ORIENTED TO THE APPROPRIATION OF ACADEMIC WRITING AT UNIVERSITY</i>	
Sibely Oliveira Silva	
A ESCRITA E A LEITURA INFANTIL: EFEITOS DO OUTRO/OUTRO NA TRAVESSIA DA CRIANÇA PELA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA	218
<i>CHILDREN’S WRITING AND READING: EFFECTS OF THE OTHER/OTHER IN THE CHILD’S TRAVERSE THROUGH THE ACQUISITION OF WRITTEN LANGUAGE</i>	
Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho	
"ELE ME CHAMOU DE COMEDOR DE BURRITO": XENOFOBIA, IMPOLIDEZ E AMEAÇA À FACE DE IMIGRANTES LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS	240
<i>“HE CALLED ME A BURRITO EATER”: XENOPHOBIA, IMPOLITENESS AND FACE-THREATENING OF LATIN IMMIGRANTS IN THE UNITED STATES</i>	
Fernanda Vieira da Rocha Silveira e Gabriella dos Santos Ferreira	
SOUZA, Luisandro Mendes de. Como uma língua funciona?: fundamentos (muito básicos) de linguística . 1. ed. Campinas: Mercado de Letras / Abralín, 2021. 167 p. Resenha.	264
Clóvis Luiz Alonso Júnior	
ÍNDICE DE ASSUNTOS	279
SUBJECT INDEX	281
ÍNDICE DE AUTORES	283

APRESENTAÇÃO

Este segundo número do volume dezenove da *Revista do GEL* apresenta dez novos artigos e uma resenha crítica. Nesses onze estudos, são discutidas diferentes materializações do fenômeno linguístico por meio de análises diversas.

Em “Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs”, Paulo Henrique de Felipe apresenta uma primeira análise do alinhamento sintático na língua Mehináku (Arawak), a fim de evidenciar o comportamento dessa língua em termos de seus diferentes predicados verbais e dos argumentos que estes predicados tomam.

No texto “Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização”, Adrián Pablo Fanjul, com base no quadro teórico-metodológico da análise materialista do discurso, parte da hipótese de que, pelos alcances letais da pandemia de covid-19 no Brasil, as formulações de exigência de responsabilização do poder público são atravessadas por uma memória discursiva de lutas anteriores por justiça contra agentes da violência de estado na América Latina. O autor identifica traços dessa relação interdiscursiva em depoimentos de familiares organizados e em manifestações públicas de outros agrupamentos.

O artigo “Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais”, de Waldemar Ferreira Netto, Marcus Vinicius Moreira Martins, Ana Aparecida Jorge, Juan Costa Carreiro e Mariana Nitzschke Padilha, analisa a denominada prosódia afetiva e gramatical com base no modelo do aplicativo ExProsodia. Para isso, os autores extraem parâmetros relacionados à produção dessa prosódia e comparam os resultados obtidos entre sujeitos com esquizofrenia e os sujeitos do grupo controle, estes divididos pela variável autodeclarada gênero (masculino e feminino).

Mudada a perspectiva para ecologia linguística e crioulização, Thomas Finbow, em “The nature and emergence of the *Língua Geral Amazônica* according to Mufwene’s Language Ecology model”, aborda dois aspectos da língua geral amazônica (LGA). Primeiro, propõe que o termo técnico em português “língua geral” foi inspirado pelas práticas administrativas nas colônias da América espanhola e que, dado seu uso contemporâneo, deveria ser entendido de modo funcional como qualquer variedade tupi-guarani mutuamente compreensível com o Tupi Antigo colonial, antes que uma variedade que tenha sofrido certa modificação estrutural ou que tenha se tornado a norma de determinado grupo étnico ou social, como outros pesquisadores já defenderam.

A seguir, analisa duas hipóteses recentes que tratam o surgimento da LGA como crioulização (VIEIRA; ZANOLI; MODOLO, 2019; ARGOLO, 2019).

Amanda Jorge e Vanessa Giacchini, no artigo “Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico”, caracterizam a aquisição fonológica típica em crianças residentes na cidade de Natal (RN). Entende-se como aquisição fonológica típica aquela com padrão de desenvolvimento ocorrido de maneira não linear, com regressões de uso e influenciada por fatores biológicos e ambientais. Há poucos estudos sobre essa temática na região Nordeste do Brasil, especificamente na cidade de Natal (RN).

A etimologia de um mineral é o tema da reflexão “Sobre a etimologia de malacacheta”. Os autores Bruno Oliveira Maroneze, Mário Eduardo Viaro, Daniel Atencio e Marcelo Módolo revisitam a etimologia dessa palavra, nome genérico de diversos minerais, que muitos dicionários tratam como sinônimo de “mica”. Com base em dados coletados em textos de épocas anteriores, aventam duas hipóteses: uma nova, de que o vocábulo é cognato de “marcassita”, nomenclatura de outro mineral que pode ter sido confundido com a malacacheta; e outra de que a palavra é relacionada ao nome do povo indígena Maxakali, que habita certas regiões do estado de Minas Gerais. A hipótese nova torna-se a mais provável, haja vista “marcassita” ser forma divergente de “*marcaxeta”, portanto com o mesmo étimo árabe. Da forma hipotética “*marcaxeta” viriam “marcacheta”, “maracaxeta” e a forma atual “malacacheta”, referindo-se a diversos tipos de minerais (atualmente denominados de “talco”, “micas” e “muscovita”), enquanto o antigo sentido genérico de “marcassita” se especificou.

Na sequência, em “*Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo*”, Marcos Martinho confronta duas construções portuguesas: a de verbo causativo ou sensitivo e a de verbo declarativo ou opinativo com nome/pronome e infinitivo. Primeiro, procura mostrar, à luz da gramática sincrônica, duas diferenças entre as construções: que o nome/pronome e infinitivo constituem oração (subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo) na segunda construção, mas não na primeira; e que, quando se emprega pronome pessoal, este apresenta forma reta na segunda construção e oblíqua na primeira. Em seguida, o autor investiga, à luz da gramática diacrônica, as causas dessas diferenças, que têm suas raízes no latim. Finalmente, ilustra o uso de ambas as construções em nove textos portugueses elaborados entre os séculos XIII e XVI.

“A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade”, de Sibely Oliveira Silva, discute a importância da (re)escrita orientada na universidade e objetiva descrever as implicações da reescrita textual na e para a apropriação da escrita acadêmica.

No penúltimo artigo, “A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita”, Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho discute a escrita e a leitura infantil, recortando-se o efeito do outro (alteridade) e do Outro (alteridade radical) na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita. Nesse sentido, esse estudo filia-se ao interacionismo em aquisição de linguagem, conforme proposição da pesquisadora brasileira Cláudia de Lemos, que, fundamentada na linguística estruturalista de base europeia e na psicanálise lacaniana, concebe a aquisição de linguagem como consequente à mudança de posição da criança em relação ao outro, à língua e à própria criança.

Arrematando a sequência de artigos, há “‘Ele me chamou de comedor de burrito’: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos”, de Fernanda Vieira da Rocha Silveira e Gabriella dos Santos Ferreira. Esse artigo aborda a xenofobia nas interações comunicacionais entre estadunidenses e imigrantes latinos nos Estados Unidos por meio da impolidez no discurso e analisa sua influência na ameaça à face desse grupo de imigrantes.

Finalizamos esse número com o texto “E, por falar em ciência: resenha crítica de ‘Como uma língua funciona?’” de Luisandro Mendes de Souza, elaborado por Clóvis Luiz Alonso Júnior.

Esses trabalhos – reunidos e dispostos em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor (ou do primeiro autor) no corpo da revista, salvo a resenha que segue no final do volume – apontam para diferentes vertentes do pensamento acerca da linguagem e dialogam com linhas de pesquisa constantemente presentes nos dezoito volumes da *Revista do GEL* já publicados. Reiteram, também, o compromisso com a diversidade e a qualidade do pensamento acadêmico em nossos campos de estudo, sendo, portanto, índices de caminhos já trilhados e, ao mesmo tempo, potencialmente produtivos para o desenvolvimento de investigações que contribuam para a construção de um pensamento, em todos os sentidos, inovador e revigorante.

Mais uma vez, agradeço à Letraria e a todos os seus colaboradores, a Milton Bortoleto – nosso auxiliar editorial –, aos autores e aos pareceristas, cujos ânimo e contínua resistência têm dado prosseguimento a este importante projeto científico.

Excelente leitura a todos!

Marcelo Módolo,
Editor da *Revista do GEL*.

São Paulo, 23 de maio de 2023.

SYNTACTIC ALIGNMENT AND IDENTIFICATION OF THETA-ROLE SUBGROUPS IN MEHINÁKU STATIVE VERBS

Paulo Henrique DE FELIPE¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3412>

Abstract: In this work, I present a first analysis of the syntactic alignment in the Mehináku (Arawak) language to show how this language behaves in terms of its different verbal predicates and the arguments that these predicates take. I argue that this language tends to manifest an active-stative alignment (or split ergativity, as proposed by Aikhenvald (1999, 2001, 2002, 2018, 2019) for other Arawak languages), since it is the semantic type of the verb that determines which type of argument functioning as subject will be taken and, moreover, in what syntactic position this argument will appear. I show that transitive verbs, agentive intransitives, non-agentive intransitives, and most stative intransitive verbs (type 1) align in the same way, taking as subject one of the pronominal proclitics of the language positioned *before* the verb, while a small portion of the stative intransitive verbs (type 2) align with the direct object of the transitive verb since it takes as its subject the full pronouns of the language positioned *after* the verb. Furthermore, I show that the subject of the transitive verb (A) and the subjects of the agentive, non-agentive, and type 1 intransitive verbs are marked with the thematic role of agent or experiencer, while, in turn, the object of the transitive verb and the subject of the intransitive verb of type 2 (So) are marked with the thematic role of theme or patient.

Keywords: Syntactic alignment. Theta-role. Stative verbs. Mehináku language.

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil; pauloh2sp@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-6607-5417>

PREDICADO VERBAL E ALINHAMENTO SINTÁTICO EM MEHINÁKU: DISCUSSÕES E HIPÓTESES PRELIMINARES

Resumo: Apresento, neste trabalho, uma primeira análise do alinhamento sintático na língua Mehináku (Arawak), a fim de evidenciar como se comporta essa língua em termos de seus diferentes predicados verbais e dos argumentos que estes predicados tomam. Defendo que esta língua tende a manifestar um alinhamento ativo-estativo (ou de ergatividade cindida, como propõe Aikhenvald (1999, 2001, 2002, 2018, 2019)), uma vez que é o tipo semântico do verbo que determina que tipo de argumento em função de sujeito será tomado e, mais ainda, em que posição sintática esse argumento irá figurar. Mostro que verbos transitivos, intransitivos agentivos, intransitivos não-agentivos e a maioria dos verbos intransitivos estativos (tipo 1) se alinham da mesma forma, tomando como sujeito um dos proclíticos pronominais da língua que se posiciona antes do verbo, enquanto uma pequena parcela dos verbos intransitivos estativos (tipo 2) se alinha com o objeto direto do verbo transitivo, já que toma como sujeitos os pronomes plenos da língua, que se posicionam após o verbo. Além disso, mostro que o sujeito do verbo transitivo (A) e os sujeitos dos verbos intransitivos agentivos, não-agentivos e intransitivos do tipo 1 são marcados com o papel temático de agente ou experimentador, enquanto, por sua vez, o objeto do verbo transitivo e o sujeito do verbo intransitivo do tipo 2 (So) são marcados com papel temático de tema ou paciente.

Palavras-chave: Alinhamento sintático. Papel-temático. Verbos estativos. Língua Mehináku.

1. Introduction

The aim of the paper is to present a first attempt at describing the syntactic alignment in Mehináku. This work is the result of the grammatical description of this language that I developed during my doctorate (DE FELIPE, 2020c), and it helps to fill the gap that exists in the scientific knowledge of the Arawak Xinguan languages, especially in terms of their syntax, which lacks any further description. In the classification of Arawak languages proposed by Aikhenvald (1999), for example, although the Pareci-Xingu group is one of the main branches of the family, the Xingu subgroup - which includes the Mehináku, Wauja, and Yawalapiti languages - is very little described or known despite the high degree of vulnerability of these languages (MOSELEY, 2010). The Mehináku and Wauja languages have around 300 to 400 speakers each (DE FELIPE, 2020c; POSTIGO, 2014), while Yawalapiti is practically extinct with around 3 speakers.²

² Aikhenvald's (1999) classification, for example, already considers Yawalapiti as extinct.

The linguistic production available on the Xinguan Arawak languages is limited to papers and dissertations that provide preliminary grammatical descriptions of topics in phonology and morphology. For Wauja and Yawalapiti, there are available works by Carvalho (2016a/b/c); Corbera Mori (2004, 2010, 2012); Jackson and Richards (1966); Mujica (1992); Postigo (2014); and Richards (1973, 1977, 1988), Richard and Jackson (1960). On Mehináku, specifically, the available works are limited to a set of word lists (MARTIUS, 1961 [1895], 1863; STEINEN, 1940 [1886]); a master's thesis on introductory aspects of phonology (SILVA, 1990); and articles on aspects of phonology and morphology (CARVALHO, 2015; AWETI, 2014; CÂMARA-CABRAL *et al.*, 2014; CORBERA MORI, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012; MEHINÁKU; FRANCHETTO, 2015; CORBERA MORI; DO CARMO FERREIRA, 2019; DE FELIPE, 2020a, 2020b, 2020c, 2019, 2018a, 2018b).³

De Felipe (2020c) was the first work to describe some syntactic issues and give a broader view of various grammatical aspects of the Mehináku language. There is no comprehensive audiovisual record of any of the Arawak languages of the Xingu subgroup, nor are there dictionaries, reference grammars, pedagogical grammars, collections of transcribed texts, or any more in-depth syntactic analysis, especially on the issue of alignment, which is important to linguistic comparison and to understanding how the languages of the family are organized. During my last period of fieldwork, I collected videos of stories and elicited some data that currently represents the only corpus recorded in the Mehináku language in open access. In view of these issues, and above all in light of the vulnerability and imminent risk of these languages disappearing, it is essential and urgent to continue research involving the linguistic description of these languages, such as the one I present in this paper.

2. Data collection and research methodology

The examples presented in this work come from the collection of language data carried out during my fieldwork between 2016 and 2019 and the subsequent treatment of this data in terms of translation, transcription, and glossing. These data were collected in the Utawana village (see §3) and translated and analyzed with the help of five bilingual

³ It is also important to highlight that, although I mentioned only the linguistic production about the Mehináku, given the purpose of the paper, some works with an anthropological bias on this language deserve full recognition, including: Gregor (1982), whose work "Mehináku: the drama of daily life in an Upper Xingu village" is inaugural in terms of a broader description of the social life of the Mehináku people; and Costa (1986, 1988, 1997); Galvão (1950, 1953); Gregor (1963, 1970, 1977, 1988, 1994, 2001, 2002); and Medeiros (1993). Other linguistic-anthropological works with other Xinguan Arawak languages, such as Ball (2007, 2008, 2011, 2014), and Ireland (1991), for example, are also noteworthy, as they contribute to the linguistic comparison between Mehináku and its sister languages.

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

(*Portuguese-Mehináku*) collaborators, who made up the work team and whom I thank in advance: *Waxamani Mehináku*, *Yutá Mehináku*, *Kauruma Mehináku*, *Wayeru Mehináku*, and *Assalu Mehináku*.

Unfortunately, it was not possible to carry out extensive and in-depth linguistic training of the indigenous collaborators due to the limited budget available for fieldwork and permanence in the village. The entire cost of travel, including staying in the village, materials used for data collection, and payment of Mehináku collaborators, both those who only provided the data and those who provided the data and helped in the translation (the aforementioned work team), was covered only with financial resources from the researcher's doctoral grant, financed by *The São Paulo Research Foundation – FAPESP* (Process: 2016/18391-4). Despite this, I did preliminary training with the speakers, guiding them on how to identify words and morphemes in their language, segment words into smaller meaningful units, and understand the grammatical meanings of these units (morphemes, especially). For the training of speakers, I used as a theoretical basis Maia's (2006) book "*Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*" (Linguistics Manual: Material for the Training of Indigenous Teachers').

Data collection comprised two stages: (i) recording of speech samples from stories, daily reports, songs, and speeches of indigenous leaders; and (ii) lexical and grammatical elicitation of the data. The examples that I present in this work, when taken from traditional stories, songs, or personal reports, are identified with the name of the story in parentheses at the end of the translation of the example. In collaboration with the indigenous people, I partially translated a set of stories. These stories were then analyzed and glossed. The indigenous collaborators used the *ELAN* software to segment and translate the stories, while the researcher, with the help of the collaborators, checked the translation and performed the theoretical analysis of the data.

In all fieldwork, I collected 14 traditional stories and eight personal accounts from the speakers (such as accounts of their marriages, moving villages, fights between them, etc.), in addition to several excerpts from everyday conversations. Only a small part of this data is completely translated and glossed. The traditional stories from which the excerpt used as an example in this paper are: (i) *Itxuna* 'timbó' (a plant used to stun fish), story of timbó, who became a woman; (ii) *Kukühü* 'manioc worm', story of the little manioc worm that makes people sick when touched; (iii) *Walama* 'anaconda', story of the man who became an anaconda; and (iv) *Yanumaka Yalaki* 'black jaguar', story of the black jaguar who lives at the bottom of the river.

Elicitation was performed based on questionnaires for specific elicitation purposes, as suggested by Samarin (1967), Kibrik (1977), Payne (1997), Vaux and Cooper (1999), Dixon (2007), and others. I also considered the suggested research questions presented by “The Language Descriptive Studies Questionnaire” (COMRIE; SMITH, 1977). The interlinear glossing of text follows the parameters of “The Leipzig Glossing Rules”, developed by the Department of Linguistics of the Max Plank Institute of Evolutionary Anthropology in Leipzig.

Each fieldwork lasted approximately 20-30 days. The analysis presented in this paper is preliminary, as it is a first attempt to understand syntactic alignment in Mehináku. More data is needed for the complete identification of this phenomenon, as well as it is still necessary to translate most of the stories already collected, which is why I apologize in advance for any lack of more in-depth data on syntactic alignment in the language. I intend to seek greater funding to carry out more extensive fieldwork, which will allow for adequate training of indigenous collaborators and a more detailed description of the language.

3. The Mehináku people and their language

The Mehináku⁴ (or *Imiehünaku*⁵, as this people calls itself) Indians of central Brazil are one of several peoples living along the Xingu River, one of the great tributaries of the Amazon (GREGOR, 1982). The Mehináku people, speaking the Mehináku language, are inhabitants of the cultural area known as the Upper Xingu (in Mato Grosso State, Brazil), and are part of a large complex of peoples who share many similarities - especially in relation to culture - but have distinct languages and histories (ISA, 2006).

According to Corbera Mori (2008), unlike some other indigenous peoples, in the case of the Mehináku, there is a close correlation between the population size and the number of speakers. All members of the Mehináku villages speak their traditional language. Men over 60 are monolingual, speaking only the indigenous language. Similarly, older women speak only Mehináku. Some younger women understand Portuguese but speak very little. Many young men, by contrast, speak Portuguese with some fluency. However,

4 ISO code: 639-3 mmh/ Glottolog code: mehi1240. Latitude: -12.5423/ Longitude: -53.2403.

5 The name “Mehináku”, by which they are currently known, is the result of phonological accommodation to Portuguese due to the difficulty of non-indigenous people to pronounce the sounds of this language, especially the central vowel [i], orthographically represented by <ü>. The [i] following the nasal consonant is not the syllable nucleus but the spelling result of a palatalization of [m] when preceded by [i], as in [i.mje.hinaku].

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

when they go out to sell handicrafts in cities like Campinas, São Paulo, and Brasília, among others, they like to speak in their own language.

The Mehináku people currently live in four villages: Uyaipiyuku, the largest among the four; Utawana, the second largest; Kaupüna; and Aturua. The Utawana village is the closest to the urban perimeter - located about 35 kilometers from the city of Gaúcha do Norte (MT) - and maintains a certain proximity to the Kaupüna and Aturua villages, so it is possible to move from one to the other quickly - by car during the low river or by boat during the flood period. The Uyaipiyuku village is the farthest from the urban perimeter and is situated approximately 4 hours by boat from the Utawana village.

In my last fieldwork, I noticed a political split taking place in the Utawana village which, seems to be triggering a geographical subdivision of that village. Indigenous people agree, for example, that there are two villages in Utawana: Utawana village, which is larger and where the circle with 11 traditional Xinguan houses is located; and Kurisevo village, named for the river to which it is closer than the Utawana village, where about 7 or 8 families live in houses generally made of wood. Given the Mehináku migration trajectory, which evidences an intense change of villages due to conflicts and socio-political issues, it is possible that in the not-too-distant future, the total number of Mehináku villages could perhaps increase to five.

Regarding Mehináku demography, there is no consensus among researchers on the exact current number of indigenous people of this ethnicity living in the aforementioned villages, and the numbers may vary between 200 (MOSELEY, 2010), 300 (CORBERA MORI, 2011, 2012), and 350 (AWETÍ, 2014). In De Felipe (2020c), I presented an approximate number of 400 people, but in a recent survey, I conducted a recount, excluding from the total indigenous people of other ethnicities who live among the Mehináku (mainly because of marriages), and the total number of indigenous people suffered a sharp drop. The current number of indigenous people living in the four Mehináku villages is approximately 326 (see De Felipe, 2020c, p. 46-64).

The Mehináku language belongs to the Arawak family. In Aikhenvald's classification (1999, p. 67-70), the Mehináku, together with the Wauja and the Yawalapiti, is included in the Pareci-Xingu group, Xingu subgroup.

4. Arawak languages and syntactic alignment

Aikhenvald (1999, 2002, 2018, and 2019) argues that all Arawak languages are highly polysynthetic, with few prefixes and many suffixes. For Aikhenvald (2018, p. 15), the

essence of split-ergative marking (split-ergative or active-stative) in Arawak languages is the following: the subject of an intransitive verb (S) can be marked/expressed differently depending on the meaning of the verb: the subject of the stative intransitive verb (S) - that is, that verb that refers to states (being rich, being poor), qualities (good, bad), and uncontrolled actions (crying, remembering, forgetting) - is marked in the same way as the object of the transitive verb (O). This subject is referred to as (So), where “o” refers to the object of the transitive verb (i.e., to the similarity of marking between the stative verb argument and the transitive verb object).

On the other hand, the subject of the active intransitive verbs (S) - a group that includes verbs that indicate controlled actions, including movement (go, stay, arrive) - is marked in the same way as the subject of the transitive verb (A). This subject is referred to as (Sa), where “a” refers to the agent subject of the transitive verb (i.e., to the similarity of marking between the subject of the active intransitive sentence and the agentive subject of the transitive). It is also common in Arawak languages for the object marking of transitive verbs to be done through suffixes or enclitics on the verb.

Mehináku is in fact an active-stative language, as Aikhenvald argues, since the meaning of the verb determines the type of syntactic agreement established in this language, but there is a fundamental difference between the classes of intransitive verbs, as I show in the following sections.

5. Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

It is necessary to present the set of pronouns in Mehináku - which is essential for the development of the argument that I will make throughout the paper - before dealing with the verbal predicate and the syntactic alignment itself.

In Mehináku, as in other Arawak languages (PAYNE, 1991; AIKHENVALD, 1999), there is only one set of personal pronouns that encode the categories of person (1, 2, and 3) and number (singular and plural). Although the verb meaning is an important parameter in argument type selection, both verbs denoting more control and less control, and even nouns and postpositions, will receive the same set of proclitics, represented by the forms I present below (cf. Table 1). This set is composed of free pronouns and their respective procliticized forms, which differ as to the word class they are attached to: if the procliticized forms are attached to nouns, they function as possessors (genitive), and if verbs or postpositions, they function as subjects or postposition argument, respectively.

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

Pronominal proclitics cannot function in Mehináku as objects of transitive verbs since this function is performed by free pronouns. In addition, the proclitic establishes a relationship of agreement with the full pronoun (agreement with the subject) in cases where both appear in the sentence. In cases where the free pronoun does not appear because it is not obligatory, the proclitic functions as a subject (see example in (1)), being the mandator in this case. Finally, in cases where the subject is a noun phrase (like a proper name, for example), the pronominal proclitic may or may not occur.

The only difference I could notice in terms of the distinction between verbs, nouns, and postpositions in relation to taking proclitics is in the third person: a few verbs, both transitive and intransitive, do not grammatically mark the subject through a pronoun, while names and postpositions use *i=*. The table below shows the full and reduced (proclitics) forms of the pronouns in Mehináku (DE FELIPE, 2020c: 160):

Table 1. Pronouns in Mehináku

Gloss	Free pronouns ⁶	Reduced form of the pronouns (personal proclitics)	
		__V	__C
1SG	natu	n= ~	nu=
2SG	pitsu	p= ~	pi=
3SG/PL	Ø=	in= ~	ini= ~ i=
1PL	aitsu	au= ~	a=
2PL	jitsu	j= ~	ji=

Fonte: De Felipe (2020c, p. 160)

Having presented the pronouns, I now begin to analyze the verbal predicate and syntactic alignment in Mehináku. As far as valence is concerned, Mehináku verbs can be divided into transitives, which require two obligatory arguments (an agent/subject and an object); intransitives, which admit only one argument (a subject); and bitransitives, which take a subject and more than one object as arguments.

Transitive verbs can be divided into two types in Mehináku: direct transitives and indirect transitives. In direct transitive constructions, the subject, whether pronominal (1) or lexical (2), precedes the verb, which requires as a complement an object to its right, represented by a noun phrase (1) or by a full pronoun (2), as shown below:

6 Free (or full) pronouns are the non-procliticized counterparts of pronominal morphemes. These pronouns correspond to the pronouns themselves plus the focusing morpheme *-tu ~ -tsu* (palatalized under the influence of [i]). Although these pronouns are composed by the focuser *-tu*, I will always represent them without this segmentation because I believe that the forms of the free pronouns are already grammaticalized in such a way that, when the focuser appears attached to the pronoun, it does not always indicate, in fact, focusing.

- (1) Speaker 1: *ahã* *pi=hipialu=pai?*
 INTERJ, 2SG=be.hungry=IPFV
 'So, are you hungry?'
 Speaker 2: *hehe* *ni=hipijalu=pai=*
 INTERJ, 1SG=be.hungry=IPFV
 'Yes, I am hungry'
- Speaker 2: **(natu)** *kuta* *n=aitfa=pai=hã* **kupati=hã**
 1SG DESID 1SG=eat=IPFV=ENF fish=ENF
 'I want to eat fish' (Itxuna)
- (2) **Atapulu** *u=nupa=pai* **pitsu**
 Atapulu 3=see=IPFV 2SG
 'Atapulu is watching you (lit. seeing you)'

The Subject (A) of direct transitive clauses always precedes the verb, while the Object (O), whether lexical or pronominal, follows it. With specific regard to the pronouns, it is possible to notice that the proclitics, which are reduced forms of the full pronouns of the language, always appear as subjects, while the full pronouns figure in the Object position. Full pronouns can also appear as emphatic subjects in transitive constructions, as in (1) and (3), but their use is optional. Only the pronominal subject, represented by one of the personal proclitics in the verb, is obligatory.

In indirect transitive constructions, the verb requires as a complement an indirect object, which can be represented in language by a noun phrase (3) or by a postpositioned pronominal proclitic (4):

- (3) **(Natu)** *nu=kişuta=la* **Atapulu** *i=u*
 1SG 1SG=cut=FUT Atapulu 3=DAT
 'I will cut (this) for Atapulu'
- (4) *nu=waitfa=pai* *ji=tsenu=wi=ku*
 1SG=play=IPFV 2PL=COM=REP=DECL
 'I am playing with you'

In these constructions, the subject of the verb is also represented by the pronominal proclitics, as in direct transitives, but the indirect object, when it is a pronoun, will always be represented by the attached forms of the pronouns (pronominal proclitics) and not by the free forms, as we saw for constructions with transitive verbs. Both the attached forms of the pronouns and the full noun need to be postpositioned to appear in the indirect object position.

The bitransitive sentence (or direct and indirect transitive) is one that admits two verbal internal arguments. In Mehináku, one of these arguments is a noun phrase in direct

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

object position (5)-(6) and a postpositioned pronominal (5) or noun phrase (6) in indirect object position:

	A	V	O _[direct]		O _[indirect]
(5)	<i>Pitsu</i>	<i>ekeku-wa-ta</i>	<i>[ša]</i>	<i>šepi]</i>	<i>[ni=piri]</i>
	2SG	show-PFV-CAUS	DEM	bench	1SG=BEN
	'You showed me the bench' (lit. Made me see the bench)				
	A=V		O _[direct]		O _[indirect]
(6)	<i>nu=muka=wa</i>		<i>[tuapi=tsai]</i>		<i>[Paulo i=u]</i>
	1SG=give=PFV		straw.mat =DIM		Paulo 3=DAT
	'I gave the straw mat to Paulo'				

From the examples presented above, it is possible to observe that in both types of transitive constructions, the subject precedes the verb, both in constructions in which the subject is performed through a full name (AVO) and in those in which it is performed through one of the pronominal proclitics (A=VO). The pronominal object, on the other hand, although it is obligatorily placed after the verb, is realized through a full pronoun in direct transitive verbs and by a pronominal postpositioned proclitic in indirect transitive verbs.

Constructs with intransitive verbs, in contrast, are not so uniform, because the argument required by the verb can change depending on the type of intransitive verb. In Mehináku, unlike other Arawak languages such as Paresi (BRANDÃO, 2014), there is only one set of pronominal proclitics that function as subjects of different types of intransitive verbs. What happens is the selection of the same set of proclitics and free pronouns, which differ in terms of the position in which they occur in relation to the verb, depending on the type of intransitive verb. For this reason, I choose to separate the constructions with intransitive verbs into two groups according to the type of semantic behavior of these verbs and in relation to the syntactic position of the nominal and pronominal arguments required by them.

The (i) first group, referred to in this paper as type 1, is semantically formed by the agentive, non-agentive, and stative intransitive verbs, as I show below. Syntactically, the argument in subject position will always appear in pre-verbal position, as we have seen with the subjects of transitive verbs.

I first present constructions with agentive intransitive verbs, which are monoargumental constructions in which the verb requires an agent subject who takes control of an action (VELUPILLAI, 2012). In the examples below, I present constructions with lexical (7) and pronominal (8) subject:

- (7) *eniša=nau* *ešuhi-ta=pai=ku=hã*
 man=PL fish.hook-VBLZ=IPFV=DECL=ENF
 ‘men are fishing’ (and)
- tinešu=nau* *awa-kulata=pai=ku=hã*
 woman=PL VBLZ-aluminum.pan(loan)=IPFV=DECL=ENF
 ‘women are cooking’
- (8) (*Aitsu*) *a=malalaku=wa*
 1PL 1PL=scream=PFV
 ‘we screamed’

The non-agentive intransitive verbs, on the other hand, are those that, in general, take as subject an undergoer participant (patient-like/experiencer), in the sense that it does not exercise control over the action described by the predicate. In Mehináku, examples of non-agentive verbs are: *tawina* ‘to live’ (9) and *eteme* ‘to hear’ (10). Note that, as in agentives, the lexical (9) or pronominal (10) subject precedes the verb:

- (9) *jukaka-ne* *walama* *tawina=pai* *putišata=ku=hã*,
 thence-DIR anaconda live=IPFV on.riverbed=DECL=ENF
 ‘That’s why the anaconda lives on the riverbed’ (Walama)
- (10) *pi=tsinešu=la=nau* *ekemeju-ta* *natu=wi=ku*
 2SG=woman=POSS=PL curse-CAUS 1SG=REP=DECL
 ‘The women in your village were cursing me’.
- n=eteme-tsu* *kani=ku=hã* *pi=tsinešu=la=nau*
 1SG=hear-FOC DEM=DECL=ENF 2SG=woman=POSS=PL
 ‘I heard those women from your village (literally: I hear your village women)’ (Itxuna)

Type 1 intransitive stative verbs that I present below, as well as the transitives and intransitives presented above, mark the subject by means of proclitics or by nouns that occur before the verb. The type 1 stative verbs seem to semantically denote transient states of the subjects, such as being sick or being afraid. See some examples:

- (11) *tinešu* *kau-tai=pai*
 woman hurt=DIM=IPFV
 ‘the woman is sick’
- (12) *ahã* *pi=hipialu=pai?*
 INTERJ 2SG=be.hungry=IPFV
 ‘Oh, are you hungry?’
- hehe* *ni=hipialu=pai=hã*
 INTERJ, 1SG=be.hungry=IPFV=ENF
 ‘Yes, I am hungry’

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

natu	kuta	n=aitʃa=pai=hã	kupati=hã
1SG	DESID	1SG=eat=IPFV=ENF	fish=ENF
'I want to eat fish' (Itxuna)			

- (13) *a=kulata=pai,* *a=kau=tai* *pijala=pai*
 1PL=be.hot=IPFV 1PL=hurt=DIM DUB=IPFV
 'We are hot. I think we may be sick'

After presenting the syntactic behavior of type 1 intransitive verbs, a relationship could be established between them from a semantic point of view: all these verbs, i.e., the agentive, non-agentive, and stative intransitive, seem to be marked with the thematic role of **experiencer**. It now remains for us to verify the behavior of the last type of intransitive verb, as I present below.

Finally, (ii) the second group, referred to as Type 2 intransitive stative verbs, differs both semantically and syntactically from the other intransitive verbs presented above. Semantically, these verbs seem to indicate non-transient states of subjects or states that have persisted for a long time (like being sick for a long time, being tired for a long time, etc.). While the subjects of type 1 stative intransitive verbs and non-agentive verbs are marked with the thematic role of experiencer, the subjects of type 2 stative intransitive verbs seem to be marked with the semantic role of **theme**.

Syntactically, type 2 statives behave differently from the other verbs presented so far, both in terms of the type of subject they take and in relation to the position these subjects assume in the sentence: when pronominal, the subject taken by the verb will not be a proclitic of person but the free forms of the pronouns. Furthermore, both lexical and pronominal subjects follow the verb instead of preceding it, as happens with transitive verbs and other presented intransitives.

- (14) *kulata=pai* *kami* *ni=piri* *ʃa=hã*
 be.hot=IPFV sun 1SG=BEN DEM=ENF
 'This sun is hot for me'

- (15) *kulata=pai* *pitsu,* *n=itsu-pa-lu!*
 be.hot =IPFV 2SG 1SG=daughter-EST-FEM
 'You are hot, my daughter!'

<i>n=itsu-pa-lu</i>	<i>akama=pai=ku=hã</i>	<i>ahã</i>
1SG= daughter-EST-FEM	die=IPFV=DECL=ENF	INTERJ
'My daughter is dying, oh my! (speaking to the shaman)' (Kukühü)		

- (16) *une=pei=ku* *p=ija* *ulei-tʃe=ku*
 person=IPFV=DECL 2SG=go manioc-CLF.flat=DECL
 '(if) someone/you goes/go to the manioc field...'

amunuja **pi= tfene-ti=ku=hã**
 many/a.lot 2SG=manioc-CLF.seed=DECL=ENF
 ‘and your manioc is very plentiful/abundant...’

kitepe-mina=pai=ku **kukihî=hã**
 be.happy-INTENS=IPFV=DECL kukihî=ENF
 ‘Kukühü is very happy’ (Kukühü)

- (17) **kau=pai** *kata* *ai.* *epehe=pei* *kanati*
 hurt=IPFV DEM pepper 3.burn=IPFV mouth
 ‘That pepper is hot. It burns the mouth’

With the examples of transitive and intransitive constructions presented, it is possible, then, to resume some assumptions regarding syntactic alignment in Mehináku. The first syntactic alignment relationship that I establish for the Mehináku is the one between the subject of transitive verbs (A) and the subject of agentive, non-agentive and type 1 stative verbs, which are grouped in the same way syntactically: all subjects, whether pronominal or lexical, always appear before the verb, in addition to all pronominal subjects being marked by the same set of pronominal proclitics attached to the left of the verbs, as shown in the following examples, in which I re-present: intransitive agentive verbs in (18)-(19), non-agentive intransitive verbs in (20)-(21), type 1 stative intransitive verbs in (22) and direct (23)-(24) and indirect (25)-(26) transitive verbs:

- (18) **ni=himaitsa=wa**
 1SG=run=PFV
 ‘I was running’

- (19) **eniša=nau** *ešuhi-ta=pai=ku=hã*,
 man=PL fish.hook-VBLZ=IPFV=DECL=ENF
 ‘the men are fishing’

- (20) *jukaka-ne* **walama** *tawina=pai* *putišata=ku=hã*,
 thence-DIR anaconda live=IPFVON.riverbed=DECL=ENF
 ‘That’s why the anaconda lives on the riverbed’ (Walama)

- (21) **pi=tsineşu=la=nau** ekemeju-ta natu=wi=ku
 2SG=woman=POSS=PL curse-CAUS 1SG=REP=DECL
 ‘The women in your village were cursing me’.

n=eteme-tsu **kani=ku=hã** **pi=tsineşu=la=nau**
 1SG=hear-FOC DEM=DECL=ENF 2SG=woman=POSS=PL
 ‘I heard those women from your village (literally: I hear your village women)’ (Itxuna)

- (22) **n=a-maka-na-tuwa=pai**, **papa** **kau=pai**
 1SG=VBLZ-hammock-LOC-REFL=IPFV father hurt=IPFV
 ‘I’m sad [I’m in my bed], (my) father is sick’

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

- (23) *mama* *tuma=pai* [*makula* *weke-tipe*]
 mother do=IPFV clay.pot big-PL
 'Mommy is making big clay pots'
- (24) *nu=nupa* *i=nai* [*janumaka*]
 1SG=see 3=LOC jaguar
 'I saw the jaguar there'
- (25) *amunau* *kajajaka=pai* *pi=piri*
 cacique/chief speak=IPFV 2SG=BEN
 'the chief is talking to you'
- (26) *nu=wait/a=pai* *ji=tsenu=wi=ku*
 1SG=play=IPFV 2PL=COM=REP=DECL
 'I am playing with you'

The comparison of the sentence in (22) with the sentence in (17), presented earlier, is essential for the defense of my hypothesis that the difference in behavior between the intransitive verbs is a matter of thematic role. In (17), we have <*kau=pai kata ai*> 'the pepper burns' (literally, 'the pepper is sore/hot'), with a subject postponed because it has a thematic role of **theme** (it is a characteristic of the pepper to cause sore/to burn). In (22), on the other hand, we have <*papa kau=pai*> 'my father is sick', with the subject preposed to the verb, indicating that this subject has the thematic role of **experiencer**. In other words, he is experiencing (a) pain, which is not an inherent characteristic.

The second type of syntactic alignment that can be seen in Mehináku is that which aligns the subject of the intransitive stative verb of type 2 with the object of the transitive verb. In this alignment, the subject of the type 2 stative verb, whether pronominal or lexical, always appears after the verb, and both the pronominal subject of the intransitive verb and the object of the direct transitive verb are expressed through free pronouns. Compare the examples of intransitive verbs with lexical and pronominal subjects in (27)-(28) with those of transitive verbs with pronominal subjects in (29)-(30):

- (27) *une=pei=ku* *p=i ja* *ulei-tʃe=ku*
 person=IPFV=DECL 2SG=go manioc-CLF.flat=DECL
 '(if) someone/you goes/go to the manioc field...'
- amunuja* *pi=tʃene-ti=ku=hã*
 many/a.lot 2SG=manioc-CLF.seed=DECL=ENF
 'and your manioc is very plentiful/abundant...'
- kitepe-mina=pai=ku* *kukihihã*
 be.happy-INTENS=IPFV=DECL kukihi=ENF
 'Kukühü is very happy' (Kukühü)

- (28) *kulata=pai* *pitsu*, *n=itsu-pa-lu!*
 be.hot =IPFV 2SG 1SG=daughter-EST-FEM
 'You are hot, my daughter!'
- n=itsu=pa=lu* *akama=pai=ku=hã* *ahã*
 1SG= daughter-EST-FEM die=IPFV=DECL=ENF INTERJ
 'My daughter is dying, oh my! (speaking to the shaman)' (Kukühü)
- (29) *au=nupa* *jitsu*
 1PL=see 2PL
 'we see you'
- (30) *pu=nupa* *aitsu*
 2SG=see 1PL
 'you see us'

It is evident, then, that the syntactic alignment in Mehináku, although it follows active-stative patterns, as occurs in several Arawak languages, also presents differences with regard, above all, to the classes of intransitive verbs. From the examples above, we conclude that in the Mehináku language there is the following syntactic alignment: the subject of the transitive verb (A) and the subjects of the agentive, non-agentive, and type 1 intransitive verbs are marked with the thematic role of **agent** or **experiencer**, while, in turn, the object of the transitive verb and the subject of the intransitive verb of type 2 (So) are marked with the thematic role of **theme** or **patient**. Although there is no change in the syntactic alignment of the language, what the data seems to show is that there is a division within the class of stative verbs between preposed subjects, which reflex experiencer thematic roles, and theme/patient roles, which appear postposed. This work shows, therefore, in addition to how syntactic alignment works in language, how observed subjects and objects are derived in syntax and receive their theta-roles in Mehináku.

6. Final considerations

This paper, which is far from conclusive, presented a first analysis of syntactic alignment in Mehináku, detailed the problems experienced in describing this phenomenon, and proposed some initial hypotheses. I showed that this language tends to manifest an active-stative alignment (or split ergativity, as proposed by Aikhenvald (1999, 2001, 2002, 2018, and 2019) for some Arawak languages), since it is the semantic type of the verb that determines which type of argument in function of subject will be taken and, even more, in what syntactic position this argument will appear in the language.

This phenomenon needs to be further investigated, however, because it is not yet clear whether this small class of intransitive verbs that aligns with the object of transitive

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

verbs is, in fact, composed of prototypically stative verbs. Although I have defended, so far, that this class is, in fact, verbal, it is necessary to investigate its behavior in greater depth since one of the hypotheses that could be proposed is that this is a class of adjectives working predicatively. Determining a class of adjectives in Mehináku is quite complex because data has shown that words that could be classified as adjectives can be given the same grammatical formatives (tense and aspect, for example) as verbs. This is an important analysis to be refined because the lack of adjective class is a feature of prototypically active-stative languages, according to Klimov (1974). The proposal, therefore, is to expand the dataset by translating more texts already collected during my doctoral research in order to determine the status of this small class of verbs.

This work, although preliminary, is important for the development of linguistic science, especially for the description and knowledge of indigenous languages, because it allows us to understand how Mehináku, one of the Arawak languages of the Xinguano subgroup, a very little studied and documented subgroup, syntactically behaves.

References

AIKHENVALD, A. A view from the North: Genders and classifiers in Arawak languages of north-west Amazonia. *In*: AIKHENVALD, A. Y.; MIHAS, I. E. **Genders and Classifiers**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 103-143.

AIKHENVALD, A. Me, us, and others. Expressing the self in Arawak languages of South America, with a focus on Tariana. *In*: HUNG, M.; JASZCZOLT, K. M. (ed.). **Expressing the Self**. Oxford University Press, 2018. p. 14-39.

AIKHENVALD, A. **Language Contact in Amazonia**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

AIKHENVALD, A. Areal diffusion, genetic inheritance, and problems of subgrouping: a north Arawak case study. *In*: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (ed.). **Areal diffusion and genetic inheritance**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 167-194.

AIKHENVALD, A. The Arawak language family. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. (ed.). **The Amazonian languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 65-102.

AWETÍ, M. M. **Uma descrição preliminar das classes de palavras da língua Mehináku, com foco especial na classe dos nomes.** 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BALL, C. Negation in Wauja Discourse. *In*: MICHAEL, L.; GRANADILLO, T. (ed.). **Negation in Arawak.** Brill, 2014. p. 147-168.

BALL, C. Inalienability in Social Relations: Language, Possession, and Exchange in Amazonia. **Language in Society**, v. 40, n. 3, p. 307-341, 2011.

BALL, C. **Exchanging Words: Language, Ritual, and Relationality in Brazil's Xingu Indigenous Park.** University of New Mexico Press, 2008.

BALL, C. **Out of the park: trajectories of Wauja (Xingu Arawak) language and culture.** Chicago, Illinois, 2007.

BRANDÃO, A. P. B. **A reference grammar of Paresi-Haliti (Arawak).** (PhD Thesis). University of Texas at Austin, 2014.

CÂMARA-CABRAL, A. S.; KALAPALO, K.; AWETÍ, M. M.; OLIVEIRA, S. C. S. de; SURUÍ, U. Classificadores nominais em três línguas indígenas da Amazônia brasileira: ampliando tipologias. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 6, n. 1, 2014.

CARVALHO, F. O. de. Diachronic labial palatalization in Xinguan Arawak. **Liames**, Campinas, v. 16, p. 349-360, 2016c.

CARVALHO, F. O. de. Obscure Cognates and Lexical Reconstruction: Notes on the Diachrony of the Xinguan Arawak Languages. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 11, p. 277-294, 2016b.

CARVALHO, F. O. de. Internal and Comparative Reconstruction in Yawalapiti: Palatalization and Rule Telescoping. **International Journal of American Linguistics**, v. 82, p. 285-316, 2016a.

CARVALHO, F. O. de. On the realization of nominal possession in Mehináku: a diachronic account. **International Journal of American Linguistics**, v. 81, p. 119-132, 2015.

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

COMRIE, B.; SMITH, N. Questionnaire. **Lingua Descriptive Studies**, 1977.

CORBERA MORI, A. H. Waurá e Mehináku: um breve estudo comparativo. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 41, n.1, p. 196-205, 2012.

CORBERA MORI, A. H. Aspectos da morfofonologia e morfologia nominal da língua Mehináku (Arawak). In: FRANCHETTO, B. **Alto Xingu: uma sociedade multilíngue**. Rio de Janeiro: Museu do Índio- Funai, 2011. p. 193-216.

CORBERA MORI, A. H. Las lenguas Mehinaku y Waurá: una breve comparación fonética, fonológica y léxica. **Lengua y Literatura Mapuche**, v. 14, p. 81-94, 2010.

CORBERA MORI, A. H. Sobre a nasalidade de vogais em Mehináku. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 213-222, 2009.

CORBERA MORI, A. H. Aspectos da fonologia segmental do Mehináku. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 63-72, 2008.

CORBERA MORI, A. H. Relações entre grafemas e segmentos nos vocabulários Waurá e Mehináku de Steinen (1940 [1866]). **Revista de Estudos da Linguagem**, Salvador: UESB, n. 3, p. 143-157, 2006.

CORBERA MORI, A. H. A posse nominal em línguas Arawak do Sul e Arawak Central: uma abordagem descritiva. **Estudos linguísticos**, Campinas, v. 34, p. 263-268, 2005.

CORBERA MORI, A. H. Estrutura silábica e nasalidade em Waurá. **Signótica**, Universidade Federal de Goiás, v. 15, n. 2, p. 143-152, 2004.

CORBERA MORI, A. H.; DO CARMO FERREIRA, J. Breve caracterização dos tipos de negação em Mehináku (Arawák). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 48, p. 1286-1306, 2019.

COSTA, M. H. F. Representações iconográficas do corpo em duas sociedades indígenas: Mehináku e Karajá. **Revista do museu de arqueológico e etnológico**, São Paulo, n. 7, p. 65-69, 1997.

COSTA, M. H. F. **O mundo dos Mehináku e suas representações visuais**. Brasília: UnB, 1988.

COSTA, M. H. F. O sobrenatural, o humano e o vegetal na iconologia Mehináku. *In*: RIBEIRO, B. G. (ed.). **Arte índia**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 239-264.

DE FELIPE, P. H. P. S. Aspectos morfológicos dos verbos na língua Mehináku (Arawak). **Estudos linguísticos**, v. 47, p. 114-125, 2018a.

DE FELIPE, P. H. P. S. Aspectos iniciais da fonologia do Mehináku (Língua Arawak do alto Xingu). **Anais do SETA (UNICAMP)**, v. 1, p. 113-124, 2018b.

DE FELIPE, P. H. P. S. Numerais na língua Mehináku (Arawak). **Estudos linguísticos**, v. 48, p. 786-799, 2019.

DE FELIPE, P. H. P. S. Empréstimos do português na língua Mehináku (Arawak). **Estudos linguísticos**, v. 49, p. 417-433, 2020a.

DE FELIPE, P. H. P. S. Implicações das relações parentais para a terminologia de parentesco consanguíneo em Mehináku (Arawak). **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 49, n. 2, p. 689-705, jun. 2020b.

DE FELIPE, P. H. P. S. **Fonologia e Morfossintaxe da língua Mehináku (Arawak)**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020c.

DIXON, R. M. W. Field linguistics: a minor manual. **Language Typology and Universals**, v. 60, n. 1, p. 12-31, 2007.

GALVÃO, E. Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu. Boletim do Museu Nacional, n.s. **Antropologia 14**, Rio de Janeiro, 1953.

GALVÃO, E. O uso do propulsor entre as tribos do Alto Xingu. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. IV, p. 353-368, 1950.

GREGOR, T. Mehinako. Povos Indígenas no Brasil. **Instituto Socioambiental**, 2002.

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

GREGOR, T. Casamento, aliança e paz intertribal. *In*: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (org.). **Os povos do Alto Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001. p. 175-192.

GREGOR, T. Two paths of peace: Semai and Mehinaku nonviolence. *In*: GREGOR, T. (ed.). **A natural history of peace**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1994. p. 159-188.

GREGOR, T. Pahikyawalu: she who is covered with feces. The dialectics of gender among the Mehináku of Brazil. *In*: RANDOLPH, R.; SCHNEIDER, D. M.; DIAZ, M. N (org.). **The dialectics of gender: anthropological approaches**. Boulder: Westview Press, 1988. p. 80-90.

GREGOR, T. **Mehináku**: o drama diário de uma aldeia do Alto Xingu. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

GREGOR, T. **Mehináku**: the drama of daily life in a Brazilian Indian village. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

GREGOR, T. Exposure and seclusion: a study in institutionalized isolation among the Mehináku people of Brazil. **Ethnology**, n. 9, p. 234-250, 1970.

GREGOR, T. **Social relationships in a small society**: a study of the Mehinacu Indians of central Brazil. Ph.D. dissertation. Columbia University, 1963.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005 (Mehináku)**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

IRELAND, E. M. Neither Warriors nor Victims, The Wauja Peacefully Organize to Defend their Land. **Cultural Survival Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 54-60, 1991.

JACKSON, E.; RICHARDS, J. Waurá Tentative Phonemic Statement. **Arquivo Linguístico n. 104**. Brasília, DF: SIL, 1966.

KIBRIK, A. E. **The methodology of field investigations in linguistics**: setting up the problem. Mouton: The Hague-Paris, 1977.

KLIMOV, G. A. On the Character of Languages of Active Typology. **Linguistics**, v. 131, p. 11-25, 1974.

MAIA, M. **Manual de Lingüística**: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARTIUS, K. F. P. von. Carta do Dr. Carlos F. de Martius contendo observações sobre botânica, vocábulos tupis e origem das tribos americanas. **Revista trimestral do Instituto histórico**, tomo 58, parte 1, v. 91, p. 59-68, 1961 [1895].

MARTIUS, K. F. P. von. **Glossaria linguarum brasiliensium. Glossários de diversas línguas e dialectos, que fallao os índios no Imperio do Brazil**. Manuscrito, 1863.

MEDEIROS, M. do C. I. de. Uma abordagem preliminar da etnografia da comunicação na aldeia Mehinako Alto Xingu. In: SEKI, L. (ed.). **Linguística indígena e educação na América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 377-85.

MEHINÁKU, M.; FRANCHETTO, B. Tetsualü: The pluralism of languages and people in the Upper Xingu. In: COMRIE, B.; GOLLUSCIO, L. (org.). **Language Contact and Documentation**. Berlim: De Gruyter Mouton, 2015. p. 121-164.

MOSELEY, C. **Atlas of the World's Languages in Danger**. 3rd ed. Paris, UNESCO Publishing, 2010. <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MUJICA, M. I. O. **Aspectos fonológicos e gramaticais da língua Yawalapiti (Aruak)**. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

PAYNE, T. E. **Describing Morphosyntax. A guide for field Linguistics**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997.

PAYNE, D. L. A classification of maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (ed.). **Handbook of Amazonian Languages**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001. vol. 3, p. 355-499.

- | Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs

POSTIGO, A. V. **Língua Wauja (Arawak):** uma descrição fonológica e morfosintática. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2014.

RAMIREZ, H. **Línguas Arawak da Amazônia Setentrional.** Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

RICHARDS, J. Dificuldades na análise da posseção nominal na língua Waurá. **Série Lingüística 1**, p. 11-29, 1973.

RICHARDS, J. A estrutura verbal em Waurá. **Série Lingüística**, v. 9, n. 2, p. 192-218, 1988.

RICHARDS, J. Orações em Waurá. **Série Lingüística**, v. 7, p. 141-184, 1977.

RICHARDS, J.; JACKSON, E. **Formulário dos vocábulos padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras.** Língua Waurá. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.

SAMARIN, W. J. **Field linguistics:** a guide to linguistic field work. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967.

SANTOS, M, G. dos. **Uma gramática do Wapixana (Aruák):** aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, T. C. de S. **Estudo preliminar da fonologia da língua Mehináku.** 1990. Dissertação (Mestrado em linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

STEINEN, K. von de. **Entre os aborígenes do Brasil Central.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1940 [1886].

VELUPILLAI, V. **Introduction to Linguistic Typology.** John Benjamins Publishing Company, 2012.

VAUX, B.; COOPER, J. **Introduction to Linguistic Field Methods.** Lincom Coursebooks in Linguistics. Lincom Europa, 1999.

Glosses

BEN	Benefactivo	IPFV	Imperfectivo
CAUS	Causativo	LOC	Locativo
CLF	Classificador	PFV	Perfectivo
COM	Comitativo	PL	Plural
DAT	Dativo	POSS	Possessivo
DECL	Declarativo	REFL	Reflexivo
DESID	Desiderativo	REP	Reporativo
DIM	Diminutivo	SG	Singular
DIR	Diretivo/Direcional	VBLZ	Verbalizador
ENF	Enfático	1	Primeira pessoa
EST	Estativo	2	Segunda pessoa
FUT	Futuro	3	Terceira pessoa
INTENS	Intensificador		
INTERJ	Interjeição		

COMO CITAR ESTE ARTIGO: DE FELIPE, Paulo Henrique. Syntactic alignment and identification of theta-role subgroups in Mehináku stative verbs. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 9-31, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 06/05/2022 | Aceito em: 24/07/2022.

PANDEMIA E MEMÓRIA DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA DE ESTADO. APONTAMENTOS SOBRE A DEMANDA DE VERDADE E DE RESPONSABILIZAÇÃO

Adrián Pablo FANJUL¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3438>

Resumo: Desde 2020, circulam, no Brasil, exigências de responsabilização do poder estatal, fundamentalmente do governo federal, pelas vítimas da pandemia de COVID-19. Em muitos casos, se trata de familiares de vítimas que já ganharam expressão orgânica em pelo menos uma associação de alcance nacional. Neste artigo, no quadro teórico-metodológico da análise materialista do discurso, partimos da hipótese de que as formulações de exigência de responsabilização do poder público pelos alcances letais da pandemia de COVID-19 no Brasil são atravessadas por uma memória discursiva de lutas anteriores por justiça contra agentes da violência de Estado na América Latina. Nosso objetivo é identificar traços dessa relação interdiscursiva em depoimentos de familiares organizados e em manifestações públicas de outros agrupamentos. Os resultados que aqui exporemos mostram, na regularização em andamento dessas novas vozes e demandas, efeitos de paráfrase em relação aos movimentos sociais deflagrados por ciclos anteriores de violência de Estado, fundamentalmente de familiares de desaparecidos por razões políticas. Identificamos esses efeitos em três planos: nas modalizações no metadiscurso que sinaliza a passagem da voz do familiar do espaço íntimo para o espaço público; na reivindicação para si de um lugar autônomo e na demanda de “verdade” entendida como revelação pública daquilo que o Estado ocultou.

Palavras-chave: Memória discursiva. Familiares de vítimas da COVID-19. Movimentos de direitos humanos. Modalização no discurso.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; adrianpf@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-5153-7903>

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

PANDEMIC AND DISCURSIVE MEMORY OF STATE VIOLENCE. CONSIDERATIONS ON THE DEMAND FOR TRUTH AND ACCOUNTABILITY

Abstract: Since 2020, demands for accountability of State powers, chiefly the federal government, for the COVID-19 pandemic victims have arisen. In many cases, family members of the victims are at the forefront, and they have already gained organic expression in at least one national-level association. In this article, in the methodological and theoretical framework of the materialist discourse analysis, we have brought up the hypothesis that the formulations of demand for accountability of the public power due to the lethal effects of the COVID-19 pandemic in Brazil are crossed by a discursive memory of previous fights for justice against State violence agents in Latin America. Our purpose is to identify traces of this interdiscursive relation in organized family members' discourses and in public statements from other groups. The results described here show, in the ongoing regularization of these new voices and demands, paraphrasing effects related to social movements triggered by previous State violence cycles, mainly concerning family members of those who went missing for political reasons. We have identified these effects in three dimensions: in modalizations of the metadiscourse that signals the passage of the family member's voice from the private to the public space; in the claim for an autonomous position for oneself; and in the demand for "truth" as a public disclosure of what the State was trying to hide.

Keywords: Discursive memory. Family members of COVID-19 victims. Human rights movements. Discourse modalization.

Introdução

Em algumas circunstâncias históricas da contemporaneidade, sequências de fatos com impacto devastador provocaram que indivíduos que não aspiravam a qualquer tipo de visibilidade no espaço público se agrupassem e passassem a assumir uma voz nesse âmbito. O projeto de pesquisa que desenvolvemos desde 2019 trata dessas passagens, na América do Sul, desde a segunda metade do século XX, e aborda, de uma perspectiva materialista de análise do discurso, regularidades nos enunciados em que essas vozes abriram caminho no espaço público nas suas aparições iniciais. Em uma fase inicial, nossa pesquisa focalizou os primeiros textos levados a público por agrupamentos de familiares de desaparecidos por razões políticas no Brasil e na Argentina na década de 1970, investigando em arquivos e analisando materiais hoje pouco lembrados, mas que, na época, apesar das restrições, conseguiram circular. Quando começávamos a difundir alguns resultados em

publicações, adveio a pandemia do coronavírus, que “perturbou”, com sua atualidade, as interrogações de pesquisa, mesmo aquelas focalizadas, aparentemente, no passado.

O particular desenvolvimento que a gestão da pandemia de COVID-19 teve no Brasil chamou nossa atenção sobre um novo possível surgimento, no país, desse tipo de enunciadores que passam do individual ao coletivo e do privado ao público em procura de respostas pela devastação sofrida, e ficamos especialmente atentos para informações sobre agrupamentos, ou mesmo sobre falas individuais, que apontassem nesse sentido. Como mostraremos neste artigo, essas vozes não demoraram em irromper, quer como agrupamentos de familiares e/ou sobreviventes com sequelas, vínculo que os caracteriza dentro da passagem que explicamos no parágrafo anterior, quer nas práticas discursivas de outras pessoas e instituições.

Ao conhecer, pela mídia e por algumas redes sociais, as primeiras manifestações verbais desses agrupamentos, que incluíam exigências de responsabilização dos governos pelas suas ações e/ou omissões diante da pandemia, ou inclusive denúncias de ocultamento de fatos e de causas de morte, alguns traços recorrentes nos levaram a formular uma hipótese. cremos que, na regularização discursiva inicial dessas vozes, intervém, como um fator, a memória de enunciados das lutas, na América Latina, em prol de esclarecimento e de responsabilização por ações da violência de Estado desde as ditaduras militares da segunda metade do século XX. Nosso objetivo, neste artigo, é expor, na análise, principalmente, de sequências discursivas que correspondem a depoimentos de familiares de vítimas da COVID-19 em processo de organização, e, secundariamente, de outros enunciadores, traços que nos levam a corroborar essa hipótese. Trata-se, como veremos nas seções correspondentes, de modalizações restritivas na formulação da demanda, de construções linguísticas que atribuem à própria fala um sentido de inexorabilidade, e do funcionamento discursivo dos termos referidos à verdade e à responsabilização.

Acabamos de empregar, para explicitar nossa hipótese e nossos objetivos, algumas categorias teórico-metodológicas que convém precisar neste ponto. Entendemos “memória discursiva” a partir de Pêcheux (2007 [1983], p. 52) como relações entre enunciados em um domínio de práticas discursivas, relações que possibilitam que um enunciado remeta a outros, que os retome com independência da percepção que o sujeito enunciator tenha dessa retomada. Quando definida como discursiva, a memória não é função cognitiva do indivíduo, mas “efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, *idem*, p. 52) entre enunciados. Existe, na memória discursiva, um processo constante de regularização que estabiliza os objetos de discurso em um determinado domínio. A série de enunciados que começa a surgir com reivindicações em torno das vítimas da COVID-19 tende, como toda

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

prática discursiva, à regularização, isto é, a uma estabilização semântica dos objetos de discurso, e à repetição de determinados modos de dizer. Ao postularmos como hipótese que, nessa regularização, intervém a memória de movimentos anteriores, propomos uma relação interdiscursiva perceptível precisamente na recorrência desses modos de dizer e na semântica com que são construídos alguns dos objetos dos quais se trata.

Na primeira seção do artigo, sintetizamos um panorama da extensão da pandemia de COVID-19 no Brasil e das acusações nacionais e internacionais contra o governo federal pela sua atuação na crise. Depois, avaliaremos as condições, favoráveis e desfavoráveis, para o aparecimento e consolidação, no espaço público brasileiro, de um dizer reivindicativo específico de vítimas e familiares sobre a devastação causada pelas políticas de governo, explicando primeiramente o risco de uma visão essencialista sobre o laço familiar, e estabelecendo comparações com outros contextos históricos no que diz respeito à construção imaginária das vítimas por parte do poder público e à visibilidade da ação desse poder. No terceiro item, apresentamos um acontecimento que, antecipava, do nosso ponto de vista, aspectos do confronto posterior entre apagamento ou visibilização de fatos e responsabilidades. Na seção quarta, resumimos a formação da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da COVID-19 (AVICO) e analisamos sequências discursivas tanto de depoimentos na mídia de alguns dos seus membros quanto de manifestos de familiares de desaparecidos na década de 1970. Depois, no quinto e último item do artigo, observamos enunciados de outras pessoas públicas e entidades em que o problema da COVID-19 no Brasil é categorizado como questão de direitos humanos, e analisamos a articulação discursiva da demanda de verdade, remetendo-nos a estudos de outras disciplinas das Humanidades sobre os processos históricos de violência generalizada do Estado e sobre o processamento social e político das suas consequências. Nas conclusões, avaliamos perspectivas para as vozes reivindicativas surgidas recentemente no espaço público, no contexto do previsível confronto discursivo em torno da pandemia em tempos em que a fala pública é habitada por diversas modalidades falazes de enunciação política.

Esclarecemos que, a partir da terceira seção, para as sequências discursivas que serão objeto de abordagem analítica, empregaremos uma numeração consecutiva dada pela ordem em que são apresentadas no artigo, independente do tempo cronológico em que foram formuladas.

A pandemia no Brasil e as denúncias sobre a atuação dos governos

Os dados comparativos da pandemia de COVID-19 mostram um desempenho extremamente desfavorável para o Brasil². É o terceiro país do mundo em número absoluto de óbitos, precedido apenas por dois países mais povoados (Estados Unidos e Índia), e é também o que maior média de óbitos por habitante (3.094 por milhão) exhibe dentre os países mais populosos do mundo. Mais de dois anos depois do início da pandemia, 10,56% das mortes registradas por COVID-19 no planeta são do Brasil, que concentra apenas 2,75% da população mundial. O Brasil é também um dos países do mundo que menos testa: em número de testes por milhão de pessoas é superado, inclusive, por países de recursos muito menores, como Ruanda ou Botswana.

A perspectiva sombria começou a ser visível no horizonte a partir de ações do governo federal já no início da pandemia. Vale lembrar que são de março de 2020 as primeiras aglomerações sem máscara promovidas por Jair Bolsonaro; os primeiros embates públicos com governadores pelas medidas de distanciamento social; o conjunto de declarações em que o então presidente minimiza a gravidade da pandemia (FACHIN; RAMOS, 2021, p. 180); o lançamento, depois retirado por ordem judicial, da campanha “Brasil não pode parar”, na qual se afirmava que “no mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do coronavírus entre jovens e adultos”, e a divulgação oficial de notícias falsas (VENTURA; REIS, 2021, p. 8-10).

Esse ponto de partida e o acelerado ritmo de crescimento de casos e óbitos levaram a que diversas vozes nos planos nacional e internacional denunciasses a política do governo de Jair Bolsonaro como de não enfrentamento à pandemia, ou, inclusive, como propositalmente direcionada a propagar seus efeitos. A primeira denúncia em tribunal internacional foi feita em julho de 2020, apresentada por um conjunto de sindicatos brasileiros de trabalhadores da saúde, acusando o governo federal por crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional de Haia³. Porém, maior visibilidade nacional e internacional foi atingida pela acusação contra Bolsonaro que a Comissão Arns⁴, juntamente com outras entidades, apresentou na sessão de 15 de março de 2021

2 Todos os dados deste parágrafo são extraídos da página internacional de referência Worldometer, https://www.worldometers.info/coronavirus/?fbclid=IwAR0rM7AH0dd4IMXCBR6p5zNjviXVAMt9kweoINw5QS4MJ--4t7YGxypMwgs#main_table. Acesso em: 29 maio 2022.

3 Ver <http://sindsaudesp.org.br/novo/noticia.php?id=6409>. Acesso em: 23 abr. 2022.

4 Entidade criada em 2019 com o objetivo de enfrentar as crescentes violações dos direitos humanos por parte de agentes estatais. Seu nome completo é Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, e é integrada por intelectuais, juristas e ativistas de reconhecida trajetória na defesa das liberdades democráticas.

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

do Conselho Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Com base em um documentado levantamento de ações normativas de governo e de declarações (VENTURA; REIS, 2021; VENTURA; DUARTE, 2021), a Comissão advertiu sobre a responsabilidade do presidente “em promover, por palavras e atos, uma devastadora tragédia humanitária, social e econômica no Brasil”⁵.

A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a pandemia, instalada no Senado Federal em abril de 2021, significou um novo patamar de divulgação para o país todo e para o mundo de gravíssimas responsabilidades, não apenas de Bolsonaro como também de ministros e assessores: atraso proposital na aquisição de vacinas, descaso no fornecimento de oxigênio em situações críticas, formação de um gabinete paralelo, divulgação de informações falsas ou sem fundamento acerca de medicamentos comprovadamente ineficazes (FERRANTE *et al.*, 2021), tentativa de compra de vacinas com sobrepreço e o estarrecedor caso da parceria com a empresa privada de saúde Prevent Senior, em que idosos eram submetidos a tratamentos com hidroxicloroquina e os médicos eram orientados a diminuir o nível dos respiradores dos pacientes com mais de 14 dias em terapia intensiva “deixando o paciente morrer lentamente por falta de oxigenação” (FACHIN; RAMOS, 2021, p. 189).

Os contornos para novas vozes

Juntamente com esse desenvolvimento da pandemia e dos embates institucionais em torno dela, foram aparecendo, no espaço público, durante 2020 e 2021, alguns sinais de que as consequências, ainda hoje imensuráveis, da extensão da pandemia, podiam dar lugar a questionamentos estáveis e de longo prazo por parte de setores organizados ou organizáveis da sociedade, demandas de responsabilização e inclusive de esclarecimento de fatos ocultados pelo poder público. Ia delimitando-se, como possibilidade política, o contorno de uma movimentação na sociedade civil e no discurso em que a irrupção de um sujeito e o acontecimento do dizer são, a princípio, inseparáveis.

Referimo-nos a um “contorno” para tentar expressar a “vizinhança cheia de lacunas” (FOUCAULT, 2007 [1969], p. 145) na irrupção dos enunciados, que, por ser sua exterioridade constitutiva, permite indagar sua factibilidade histórica. Porém, acrescentamos “possibilidade política”, entendendo aqui o político como divisão do dizer, porque, da perspectiva que adotamos, essa irrupção pode acontecer ou não, ou

5 Da página *web* da Comissão Arns: <https://comissaoarns.org/pt-br/2021/03/15/comiss%C3%A3o-arns-e-conectas-denunciam-bolsonaro-na-onu/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

acontecer sem formar uma série regular. A passagem do silêncio ao dizer (ORLANDI, 2007) é algo determinado por condições históricas e ideológicas, não apenas pela intensidade do horror ou da perturbação, ou pela condição de familiar da vítima.

Estudos sobre familiares de desaparecidos durante as ditaduras mostram que, incluso na Argentina, onde o movimento de Madres de Plaza de Mayo acabou tendo um imenso peso político e reconhecimento internacional, a proporção de familiares mobilizados foi quantitativamente minoritária, e a impossibilidade de reação foi, embora menos perceptível, numericamente maior, em vários casos acompanhada por negação, depressão ou até suicídio (GORINI, 2017). Mesmo em contextos históricos em que há efetivos e consensuais processos de investigação e documentação de crimes contra a humanidade, podem não irromper, no espaço público, determinadas modalidades de enunciação e de porta-vozes. Por exemplo, Jelin (2021) faz notar que, nos processos de Nurembergue contra líderes do regime nazista, predominou a prova documental, sem que praticamente houvesse relatos de testemunhas. Só a partir da década de 1960 ganha espaço a figura da testemunha sobrevivente dos campos de extermínio (JELIN, 2021).

Tentaremos, então, avaliar brevemente algumas condições, no Brasil de hoje, a partir de comparações com outros processos, atuais e do passado recente do país, em que a ação do Estado vitimou ou ainda vitima setores da população, e houve (continua havendo), em diferentes medidas, demandas no espaço público por parte de setores organizados, muitas vezes familiares diretos das vítimas.

Começamos por notar que não há, por parte dos governos e dos seus porta-vozes, uma construção das vítimas de COVID como culpadas, merecedoras ou inimigas da nação, como tentavam as ditaduras em relação aos militantes e opositores⁶, nem existe hoje o medo enraizado e generalizado de opinar em público ou de participar de protestos, pavor que, nos anos de chumbo, sentia boa parte da sociedade. Também não se percebe, em relação às mortes por COVID-19, um acúmulo ideológico como o que invisibiliza o extermínio contra a população negra e pobre, sobretudo juvenil, estigmatizada como uma ameaça contra a qual a violência policial seria justificada (GOMES; LABORNE, 2018), nem uma construção ideológica como a que marca a população de favelas como “suspeitos em potencial” (FRANCO, 2014, p. 96).

Para o desastre da pandemia de coronavírus, a culpabilização da vítima não parece formulável em termos análogos aos desses outros processos de violência de Estado. No

⁶ Dentre muitos estudos que total ou parcialmente indagam a construção, por parte das ditaduras militares latino-americanas, da vítima do terrorismo de Estado como inimigo de interesses públicos, indicamos aqui os de Feitlowitz (2015), Indursky (1992) e Magalhães (1997).

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

seu lugar, para justificar a ação ou omissão do Estado, aparecem, com menos chances de adesão coletiva, argumentos sobre o caráter inevitável da infecção ou da morte. Como lembram Ventura e Reis (2021, p. 12), no Brasil, foi o próprio presidente o principal portavoza desses enunciados, em declarações como “Lamento as mortes, mas é a realidade. Todo mundo vai morrer” ou “O Estado não tem como zelar por todo mundo”⁷.

A essa observação comparativa cabe acrescentar que, no caso que nos ocupa, as vítimas não constituem um setor politicamente mais ou menos definido, como eram os perseguidos pelas ditaduras militares, nem populações socialmente marginalizadas ou segregadas. Embora todas as estatísticas mostrem que a desigualdade social brasileira não deixou de se expressar inclusive na distribuição dos óbitos por coronavírus (FERRANTE *et al.*, 2021), a extensão catastrófica da pandemia levou também à morte de muitas pessoas em todos os setores sociais, e casos especialmente aberrantes, como os da já mencionada Prevent Senior e outras aplicações de tratamentos comprovadamente ineficazes, envolveram fundamentalmente vítimas da classe média.

Por todos esses motivos, observávamos, já desde 2020, condições favoráveis para a irrupção de vozes demandando esclarecimento e responsabilização pelas ações do poder público em relação à pandemia, inclusive na mesma medida em que esse tipo de demanda ganhou corpo e voz em relação às violências de Estado anteriores e atuais aqui mencionadas. Avaliar essas condições como favoráveis não é desconhecer que, junto com esses fatores, há outros que podem operar em sentido contrário. Por tratar-se de uma doença causada por um vírus, a responsabilidade dos agentes públicos pode, no senso comum, diluir-se nas fronteiras tênues da responsabilidade individual e da “fatalidade”, que não por acaso é, como já mostramos, tópico recorrente no discurso governamental. De fato, notar as consequências das ações e inações dos governantes em relação à expansão da pandemia requer relações mais complexas do que as necessárias para perceber, por exemplo, que a tortura e assassinato de presos políticos é realizada pela ditadura que os encarcerou, ou pelo menos por alguns de seus agentes. Há pontos críticos em que essa responsabilidade oficial na pandemia se torna mais nítida, como o não fornecimento de oxigênio sabendo que acabava⁸, a recusa ou demora proposital na compra de vacinas revelada pela CPI da COVID, ou a indicação de tratamentos nocivos. Mas, em última instância, trata-se de um confronto no discurso determinado por relações de força no espaço social e no campo político. Nosso propósito neste artigo não é fazer previsões de longo prazo sobre essas relações de força, e sim mostrar os contornos iniciais desse confronto discursivo.

7 Depoimentos dados na porta do palácio do Planalto em 22/05/2020, citados pelas referidas autoras.

8 O colapso de oxigênio em Manaus em janeiro de 2021, uma das peças fundamentais da CPI da COVID-19, está descrito detalhadamente na reportagem de Fonseca (2021).

Ao analisar as características discursivas das que hoje aparecem como vozes reivindicativas em consolidação, retomaremos os fatores mencionados nos parágrafos anteriores. Antes disso, na seção seguinte, apresentaremos um acontecimento que, visto hoje, podemos considerar que prefigurava alguns traços do que depois irromperia.

“Apenas” dizer que há mortes

No dia 11 de junho de 2020, quando as vacinas eram ainda um horizonte longínquo e o país vivia o primeiro auge de casos e mortes, que se consolidaria em uma média móvel de 800 a 1.000 óbitos diários durante meses, houve uma manifestação na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, que interessa especialmente para este artigo não pelas suas dimensões, mas sim pelo seu particular formato e desfecho.

A ONG Rio da Paz promoveu a instalação, na areia da praia, de um desenho que lembrava covas rasas, com aberturas enfileiradas na areia, cobertas com panos pretos e coroadas cada uma por uma cruz⁹. Havia bandeiras brasileiras e uma faixa com a inscrição “Brasil, país das covas”. Pouco depois de iniciado o protesto, um grupo de homens da Zona Sul carioca, identificados pela mídia como apoiadores de Bolsonaro, discutiram com os manifestantes e tentaram desarmar o arranjo de protesto, jogando as cruzes na areia. Porém, um homem que não fazia parte do protesto da ONG foi recolocar as cruzes quando os apoiadores de Bolsonaro ainda estavam no lugar. Esse homem também foi registrado pelos meios de comunicação e, posteriormente, enviou um vídeo a um telejornal local apresentando-se. Assim, passou a ser o protagonista das sucintas e fugazes reportagens que a cobertura midiática dedicou ao fato.

Vários são os traços languageiros desse acontecimento que nos parecem relevantes para os objetivos deste trabalho. Em primeiro lugar, o movimento de retirada e recolocação de cruzes refuta e reafirma, alternativamente, as mortes. Os vídeos mostram que são precisamente as cruzes o que os homens irritados com o protesto derrubam. Mesmo que alguns deles digam nas câmeras que “tem que cobrar dos governadores”¹⁰, é encenada, na areia da praia, uma disputa que não é apenas sobre as responsabilidades, mas também sobre a própria existência das mortes ou sobre a causa delas. Em segundo

9 Ver reportagem completa nesta página do G1: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/11/pai-de-vitima-da-covid-19-que-recolocou-cruzes-em-protesto-no-rio-pede-empatia-e-compaixao.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2022.

10 Nessa altura, o governo federal já tinha posto em circulação a linha argumentativa de culpar os governadores quer pela suposta utilização ineficaz de verbas destinadas à luta contra a COVID-19, quer pelas medidas de distanciamento social e suas consequências econômicas (VENTURA; REIS, 2021).

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

lugar, não se tratava do primeiro protesto contra as políticas do governo federal para a COVID-19: 10 dias antes, no domingo 1 de junho, nas principais capitais do país tinha havido manifestações relativamente numerosas convocadas pelas torcidas organizadas e por movimentos de esquerda. Porém, é uma das primeiras vezes em que uma ação pública de protesto acaba focalizada em um familiar direto, não aparecendo este apenas como parente e no momento da morte, o que já era corriqueiro nas coberturas midiáticas da COVID-19 em hospitais e enterros. Ali havia um parente fazendo um protesto tempo depois, unindo-se a uma manifestação política na condição de familiar, o que localiza a morte por COVID-19 como publicamente memorável.

No vídeo enviado à mídia, a apresentação do homem é “Meu nome é Márcio, pai do Hugo, que faleceu aos 25 anos de COVID-19.”, e o depoimento continua desta maneira:

(1) Eu estava apenas passando na praia e vi aquela manifestação em apoio às vítimas. O que aconteceu ali foi apenas um ato voluntário de um pai que tá com uma dor muito grande aqui, que acha um desrespeito muito grande por nós que somos vítimas, que somos parentes de vítimas, que perdemos.

Vemos, nessa alocução, um traço discursivo que já notamos na nossa pesquisa sobre manifestações iniciais de outros familiares que, por força da devastação causada pela perda ou pela ausência inexplicável de um ser querido, passaram do espaço íntimo ao espaço público (FANJUL, 2020, 2021). Esse traço é a construção restritiva precisamente na explicação dessa passagem; neste caso, “apenas um ato voluntário de um pai que tá com uma dor muito grande aqui”. E chamamos a atenção também para a reformulação “vítimas” / “parentes de vítimas”, que enuncia a permanência do ente perdido na identidade do familiar, precisamente pelo que essa morte demanda como memorável, diante de quem pretende ocultá-la derrubando as cruzes.

Trazemos o incidente de Copacabana como um primeiro indício do que podia vir a público com mais força, e que acabou chegando mais de meio ano depois, ganhando formas mais institucionalizadas. Disso tratamos no item seguinte.

O locutor-familiar. Modalização e pressupostos

Uma reportagem de *A Pública*, de março de 2021, tratava sobre a desestruturação familiar em consequência das mortes por COVID-19, com foco no norte do país, logo quando o Brasil passava pelo momento mais mortal da “segunda onda”, e a cobertura vacinal era ainda muito incipiente. Um dos trechos da matéria abordava a reação de familiares diante de processos de ocultamento por parte do Estado:

Na região Norte, ao menos 26.141 pessoas faleceram por conta da COVID-19. Mas o número não contabiliza todos os casos. Nessa conta falta, por exemplo, Francilene, que, apesar de ter falecido com resultado positivo para o teste do coronavírus, teve a causa de óbito registrada como “parada cardíaca”. A subnotificação que apaga os casos gera revolta nas famílias, que exigem, ao menos, que fique registrada a causa verdadeira da partida de seus entes. (LEVY; RIBEIRO, 2021, s/n).

A demanda começa a se direcionar claramente para a dimensão da verdade, que problematizaremos na seção seguinte, e, na formulação por parte dos jornalistas, vemos novamente a ocorrência de um modalizador restritivo, “ao menos”.

Nesse mesmo mês de março, no sul do país, dava seus primeiros passos a AVICO-Brasil, Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da COVID-19. As primeiras matérias sobre a AVICO apareceram em abril de 2021 em diários do Rio Grande do Sul (*Jornal do Comércio e Zero Hora*), estado de origem dos seus primeiros membros. Depois da divulgação da sua fundação e da sua página no Facebook, a associação experimentou um rápido crescimento, potencializado pelas mobilizações que, a partir de maio, percorreram as principais cidades do país contra o governo Bolsonaro, e pelo impacto da CPI da pandemia instalada no Senado Federal. Em outubro, a AVICO já contava com 1.400 voluntários¹¹ e em suas redes sociais há depoimentos de participantes ativos em estados de todas as regiões do Brasil.

As diversas reivindicações nas suas primeiras postagens e manifestos públicos incluem a responsabilização das autoridades em todos os níveis, a disponibilização de vacinas para toda a população (a AVICO aparece logo no momento em que há grandes atrasos na compra de vacinas e de insumos), reparação para as vítimas, reconhecimento de direitos trabalhistas em relação à pandemia e à doença, demanda de apoio estatal para as vítimas com sequelas e para os órfãos, fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), e quebra de patentes de vacinas e medicamentos durante a pandemia. A atividade da AVICO já obteve reconhecimento em publicações da Fiocruz, presença em atividades de organizações de defesa da saúde pública, além de seus diretores terem sido recebidos em assembleias legislativas de vários estados e por comissões da Câmara dos Deputados. Deram entrevistas para grandes meios de comunicação nacional e internacionais como *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *El País* e *BBC*.

¹¹ *O Estado de São Paulo*, 8/10/2021. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,meu-luto-foi-luta-desde-o-inicio-diz-assistente-social-que-busca-justica-para-familias-de-vitimas,70003862801>
Acesso em: 23 abr. 2022.

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

Selecionamos, para este item do artigo, algumas sequências discursivas de abril de 2021, momento em que as vozes reivindicativas de familiares ganham por primeira vez uma divulgação midiática que, se não é massiva, também não é isolada como o caso de Copacabana que analisamos no item anterior. As sequências provêm de depoimentos de familiares de vítimas publicados em uma das primeiras reportagens sobre a AVICO.

Afirmamos antes que, no acontecer em torno da pandemia de COVID-19, abria-se como possibilidade política o aparecimento de uma voz, que aqui caracterizaremos a partir da concepção de Guimarães (2005) sobre o locutor como papel social especificado: o exercício da palavra é sempre a partir de um lugar social preestabelecido. No processo histórico que nos ocupa, começa a ser estabelecido o lugar de um locutor-familiar de vítima da COVID-19 (ou, mais precisamente, da ação/inação do poder público em relação à pandemia). Quando a voz desse locutor preenche, com o acontecimento do dizer, o contorno aberto como possibilidade política, esse dizer se realiza “no sistema da discursividade, nas possibilidades e impossibilidades enunciativas de que ele dispõe” (FOUCAULT, 2007 [1969], p. 170). Por isso, hipotetizamos que a voz tenderá a estabelecer relações parafrásticas, de remissão em uma memória discursiva, com o já dito em processos de confronto com o Estado que guardam alguma similaridade com este e, também, que mostrará traços discursivos em comum com os locutores-familiares surgidos naqueles processos.

Em todas essas circunstâncias históricas, passadas e atuais, trata-se de um locutor (generalizando, com esse termo, não cada indivíduo, mas o lugar social de agenciamento enunciativo) marcado pela passagem violenta e não desejada do espaço íntimo para o espaço público, levado para a arena pública inicialmente pela sua condição de familiar. Em trabalhos anteriores em que analisamos os primeiros textos levados a público por familiares de desaparecidos por razões políticas no Brasil e na Argentina na década de 1970 (FANJUL, 2021), observamos que o locutor-familiar de vítima inscrevia sua voz como de irrupção inexorável. Essa inscrição metadiscursiva sustentava-se em construções linguísticas com diferentes formas de modalização deôntica, mais precisamente a *prescrição* de falar e a *interdição* de silenciar (FIORIN, 2000), que apontam um limite intransponível, e que constituíam uma regularidade na série que analisamos. No *corpus* que reunimos, esse tipo de modalização aparece não apenas na formulação da demanda, o que é de se esperar pela própria tipologia textual, mas também no metadiscurso sobre a ocasião e o fato de enunciar, o que nos pareceu mais relevante. Com efeito, nos dois gêneros que mais circulação tiveram em cada país, a matéria paga (“solicitada”) em grandes jornais na Argentina e a carta aberta a autoridades no Brasil, esse traço se registra na totalidade dos textos que incluem esse metadiscurso nos três primeiros anos de existência dos movimentos. Seguem alguns exemplos:

(2) Ainda agora, algumas de nós fomos ou estamos sendo vítimas de ameaças veladas ou ostensivas para que abandonemos esta causa. Querem, contudo, impor-nos *o impossível*. *Nenhuma de nós, como nenhum ser humano digno, poderia* curvar-se à vileza dessa covardia, abandonando seu ente querido ao vilipêndio ou à morte. *Enquanto não houver* uma definição sobre a situação dos desaparecidos nos cárceres desconhecidos, *nem nós nem ninguém nos perdoaria* se sucumbissem à pusilanimidade de abandoná-los à insânia de uns poucos que desservem ao Governo e solapam as instituições humanistas e tradições cristãs do nosso povo.¹²

(3) É *em nome deste direito, inalienável*, de obter esclarecimento desses desaparecidos e de apurar as circunstâncias em que ocorreram, *que indagamos a V. Exa.*, certos de que obteremos uma resposta¹³.

(4) También prometió el Sr. Presidente una Navidad en paz. *La paz tiene que comenzar por la verdad. Hemos agotado todos los medios* para llegar a la verdad, *por eso hoy públicamente requerimos* la ayuda de los hombres de bien.¹⁴

(5) Las madres con hijos desaparecidos *no podremos celebrar nuestro día* porque en Nuestra Iglesia Doméstica” (Papa Juan Pablo 1º) falta uno o varios de nuestros hijos.¹⁵

Grifamos, nos trechos, as construções que vão determinando como inexorável o exercício da palavra. Em (2), a substantivação generalizadora do próprio adjetivo “impossível”; a modalidade de interdição (“dever não fazer”, em termos de FIORIN, 2000, p. 180), para todo “ser humano digno”, de abandonar o ente querido, e uma temporal-condicional excludente (“Enquanto não houver uma definição...”). Em (3), é o adjetivo “inalienável”, e em (4), um processo mais complexo, que começa pela prescrição de que a paz comece com a verdade, é continuado pelo anúncio de esgotamento dos meios para alcançar a verdade, e o ato de enunciar é apresentado como consequência. Na sequência (5) reaparece e interdição, no caso, da celebração do dia das mães. É a própria fala como objeto, e com ela a decisão de sair ao espaço público, que se constrói discursivamente como inevitável.

Vemos um processo análogo nos depoimentos que marcam, de início, as aparições públicas dos familiares de vítimas da COVID-19. As duas sequências discursivas que

12 Primeira carta aberta a Geisel, ex-presidente da ditadura, endereçada em 17/1/1975 por familiares de desaparecidos. Reproduzida em Cabral e Lapa (1979, p. 37-38).

13 Segunda carta aberta a Geisel, endereçada em 28/12/1978 por familiares de desaparecidos nucleados no Comitê pela Anistia. Reproduzida em Cabral e Lapa (1979, p. 39-40).

14 Primeira “solicitada” das mães de desaparecidos na Argentina. Publicada no diário *La Prensa* de 5/10/1977, consultada pelo autor na Hemeroteca Nacional de Buenos Aires.

15 Matéria paga de mães de desaparecidos da cidade de Bahía Blanca, Argentina, publicada no diário *La Prensa* de 18/9/79, consultada pelo autor na Hemeroteca Nacional de Buenos Aires.

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

reproduzimos a seguir são da reportagem sobre a AVICO de *El País*, edição Brasil, de 29 de abril de 2021¹⁶. A (6) corresponde à vice-presidenta da associação, Paola Falceta, e a (7) ao filho de uma das vítimas, Iyad Amado (em ambos os casos, os grifos são nossos):

(6) *É impossível a gente ficar quieto* vendo o que está acontecendo. Transmutei minha tristeza em força para lutar.

(7) Eu falo agora em nome das 400 mil pessoas que perderam suas vidas. Boa parte de quem partiu foi por uma pandemia, mas houve muitos casos que poderiam ter sido evitados. *Não podemos ficar calados*. As futuras gerações não podem entender isso como uma crise sanitária inevitável.

Não apenas a modalização deôntica, no caso como impossibilidade de não falar, aproxima essas sequências das que estudamos em primeiros textos de familiares de desaparecidos. Também o fato de essa modalização aparecer articulada, no fio do discurso, com o anúncio de sair do foro íntimo para o espaço público, seja postulando-se como porta-voz de milhares de vítimas (7), seja mediante a figuração da tristeza própria devendo luta (6).

Na mesma reportagem, vale a pena nos determos em outro depoimento de Paola Falceta, que alude ao passado do país:

(8) É uma tremenda injustiça. O Brasil já viveu muitas, mas esta está violando direitos de todas as faixas etárias e classes sociais. Alguém precisa responder por isso.

A retrospectiva sobre as injustiças traz, como pré-construído¹⁷, um dos fatores que já apontamos como favoráveis, neste caso, para o surgimento de articulações e vozes estabilizadas no espaço público: o fato de que, na profunda desigualdade social brasileira, a COVID-19 e as políticas governamentais diante dela vitimaram pessoas de todos os setores sociais.

Ainda sobre a AVICO, na reportagem observamos também a demanda de um lugar específico e autônomo para as vítimas e para sua voz, não mediado por outras instâncias institucionais:

16 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/a-luta-apos-o-luto-no-brasil-que-supera-400000-mortes-na-pandemia.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

17 Na corrente materialista de análise do discurso, “pré-construído” se refere a algo que aparece como pura “evidência”, como “sabido por todos” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 89), por estar ideologicamente naturalizado em determinado domínio. No caso analisado, esse pré-construído poderia formular-se como “[É sabido que] outras injustiças na história do Brasil atingiram apenas alguns setores da população”.

(9) Alguém tem que ouvir a gente. É impossível a pandemia ser resolvida só com autoridades políticas. Nós, vítimas, somos invisibilizadas.

Essa reivindicação de autonomia e especificidade das vítimas e familiares a respeito de outras organizações e instituições, inclusive daquelas com as quais encontram possível cooperação, é reiterada em diversos manifestos da AVICO e na sua página no Facebook. É um traço que também se apresentou fortemente em alguns dos movimentos de familiares de vítimas do terrorismo de Estado no século XX, sobretudo nas Madres de Plaza de Mayo da Argentina. A respeito, Filc (1997) explica essa disposição e desejo com o fato de que, entre eles, os familiares podiam sentir-se entre iguais, sem um escritório que separasse ou colocasse limitações a seu reclamo.

Memória discursiva sobre verdade e responsabilização

A enunciação pública sobre a violência mais ou menos oculta das ditaduras militares, por mais tímida e restrita que tenha sido nos seus inícios, ou a denúncia das ações de extermínio das polícias contra setores vulneráveis tiveram sempre, entre suas primeiras vozes, as de familiares e/ou amigos que realizavam essa passagem de um espaço ao outro que explicamos nos itens anteriores. Diferentemente, políticas de governo diante da pandemia que provocaram a multiplicação de infecções e óbitos foram visualizadas e denunciadas primeiramente por outro tipo de agentes sociais, principalmente especialistas em Saúde Pública que prefiguravam, já em meados de 2020, o desastre humanitário em andamento (VENTURA; REIS, 2021).

Porém, é posterior, e paralelo com a irrupção pública das vozes de familiares, um processo que, hoje, se observa crescentemente na palavra de locutores de inserção político-institucional diversa, que não são especialistas em Saúde Pública nem vítimas ou familiares. Referimo-nos a enunciados que categorizam a questão da pandemia no Brasil como um confronto na dimensão dos direitos humanos, com demandas de não esquecimento e/ou de responsabilização, trazendo, para o discurso, o que já está regularizado na memória das muitas reivindicações, no Brasil e na região, sobre as consequências da violência de Estado contra setores da população. Dentre esses ecos do já dito, que se combinam com a especificidade de objetos de discurso já estabilizados por outros saberes e memórias, como a pandemia ou a vacinação, interessa-nos especialmente, para este artigo, a articulação discursiva de “verdade” e “justiça”. Trata-se de dois lugares de tensão fundamental, não apenas no discurso das organizações de direitos humanos, também, como veremos, na conceitualização que as disciplinas de Humanidades foram realizando, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, para abordar tanto as violações dos direitos humanos quanto os confrontos políticos derivados delas.

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

No mesmo mês de abril de 2021, em que a associação de familiares aparece na mídia pela primeira vez, uma reportagem do portal UOL informa que, dentro do Conselho Nacional de Direitos Humanos¹⁸, alguns representantes da sociedade civil analisam criar “uma espécie de Comissão da Verdade” sobre a pandemia (CHADE, 2021, s/n). Segundo o jornalista, a finalidade é “estabelecer parâmetros para que o estado brasileiro institua políticas efetivas de responsabilização, memória e reparação às vítimas da pandemia de COVID-19”. E, em um dos depoimentos transcritos, Rogério Giannini, que representava, no CNDH, o Conselho Nacional de Psicologia, declara:

(10) Não ter memória é um mecanismo muito eficiente para que repetições ocorram. Quando se tenta colocar uma pedra sobre um assunto, ele acaba voltando não apenas como memória, mas como sintoma. [...] A sociedade e cada família ou pessoa têm o direito de saber, para que tenhamos a real dimensão da pandemia e para que se possa inclusive acessar políticas de cuidado e reparação.

Detenhamo-nos, primeiramente, na analogia empregada pelo jornalista Jamil Chade, “uma espécie de Comissão da Verdade”, que, por si mesma, já traz para o enunciado a pressuposição de algum tipo de semelhança entre o acontecido na pandemia e a ditadura militar. Porém, convém não parar apenas nesse ponto e interrogar o que ali aparece como evidente. Cabe perguntar-se a partir de quais funcionamentos de “verdade” se consolida historicamente a denominação desse tipo de comissões, de quais saberes provém esse determinante que vai estabilizando-se, mas que não necessariamente aparece no nome de todas as dezenas de órgãos com funções semelhantes estabelecidos em diversos países desde o século passado:

As comissões de verdade buscam estabelecer um amplo cenário dos acontecimentos ocorridos durante o período de repressão política ou guerra civil, esclarecendo eventos obscuros e permitindo que o amplo debate varra da sociedade o silêncio e a negação das dores do período da história a que diz respeito. (PINTO, 2010, p. 130).

Essa verdade como “esclarecimento” de fatos “obscuros” é precisamente a semântica com que o termo se consolidou previamente na palavra dos movimentos reivindicativos de direitos humanos, principalmente nos de familiares de vítimas:

18 O CNDH é um órgão colegiado de composição paritária entre organizações da sociedade civil e o poder público.

“Verdade, justiça e memória” é o lema das organizações de direitos humanos na região. A partir da transição, elas exigem aos governos *que se jogue luz sobre aquilo que os regimes repressivos negaram ou ocultaram*; que os culpados sejam postos diante da justiça e que as vítimas não sejam esquecidas. (PÉROTIN-DUMOND, 2008, p. 47, tradução nossa¹⁹, grifo nosso).

“Esclarecer”, “jogar luz” sobre o que o Estado ocultou é o funcionamento que “verdade” tem no discurso dos movimentos, e é deles que passou para as denominações institucionais das comissões²⁰. A partir do estudo da literatura interdisciplinar acerca de direitos humanos e políticas de memória, cremos que esse funcionamento discursivo de “verdade” não corresponde exatamente nem à verdade histórica nem à verdade jurídica, ele se situa em um ponto que interpela ambas. Lembremos primeiramente desta distinção de Enzo Traverso entre a verdade para a justiça e para a História:

A verdade da justiça é normativa, definitiva e coativa. Ela não tenta compreender, e sim atribuir responsabilidades. Comparada com a verdade judicial, a do historiador não é apenas provisional e precária, é também mais problemática. Resultado de uma operação intelectual, a História é analítica e reflexiva, ela tenta jogar luz sobre as estruturas que subjazem aos acontecimentos, sobre as relações sociais em que os homens e as motivações dos seus atos estão envolvidos. (TRAVERSO, 2007, p. 66, tradução nossa²¹).

A elucidação e exposição pública do que foi ocultado não é exatamente verdade jurídica, é política, pré-jurídica. Antes que responsabilização, são fatos para a responsabilização. E também guarda uma relação com a produção de conhecimento por parte da História: Napolitano (2015, p. 14), precisamente ao discutir o impacto que a revelação pública de fatos pode ter como condicionante para o trabalho do historiador, aponta que, enquanto crimes contra pessoas praticados por agentes do Estado

19 No original: “‘Verdad, justicia y memoria’ es el lema de los organismos de derechos humanos en la región. A partir de la transición, éstos reclaman a los gobiernos *que se haga la luz sobre aquello que los regímenes represivos negaron u ocultaron*; que los culpables sean llevados ante la justicia y que no se olvide a las víctimas.”

20 A primeira comissão desse tipo criada na América Latina, que foi a da Argentina, em 1983, não incluía “verdade” no seu nome (*Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, CONADEP), mas esse termo já era parte dos lemas das organizações de direitos humanos no país.

21 No original: “La verdad de la justicia es normativa, definitiva y coactiva. No trata de comprender sino de atribuir responsabilidades. Comparada a la verdad judicial, la del historiador no es sólo provisional y precaria, es también más problemática. Resultado de una operación intelectual, la Historia es analítica y reflexiva, intenta sacar a la luz las estructuras subyacentes de los acontecimientos, las relaciones sociales en que están implicados los hombres y las motivaciones de sus actos.”

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

permanecerem ocultos, “haverá uma lacuna de verdade que contaminará a narrativa histórica como um todo”.

Voltando à reportagem da UOL que estamos considerando, a sequência discursiva (10), mesmo não contendo uma realização do lexema “verdade”, mostra um encadeamento entre memória, ocultamento (“uma pedra sobre o assunto”), e a verdade que acaba com o ocultamento (“direito de saber”, primeiramente do familiar), semelhante ao que Pérotin-Dumond (2008) explica, na citação que transcrevemos antes, como oriundo dos movimentos de direitos humanos na segunda metade do século XX.

Creemos que essa articulação discursiva de uma demanda de verdade, na enunciação de um locutor-familiar na crise da pandemia de COVID-19, reforça a potencialidade reguladora da memória discursiva de resistência contra outras violações dos direitos humanos no país e da região. Também a reportagem de *A Pública* que citamos no item anterior, e que registra que os familiares querem “ao menos” que seja reconhecida “a causa verdadeira da partida dos seus entes”, sinaliza essa tendência.

Encerramos este item referindo dois acontecimentos recentes que também vão na direção de situar a catástrofe da COVID-19 em relação com a memória de crimes contra a humanidade cometidos a partir do Estado.

Em 31 de março de 2022, em ocasião do aniversário do golpe militar de 1964, houve a “II Caminhada do Silêncio” no Parque do Ibirapuera, convocada por diversos movimentos que incluem familiares de presos e desaparecidos por razões políticas e expostos políticos da ditadura. A primeira caminhada tinha sido em 2019, na mesma data. Na ocasião deste ano, o cartaz de convocação incluiu, do lado esquerdo, a formulação “Pelas vítimas da COVID-19” (ver Figura 1 abaixo).

Figura 1. Cartaz de convocação

II CAMINHADA DO SILÊNCIO
PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DO ESTADO

PELAS VÍTIMAS DA COVID-19

DIA 31 DE MARÇO
PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NÃO CONTINUE ACONTECENDO

17H00 - PONTO DE ENCONTRO: PRAÇA DA PAZ - PORTÃO 7 E 8

19H00 - INÍCIO DA CAMINHADA RUMO AO MONUMENTO DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

19H30 - EVENTO DE ENCERRAMENTO DA CAMINHADA - PORTÃO 10

PARQUE IBIRAPUERA - PORTÃO 7 E 8
AV. REPÚBLICA DO LÍBANO - VILA MARIANA, SÃO PAULO - SP

• USE MÁSCARA E ÁLCOOL EM GEL •

REALIZAÇÃO: MOVIMENTO VOZES DO SILÊNCIO

APOIO: CIDADE DE SÃO PAULO

VOZESDOSILENCIO.COM.WORDPRESS.COM

Fonte: Jornal GGN, 30/3/2022, <https://jornalggn.com.br/ditadura/contra-o-golpe-e-atuais-genocidios-caminhada-do-silencio-faz-ato-neste-31-de-marco/>. Acesso em: 10 jun. 2022

Posta sob o título geral “Caminhada do silêncio”, a referência às vítimas da COVID-19 pode ser enquadrada apenas no luto e na empatia com a dor de quem sofre a perda, e não necessariamente com uma responsabilização do poder público. Mas essa possibilidade fica aberta, no próprio cartaz, pelo paralelismo formal com “Pelas vítimas da violência de Estado”, e, no interdiscurso, pelas remissões que deflagra uma convocação de movimentos de direitos humanos em repúdio ao golpe de 1964.

Por último, mencionaremos a recente iniciativa de criar o Museu Brasileiro da Pandemia, lançada por um grupo interdisciplinar que inclui especialistas de grande presença na mídia, críticos das políticas do governo federal, como os médicos Gonzalo Vecina e Carla Domingues, cientistas sociais como Ana Lucia Lopes, Marcia Lima, James Green e Lilia Schwartz, e artistas como Samanta Schmütz e Bernardo Bibancos. A página de apresentação caracteriza o projeto como “um museu dos direitos humanos” e “uma resposta cívica à necessidade de fazer justiça aos brasileiros cujas vidas foram ceifadas

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

pela disseminação da COVID-19 em um contexto de exercício da necropolítica²². Não há, nas páginas que anunciam o futuro museu virtual, menção explícita a governos ou a medidas específicas, mas, junto com a enunciação da necessidade de “fazer justiça”, o Brasil é apontado como “manifestação categórica de como a conjuntura política de um país é capaz de recrudescer a pandemia ao invés de controlá-la”. Assim, mesmo com a desagentivização que, por enquanto, predomina no material explicativo, a devastação resultante da pandemia é claramente excluída da percepção de fatalidade, para ser posta, como em todas as manifestações que abordamos neste item, no plano político e como algo que requer responsabilização.

Conclusões: “verdade” e relações de forças

Examinamos, ao longo do artigo, o surgimento, no Brasil, de demandas de verdade e de responsabilização do poder público pelas consequências de políticas para a pandemia de COVID-19. Realizamos a indagação a partir de uma hipótese sobre vinculações interdiscursivas com movimentos de reivindicação contra a violência de Estado nos séculos XX e XXI. Analisamos inflexões das vozes que materializam essas demandas, principalmente as de familiares de vítimas, em torno das quais observamos traços de modalização que as aproximam dos enunciados de familiares de desaparecidos por razões políticas durante as ditaduras militares da América do Sul, sobretudo nas suas primeiras aparições públicas. Observamos, também, no último item, revisando conceitualizações sobre “verdade” em estudos de diversas disciplinas que se debruçaram sobre o processamento social dos fatos de violência de Estado, como as demandas de verdade e de responsabilização se articulam nos atuais enunciados, tanto de familiares organizados como de outro tipo de agrupamentos, acerca do papel das autoridades brasileiras na pandemia. Também nesse aspecto, encontramos relações parafrásticas ou, inclusive, analogia explícita, com movimentos do passado recente.

Na segunda seção deste artigo, quando descrevemos fatores que podiam favorecer o surgimento e a consolidação, no espaço público, das exigências que aqui abordamos e dos locutores que as verbalizam, advertimos, também, sobre fatores que podiam operar em sentido contrário. Considerar a demanda de verdade como elucidação do que foi ocultado requer, nas condições das atuais práticas discursivas no campo político e, de modo geral, na “fala pública” (COURTINE; PIOVEZANI, 2015), levar em conta

22 Da página [Benfeitoria – Museu Brasileiro da Pandemia](#). Acesso em: 23 mai. 2022. A referência ao conceito de “necropolítica” aparece, na própria página, remetendo à obra de Achile Mbembe (2016), que cunhou o termo para referir-se à capacidade de ditar quais setores da população devem viver ou morrer como expressão máxima da soberania dos poderes instituídos.

algumas problemáticas que, em comparação com o final do século XX, adquirem um volume diferente. É muito relevante, por exemplo, o papel que hoje ostenta a complexa circulação de informação falaz nas suas diferentes modalidades. No caso da COVID-19, a procura das “verdadeiras causas” e da responsabilização do Estado enfrenta, também, o funcionamento denominado “pós-verdade”, sobre o qual existem já caracterizações específicas na análise materialista do discurso:

Uma forma histórica particular de enunciação política, cuja performatividade está ancorada no nome próprio e no lugar institucional ocupado por um locutor no campo político, a quem se atribui um modo de dizer irracional e fraudulento, porém fortemente filiado a regiões do interdiscurso que circulam hegemonicamente como senso comum. (ZOPPI FONTANA, 2021, p. 93).

Se algo não faltou no país neste período, como mostrou a CPI da pandemia, foram “nomes próprios” e “lugares institucionais”, dos mais altos cargos do Estado federal até empresários e comunicadores, que deram e dão performatividade a essa forma de enunciação política. Precisamente devido à sua filiação com o senso comum é que o recurso à fatalidade e a identificar as vítimas como atingidas apenas por um fenômeno da natureza é uma constante na palavra do governo federal e de seus apoiadores em relação à pandemia. Já explicamos que perceber o papel da ação/inação dos governos neste caso requer relações mais complexas do que nos processos de violência diretamente praticada por agentes do Estado: trata-se de um embate entre percepções. No mesmo trabalho que acabamos de citar, que analisa as formas discursivas das “*fake news*” e da “pós-verdade”, exemplificando com embates nas redes sociais em torno do assassinato de Marielle Franco, Zoppi Fontana (2019, p. 96-97) postula que a eficácia que podem ter essas modalidades da enunciação política reside no reforço de “percursos de memória que produzem identificação” pela inscrição ideológica dos sujeitos em um imaginário politicamente dividido. Por isso, as práticas de resistência contra “*fake news*” que ela identifica obtêm sucesso não tanto pelo desmentido (necessário) da informação falsa, como pela massividade da resposta, e pela ação de sujeitos “que se identifiquem contra o cinismo” do modo de dizer fraudulento.

A relevância, portanto, dos novos locutores dos quais tratamos neste artigo, está em que sua dolorosa tomada da palavra no espaço público frequenta outros percursos de memória, abrindo outro caminho na divisão política do imaginário. Sua perspectiva estará determinada, em última instância, pela relação de forças nessa disputa.

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio na modalidade de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Referências

CABRAL, R.; LAPA, R. (org.). **Desaparecidos políticos. Prisões, sequestros, assassinatos**. Rio de Janeiro: Edições Opção e Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=11332>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CHADE, J. Entidades costumam base de futura “Comissão da verdade” sobre a pandemia. **Portal UOL**, 27/04/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/27/entidades-costuram-base-de-futura-comissao-da-verdade-sobre-pandemia.htm>. Acesso em: 27 maio 2022.

COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. **História da fala pública. Uma arqueologia dos poderes do discurso**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

FACHIN, M.; RAMOS, G. “Óbito também é alta”. A total desumanização das pessoas idosas durante a pandemia de COVID-19. **Inter**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 176-196, 2021.

FANJUL, A. Primeros textos públicos de familiares de desaparecidos por razones políticas en Argentina y Brasil. Un análisis de tensiones en la regularización discursiva. **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 24, p. 262-277, 2020.

FANJUL, A. Familiares de desaparecidos: uma voz que aflora sob as ditaduras. In: FANJUL, A.; MENEZES, A. **Brasil e Argentina: estudos discursivos comparados**. Campinas: Pontes, 2021. p. 29-57.

FEITLOWITZ, M. **Un léxico del terror**. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

FERRANTE, L.; DUCZMAL, L.; STEINMETZ, W.; ALMEIDA, A.; LEÃO, J.; VASSÃO, R.; TUPINAMBÁS, U.; FEARNDSIDE, P. How Brazil’s President turned the country into a global epicenter of COVID-19. **Journal of Public Health Policy**, n. 42, p. 439-451, 2021.

FILC, J. **Entre el parentesco y la política. Familia y dictadura, 1976-1983**. Buenos Aires: Biblos, 1997.

FIORIN, J. L. Modalização: da língua ao discurso. **Alfa**, São Paulo, n. 44, p. 171-192, 2000.

FONSECA, B. Governo Bolsonaro sabia dez dias antes do colapso em Manaus a necessidade de transferir pacientes. **A Pública**, 18/01/2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/01/governo-bolsonaro-sabia-10-dias-antes-de-colapso-em-manaus-e-necessidade-de-transferir-pacientes/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

FOUCAULT, M. **La arqueología del saber**. Tradução de Aurelio G. del Camino. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007 [1969].

FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GOMES, N.; LABORNE, A. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-26, 2018.

GORINI, U. **La rebelión de las Madres. Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Tomo I. La Plata: EDULP, 2017.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2005.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências – Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: FCE, 2021.

LEVY, C.; RIBEIRO, R. Filhos sem mães: como se viram as famílias com órfãos da COVID-19. **A Pública**, 2/3/2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/filhos-sem-maes-como-se-viram-as-familias-com-orfaos-da-covid-19/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

MAGALHÃES, M. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MBEMBE, A. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, 2015.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

PÉROTIN-DUMOND, A. Les archives de la défense des droits humains en Amérique Latine: Chili, Argentine, Pérou. Tradução para o espanhol publicada pela Fundación Hewnry Dunant. **La Gazette des Archives**, Paris, n. 206, p. 45-94, 2008.

PINTO, S. Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina. **Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-143, 2010.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. *In*: ACHARD, P. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007 [1983]. p. 49-56.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009 [1975].

TRAVERSO, E. **El pasado. Instrucciones de uso**. Tradução de Almudena G. de Cuenca. Madrid: Marcial Pons, 2007.

VENTURA, D.; DUARTE, F. Atividades consideradas essenciais no Brasil durante a pandemia: as discrepâncias entre normas federais e estaduais. **Boletim Direitos na Pandemia**, São Paulo, n. 10, p. 32-44, 2021.

VENTURA, D.; REIS, R. A linha de tempo da estratégia federal de disseminação da COVID-19. Um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. **Boletim Direitos na Pandemia**, São Paulo, n. 10, p. 6-31, 2021.

- | Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização

ZOPPI FONTANA, M. Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor.
In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 87-104.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: FANJUL, Adrián Pablo. Pandemia e memória discursiva da violência de Estado. Apontamentos sobre a demanda de verdade e de responsabilização. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 32-56, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 19/06/2022 | Aceito em: 31/07/2022.

ENTOAÇÃO GRAMATICAL E AFETIVA: COMPARAÇÃO ENTRE PESSOAS COM ESQUIZOFRENIA E ENTRE OS GÊNEROS SEXUAIS

Waldemar FERREIRA NETTO¹

Marcus Vinicius Moreira MARTINS²

Ana APARECIDA JORGE³

Juan Costa CARREIRO⁴

Mariana Nitzschke PADILHA⁵

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3365>

Resumo: Este trabalho analisa a distinção entre o que chamamos de prosódia afetiva e gramatical com base no modelo do aplicativo ExProsodia. Para isso, extraímos parâmetros relacionados à produção da prosódia afetiva e gramatical e comparamos os resultados obtidos entre sujeitos com esquizofrenia e os sujeitos do grupo controle, estes divididos pela variável autodeclarada gênero (masculino e feminino). Analisaram-se dados extraídos de 15 amostras de pacientes com esquizofrenia (dois femininos e quatro masculinos) e de 30 amostras de sujeitos do grupo controle (15 homens e 15 mulheres), coletados no *site* YouTube, de pessoas que não apresentavam nenhuma psicose evidente. A comparação do uso de entoação gramatical com a afetiva mostrou que a relação é estatisticamente diferente entre os sujeitos do grupo-controle masculino e os pacientes com esquizofrenia ($p < 0,001$) e parcialmente semelhante entre os sujeitos do grupo-controle feminino e os pacientes com esquizofrenia ($p < 0,05$). Os resultados indicam que elas são parcialmente semelhantes entre os sujeitos do grupo-controle ($p < 0,05$). Para testar esse segundo resultado, observamos que indivíduos do sexo masculino produzem mais parâmetros relacionados à função gramatical do que o grupo feminino ($2,43 > 1,95$), permitindo diferenciar as amostras. Enfatiza-se mais pesquisas serem necessárias para explicar essas singularidades entoacionais.

Palavras-chave: Prosódia. Entoação. Esquizofrenia. Análise Acústica. Português do Brasil.

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; wafnetto@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-4136-341X>

2 Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; marcusvmmartins@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-6835-5639>

3 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; anacristinajorge@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5517-9747>

4 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; jcc-2001@usp.br; <https://orcid.org/0000-0003-2619-4299>

5 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; mariananp@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-3489-0895>

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

GRAMMATICAL AND AFFECTIVE INTONATION: COMPARISON BETWEEN PEOPLE WITH SCHIZOPHRENIA AND BETWEEN GENDERS

Abstract: This paper analyzes the distinction between what we call affective and grammatical prosody based on ExProsodia software. We extracted parameters related to the production of affective and grammatical prosody and compared the results obtained between subjects with schizophrenia and subjects in the control group, these being divided by the gender variable (male and female). Data extracted from 15 samples of patients with schizophrenia (two females and four males) and 30 samples of subjects in the control group (15 males and 15 females), collected on the YouTube website from people who did not present any evident psychosis, were analyzed. The comparison between the use of grammatical and affective intonation showed that the relationship between them is statistically different between subjects in the male control group and patients with schizophrenia ($p < 0.001$) and partially similar between subjects in the female control group and the patients with schizophrenia ($p < 0.05$). The results indicate that they are partially similar between subjects in the control group ($p < 0.05$). To test this second result, we observed that male individuals produce more parameters related to grammatical function than the female group ($2.43 > 1.95$), which allowed us to differentiate the samples. It is important to emphasize that more research is needed to explain these intonation singularities.

Keywords: Prosody. Intonation. Schizophrenia. Acoustic Analysis. Brazilian Portuguese.

Introdução

A análise automática da entoação tem apresentado resultados produtivos em diversas áreas de pesquisa. Rilliard e Aubergé (2003) mostraram que a percepção da fala sintetizada não difere de forma significativa da fala espontânea, senão quanto às variações de intensidade. Toivanen e seus colegas (2004) diferenciaram conteúdos emocionais na fala atuada por meio da análise automática apoiada por vários parâmetros, dentre os quais se sobressaíram a intensidade, picos de F0 em segmentos sonoros contínuo, proporção de silêncio, dentre outros. Schötz (2004) tentou aprimorar o reconhecimento automático existente da idade do falante por meio da análise automática e verificou que a variação do tom fundamental e da duração das unidades analisadas eram os fenômenos prosódicos mais significativos para isso. Ringeval e seus colegas (2011) analisaram habilidades prosódicas de crianças que apresentavam três tipos de distúrbios de linguagem – especialmente o Transtorno autista, o Transtorno global do desenvolvimento sem outra

especificação (PDD-NOS) e o Transtorno da linguagem infantil (DEL) – e verificaram que todos os sujeitos analisados tinham dificuldade em reproduzir contornos entoacionais, mas que sujeitos que se enquadravam no espectro autista apresentavam dificuldade maior para reconhecer contornos entoacionais ascendentes. De Looze e seu colegas (2014), analisando automaticamente por meio da definição de parâmetros de F0, intensidade e taxa de elocução, detalharam aspectos da sincronia de interação durante conversas telefônicas. Hirst (2022), comparando a prosódia normalizada entre falantes nativos e não nativos, verificou que a análise automática pode ser um instrumento bastante eficaz para a descrição das variações entre os falantes.

O presente estudo se insere neste contexto. Tendo em vista que o DSM-5 (2013, p. 88) aponta que um dos transtornos mais proeminentes na esquizofrenia é a expressão emocional diminuída “na expressão de emoções pelo rosto, no contato visual, na entonação da fala (prosódia) e nos movimentos das mãos, da cabeça e da face”, nosso objetivo é caracterizar a prosódia de pacientes com esquizofrenia, uma vez que a prosódia destes pacientes já era descrita como dotada de pouca variação ainda nas primeiras abordagens do transtorno no início do séc. XX (KRAEPELIN, 1904). Diversas outras análises ao longo da década de 50 (MONRAD-KOHN, 1957) e 80 (ALPERT *et al.*, 1989) confirmaram esses achados iniciais, os quais foram corroborados por pesquisas neuroanatômicas (MITCHELL; CROW, 2005). Além disso, nossa intenção é apresentar um método capaz de analisar a fala de maneira automática. Para isso, neste artigo, iremos apresentar a distinção entre prosódia afetiva e gramatical como parâmetro possível para este tipo de análise automática, comparando sujeitos-controle e sujeitos com esquizofrenia, bem como entre os gêneros dos sujeitos controle.

Prosódia e Esquizofrenia

A quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais descreve a esquizofrenia como um transtorno mental severo e sem sintomas característicos. Para o seu diagnóstico, é necessário que o sujeito exiba, pelo período mínimo de um mês, ao menos dois dos seguintes sintomas: delírios, alucinações, discurso desorganizado, comportamento grosseiramente desorganizado ou catatônico e sintomas negativos (os que afetam a manifestação emocional). A isto se soma que os primeiros sinais dessa doença psíquica devem ser evidentes pelo menos seis meses antes do diagnóstico (DSM V/APA, 2013).

No início da esquizofrenia, os sintomas ocorrem de modo leve e vão, gradualmente, se intensificando. Na maioria das vezes, são os familiares que identificam mudanças de

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

comportamentos singulares, por exemplo, sujeitos muito ativos anteriormente podem se tornar mais retraídos e permanecer muito tempo em seus quartos absortos com pouco contato com entes queridos. Em crianças, os primeiros sinais se caracterizam como distúrbios no desenvolvimento da fala e/ou da escrita, menores índices de interação social e, por sua vez, menor desempenho escolar (GELDER; MAYOU; COWEN, 2006).

Dificuldades no uso da linguagem oral e escrita em pacientes com esquizofrenia não são considerações recentes. Ainda no início do séc. XX, Kraepelin (2004) e Bleuler (1993), pioneiros na descrição da esquizofrenia, já mencionavam em suas observações clínicas manifestações linguísticas singulares típicas para o quadro clínico hoje conhecido como esquizofrenia. Ambos os autores também chamavam a atenção para a entoação usada pelos sujeitos com esquizofrenia, por ela nem sempre estar coerente com as demais manifestações comportamentais. Kraepelin (2004) narra casos de pacientes com esquizofrenia que, ao falar sobre o suicídio ou sobre a morte de um ente querido, pareciam estar rindo e, por outro lado, tratavam de situações engraçadas em tom de tristeza ou chorando. De maneira semelhante, nas considerações clínicas de Bleuler (1993), há circunstâncias em que indivíduos com essa patologia mental narravam sofrimento intenso como se versassem sobre um cálculo de matemática.

Nas décadas de 40 e 50, foi lugar comum caracterizar a fala de pacientes psiquiátricos por meio da prosódia. Monrad-Kohn (1947) tratava da *disprosódia*, a qual poderia ser tratada como hiperprosódia, hipoprosódia e aprosódia. Essas categorias prosódicas, associadas com outros elementos linguísticos, serviam de ponto de partida para o diagnóstico clínico de condições psiquiátricas diversas (MONRAD-KROHN, 1957). Na década de 80 e 90, utilizando recursos computacionais, Alpert *et al.* (1989), Borod *et al.* (1989) e Alpert, Kotsaftis e Pouget (1997) foram capazes de demonstrar o comprometimento da prosódia em pacientes com esquizofrenia e sinais de sintomas negativos. Trabalhos recentes, como o de Mitchell e Crow (2005), corroboram esses achados e sugerem que sujeitos com esquizofrenia tendem a apresentar restrições na implementação da prosódia, exclusivamente, associada às emoções. A razão por trás disso está relacionada com o *flat affect* ou embotamento afetivo, que seria tendência destes pacientes a não processar as emoções de forma típica, seja sua produção, seja sua percepção, tomadas em todas as suas dimensões (ALPERT *et al.*, 1989, 2000; GUR *et al.*, 2006).

Por sua vez, o estudo de Michelas e colegas (2014) indica que pacientes com esquizofrenia também apresentam comprometimento da produção da prosódia discursiva, no caso, do foco distintivo. Dessa forma, podemos pensar em um problema de ordem linguística mais amplo do que aquele associado exclusivamente à fala emotiva. Compton *et al.* (2018) propõem que não é possível verificar distinções prosódicas significativas entre

sujeitos com esquizofrenia e sujeitos típicos em produções não afetivas (narrativas ou leitura de textos). Para o português brasileiro (PB), o trabalho de Jorge (2019) indica que há diferenças prosódicas relevantes entre pacientes com esquizofrenia e grupo de sujeitos-controle, sem distinção entre os diferentes gêneros sexuais. A pesquisa conduzida pela autora indica que os falantes com esquizofrenia mantêm F0 ao redor de um tom médio, estabelecido pela média móvel de F0, com breves incursões de foco/ênfase; por sua vez, os participantes do grupo controle apresentaram oscilações mais salientes que se afastavam continuamente deste Tom Médio.

Quanto à variação de gênero, Scholten e seus colegas (2008) realizaram análise da entoação comparando pacientes no espectro esquizofrenia e sujeitos de grupo de controle, considerando a subdivisão entre os gêneros sexuais. Os autores verificaram que a capacidade prosódica é mais preservada em pessoas do gênero feminino, já que ambos os grupos de mulheres (tanto com esquizofrenia como sem esquizofrenia) apresentaram desempenho superior ao dos homens.

Nesse sentido, é possível observar que a caracterização da prosódia de pacientes com esquizofrenia não é ponto pacífico e demanda mais análises, em especial a prosódia associada à gramática da língua.

Discriminação da entoação gramatical e afetiva

Bolinger (1986), ao analisar a entoação, sugere que ela é uma selvagem meio domada. A frase do autor se explica. Para ele, partes da prosódia estão conformadas em estruturas gramaticais, as quais não podem ser implementadas de forma diferente daquela especificada pela gramática da língua. De modo distinto, outras partes da prosódia estão disponíveis para que os falantes façam variações de acordo com seus estados emocionais ou de atitude, por exemplo. Nesse caso, alguns elementos são invariáveis e facilmente mapeáveis na substância fonética, por isso atrelados a unidades fonológicas superiores, outros são variáveis e de mapeamento mais complexo, vide a caracterização das emoções por F0 (PITTAM; SCHERER, 1993). Pierrehumbert (1980, p. 86) sugere que o estudo linguístico da prosódia está vinculado ao primeiro caso, ao passo que o segundo seria parte de outros programas de pesquisa, como estudo das emoções ou da comunicação. Para Aubergé (2002), essas dimensões são como polos opostos em um sistema de gradiência, assim teríamos, no nível da substância, elementos prosódicos fixados pela gramática e invariáveis e elementos expressivos, passíveis de maior variação. Outros elementos podem estar entre estes polos e, por esta razão, se comportarem de forma distinta em cada contexto analisado. Além disso, os elementos gramaticais estão

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

associados a estruturas linguísticas mais rígidas, por isso demandariam menos processos cognitivos do que aquelas ligadas ao polo da expressividade.

Para este trabalho, a análise foi feita seguindo o princípio de que a prosódia pode ser analisada em duas dimensões distintas: uma discursiva e outra afetiva. Para isso, os dados foram analisados a partir da extração da média acumulada no tempo (TMglobal) da curva de F0, bem como da extração da média acumulada no tempo das frases entoacionais que se segmentaram de F0 (TM). O critério para a segmentação de F0 em frases entoacionais considerou duração de pausas e intervalos entre tons contíguos antes e depois de pausas. A caracterização de entoação afetiva e da entoação gramatical foi feita tomando cada uma das frases entoacionais independentemente. Para tanto, foram definidos os critérios: (I) quanto à sequência dos dois tons finais – (I.a) direção: ascendente ou descendente, (I.b) movimento: oblíquo ou por salto, (I.c) alvo: plagal ou autêntico – (II) quanto à diferença entre TMglobal e TM (II.a) correlação: há correlação entre TMglobal e TM ou não, (II.b) diferença: a variação média entre TMglobal e TM é significativa ou não e (II.c) F/E: a oscilação dos valores de F0 da frase entoacional é significativa em relação ao TM ou não. Os critérios referentes à sequência dos dois tons finais foram tomados como entoação gramatical e os referentes à variação entre TMglobal e TM como entoação afetiva.

A sequência dos dois tons finais de cada uma das frases entoacionais foi tomada como um fenômeno gramatical independente, tendo em vista a associação possível entre sentença sintática e uma entoação correspondente. Embora a análise automática prescindisse de tal correlação, pressupõe-se tratar-se de uma forma controlada relacionada diretamente às necessidades expressivas do falante para fazer marcas pontuais associadas às sentenças. (VASSOLER; MARTINS, 2013; FERREIRA NETTO; MARTINS; VIEIRA, 2014; FERREIRA NETTO *et al.*, 2017). A diferença entre TMglobal e TM, por sua vez, além de não poder tomar-se pontualmente, tem como característica fundamental tratar-se de um recurso cujo controle associa-se mais prontamente às condições do falante. Medidas como correlação e média acumulada no tempo recebem pouca influência das variações pontuais pressupostas na entoação gramatical. A extensão temporal de F0 da qual se extraem tais valores estabelece também se pressupõe como uma variação menos controlada pelo falante.

Com base nessas considerações referentes a controle, estabeleceu-se que a sequência dos últimos tons de uma frase entoacional ascendente (em que o último tom é mais agudo do que o anterior), oblíqua (em que o último tom não ocorre com intervalo significativamente diferente do tom anterior) e plagal (em que o último tom não ocorre com intervalo significativamente maior do que o último tom do TM) são formas não marcadas e, portanto, não se computam como marcas de entoação gramatical. Assim,

finalizações descendentes, por salto e autênticas, computam-se cada uma delas com valor 1 para cada frase em que ocorrem. Isso permite estabelecer que cada frase entoacional possa receber valores de 0 a 3 quanto a seu caráter gramatical. Em relação à diferença entre TMglobal e TM, estabeleceu-se que variações de frase entoacional em que ocorre correlação, mas não ocorre diferença significativa entre eles, bem como em que não há variações significativas de variação entre F0 e TM, são formas não marcadas, e, portanto, não se computam como marcas de entoação afetiva. Assim, para cada frase entoacional soma-se valor 1 para cada um desses parâmetros: ausência de correlação com o TMglobal: intervalo significativamente grande em relação a ele e variações significativas de F0 em relação ao TM. Isso permite estabelecer que cada frase entoacional possa receber valores de 0 a 3 quanto a seu caráter afetivo.

Descrição dos sujeitos

Os sujeitos colaboradores dessa pesquisa eram pacientes com esquizofrenia atendidos por duas instituições de saúde mental: o Museu de Imagens do Inconsciente, uma das alas do Instituto Nise da Silveira, e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) “Espaço Vivo”, um dos serviços de saúde mental do Centro de Atenção Integral à Saúde Prof. Cantídio Moura de Campos. Os dados foram coletados durante a pesquisa de Jorge (2019) em que se reuniram 32 áudios gravados de diálogos semiestruturados, que se realizaram nas instituições dos pacientes. Para esta análise entoacional, foram selecionados cinco áudios de pacientes com esquizofrenia: um de gênero feminino e quatro de gênero masculino, entre 43 e 59 anos de idade, escolarizados. Todos responderam pessoalmente ou por meio de seus responsáveis legais ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa Científica Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, conforme pareceres que vão descritos abaixo na seção “Procedimento ético”.

Comparamos os aspectos entoacionais dos sujeitos com esquizofrenia com a fala de dois grupos de controle de pessoas que não apresentavam nenhuma psicose evidente. Eram 15 homens e 15 mulheres narrando experiências negativas vivenciadas durante assaltos. Esses áudios foram coletados no *site* YouTube. Para esta situação, tomamos por base a Resolução nº 510, de 07 abril de 2016, do Plenário do Conselho Nacional de Saúde que, conforme o seu Art. 1º, impõe restrições à pesquisa que envolva dados coletados direta ou identificáveis e, no item VII do parágrafo único, dispõe que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito. Na medida em que as gravações utilizadas receberam um tratamento acústico momentâneo e pontual para uso pessoal e posteriormente foram eliminadas, bem como nenhuma das gravações coletadas foi reproduzida na íntegra no trabalho, mas tão somente na forma de tabelas contendo os valores de frequência, em Hz, e os de intensidade, em rms, não houve nenhuma ofensa a direitos autorais. A coleta das gravações foi feita de forma indireta, sem contato com os locutores, que mantiveram seus áudios de forma livre e desimpedida e *site* de acesso público. Tampouco houve riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana e ainda nenhum dos participantes foi identificado; seus dados não foram identificados e suas gravações não têm conteúdo lexical.

Metodologia e análise dos dados

A coleta de dados (JORGE, 2019) consistiu na gravação da voz dos participantes com o auxílio do gravador de voz digital portátil da marca H4 ZOOM em sala agradável, sem isolamento acústico com a presença do participante e da pesquisadora para se assemelhar a um atendimento psicoterapêutico. Em algumas ocasiões, do mesmo modo que já exposto, houve a participação de um profissional de referência ou do responsável legal pelo paciente. As gravações foram realizadas individualmente e não se permitiu a reaplicação dos procedimentos.

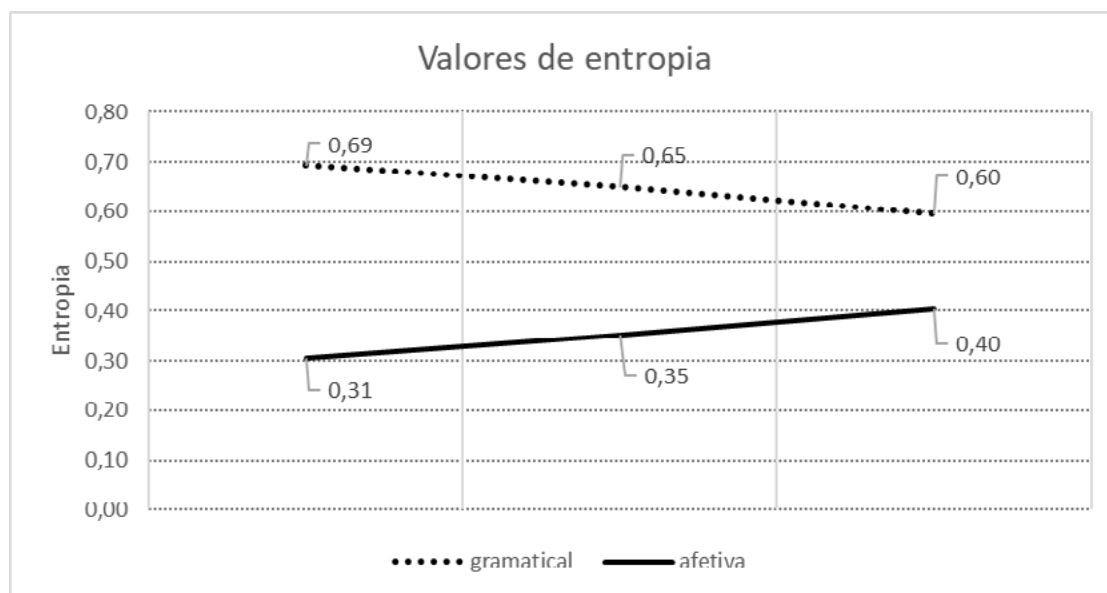
Essa coleta de dados para ambos os grupos se dividiu em quatro etapas. Na primeira, foi realizada uma entrevista sucinta de anamnese, em que os participantes versaram sobre aspectos pessoais, rotina laboral e acadêmica. Essa etapa seguiu um questionário semiestruturado. Na etapa posterior, solicitou-se ao participante que contasse uma recordação triste e uma feliz entre suas experiências de vida. Em seguida, sugeriu-se aos SEIs que descrevessem uma obra de arte. No entanto, foi constatado que os SCs e os SECMS não executam atividades artísticas. Então, foi recomendado a eles que expusessem o que notavam numa imagem, retirada aleatoriamente de um *site* da internet, e/ou discorressem sobre uma obra cinematográfica de sua preferência.

Após a coleta, os arquivos foram carregados individualmente para o aplicativo de análise acústica *Speech Filing System* (HUCKVALLE *et al.*, 1987; HUCKVALLE, 2008), para serem fragmentados em arquivos de duas a quatro partes. Em seguida, extraíram-se seus respectivos valores de frequência e intensidade. Ainda com a mesma ferramenta foram feitas as transcrições lexicais e a extração dos dados numéricos de variações de frequência e intensidade. Seguindo a mesma metodologia – exceto por não contar com a transcrição do conteúdo lexical das frases entoacionais –, foram extraídos também os dados de

frequência e intensidade de cada um dos arquivos coletados dos grupos de controle escolhidos, compostos por 15 homens e 15 mulheres sem sinais de psicose evidente, disponibilizados na plataforma do YouTube. Na etapa seguinte, os arquivos de transcrição frasal, frequência e intensidade foram processados pelo *software* ExProsodia. Com isso, estabeleceram o número de ocorrências de cada um dos parâmetros previamente mencionados, correspondentes à entoação gramatical e, também, o número de ocorrências correspondentes aos parâmetros pertencentes à entoação afetiva.

Resultados

Figura 1. No eixo das coordenadas, vê-se os valores de entropia calculados a partir do método apresentado. Por sua vez, no eixo das abcissas as siglas nSCZ (masc) e nSCZ (fem) representam os grupos controles, ao passo que a sigla SCZ representa os pacientes com esquizofrenia



Fonte: Elaboração própria

Em duas investigações preliminares realizadas por Padilha (2020) e Carreiro (2020), a comparação do uso da entoação gramatical com a afetiva mostrou que a relação entre ambas é parcialmente semelhante entre os sujeitos dos grupos-controle masculino e feminino, plenamente diversa entre os sujeitos do grupo-controle masculinos e os pacientes com esquizofrenia e parcialmente semelhante entre os sujeitos do grupo-controle feminino e os pacientes com esquizofrenia. Foi possível identificar que há um número de ocorrência maior de frases afetadas pela entoação afetiva na fala de pacientes com esquizofrenia. Na Figura 1, é possível notar que há uma tendência crescente à entropia partindo dos sujeitos masculinos sem diagnóstico de esquizofrenia – nSCZ(masc), à

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

esquerda no gráfico – até os sujeitos com esse diagnóstico – SCZ, à direita no gráfico. A diferença entre sujeitos masculinos e femininos – nSCZ(fem), no centro do gráfico – relativa a esse mesmo fato, foi levada a cabo por Carreiro (2020). Seus resultados mostraram que houve também variação significativa entre esses dois grupos ($t=2,048$, $p<0,05$), especialmente quanto à entoação afetiva. A comparação entre gêneros foi feita a partir das propostas discutidas em Chaves (2000) em que se verifica que a manifestação da esquizofrenia é distinta entre estes grupos.

Discussão

Da mesma maneira que em trabalhos anteriores de Ferreira-Netto (2010, 2016), Martins e Ferreira-Netto (2010), Ferreira-Netto *et al.* (2013a), Ferreira-Netto e colegas (2013b), Peres (2016), Martins e Ferreira-Netto (2017) e Ferreira-Netto e colegas (2017) e Jorge (2018), neste artigo, o aplicativo ExProsodia (FERREIRA-NETTO, 2010) demonstrou acurácia e fidedignidade durante o teste entoacional. O modelo automático permite a obtenção dos resultados sem a influência subjetiva dos pesquisadores e, sobretudo, favorece a perspectiva de reanálise dos dados partindo dos mesmos princípios. A isto se soma que a nova versão do aplicativo desenvolvido por Ferreira-Netto (2010, 2016) possibilita a inserção das transcrições dos áudios, o que, por sua vez, proporciona a oportunidade de visualizar a curva sonora e, ao mesmo tempo, atentar para a interface sintática-semântica da mensagem que está sendo transmitida pelo falante.

Na pesquisa realizada por Jorge (2019), a rotina de dados ExProsodia (FERREIRA-NETTO, 2010) propiciou a diferenciação de pacientes com esquizofrenia e de sujeitos controle sem histórico anterior de transtornos mentais. Neste artigo, foi possível realizar a diferenciação entre os grupos de sujeitos com esquizofrenia e sem transtorno mental manifesto e verificar que a análise individual de entoação gramatical e afetiva também permite a separação entre os grupos. O teste efetivado por este trabalho constatou diferenças estatisticamente significantes entre os sujeitos do grupo-controle masculinos e os pacientes com esquizofrenia ($P<0,001$; $T_0(2,38) > T_c > 1,72$ unicaudal; $> T_c 2,09$ bicaudal). Por outro lado, existe uma semelhança parcial entre os sujeitos do grupo-controle feminino e os pacientes com esquizofrenia ($P<0,05$; $T_0(1,86) > T_c(1,7)$ unicaudal). Essa diferença entre gêneros corrobora os dados apresentados no DSM-5 (1993, p. 104) de que os sintomas tendem a ser mais carregados de afeto no sexo feminino.

Concomitantemente, o aplicativo ExProsodia demonstrou qualidade e acuidade em identificar diferenças entre a entoação gramatical e afetiva de sujeitos de gênero feminino e masculino sem quaisquer traços evidentes de psicose enquanto narravam

uma experiência negativa vivenciada durante um assalto. Pisanski *et al.* (2021) defende que F0 é um parâmetro sexualmente dimórfico em seres humanos e são particularidades individuais estáveis ao longo do curso de vida de cada sujeito. Ainda, segundo os mesmos autores, pode-se compreender que F0 é um biomarcador confiável e forte.

É possível afirmar que o emprego de um algoritmo de análise entoacional também poderia ser útil para a área de saúde mental. Isso corrobora as considerações de Rapcan e colegas (2010), ao considerarem que a avaliação automática promovida por aplicativos de alta qualidade podem ser recursos elementares ao profissional durante a realização do diagnóstico. Ao mesmo tempo, podem também se tornar estratégias de acompanhamento clínico relevantes, já que a aplicação sazonal de exames acústicos pode fornecer pistas importantes para monitorar efeitos da medicação e possíveis déficits cognitivos.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho foram apresentadas duas investigações científicas realizadas concomitantemente (PADILHA, 2020; CARREIRO, 2020). Na primeira, foram examinadas as dificuldades discursivas e entoacionais de pacientes com esquizofrenia e, logo, por conseguinte, os resultados obtidos foram comparados com a análise prosódica gramatical e afetiva de dois grupos de sujeitos controle. Como conclusão, foi identificada uma semelhança parcial entre entoação afetiva e gramatical entre os grupos de controle masculino e feminino. Comparados com o grupo de pacientes com esquizofrenia, a semelhança é plenamente diversa no caso do grupo controle de gênero masculino e parcialmente diversa em relação ao grupo de controle de gênero feminino. Em levantamento bibliográfico realizado por Chaves (2000), a autora verificou que as vicissitudes da esquizofrenia são diferentes entre os sexos. Entretanto, não houve referências à variação entre sintomas relacionados a gênero. São raros os dados que nos permitam verificar se há diferenças de sintomas, especialmente de produção entoacional, entre gêneros nos grupos de pessoas que se encaixam no diagnóstico do espectro da esquizofrenia. Os resultados do estudo de Scholten e seus colegas (2008) sugerem que as diferenças sexuais em pacientes no processamento emocional prosódico e semântico não são um efeito específico da esquizofrenia, mas da preservação de diferença já conhecida na variação dos gêneros no processamento emocional verbal na esquizofrenia. Os autores, entretanto, chamam a atenção para o trabalho de Bozikas e colegas (2006), que relataram que apenas pacientes do sexo masculino com esquizofrenia estavam prejudicados na percepção da prosódia, enquanto pacientes do sexo feminino apresentaram déficits em apenas reconhecer a tristeza. Embora não trate de emoções manifestas verbalmente, a pesquisa empreendida por Weiss e seus colegas (2007) verificou que rostos neutros eram

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

mais comumente vistos como bravos em homens esquizofrênicos, enquanto mulheres esquizofrênicas interpretavam mais frequentemente rostos neutros com comportamento agressivo. Tais diferenças, segundo os autores, poderiam relacionar-se a um estilo cognitivo caracterizado por atribuições hostis a rostos neutros em homens esquizofrênicos.

A diferença que verificamos entre os grupos masculino e feminino de controle e o grupo dos participantes diagnosticados nesse espectro aponta para uma diferença geral entre gêneros que, no entanto, converge para uma posição intermediária entre os grupos de controle. Os resultados que obtivemos em nosso trabalho permitem tomar como hipótese inicial que diferenças de entoação relacionadas a gênero entre pessoas no espectro da esquizofrenia serão menores do que as verificadas no grupo de controle. Há necessidade de outras pesquisas para que isso seja verificado.

É importante incentivar a necessidade de pesquisas futuras, em especial, destaca-se a necessidade de estudos longitudinais que se proponham a investigar a prosódia gramatical e afetiva, abordando diferenças de gênero ao longo do desenvolvimento do espectro da esquizofrenia e também em casos de pacientes acometidos por outros transtornos mentais. A possibilidade de que a entoação possa ser abordada por análise automática nos aspectos gramatical e afetivo diferenciadamente permitirá que se observe com maior detalhamento se as dificuldades discursivas decorrem de disfunção emocional específica ou de dificuldade especialmente relacionada com a linguagem. Autores como Todorov (1978), Andreasen, (1982), Naslund e colegas (2017), dentre outros, têm considerado que as disfunções no uso da linguagem podem ser tanto pragmáticas como gramaticais, seja pela falta de coerência nos diferentes níveis da linguagem seja pela própria entoação. Na medida em que essa dissociação entre níveis discursivos pode decorrer em vários eixos sintáticos, lexicais, prosódicos e semânticos, eles precisam ter sua relação ainda mais conhecida.

Com tais estudos, será possível contribuir para a evolução dos estudos na área da linguagem ao mesmo tempo que permite colaborar com dados relevantes que possam auxiliar o campo da saúde física e mental.

Procedimento ético

A coleta de dados realizada no Museu de Imagens do Inconsciente, do Instituto Nise da Silveira, foi aprovada pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), com o Parecer nº 2.065.673, emitido em 16/05/2017. A segunda coleta de dados efetivada no CAPS II “Espaço Vivo” foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) com o Parecer

nº 2.301.603; em 27/09/2017. A transcrição dos áudios foi aprovada pelo Parecer nº 3.707.848 emitido em 15/11/2019 às 14h15min e pelo Parecer nº 3.736.176 emitido em 29/11/2019. A coleta, transcrição e análise dos dados relativa ao grupo de controle tiveram aprovação do Comitê de Ética da Pesquisa Científica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com o parecer nº 4.578.990, emitido em 08/03/2021. O material de domínio público utilizado para a pesquisa está de acordo com a lei de direitos autorais Lei nº 9.610, de 19/02/1998, cap. IV, Art. 46, itens II e VIII. Em relação à ética na coleta e no uso dos dados, essa coleta dos dados está conforme a Resolução do Plenário do Conselho Nacional de Saúde nº 510, 07/04/2016, Art. 1º, parágrafo único itens V e VII.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Sra. Gladys Schincariol, do Sr. Luis Carlos Mello e do Prof. Dr. Eurípedes Gomes da Cruz Junior, do Museu Imagens do Inconsciente; e da Sra. Marly Tieghi, do Centro de Atenção Integral à Saúde Prof. Cantídio de Moura Campos. Além dos recursos da Universidade de São Paulo, a pesquisa obteve apoio da Capes, processo 1721399, do CNPq, processos 4001145/2009-0, 300235/2010-0, e 421369/2018-3 e da Fapesp processo 2021/00531-2.

Referências

ANDREASEN, N. C. Negative symptoms in schizophrenia: definition and reliability.

Archives of general psychiatry, v. 39, n. 7, p. 784-788, 1982.

ALPERT, M. *et al.* Prosody and lexical accuracy in flat affect schizophrenia. **Psychiatry**

Research, v. 97, n. 2-3, p. 107-118, 2000.

ALPERT, M. *et al.* Vocal Acoustic Correlates of Flat Affect in Schizophrenia. **Journal of**

Psychiatry, British, v. 154, n. S4, p. 51-56, 1989.

ALPERT, M.; KOTSAFTIS, A.; POUGET, E. R. Speech Fluency and Schizophrenic Negative Signs. **Schizophrenia Bulletin**, v. 23, n. 2, p. 171-177, jan. 1997.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5th. ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

AUBERGÉ, V. A Gestalt morphology of prosody directed by functions: the example of a step by step model developed at 2002. *In: SPEECH PROSODY, 1.*, Aix-en-Provence, 2002. **Proceedings [...]**. 2002. p. 151-155.

BLEULER, P. E. **Demencia precoz**: el grupo de las esquizofrenias. Tradução de Daniel Ricardo Wagner. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1993.

BOLINGER, D. L. **Intonation and Its Parts**: Melody in Spoken English. Stanford: Stanford University Press, 1986.

BOROD, J. C. *et al.* A preliminary comparison of flat affect schizophrenics and brain-damaged patients on measures of affective processing. **Journal of Communication Disorders**, v. 22, n. 2, p. 93-104, 1989.

BOZIKAS, V. P. *et al.* Impaired Perception of Affective Prosody in Schizophrenia. **The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neurosciences**, v. 18, n. 1, p. 81-85, 2006.

CARREIRO, J. C. Entoação e gênero – O que há? *In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USP*, 28. 2020.

CHAVES, A. C. Diferenças entre os sexos na esquizofrenia. **Brazilian Journal of Psychiatry**, n. 22, suppl. 1, 2000.

COMPTON, M. T. *et al.* The aprosody of schizophrenia: Computationally derived acoustic phonetic underpinnings of monotone speech. **Schizophrenia Research**, v. 197, p. 392-399, 2018.

DE LOOZE, C. *et al.* Investigating automatic measurements of prosodic accommodation and its dynamics in social interaction. **Speech Communication**, n. 58, p. 11-34, 2014.

FERREIRA-NETTO, W. ExProsodia. **Revista da Propriedade Industrial-RPI**, 2038, item 120, em 26 out. 2010.

FERREIRA NETTO, W.; MARTINS, M. V. M.; VIEIRA, M. de F. Efeitos da entoação e da duração na análise automática das manifestações emocionais. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 43, p. 23-32, 2014.

FERREIRA NETTO, W.; PERES, D. O.; MARTINS, M. V. M.; VIEIRA, M. de F. Tentativa de disposição de registros entoacionais num eixo horizontal organizado pela tensão entoacional. **Gradus - Revista Brasileira de Fonologia de Laboratório**, v. 2, n. 1, p. 14-29, 2017.

FERREIRA-NETTO, W. *et al.* Análise automática da entoação emotiva (colérica, triste e neutra) pelo aplicativo ExProsodia. *In: BRAZILIAN SYMPOSIUM IN INFORMATION AND HUMAN LANGUAGE TECHNOLOGY AND COLLOCATED EVENTS*, 9, Fortaleza, 2013a. Proceedings-BRACIS 2013. Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/jdp/2013/001.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

GELDER, M.; MAYOU, R.; COWEN, P. **Tratado de psiquiatria**. Tradução de Fernando Diniz Mundim e Martha Luiza Quintella Alves Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GUR, R. E. *et al.* Flat affect in schizophrenia: relation to emotion processing and neurocognitive measures. **Schizophrenia bulletin**, v. 32, n. 2, p. 279–287, abr. 2006.

HIRST, D. A multi-level, multilingual approach to the annotation and representation of speech prosody. *In: SHATTUCK-HUFNAGEL, S.; BARNES, J. (org.). Prosodic Theory and Practice*. Cambridge: The MIT Press, 2022. p. 117-149.

HUCKVALE, M. A. *et al.* **The SPAR Speech Filing System**. *In: EUROPEAN CONFERENCE ON SPEECH TECHNOLOGY*. Edinburgh, 1987.

HUCKVALE, M. **Speech Filing System v.4.7/Windows SFSWin 2008**.

JORGE, A. C. A. **Prosódia afetiva na esquizofrenia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

KRAEPELIN, E. **Lectures on Clinical Psychiatry**. New York: Willian Wood & Company, 1904.

KRAEPELIN, E. **A demência precoce**. 1ª parte. Tradução de Virgínia Ramos. Forte da Casa: Editora Climepsi, 2004.

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

MARTINS, M. V. M.; FERREIRA-NETTO, W. Prosódia e escalas de frequência: um estudo em torno da escala de semitons. **ReVEL**, n. 8, n. 15, 2010.

MARTINS, M. V. M.; FERREIRA-NETTO, W. Proposal of description for an intonation pattern: The simulacrum of neutral intonation. **The Journal of the Acoustical Society of America**. n. 141, p. 3701, 2017.

MARTINS, T.; FERREIRA-NETTO, W. Relação entre variação de tom médio da fala e comportamento do falante. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2010.

MICHELAS, A. *et al.* Do patients with schizophrenia use prosody to encode contrastive discourse status? **Frontiers in Psychology**, v. 5, p. 1-13, jul. 2014.

MITCHELL, R. L. C.; CROW, T. J. Right hemisphere language functions and schizophrenia: The forgotten hemisphere? **Brain**, v. 128, n. 1, p. 963-978, 2005.

MONRAD-KROHN, G. H. Dysprosody or altered "melody of language". **Brain**, v. 70, p. 405-415, 1947.

MONRAD-KROHN, G. H. The Third Element of Speech: Prosody in the Neuro-Psychiatric Clinic. **Journal of Mental Science**, v. 103, n. 431, p. 326-331, 1957.

NASLUND, J. A. *et al.* Health Behavior Models for Informing Digital Technology Interventions for Individuals with Mental Illness. **Psychiatric rehabilitation journal**, v. 40, n. 3, p. 325-333, 2017.

PADILHA, M. N. Análise da entoação em pacientes com esquizofrenia. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USP, 28.

PIERREHUMBERT, J. B. **The Phonology of Phonetic of English Intonation**. M.I.T., Cambridge, 1980.

PISANSKI, K.; GROYECKA-BERNARD, A.; SOROKOWSKI, P. Human voice pitch measures are robust across a variety of speech recordings: methodological and theoretical implications. **Biology Letters**, v. 17, p. 1-6, out. 2021.

PITTAM, J.; SCHERER, K. R. Vocal expression and communication of emotion. *In*: LEWIS, M.; HAVILAND, J. M. (org.). **Handbook of Emotions**. New York, London: The Guilford Press, 1993. p. 185-197.

RAPCAN, V. *et al.* Acoustic and temporal analysis of speech: a potential biomarker for schizophrenia. **Medical Engineering and Physics**, v. 32, n. 9, p. 1074-1079, jul. 2010.

RINGEVAL, J. *et al.* Automatic Intonation Recognition for the Prosodic Assessment of Language Impaired Children. **Transactions on Audio, Speech, and Language Processing**, v. 19, n. 5, p. 1328-1342, 2011.

RILLIARD, A.; AUBERGÉ, V. Prosody Evaluation as a Diagnostic Process: Subjective vs. Objective Measurements. **International Journal of Speech Technology**, n. 6, p. 409-418, 2003.

SCHOLTEN, M. R. M.; ALEMAN, A.; KAHN, R. S. The processing of emotional prosody and semantics in schizophrenia: relationship to gender and IQ. **Psychological Medicine**, v. 38, n. 6, p. 887-898, 2008.

SCHÖTZ, S. Trying to Improve an Automatic Estimator of Speaker Age. **Course in Forensic Phonetics Course Paper**, p. 1-11, 2004.

TODOROV, T. **Les genres du discours**. Paris: Édition de Seuil, 1978.

TOIVANEN, J.; VÄYRYNEN, E.; SEPPÄNEN, T. Automatic Discrimination of Emotion from Spoken Finnish. **Language and Speech**, v. 47, n. 4, p. 383-412, 2004.

VASSOLER, A. M. O.; MARTINS, M. V. M. A entoação em falas teatrais: uma análise da raiva e da fala neutra. **Revista Estudos Linguísticos**: 9-18 p. 2013.

WEISS, E. M. *et al.* Diferencias de género en el reconocimiento de la emoción facial en personas con esquizofrenia crónica. **European Psychiatry** (Ed. Española), v. 14, n. 7, p. 335-342, 2007.

- | Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais

COMO CITAR ESTE ARTIGO: FERREIRA NETTO, Waldemar; MARTINS, Marcus Vinicius Moreira; APARECIDA JORGE, Ana; CARREIRO, Juan Costa; PADILHA, Mariana Nitzschke. Entoação gramatical e afetiva: comparação entre pessoas com esquizofrenia e entre os gêneros sexuais. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 57-74, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 20/10/2021 | Aceito em: 23/06/2022..

THE NATURE AND EMERGENCE OF THE *LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA* ACCORDING TO MUFWENE'S LANGUAGE ECOLOGY MODEL

Thomas FINBOW¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3414>

Abstract: This paper addresses two aspects of the *Língua Geral Amazônica* (LGA). First, we propose that *Língua Geral* as a technical term in Portuguese was inspired by administrative practices in Spain's American colonies and that, given contemporary usage, the term should be understood functionally as any Tupi-Guarani variety broadly mutually comprehensible with the colonial Old Tupi, rather than as a structurally modified variety or the speech of a particular ethnic or social group, as has been claimed. We then briefly analyse two recent hypotheses that treat the emergence of LGA as creolisation (VIEIRA; ZANOLI; MÓDOLO, 2019; NOBRE, 2019). Next, we apply key notions of the Language Ecology creolisation model (MUFWENE, 2003, 2008) to the formation of LGA and suggest a periodization.

Keywords: Língua Geral Amazônica. Nheengatu. Salikoko Mufwene. Language Ecology. Creolization.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; thomas.finbow@usp.br; <https://orcid.org/0000-0003-4803-6603>;

A NATUREZA E O SURGIMENTO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA, SEGUNDO O MODELO DE ECOLOGIA LINGUÍSTICA DE MUFWENE

Resumo: O presente artigo aborda dois aspectos da *Língua Geral Amazônica* (LGA). Primeiro, propomos que “língua geral”, como termo técnico em português, foi inspirado pelas práticas administrativas nas colônias da América espanhola. Dado o uso contemporâneo, esse nome deveria ser entendido de modo funcional como referindo-se a qualquer variedade tupi-guarani mutuamente compreensível com o Tupi Antigo colonial, antes que, designando uma variedade, tenha sofrido certa modificação estrutural ou tenha sido a norma expressiva de determinado grupo étnico ou social, como outros pesquisadores já defenderam. A seguir, analisamos duas hipóteses recentes que tratam o surgimento da LGA como crioulização (VIEIRA; ZANOLI; MÓDOLO, 2019; NOBRE, 2019). Apresentamos as noções centrais do modelo de crioulização da Ecologia linguística (MUFWENE, 2003, 2008) e as aplicamos ao surgimento da língua geral amazônica proferindo um esboço de periodização.

Palavras-chaves: Língua Geral Amazônica. Nheengatu. Salikoko Mufwene. Ecologia Linguística. Crioulização.

We begin by discussing the definition of *Língua Geral* (henceforth LG) in colonial Brazil. Focussing on the Amazonian region, we analyse some well-known proposals regarding the nature and formation of LG. After critically analysing two recent proposals that consider the formation of *Língua Geral Amazônica* (LGA) to be a case of creolisation, we present the central pillars of Mufwene's Linguistic Ecology model of creolisation (MUFWENE, 2003, 2010). We conclude a broad periodization of the formation of LG in the Amazon as a Mufwenean creole.

What is a *Língua Geral*?

Língua geral, in Portuguese, or *lengua general*, in Spanish, means “lingua franca”, i.e., a language used for communication amongst groups of people who do not share a common first language. Such a language may or may not be the first language of one of the interacting parties, or it may be the native language of neither group.

A Spanish idea?

The instrumentalization of indigenous *lenguas generales* in Spain's American colonies was shaped by Jerónimo de Loayza's *Instrucción de la orden que se a de tener en la Doctrina de los naturales* (1545-49) (ALFARIO LAGORIO, 2003, p. 43), the decisions of the *Junta Magna* of 1568 (PÉREZ PUENTE, 2009, p. 47-48; RAMOS PÉREZ, 1986, p. 7-9), and the three Councils of Lima (1552, 1567-68, 1582-83) (ALTMAN, 2003; ALFARIO LAGORIO, 2003). The outcome was that catechesis would be performed in certain indigenous languages, not in Castilian. Thus, missionaries had to learn these languages and compose catechisms in them, supported by chairs in *lenguas generales* established in 1580 at the University of Lima and the city's Jesuit College (PÉREZ PUENTE, 2009, p. 47).

In the Spanish empire, pre-Columbian indigenous lingua francas already existed, e.g., Quechua and Nahuatl, which were adapted to colonial projects (ALTMAN, 2003, 2011; ALFARIO LAGORIO, 2003). Other indigenous *lenguas generales* officially fostered by the Spanish Crown included Aymara, Chibcha/Muisca, Puquina, Guarani, and Mapuche. Unlike Quechua and Nahuatl, these languages were not originally super-ethnic lingua francas but rather formed dialect continua that were spoken over extensive territories, often by diverse polities (ALTMAN, 2003, p. 60). The Spanish aimed to form koines from these languages for the purposes of evangelization and administration (ALTMAN, 2003, p. 64; ALFARIO LAGORIO, 2003, p. 46-50).

Unlike the Andean region or Mexico, the territory the Portuguese Crown received under the Treaty of Tordesillas (1494) contained no large-scale indigenous states. Contemporary European accounts, e.g., Thévet (1555-57), Gândavo (1576), Cardim (1584), Soares (1587), Léry (1578), Anchieta (1596), and Vasconcellos (1663), describe the predominant native population as divided into culturally similar, rival groups that spoke varieties of the same language, in what appears to have been a dialect continuum.

Desde o rio do Maranhão, que está além de Pernambuco para o norte, até a terra dos Carijós, que se estende para o sul, desde a Lagoa dos Patos até perto do rio que chamam de Martim Afonso, em que pode haver 800 léguas de costa, em todo o sertão dela que se estenderá com 200 ou 300 léguas, tirando o dos Carijós, que é muito maior e chega até as serras do Peru, há uma só língua.

Anchieta, *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil* (1596)

Em toda esta província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal que compreende umas dez nações de índios; estes vivem na costa do

- | The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model

mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua ainda que em algumas palavras discrepão e esta é a que entendem os Portuguezes. [...]

Todas estas nações acima ditas, ainda que diferentes, e muitas delas contrarias umas das outras, têm a mesma língua, e nestes se faz a conversão.

(CARDIM, 1584, p. 101 *apud* ROSA, 2003, p. 136)

Tupinaês é uma gente do Brazil semelhante no parecer, vida e costumes dos tupinambás, e na linguagem não tem mais diferença uns dos outros, do que tem os moradores de Lisboa dos de entre Douro e Minho; mas a dos tupinambás é a mais pulida; e pelo nome tão semelhante d'estas duas castas de gentio se parece bem claro que antigamente foi esta gente toda uma, como dizem os índios antigos d'est nação; mas tem-se por tão contrarios uns dos outros que se comem aos bocados [...].

(SOUZA, 1938 [1587], p. 406 *apud* ALTMAN, 2003, p. 67, n. 8)

Sadly, the opinions of native speakers of OT regarding linguistic variation have not been documented. However, given the contemporary Europeans' accounts of such linguistic uniformity, we favour Navarro's vision of a single "Old Tupi" language (henceforth OT) exhibiting mutually comprehensible regional variation (2008, p. 11-13).

Like Edelweiss (1969, p. 69-109), we find the use of "Tupinambá" as a generic term for the coastal OT-speaking peoples, following the practice of the anthropologist Alfred Métraux, e.g., Métraux (1979), and the Brazilian sociologist Florestan Fernandes, e.g., Fernandes (1948), to be inappropriate. Not only did many non-Tupinambá peoples speak the language, e.g., Potiguara, Caeté, Tamoio, Marakajá, Tupiniquim, Amoipira, etc., but also because contemporary usage does not support the generic use of Tupinambá, as we shall demonstrate below.

We also disagree with Rodrigues' treatment of the speech of the "Tupi" people of São Vicente and São Paulo as a subbranch of his Tupi-Guarani Group III, separate from the larger "Tupinambá" subgroup proposed to extend from Rio de Janeiro to Paraíba and in the Amazon (RODRIGUES, A., 1985, see also JENSEN, 1999, p 130-131; DIETRICH, 2010, p. 25).

The southern variety or varieties did exhibit a few structural differences, e.g., the suffix *-(r)amo* for the circumstantial indicative/indicative II in stative predicates and */-i/* (*/ C+__*), */-w/* (*/ V + __*) for active predicates. Rodrigues' "Tupinambá" variety exhibits uniform */-i/* and */-w/* for both predicate classes (NAVARRO, 2008, p. 121, §263). Another

southern feature was consonantal apocope, reminiscent of the neighbouring Guarani sub-branch of Tupi-Guarani (RODRIGUES, A., 1958, p. 232), classified as Group I in Rodrigues (1984/85). This is best accounted for as an areal phenomenon, for the Tupi of what would become Sao Vicente and São Paulo were in direct contact with the “Carijó” Guarani, before and during the Portuguese colonization.

Thus, Rodrigues (1996)’s regionalised nomenclature for both the precolonial autochthonous varieties and the colonial *Línguas Gerais*, i.e., *Língua Geral Paulista* (LGP), descended from his “Tupi”, and *Língua Geral Amazônica* (LGA), descended from his “Tupinambá”, like Nobre’s *Língua Geral da Sul da Bahia* (NOBRE, 2011, 2012, 2016), are pure anachronisms. No such divisions in terms of separate varieties or languages are recognised within the *Língua Brasileira* (“Brazilian language”, i.e., the codified missionary variety, henceforth LB) or LG in historical sources. Indeed, Anchieta’s poetry mixes features of southern and northern varieties (NAVARRO, 2004, p. 88, n. 10, 164, n. 97). Additionally, in the 17th century, *Paulistas* were sought to work in the Jesuit missions in the colony of *Maranhão e Pará*, precisely because their fluency in their variety of LG made them especially successful at converting the Amazonian Tupinambá (BARROS, 2010). This is scarcely what one would expect from speakers of different languages.

It is therefore unsurprising that the Portuguese did not use the term “LG” initially, for in the 16th century, OT was not an interethnic lingua franca but merely the “most spoken language” of the Atlantic seaboard, as Anchieta noted in his grammar’s title (*Arte de gramática da língua mais falada na costa do Brasil*). The lingua franca role would emerge as the colonial programme expanded, especially in Amazonia.

The commonest term employed initially by the Jesuits in the Portuguese territories was *Língua Brasileira*, e.g., Araújo: *Catecismo na Lingoa Brasileira ...* (1618, 1678); Figueira: *Arte da Língua Brasileira* (1621), *Arte de grammatica da Lingoa Brasileira* (1687); Bettendorf: *Compendio da Doutrina Christãa na língua portuguesa e Brasileira* (1687). However, the term ‘*Língua Geral*’ also appears almost simultaneously, e.g., in the letters of Manoel Gomes written between 1616 and 1621 (SANTOS, 2011, p. 10), in Antônio Vieira’s writings in *Maranhão e Pará* (1653-61) and in Brazil (1681-97), and in Bettendorf’s *Crônica dos padres jesuítas no Maranhão* (1687). Thus, the traditional chronology for the linguistic nomenclature in Portuguese, i.e., approximately LB (17th c.) > LG (18th c.) > NHG (19th c.), is problematic since the use of the terms LB and LG overlap considerably.

We suspect, given the dates of the councils in Spanish America mentioned above, that the change in linguistic nomenclature may, at least in part, be due to closer ties between Portugal and Spain during the Iberian Union (1580-1640). However, as yet, the precise connection eludes us.

- | The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model

The shift in the predominant variety of written OT from southern Vicentine/Paulista, where Anchieta began his missionary career (1553-1565), to that of the Tupinambá of Bahia and Espírito Santo, where he subsequently moved (1569, 1577-1587, 1587-96), may also be related to the Spanish practice of adopting a geographically central variety of a language intended as a lingua franca in the – fairly well-founded – belief that such a variety would be more likely to permit successful communication across a wider region than a peripheral variety (ALTMAN, 2003, p. 66-67; ALFARO LAGÓRIO, 2003, p. 49). Further investigation of Jesuit documentation is required to confirm if such a plan did indeed exist.

It is also worth bearing in mind that the other Jesuit, besides Anchieta, to describe OT, Luís Figueira, despite his role in the early Amazonian missionary projects, actually learned the language at the Jesuit College in Salvador da Bahia (1602-1607) and in the captaincy of Pernambuco at the Jesuit College in Olinda (1610-1619), as well as amongst the Caeté people at the missionary village of Our Lady of Escada (1619-1621), where he wrote his famous LB grammar. Thus, neither of the Jesuit *Artes* directly reflects the language of the Tupinambá of *Maranhão e Pará* that was LGA's direct ancestor (EDELWEISS, 1969, p. 69-81), although both grammar books, especially Figueira's, and Araújo's catechism, were employed in the Jesuit's Amazonian colleges and missions.

The Portuguese Crown only made LG an official administrative vehicle in 1689, responding to the *Regimento das Missões* (1686), which made the Jesuits responsible for overseeing the implementation of Portugal's indigenous policy. However, the practice of using LB for catechesis had been in place since the 1650s in *Maranhão e Pará* and in the *Estado do Brasil* it was already over 150 years old.

"Língua Geral" and "Nheengatu"

From the 17th to the 19th century, Portuguese writers almost exclusively use the term *Língua Geral*. One 18th-century vocabulary employs *brasiliano* "Brazilian" (EDELWEISS, 1969, p. 123-133). *Nheengatu* (henceforth NHG) is first attested in Seixas (1856), and today is widely understood as synonymous with Rodrigues (1996)'s term *Língua Geral Amazônica* (LGA).

Today, the Baré, Baniwa, and Warekena peoples of the Rio Negro call their language *Nheengatu*, as do the indigenous peoples revitalising the language on the lower Tapajós, in the state of Pará, and in the Baixo Amazonas region of Amazonas state. Older people, both native speakers and Brazilian Portuguese monolinguals, may also refer to the language as *Língua Geral*, in Portuguese, and occasionally as *gíria* "slang".

Edelweiss (1969, p. 198) states that Couto de Magalhães' *O Selvagem*, published in 1876, popularised the term *Nheengatu*, which the author claimed to be a *Tapuia*, i.e., a detribalised indigenous/mestizo, endonym (MAGALHÃES, J., 1876, p. 38). However, Edelweiss is categorical about no colonial writer employing *Nheengatu* to refer to LG or LB, and no conclusive evidence exists that the indigenous population did so either before the 19th century. Edelweiss further observes that Hartt (1875) includes only *nheenga katu* "good language/speech", and *tapuya/tapya dheenga* "Tapuia language" as endonyms for the language called "LG" in Portuguese (HARTT, 1875, 1938, ex. 684, 686, 687).

The word *Nheengatu* comes from the OT roots *nhe'eng* /jě'ʔẽŋ/ "speech", "language", "vocalization", and *katu* /ka'tu/ "good", "well". OT morphemes can only exhibit CVC syllables in word final position. Compounding causes apocope whenever a consonant-final morpheme precedes a consonant-initial morpheme, i.e., C → Ø / __+C, e.g., /jě'ʔẽŋ/ → [jě'ʔẽ]. Tupi-Guarani (henceforth TG) nasal harmony (ESTIGARRIBIA, 2020, p. 39-44) means the phonologically nasal root /jě'ʔẽ(ŋ)/ causes the phonologically oral root /ka'tu/ to exhibit /k/'s nasal allophone, i.e., /k/ → [ŋʂ] / V[+nasal] + __ V[-nasal], i.e., *nhe'ẽ-ngatu* / jě'ʔẽ-ka'tu/ [jě'ʔẽŋga'tu].

Despite Edelweiss' justifiable reticence, it is curious that the word *Nheengatu* cannot come from any modern or attested 19th-century variety of that language, since none possess the requisite nasal harmony, exhibiting only /jě'ʔẽ ka'tu/ "speak well" and /jě'ʔẽŋa ka'tu/ "good speech/language", "well-spoken" (HARTT, 1938; COSTA, 1909 EDELWEISS, 1969, p. 201, n.17). However, since both Seixas (1856) and Magalhães (1876) independently record the nasal variant twenty years apart and claim it to be autochthonous, it seems unlikely that either writer coined the expression. Thus, it is still possible that the term *Nheengatu* may be much older than its first written attestation.

Significantly, *nheengatu's* antonym, *nheengaíba* (< /jě'ʔẽŋ/ "speak/speech" + /a'ib/ "bad" + /-a/ "NMZR") is amply documented from the 17th century onwards, in Amazonia, as a generic term for non-LG-speaking indigenous peoples, often called *línguas travadas* ("blocked/stuck/locked tongues") in contemporary Portuguese, e.g., Vieira in the 1650s (*Cartas*, v.1, p. 556, *apud* EDELWEISS, 1969, p. 198, n. 5). *Nheengaíba* was also the LG exonym for a large, non-TG confederacy on the island of Marajó that exhibited great animosity towards the Portuguese before being missionized and converted in 1658-59.

Therefore, when Edelweiss affirms that [...] *Se [o nome] dheengatu não chegou a usar-se, foi simplesmente porque todos os bemfalantes eram parentes e tinham nome próprio conhecido por todos, que tornava supérfluo qualquer denominação global; [...]* (1969, p. 198), he overlooks the fact that those who wrote in and about LG, in the 18th and 19th centuries

were addressing non-native speakers who were largely uninterested in native-speakers' opinions. Moreover, as we shall develop below, by the mid-18th century, "well-spoken" indigenous and mestizo Amazonians were far from being closely related to one another.

Theories about the emergence of the LGA

Most previous analyses of LGA tend to associate its emergence with particular social groupings². Such theories are not new. The Jesuit missionary João Daniel wrote that:

Nesta língua [Tupinambá] se compuseram ao princípio pelos primeiros missionários jesuítas o catecismo, e doutrina; e a reduziram a arte com regras, e termos fáceis de se aprender. Porém, como os primeiros, e verdadeiros topinambares já quase de todo se acabaram, e as missões se foram restabelecendo com outras mui diversas nações, e línguas, se foi corrompendo de tal sorte a língua geral topinambá, que já hoje são raros, os que a falam com a sua nativa pureza, e vigor; de sorte, que já os mesmos índios não percebem o catecismo, nem os que estudam a arte se entendem com os índios especialmente no Amazonas, como muitas vezes tem experimentado, e confessado os mesmos missionários, e índios, de sorte está viciada, e corrupta que parece outra língua diversa; mas a qual é a que se usa em todas as missões portuguesas do Amazonas, e a que aprendem as novas nações, que vão saindo dos matos, e a que estudam os missionários brancos, que tratam com índios não com regras, e preceitos da arte, mas pelo uso, e trato dos mesmos índios [...].

Daniel, *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*
(2004 [1757-76], v. 2, p. 365)

Edelweiss (1969, p. 156-157) stressed the "simplification" of the 'pure', i.e., precolonial, Tupi and the largely unaltered LB into what he called *Brasiliano* through acculturation and miscegenation on a massive scale. Similarly, Rodrigues (1996) emphasizes miscegenation, picking out the *mameluco* class as instrumental in developing and generalising LGA³.

2 Mattoso Câmara is a notable modern exception to the contact-based account, in attributing the LG's emergence to a deficient analysis of the original Tupi by the Jesuit grammarians (1977, p. 101). This notion is not original to Câmara. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governor of Grão-Pará (1752-1759) and the prime mover in implementing the anti-Jesuit and anti-LG policies of his brother, the future marquis de Pombal, accuses the Jesuits of inventing the LG. Rosa (1990, 1992) convincingly disproves this hypothesis.

3 The term *mameluco* is usually used in modern Brazilian Portuguese to refer to anyone of European and Amerindian ancestry. However, as Monteiro (1994:166-67) emphasizes, in the 17th century, *mameluco* referred specifically to those whose 'white' paternity was publicly recognized. Such individuals enjoyed greater social freedoms. Unrecognised offspring of 'white' men and 'indian' women were called *bastardos*, a term that extended its range over the course of the 18th century, making *mameluco* obsolete.

Dietrich (2014, p. 594) contrasts Nahuatl as an “authentically” indigenous lingua franca in Mexico with Rodrigues (1996)’s “mestizo” LG in Brazil. Freire (2011) gives a central role to language contact. Lee (2005), Nobre (2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2015, 2016), and Oliveira, Zanolli and Módolo (2019) base their discussions on pidginization and creolisation. All associate miscegenation with structural change that caused LB/Tupinambá/OT to *evolve into* LG.

Above, we have shown that the names LB and LG appear in writing at almost the same time in the 17th century. We argue below that there is no direct relationship between the patterns of metalinguistic change and observable structural evolution. Nor can contemporary usage link LG to any particular social category in Portugal’s South American colonies. Instead, the key factor was the language’s function in colonial society.

Function, not structure or group

As Wright (1982, 1994, 2002) has stressed for those who seek to locate the moment when “Latin” became “Romance” in terms of structural modifications rather than because of some change in speakers’ perceptions brought about by the development of novel scripto-linguistic norms, we argue in a similar vein that those who try to distinguish “LG(P/A)” and “OT”/“Tupinambá” on the basis of structure do so largely in vain, for it seems that in the seventeenth century in the colony of *Maranhão e Pará*, any indigenous group speaking a TG language that was broadly intelligible with what the Luso-Brazilians, their mestizo descendants and their Tupinambá vassals and allies spoke qualified as being “*índios de língua geral*”.

We do not deny that sociocultural and demographic changes and language contact and diversity were crucial factors in promoting language evolution in the mission villages and the colonists’ households and farms. However, the way that the term LG was used in the 17th and 18th centuries shows that it was above all a functional category. Although typically referring to OT and varieties derived from it, the term LG was not limited to that language.

For instance, already in 1616, Manoel Gomes wrote: “*Ha muitos tapuyas [i.e., non-OT-speaking peoples] de muitas nações, das quaes quatorze fallão a língua geral dos Tupynambás, que é quase commum no Brazil. [...]*” (GOMES, 1904, p. 334). Bettendorf’s *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (1698) states that the Guajajara of the Pindaré river in the present-day State of Maranhão are “*de Língua Geral*” and “*parecidos com os Carijós*”, i.e., a Guarani-speaking TG people located thousands of miles to the south (*apud* LEITE, 1943, p. 185).

Even before their missionisation, the “*multidão de gente*” living on the lower Tocantins and Araguaia were also described as “*quase todos da Língua Geral*” (BETTENDORF *apud* LEITE, 1943, p. 316), despite these groups including many non-Tupinambá, e.g., amongst those still living in the region today, the Guajajara and Tembé, Urubu Kaapor, Guajá, Anambé, Takunyapé, Turiwara, and Amanayé, who live around the Maranhão/Pará state line, and the Tocantins Asurini, Tocantins Suruí, and Parakanã. The Emerillon and Wãjãpi formerly inhabited the lower Tocantins before undertaking a large-scale migration to what is now Amapá State and French Guiana in response to Portuguese predation. All these peoples belong to quite separate sub-branches to OT within the Tupi-Guarani branch of the Tupian language family (JENSEN, 1999, p. 126, 130-132; RODRIGUES, A., 2010; GALÚCIO *et al.*, 2015; MICHAEL *et al.*, 2015; MELLO; KNEIP, 2018). Even allowing that four centuries of diachronic change may have obscured greater proximity in the past, none of these languages can be considered structurally identical to any OT variety: LB, LG, or NHG (see also CABRAL; OLIVEIRA, 2013). Nevertheless, in the second half of the 17th century, such peoples were referred to as being speakers of LG, even before missionisation.

Moreover, the Jesuit missionary João Daniel (1722-1776), whose *Tesouro descoberto no Rio máximo Amazonas* (DANIEL, 1976) is cited by all who seek proof of a Tupinambá pidginization or creolisation amongst the missionized *Tapuia*, actually reveals that what he calls the “true”, “Tupinambá LG”, i.e., the codified LB, was essentially a high diglossic code that only the missionaries maintained - non-natively - and possible relic groups of “Tupinambá” spoke natively: “[...] *que já hoje são raros, os que a falam com a sua nativa pureza, e vigor; [...]*”. Thus, Daniel’s comment, quoted above, reveals that the *Tapuia* actually speak the colonial vernacular of the non-missionized, which had evidently undergone considerable restructuring with regard to the codified variety, given Daniel’s comments: “[...] *já os mesmos índios não percebem o catecismo, nem os que estudam a arte se entendem com os índios [...] como muitas vezes tem experimentado, e confessado os mesmos missionários, e índios*”. It is important to observe that Daniel does not claim that a radical difference existed between the speech of the missionized *Tapuia* and that of the rest of the colony. In fact, he states that *everyone* in the missions speaks the “corrupt” LG in day-to-day interactions: “[...] *é a que se usa em todas as missões portuguesas do Amazonas e a que aprendem as novas nações, que vão saindo dos matos, e a que estudam os missionários brancos, que tratam com índios [...] pelo uso, e trato dos mesmos índios [...]*”. Note also that both the H and the L varieties are referred to as “LG” by Daniel, i.e., he does not go so far as to classify them as actual separate languages, although he does claim the “corrupt” LG “appears to be another language” ([...] *parece outra língua diversa*).

Daniel's comments regarding the Amazonian colonial vernacular appear to be in a similar vein to the bishop of Pernambuco's observations regarding the *Paulista* Domingos Jorge Velho: "*este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua, porque nem falar sabe, nem se diferença do mais bárbaro tapuya, mas que em dizer que é Cristão*" (apud MONTEIRO, 1994, p. 164). In fact, the bishop's prejudice was groundless: Domingos Jorge not only spoke Portuguese but was literate. Similarly, Mufwene (2003, p. 118-123) highlights the risks of employing mutual intelligibility as a determinant of separate language status for creoles, for it depends overmuch on which variety is compared to the alleged creole.

As a non-native speaker of "true", "Tupinambá" LG, i.e., LB, Daniel takes the codified variety as his standard and castigates the "corrupted and error-strewn" (*corrupta e viciada*) speech of the *Tapuia*, despite his employing it every day in all probability outside his catechesis classes. However, missionaries from other orders, e.g., Veloso, Avronches, Onofre, and others, continued to compile vocabularies and write in a structurally cohesive and typologically recognisable TG language they call "LG" into the second half of the 18th century (RODRIGUES; CABRAL, 2011; RODRIGUES, A., 2010; MONSERRAT, 2003; MONSERRAT; BARROS; MOTTA, 2010; EDELWEISS, 1969), see also Rosa (1990, 1992), the manuals of Navarro (2004) and Lemos Barbosa (1956). Even when someone, probably Anselm Eckhard (1721-1809), took Bettendorf's *Compêndio da doutrina crista* (1687) and had it "*traduzida em língua irregular, e vulgar uzada nestes tempos*" (ms n^o 1.089, Universidade de Coimbra) the changes made are slight (EDELWEISS, 1969, p. 138; MONSERRAT, 2003, p. 185-194; MONSERRAT; BARROS; MOTA, 2010; FREIRE, 2011, p. 121; RODRIGUES; CABRAL, 2011, *passim*).

Some issues with recent hypotheses

Several studies of the LGA draw on pidginization and creolization to explain the structural difference between LB/LG (17th and 18th c.) and NHG/LG (19th c.). The most detailed recent treatments of LG-as-pidgin/creole are Vieira, Zanoli, and Módolo (2019) (henceforth, VZM) and Nobre (2016), which we discuss here.

VZM propose that LG begins as "Tupinambá", which is a pidgin. This pidgin expands into the "*Língua Brasileira*" and then creolizes to become the "*Língua Geral do Brasil*" (2019, p. 330). Sadly, this vision is utterly incompatible with the known historical data.

Firstly, as we have shown above, LB is amply documented as the vehicle of Anchieta's poetry, plays, and catechism, published by Araújo (1618, 1686). It is the language of Figueira's *Arte* and of Bettendorf's *Compêndio*. As Rosa (1990, 1992) has convincingly demonstrated,

the language described in Anchieta's and Figueira's grammars, i.e., LB, cannot be classed, either structurally or functionally, as anything other than a fully-fledged TG language, comparable in every sense to those described by 20th century linguists, e.g., Kamayurá (SEKI, 2000), Guajá (MAGALHÃES, M., 2007), Paraguayan Guarani (ESTIGARRIBIA, 2020), Tapirapé (PRAÇA, 2007), among many others (see also RODRIGUES, A., 2010; NAVARRO, 2008; LEMOS BARBOSA, 1956).

The locus of acquisition of LG is another issue. VZM refer to the *Tapuia* learning LG "*nos colégios dos jesuítas*" on eleven occasions (2019, p. 320, 326, 329). However, this factually inaccurate, for few – if any – *Tapuia* ever saw the inside of a Jesuit school as students. *Tapuia* LG acquisition occurred through unstructured immersion in the mission villages, royal factories, and in the colonists' residences and farms. The LG studied at Jesuit colleges was the codified variety, i.e., LB, which, by the 1750s, was essentially the preserve of the missionaries.

Moreover, we believe a generalised pidgin could not have endured any length of time on a colony-wide scale, even in the later, multi-lingual, multi-ethnic mission villages, because the forced labour-service gave missionized adolescent boys and men ample access to the colonial vernacular norm in the form of annual six-month immersions. Similarly, household slaves of either sex were in constant contact with native LG speakers. Thus, if they survived the epidemics, general mistreatment, and dangerous activities, an initially pidgin-like speaker could reasonably be expected to gain fluency constantly over the course of their lifetime of immersion and approximate ever closer to the community's vernacular norm. Such an individual's descendants, if they had any that survived (see below), would have grown up in constant contact with native LG speakers and, thus, would have received ample primary linguistic data, favouring native or near-native competence in the local LG variety, probably in conjunction with knowing other indigenous languages.

Only the kind of cultural prohibition that João Daniel reports for married Nheengaiba women would realistically limit the use of LG amongst the missionized. Even in this case, however, the women reportedly knew LG, having grown up surrounded by the language in their mission villages, and merely refused to exercise competence in it once they married, supposedly forbidden to do so by their husbands. Daniel states that the missionaries resorted to acts of violence in order to force the women to speak LG in the confessional (DANIEL, 1976, I, p. 272, *apud* BARROS, 2003, p. 95-96).

The data, therefore, seem to point to a restructured vernacular variety, rather than the emergence and generalisation of a pidgin or subsequent basilectal creole that expanded functionally and complexified structurally through innovative grammaticalization. That is

to say, there have always been native speakers of LG at every stage in its history. What seems to have changed over time is the constitution of the communal norm, which lost or partially altered some features present in the ancestral system, but preserved many others, rather than being a wholly novel communal system built up out of very incompletely acquired linguistic data, as most creoles are.

Although doubtless much influenced by substrate and other L2 features, rather like vernacular Brazilian Portuguese, nonetheless, mid-18th century vernacular LG would still have shown much continuity with previous stages of the language, as even the 19th and 20th century language still does, since there has never been any interruption in its natural, intergenerational transmission (see also RODRIGUES; CABRAL, 2011, p. 635-636). We shall develop this vision further in later sections. We now pass to Nobre (2019).

Nobre's discussion of LG (2019) is historically detailed and bibliographically dense. However, his linguistic analysis suffers from several severe shortcomings, which we outline below.

Firstly, we question the model of creolization. Specifically, we note Nobre's quotation of Lucchesi, which states that "(...) *a referência nas situações típicas de crioulização seria a proporção de pelo menos dez indivíduos dos grupos dominados para cada indivíduo do grupo dominante*" (LUCCHESI s/d: 25, *apud* NOBRE, 2016, p. 33; see also BAXTER; LUCCHESI, 2009). Below, we show that, for Portuguese Amazonia, the probable ratio of *Tapuia* to non-*Tapuia* stood at around 3:1. Neither the number of Jesuits, amongst whom many were not even Portuguese, let alone native speakers of LG, nor the number of Portuguese colonists (HONAERT *et al.*, 2008, p. 83, *apud* NOBRE, 2016, p. 34) should be confused with the numbers of LG-speakers in the colony, because the large number of *mamelucos* and *bastardos* would have greatly increased the proportion of LG speakers, particularly in the earlier phases of colonization.

Nobre (2016, p. 34) reuses Lucchesi's model, which restates a traditional relationship progressing from a jargon to a pidgin, which Nobre defines according to Holm (2000, p. 5, *apud* NOBRE, 2016, p. 35, n. 9), adding that a pidgin may expand to respond to greater functional demand. In this classic model, a pidgin becomes a creole when children acquire the pidgin used non-natively by the community as a primary means of communication (LUCCHESI s/d, 3 *apud* NOBRE, 2016, p. 35).

However, the missionized and enslaved Amazonian populations do not appear to have grown vegetatively after the early years of missionary expansion, being maintained rather by replacing the dead or escapees with new "descents" (*descimentos*) of indigenous peoples from the interior or by "ransoms" (*resgates*), i.e., purchasing alleged potential

victims of cannibalism to enslave. Thus, the primary restructuring context for LG must have been adults learning LG from other adults, as Mufwene claims was the predominant creole-formation context in the Caribbean (1993, p. 39-45, 131).

Nobre's use of Freire (2003, 2004) regarding the indiscriminate mixing of indigenous peoples in mission villages (NOBRE, 2016, p. 37) may be problematised in our Expansion Period (1653-1660/70, see below), when early mission villages were often established with a sole or heavily predominant indigenous nation, which often gave its name to the village, e.g., *aldeia dos Tupinambá de cima*, *aldeia dos Tupinambá de baixo*, *aldeia dos Bocas*, *aldeia dos Nheengaibas*, etc. (LEITE, 1943). Later "descents", however, did not respect ethnolinguistic differences, as Eckert recorded (*apud* EDELWEISS, 1969, p. 114, n. 6).

Nobre has claimed the LGA should be classed as a 'mesolectal' creole (2016, p. 48; see also 2011a, 2012b) for exhibiting only limited structural divergence from the lexifier. However, the categories Nobre (2016) proposes that LG has lost on the basis of his analysis of Magalhães' 19th-c. description of Nheengatu are deeply problematic. For instance, it is not at all reasonable to define OT as a language with morphological cases, as Rodrigues (2010) does.

Rodrigues proposes five flexional cases for Tupinmabá: "argumentative" (-*a*), "punctual locative" (-*pe*), "diffuse locative" (-*βo*), "partitive locative" (-*i*), and "translative" (-(*r*)*amo*). The total absence of morphological case distinctions for core argument functions, e.g., subject, object, recipient, benefactive, possessive, etc., is deeply suspicious (see also SCHMIDT-RIESE, 2012, p. 151-156). Moreover, the lack of morphological cases in any non-TG Tupian language is also very conspicuous.

Consequently, /-a/, /-pe/, /-βo/, /-i/, /-(r)ãmo/ are far better accounted for as nominaliser (-*a* ~ -∅), since only ever creates nominal arguments out of inherently predicative roots, and four unstressed, enclitic postpositions. The lack of "argument case" /-a/ before the three locative forms, which seems to underpin Rodrigues' classification of them as case-inflexions, can be better accounted for as the result of their conversion into enclitic postpositions, as anaptyxis with /i, i/ is the rule in OT for enclitic particles with initial consonants that follow consonant-final roots, e.g., /-(i)ne/ FUT, /-(i)βa'e/3.REL, /-(i)'pir-a/ PAT (NAVARRO, 2008, p. 138, §182; p. 223, §307; p. 268, §374).

The final "translational" case, i.e., /-(r)ãmo/, does not exhibit either /-a/, being vowel-final. Nor is there an epenthetic /i ~ i/, as it belongs to a "pluriform" class in which /r-/ appears initially when the root is vowel-final and is absent following consonant-final stems. Other examples in OT include the stressed postposition /-(r)i're/ "after(wards)" and unstressed /-(r)(e)me/ "at the time of", which Rodrigues significantly does not

classify as cases, perhaps owing to their temporal meaning. Rodrigues leaves /-(r)i're/ as a postposition, but analyses /-(r)(e)me/ as “subjunctive mood” (2010, p. 29, 31), despite it also exhibiting indicative temporal function. Seki (2000, p. 127, 130-131, 193-194) treats both these inflexions as moods: “posterior” and “subjunctive”, respectively⁴.

Thus, the supposed loss of case-inflexion between OT/LB and 19th century LG is best accounted for as a levelling of a tiny minority of exceptional forms, rather than the wholesale elimination of a fully-fledged flexional case system. Locative /-pe/ becomes a free stressed postposition: *upé*. Hart (1872, p. 314-315) records possible cases of /-βo/ fused with personal pronouns to express dative/benefactive function, e.g., *ixéu* < *ixébo* / i'se=βo/, *ixébe* / i'se=pe/, *in(d)éu* < *endébo* / e'ne=βo/, *endébe* / e'ne=pe/, *yan(d)éu* < *îandébo* / ja'ne=βo/, *îandébe* / ja'ne=pe/, *penemo* < *peẽmo* / pe'ẽ=βo/. These forms do not occur in modern NHG. The other enclitic postpositions have been lost. The /-a/ nominaliser fuses with the lexical root as part of a generalised process of paragoge, e.g., /'sem/ “leave” > /'semu/, /'sik/ “arrive” > /'sika/, /jor/ “come” > /'juri/, /'ok-a/ “house” > /'uka/, /kop-i'saβ-a/ “place for cultivation” > /kupi'ja/, /ja'w-ar-a/ “jaguar” > /ja'wara/ “dog”, port., /'pai/ “father” > /'paja/, port., /'mâi/ “mother” > /'maja/.

Similarly, Nobre's analysis of the supposed erosion of OT TAM-marking inflexions (2016, p. 39-42) is deeply flawed because =*ne* FUT/IRREALIS is actually a clause- or sentence- enclitic particle in OT (NAVARRO, 2008, p. 138, §182). Thus, 19th-century LG has merely exchanged a TAM particle (=ne) for a TAM adverb (*kuri*), which was always available for time marking in OT as an adjunct. Therefore, no loss of inflexion has occurred. Additionally, the tendency for Magalhães to include subject pronouns in his presentation of NHG conjugations (MAGALHÃES, J., 1876) belies the real pro-drop profile of Nheengatu then and now (CRUZ, 2011, *passim*; MAGALHÃES, J., 1876, *passim*), undermining Nobre's comparison with other creole languages (2016, p. 42).

Following the creole typological profile presented in Bakker et al. (2011), Bakker (2014) proposes four typological features for identifying creoles (p. 451-52): 1) indefinite article derived from “one”, 2) no tense/aspect inflexions, 3) a preverbal negative particle, and 4) a possessive “have” verb. These features are all found in modern NHG: *yepé* “one”, “a(n)”, absence of TAM-inflexion, *ti/umbaá* as NEG, and *-riku* for “have”.

⁴ We cannot present our full analysis of the OT “cases” here for reasons of space but shall address the issue in another paper that is already in preparation.

However, NHG's parent, Tupinambá OT, also exhibited no tense or aspectual inflexions, as is the norm for TG languages⁵. So-called "nominal tense" is actually manifested through two stative roots /'p^wer/ "be an ex/a former ..." ([*ser*]um *antigo* ...) and /'ram/ "potential", "will become" (*há de ser*) (ANCHIETA, 1595, p. 33v, *apud* NAVARRO, 2013, p. 408, 426). These roots may stand alone as stative predicates in OT, e.g., *xe p^wer* "I was/am altered", "I am not myself", *xe ram* "I have potential", "I can/may be". More often, they modify some other root in a compound noun, e.g., *ybyrap^wera* /iβi'ra-'p^wer-a/ tree-denatured-NMZR "former/ex-tree", i.e., "non-prototypical (dead, fallen, rotten, etc.) tree"⁶, *ybyrarama* /iβi'ra-'ram-a/ tree-potential-NMZR, i.e., "potential tree" (a shoot, a seedling). Thus, the lack of tense inflection in Nheengatu is not an innovation but a retention from the uncreolised parent language.

The OT etymon of NHG *yepé* "an"/"one" is /(o.)ie'pe/, which also means "sole(ly)" or "once", rather than specifically being a numeral⁷. Significantly, the ordinal "first" is not related to /(o.)ie'pe/ but is *ypy* /i'pi/, an intransitive root meaning "begin/start/initiate". The negative *ti* < *niti(u)* < *nditybi* "there is not" is indeed an innovation via grammaticalization. "Have" (-*riku*) comes from OT -(e)r(a)-*ikó* -APL-exist "to be with something". It is not an innovation that is specific to Nheengatu but rather seems to be a pan-Tupi-Guarani solution to the Romance transitive "have"-verbs, cf., -(*gue*)*reko* "have" in Paraguayan Guarani, which no one claims to be a creole.

We therefore have difficulty accepting a creole status for LG or NHG based solely on comparisons with LB (of which more below). We also have reservations about Bakker (2014)'s use of a checklist of morphological features, given the typological profile of TG regarding TAM-marking, numerals, and the emergence of "have" verbs from ancestral morphology that remains productive in most modern TG languages, although not in modern NHG.

Given our reservations about earlier analyses that have treated LG and NHG as creoles, we now apply an as-yet unused model of creolisation to the historical data to suggest how a similar result might have arisen by a different evolutionary route.

5 Like most TG languages, Old Tupi did have a prefix-marked "permissive" mood, (*ta-*). It did not survive into Nheengatu.

6 In modern TG languages, including NHG, /'p^wer/'s cognates bear an added sense of "denatured", "ex-prototypical", that can also be read into OT usage.

7 The other four cardinal numerals in Old Tupi are verb roots or phrases: *mokôî* "geminate", "make a pair" (2), *mosapyr* perhaps "make a point/peak" (3), (*oiô*)*irundyk* "(they) arrive accompanying (each other)" (4), *mbó*, *xe pó* "(human) hand", "my hand".

Creoles and creolisation, according to Mufwene

Mufwene (2003, p. 157, p. 195) claims that languages are complex adaptive systems formed from a loose amalgam of idiolects with a certain ‘family resemblance’ that are never wholly identical. Crucially, language learners select variants in a piecemeal, blending manner from a *feature pool* created by extant idiolects they are in contact with, such that no idiolect is ever wholly identical to those that contribute material to the pool or to the idiolects that arise from selecting features from the pool (MUFWENE, 2003, p. 9; see also LASS, 1997, p. 12). Thus, synchronic and diachronic feature replication is always approximate in this model, causing extensive idiolectal and communal polyploidy, i.e., individuals and communities exhibit a multiplicity of synchronic variants (2003, p. 18, 2008, p. 19). Moreover, linguistic heritability is Lamarckian, for individuals are fundamentally free to incorporate and exploit any linguistic resources that they possess and encounter in others, thereby making borrowed features available to subsequent learners (2003, p. 32). Feature transmission is, therefore, as much horizontal amongst peers as it is inter-generational.

Individuals also constantly accommodate their speech to that of their interlocutors, aiming at a “fuzzy” target that will allow satisfactory communication (2003, p. 192). This necessarily approximative replication drives constant restructuring both synchronically and diachronically (2003, p. 26, p. 126-127, 2008, p. 18). Features may be preserved, or innovations can arise via reinterpretations of existing expressions or as genuinely unprecedented creations. Communal norms therefore evolve as emergent phenomena, aligned via the ‘invisible hand’ as individuals imitate one another’s spontaneous behavioural patterns to enhance effective communication in the moment (MUFWENE, 2008, p.3, p. 60, p. 62-68; see also KELLER, 1994). Favoured strategies become entrenched, i.e., normalised. However, speakers’ immediate individual goals will frequently be at odds with coarser-grained collective tendencies (MUFWENE, 2003, p. 26).

The emergence and propagation of an innovation both individually and in a community depend on the highly complex interaction of the components of a speaker’s linguistic repertoire and disposition (“internal ecology”) with pressures from the extra-personal milieu, i.e., society, culture and technology, and the physical environment (“external ecology”). For instance, in a language contact situation, structural congruence is an important factor in favouring which elements will be selected from the feature pool (MUFWENE, 2003, p. 115)⁸.

⁸ However, given an external ecology that exhibits social prejudice against a particular structurally congruent variant, perhaps because of it’s being associated with some stigmatised group, the conscious desire to avoid discrimination may lead to avoidance, thus generating shibboleth taboos and potentially stimulating hypercorrections in the opposite direction.

Another important – and hotly disputed – strand of Mufwene's hypothesis is that creoles and pidgins are not qualitatively different from other natural languages and do not constitute a special linguistic type (see also ABOH, 2015, ABOH; DEGRAFF, 2017)⁹, but emerge just as languages traditionally considered not to result from contact do (MUFWENE, 2003, p. 134). At the root of this statement is the observation that in ecologies considered monolingual, much diversity still occurs dialectally, sociolectally, and, as ever, between idiolects. The greater similarities between new and extant varieties of non-creole languages are because the feature pool constituted is less diverse and the ecology is less amenable to admitting exceptions to community norms, thus the margin for divergence from extant norms is smaller.

On the other hand, Mufwene argues that creoles' perceived structural divergence from their lexifiers emerges when the prevailing ecological conditions do not inhibit people from selecting variants from an especially rich feature pool that are less common or indeed absent from the contributing varieties. One such situation would be when a large number of adult, non-native speakers learns a language from another group of non-native speakers, often while undergoing language shift, or from a much smaller group of native speakers, swamping any original norms (2003, p. 76, 104, 106-107).

Another important strand of Mufwene's theory of creole formation is the lack of a pidgin ancestor. In the traditional model, a contact jargon becomes a pidgin as contact and usage patterns stabilise. Creolisation occurs when children acquire the pidgin natively, causing further large-scale, innovative structural expansion, typically through grammaticalization. As mentioned above, we do not see evidence favouring this route to restructuring in the emergence of LGA.

Instead of such "rapid, early basilectalization", followed by subsequent complexification and, finally, decreolisation, Mufwene proposes "late basilectalization" (2003, p. 10, 38-67), when the ecology, often as a result of demography, changes to favour greater structural divergence from the colonial koine vernacular that had arisen alongside the creole. In the context of Atlantic creoles, the typical shift towards basilectalization occurs when the economic model changes. An initial, homestead settlement colony, in

9 For an opposing view of pidgin and creole genesis and evolutionary relations, see, for instance, McWhorter (2020), Bakker et al. (2011) Bakker (2014). We concur with McWhorter (2020) that pidginization is a real linguistic process and that it is exceptional, inasmuch as it represents the extreme end of language contact and L2+ acquisition amongst adults under extreme deprivation of primary linguistic data spoken natively. Nevertheless, we argue that such a model of construction of a new language through wholesale innovative grammaticalization is not applicable to *Língua Geral Amazônica*. Rather, Mufwene's model is better suited to explain the divergence of a native-speaker community from their ancestral structural prototype under the influence of large numbers of non-native speakers.

which a small number of incomers have ample access to the local vernacular, gives way to a plantation economy, in which very large numbers of non-native adults are obliged to acquire competence in the local language through unstructured immersion, usually mediated by other adults, many of whom are also non-native speakers of the target variety.

In the following section, we apply Mufwene's "ecological" model of language evolution, e.g., Mufwene (2003, 2008), to analyse the emergence of LG in Amazonia.

***Língua Geral* as a "Mufwenean Creole"**

Phase one: the founder effect of the Tupinambá koine

The first population to occupy a territory often influences the trajectory of a contact situation disproportionately, as later arrivals usually align themselves with the established norms they encounter. This kind of Founder Effect (MUFWENE, 2003, p. 25-27) can be clearly identified in the case of the LGA, which continues to exhibit a very markedly OT lexicon and grammatical typology.

The foundation and development of Portugal's Amazonian colony occurred under different conditions to the invasion and colonisation of the southern coast and interior over the previous century. Physical communication between the captaincy of Maranhão and the Amazon and the rest of the Atlantic coast was always difficult, hence the decision to separate the regions administratively in 1621 into the *Estado do Maranhão*, composed of the captaincies of Maranhão, Pará, and Ceará, with its capital at São Luís, and the *Estado do Brasil*, comprising the other captaincies, ruled initially from Salvador da Bahia and, from 1763, from Rio de Janeiro. In 1652, the captaincy of Ceará was transferred to the *Estado do Brasil* and in 1654 the remaining Northern captaincies were renamed *Maranhão e Pará*.

We identify the linguistic foundation period in Portugal's Amazonian colony as running from the initial capture of São Luís in 1615 and the foundation of Belém in 1616 to 1660, the year of the terrible 'pestilential catarrh' (HEMMING, 1995, p. 343) that opens the period of catastrophic epidemics.

The early 17th-century French colonists D'Abbéville and Évreux describe Tupinambá villages stretching from the island of São Luís far up the southern branch of the Amazon, perhaps as far as the Pacajá river (ABBÉVILLE/MARQUES, 1874, p. 220-221, EVREUX/DENIS, 1864, p. 27, EVREUX/OBERMEIER, 2014, p. 32-33).

The French chroniclers and the first Portuguese accounts note that the predominant Amazonian OT variety that would form the basis of the LG was a recent phenomenon, the result of migrations of Tupinambá that had been occurring from the north-eastern coast starting around 1530 as the Portuguese occupation intensified in that region. However, Bettendorf records that large groups of Tupinambá also inhabited the Tocantins and Araguaia rivers. It is unclear whether these groups were also recent immigrants from the coast or whether they were populations from which the coastal Tupinambá had separated when they first migrated across the *sertão* to the Atlantic. Other north-eastern OT varieties were brought by the hundreds of indigenous warriors who accompanied the Portuguese soldiers from the captaincies of Paraíba and Pernambuco, and with the slaves brought by the earliest settlers. The European Portuguese often knew OT as a second language, and their mestizo descendants typically spoke the language natively. Although expeditions upriver beyond the fort at Gurupá at the mouth of the Xingu were rare in the early years of the colony (SARAGOÇA, 2000), slavers frequently raided into the interior along the rivers Tocantins and Araguaia, where the populations were predominantly Tupinambá or spoke other TG languages. Tupi-Guarani is a very cohesive branch of Tupian, despite the large number of languages it contains. It is reasonable to compare TG with branches of IE such as Romance, Germanic, or Slavic, which have high degrees of intelligibility between varieties. The kind of interlanguage that is observed between such IE varieties is also a distinct possibility for TG.

Thus, the initial external ecology favoured the development of an OT koine, with local Tupinambá speech as the predominant variety. Given the considerable structural proximity of the OT varieties in contact initially, communication would not have been at all difficult between the Portuguese, their descendants, and indigenous allies, and the Amazonian Tupinambá. Therefore, the missionaries' grammars and catechisms, composed in the South, could be (and were) easily transferred to serve the Amazonian mission villages. The former texts were intended for the missionaries to acquire a working knowledge of the language, the latter for practical use with the villagers. The proximity of the TG varieties involved is highlighted by the head of the Maranhão mission seeking native LG-speakers from São Paulo, almost three thousand kilometres to the south, to work in Amazonia in the 1650s, as their language skills were much appreciated (BARROS, 2010).

The socioeconomic organization of *Maranhão* (1621-1654), with two small proto-urban nuclei, the indigenous villages, and the colonists' *sítios* (SARAGOÇA, 2000) resembles the "homesteads" in "settlement colonies", identified as the typical setting for forming colonial koinés (MUFWENE, 2003, p. 34; see also CHAUDENSON, 1979, 1989, 1992). Any incomers, from Europe or from other indigenous groups, lived and worked in

close proximity with native Tupinambá speakers for extended periods, as was the case for enslaved Africans in the homestead phase of settlement colonies in North America and the Caribbean, where European languages were the targets (MUFWENE, 2003, p. 9), and indeed, in Brazil. These conditions would have given incomers ample opportunity to acquire the local vernacular reasonably well, depending on their individual linguistic abilities. Subsequent generations raised in such an ecology – and, prior to the great epidemics, the survival of children is much more likely – can reasonably be expected to have been native speakers, since contemporary sources indicate sufficient primary linguistic data was easily available.

Os moradores nascidos no Pará, sabem primeiro fallar a língua dos índios do que a portuguesa: por que como não bebem, nem se crião com outro leite mais, que com o das indias, com o leite bebem tambem a lingua, nem fallao outra, senão depois de andar alguns annos na escola e tratarem com os portugueses, que vão de Portugal, e com esta comunicação.

Jacinto de Carvalho (1677-1744)

(*apud* MORAES, 1860, p. 322-323 *apud* BARROS, 2010, p. 150)

Similar comments exist for the south in the 1500s, e.g., Gândavo (1576 [1964, p. 33; *apud* LEITE, 2013, p. 17), Cardim (1584, p. 101; *apud* ROSA, 2003, p. 136), and later, in São Paulo, e.g., Fonseca (1752 [1932], p. 26, 40, *apud* BARROS, 2010, p. 148, 149).

Phase two: the early missions (1653-1660)

From 1653, the celebrated Jesuit preacher Antônio Vieira dynamized missionary activity in Maranhão and its subordinate captaincy, Pará, bringing down many LG-speaking Poquiguara from the Tocantins. In 1654-55, a thousand Tupinambá came to Belém from the upper Tocantins (LEITE, 1943, p. 337; HEMMING, 1987, p. 325), and in 1658, around a thousand Poquiguara were brought down to Belém, as well as many Karajá from the Araguaia. In 1659, 1200 Tupinambá and 800 Poquiguara entered the missions, along with 240 Inheguara slaves (LEITE, 1943, p. 337, n. 1, 339). Yet more Poquiguara and Tupinambá arrived in 1668 (LEITE, 1943, p. 340).

Most of the first wave of missionized peoples are identified as Tupinambá or are classified as *'índios da língua geral'*, e.g., Poquiguara, Naimiguara (LEITE, 1943, p. 341, n. 1). However, some were not, e.g., Karajá (Macro-Jê), Nheengaíba (unidentified, perhaps

Arawak)¹⁰. Others are simply unidentifiable. However, the non-TG segments of the colonial population were still quite small, and although the missionized non-OT TG speakers would have contributed more variants to the Tupinambá koine, their inputs are unlikely to have altered the overall structural template, for 18th c. written LG had diverged very little from the 1596 and 1621 models (MONSERRAT, 2003, RODRIGUES; CABRAL, 2011), and 19th- and 20th-century NHG retains a markedly TG typology (see below).

Phase three: the demographic and linguistic watershed (1660-1700)

A few mission villages had been established close to Belém before 1653. However, from that year onwards, under Antônio Vieira, many more were built around Belém and São Luís. Large indigenous populations close to European settlements unleashed the same catastrophe that had engulfed the missions in the State of Brazil in the 1550s and 1560s (HEMMING, 1995, p. 343). São Luís had already seen smallpox outbreaks in 1621 and 1644, but now waves of epidemics ravaged the native population. The “pestilential catarrh” of 1660 (1995, p. 344) was followed by smallpox and measles in 1661-63 (1995, p. 345). Epidemics raged throughout the final third of the 17th century, with further devastating plagues in 1758, 1762, 1763-72, and 1776 (HEMMING, 1995, p. 662).

The colonial response to the demographic collapse was to “bring down” (*descer*) more indigenous groups from the hinterland. Unlike the founding populations, these groups were usually *Tapuias*, i.e., non-OT-speakers. They were “trained” or “instructed” (*praticados*) in basic notions of Catholicism and learned vernacular LG by unstructured immersion. Some perhaps acquired some of the codified variety, i.e., LB, by rote catechesis. They were not converted using their native languages, as was idealised, because the tiny number of missionaries was insufficient to learn all the highly diverse languages they encountered in the time they had available to replace the villages' populations.

Many authors, e.g., Lee (2005), Freire (2011), and Nobre (2016), have cited Baena's estimate of 184,000 indigenous people brought down ‘*só de alguns sertões dos rios Tocantins, Amazonas e Negro*’ between 1687 and 1690 (BAENA, 1831, p. 247). In 1719, Manoel de Seixas claimed that, over the previous century, the expeditions to collect jungle products each year also brought on average around a thousand indigenous slaves, i.e., 100,000 in total. However, like Vieira's boasts of 200,000 souls in the mission villages in the mid-1600s (HEMMING, 1995, p. 506), it is very likely that these figures are highly

10 The fact that these peoples of Marajó and Cabo do Norte were called *Nheengaíba* in LG or *linguas travadas* in Portuguese is precisely an indication that they did not speak a TG language. Vieira calls their languages “diferentes e dificultosas” (1660, p. 6 *apud* ROSA, 1992, p. 89).

exaggerated, as is João Daniel's estimate of 3 million people having been "brought down" from the Rio Negro (HEMMING, 1995, p. 459) between 1650 and 1750.

Our suspicions regarding the colony's demography come firstly from the fact that Baena's estimate is problematic, since the Rio Negro was not open to the *tropas de resgate* until the destruction of the Manao in 1730, who had acted as middlemen in slaving transactions until that time.

Secondly, Vieira himself recorded only some 3000 missionized Indians and 1800 slaves from eight expeditions between 1655 and 1670 (HEMMING, 1987, p. 333-334). A thirteen-fold growth in descents between 1670 and 1687 seems very unlikely, given that, just thirty years later, Pará's missions allegedly held 54,264 people (RAIOL, 1900, p. 132, *apud* FREIRE, 2011, p. 68; see also HEMMING, 1995, p. 421). These figures would require a population crash of 65-75% between 1690 and 1720, which seems excessive even given horrific indigenous mortality in the epidemics. Hemming estimates the enslaved population of Pará at 10,000 in 1700 (2004, p. 243), curiously undermining his own proposal of 100-200,000 slaves taken between 1620 and 1720, as this total would require the slavers to have bought or captured at least 10,000 individuals in every decade across the century analysed. As we have shown, Vieira recorded that fewer than 2000 indigenous slaves were captured in the first five years of the mission expansion. Before the 1650s, there were only a few hundred Luso-Brazilians in Maranhão. Even if every single freeman owned ten slaves, which is unlikely, the enslaved population would not have been more than a few thousand.

On the other hand, if one understands these figures to include the "free" victims of descents *and* the "ransomed", i.e., slaves, the totals seem more plausible. Hemming's 10,000 slaves in 1700, Raiol's 20,000 *mamelucos* and slaves in 1720, plus 54,216 mission villagers, give approximately 85,000 people in total for the first half of the 1700s, which is close to Hemming's lower estimate and roughly that of the contemporary evaluation by Seixas. One may, of course, still envisage the mortality-rate as running at perhaps some 15-25% of the total, which is a very considerable proportion of the population.

The mission-village ecology is not the same as the Caribbean plantations

The cycles of epidemics and repopulation from 1660 into the second half of the 18th century created ecologies that would in theory favour linguistic divergence as ever more non-TG speakers contributed more diverse features to the feature pool that LG speakers and learners drew on. Non-native LG speakers, themselves not long exposed to the language, would have provided the models for more recent arrivals. The destruction

of the Manao people (1728-30) is significant, for it opened the Rio Negro to unfettered "ransoming", resulting in tens of thousands of *Tapuias* being enslaved over the following half-century.

Such rapid replacement of the adult population should weaken communal norms and lead to violent linguistic restructuring as *bozal* (non-locally born) incomers' speech habits overwhelmed the *ladinos'* (fluent non-native) and natives' norms, generating basilectalization (MUFWENE, 2003, p. 31, p. 49-50, p. 209, n. 6, p. 213, n. 14). Nobre (2011a, 2012b) makes this claim for the later 17th- and especially 18th-century missions, modifying his position in 2016 to claim LG's restructuring made it a mesolectal creole.

Nevertheless, in Mufwene's model, ecology is everything. In the first half of the 18th century, there were perhaps around three to six indigenous villagers and slaves for every *mameluco*, i.e., 60,000:10-20,000 (FREIRE, 2011; HEMMING, 1995). Such a demographic imbalance between native and non-native speakers would certainly have favoured evolution away from LB and also from the founders' Tupinambá koine. Nevertheless, the disproportion is noticeably much lower than most Caribbean plantation colonies, e.g., 10:1 in Jamaica in the mid-1800s (MUFWENE, 2003, p. 39) and 17:1 in Suriname in 1700 (2003, p. 44, p. 45-50). The closest fit numerically and chronologically with a known case of creolisation is perhaps Barbados, where an initial 30-year European majority fell to three Africans per European (2003, p. 39-40). Similarly, in *Maranhão e Pará*, the Tupinambá majority lasted some fifty years (1616-1660/70).

Additionally, the traditional creolisation model whereby a pidgin develops amongst non-native speakers and is then learned natively by children, as borrowed by Nobre (2016) from Lucchesi and Baxter (2009), cannot be applied effectively to the LG in the Portuguese Amazon until the final stages of our chronology. The immediately preceding paragraph shows that population expansion in *Maranhão e Pará* was driven by slaving "ransoms" and missionary "descents", not by vegetative growth. The historical data, therefore, do not favour the existence of a large enough body of children in the missions to produce traditional-style creolisation. This is what Mufwene has proposed for the Atlantic creoles (2003, p. 50-51). In a plantation economy, birth rates are usually low amongst the enslaved, and interactions between adults are the principal drivers of language change. Such a model is also far more appropriate for the formation of LG in Amazonia after the foundation period and the collapse of the original mission populations. However, in *Maranhão e Pará*, there were also significant differences regarding restrictions on adults' access to native and fluent non-native models.

Both traditional creolistics and Mufwene stress that Caribbean plantation slaves often modelled their language use on non-native speakers. However, the Amazonian

colonial economic system depended on the circulation of the missionized *Tapuia*. The obligatory labour-service sent mission-dwelling males between the ages of thirteen and fifty for at least six months every year – and frequently much more – to work outside the missions alongside and under other LG speakers. The numerical dominance of such L2 LG speakers would have favoured particularly flexible, open-ended norms and substrate effects, but given their regular, extended immersions, mission-dwellers, especially men, had good access to native LG-speakers outside the mission villages.

Thus, aside from people ignorant of LG, there would have been individuals and communities, e.g., recent arrivals and groups, both indigenous and non-indigenous, with only sporadic contact with colonial society, whose performance in LG might indeed be considered “pidginized”, i.e., strongly divergent L2+, with much heavier substrate influences¹¹. However, such groups or individuals would constitute subgroups within the broader LG-using community. Continued, and especially increased, contact would have favoured ever greater structural approximation to the wider community norm. At the other extreme, native speakers of whatever passed as contemporary LG were always present in colonial society and were easily accessible to most non-native speakers, especially men, as we have shown. These men would have been the transmitters of LG from the wider society into the mission villages. Between these poles would have existed an immense range of non-native competencies reflecting the huge number of internal and external ecologies.

This conjunction of factors favours the idea of a process resembling a more gradual ‘late basilectalization’ of LG in the Amazon (MUFWENE, 2003, p. 10), rather than the traditional view of a rapidly formed pidgin basilect that creolises and then is gradually ‘decreolised’ through greater access to local koines and standard varieties. Indeed, if one accepts that LG was a creole, it could not have “decreolised” in this way in the Amazon, because by 1757 there were virtually no speakers of anything even approximating to the original OT koine or the LB norm, as João Daniel observed. Thus, the expulsion of the Jesuits in 1759 did not stop the restructuring processes and was largely irrelevant to the

¹¹ A pidgin, in a Mufwenean model, is, in our view, a communal L2 norm of a language that only approximates native speakers’ performance, despite serving as a satisfactory vehicle for communication, and that exhibits restructuring marked by innovations, substrates, and hybrid forms. So-called “expansion” occurs as the communicative fields and functions broaden, naturally favouring the creation of a larger expressive repertoire. In functional terms, a nativized, so-called “Expanded Pidgin”, such as Tok Pisin, is scarcely distinguishable from a creole. Indeed, we believe that natively spoken expanded pidgins may in fact be indistinguishable from creoles in practical terms, save perhaps in relation to the continued autonomous existence of the pidgin’s contributing languages.

We emphasise, however, that there is no *necessary* causal connexion between pidgins and creoles. A pidgin may arise and never undergo creolisation and a creole can arise from considerable restructuring of a communal norm without the prior existence of a generalised pidginized variety.

evolution of LG in the Amazon, since the missionaries' "true" Tupinambá-LG was not actually spoken natively by anyone and, in any case, was potentially barely comprehensible to the contemporary vernacular LG speakers.

The Pombaline reforms (1757-1796) did not abolish the mission villages but renamed and reclassified them as secular *vilas* ("towns"). The former priestly overseers were replaced with lay *directores*, who continued to ruthlessly exploit the indigenous population in much the same way as before (HEMMING, 1995, p. 499). The main effect of the reforms was to foster the emergence of the *Tapuia* as a distinct social class: the majority of the population of the Province of Grão-Pará, which was separated from Maranhão in 1772: nominally free subjects of the Portuguese Crown, nominally Catholic, LG-speaking and often multilingual, detribalised and partially deracinated, who continued to expand the LG-speaking zone and restructure the language into the 19th century.

Phase four: Expansion, contraction, and structural realignment towards Portuguese (1800-present).

This period is characterised by an initial moment of further growth of the LG-speaking community into the beginning of the 19th century, followed by a rapid loss of speakers to vernacular Brazilian Portuguese (VBP). In Maranhão, very significant quantities of African slaves were shipped under Pombal's economic reforms in the second half of the 18th century. Therefore, Portuguese almost certainly came to dominate earlier. In the Amazon proper, the Portuguese language was substituting NHG first on the lower reaches of the Amazon in the Province of Grão-Pará over the first half of the 19th century (FREIRE, 2010, p. 191-196), especially after the bloody repression of the Cabano rebellion (1839-45) in which some 40,000 people (around a third of the province's population) died. Subsequently, in the *província de Amazonas*, which emerged from Grão-Pará's subordinate captaincy of São José do Rio Negro in 1850, the language shift to VBP rapidly gathered momentum over the second half of the 19th century (FREIRE, 2010, p. 196-202, p. 203-207).

For reasons of space, we cannot deal with structural issues arising in this final evolutionary phase in detail here. However, there is good evidence that the NHG object pronoun system was still much closer to 18th-century LG at the beginning of the 19th century.

The archaic language of the *cantigas* in Rodrigues' *Poranduba Amazonense* (1890) (RODRIGUES, J., 2014) and the grammar section of Hartt's *Notes on the Língua Geral* (HARTT, 1875, 1938) record person hierarchy with stative indices for first- and second-person singular objects when the subject is third person. This is typical of TG, including OT. Therefore, the postverbal, free object pronouns that are identical with subject pronouns

and constitute the majority of late 19th century examples, and which are now universal in modern Nheengatu, almost certainly arose from alignment with VBP over the course of the 19th century (RODRIGUES, J., 2017, p. 497-578; HARTT, 1938, p. 314).

On the Rio Negro, language shift into NHG occurred simultaneously with the spread of VBP, which intensified in the upper Rio Negro over the second half of the 20th century. The watershed for NHG, when it lost its position as the interethnic lingua franca to VBP, seems to be marked by the knowledge of NHG as a second language amongst the Dâw people (Naduhup family). Dâw born before 1970 learned NHG – heavily influenced by their first language – through contact with the Baré, the largest native NHG-speaking ethnic group on the Rio Negro, who had mostly shifted from their ancestral Arawak language to NHG over the first half of the 20th century. The Dâw worked for the Baré and for other Neo-Brazilians as labourers, hunters, and fishermen, or were sent into the forest to harvest piassaba fibre and lianas, usually in conditions analogous to slavery. Dâw born after 1970 are bilingual in Dâw and Portuguese but know no NHG (FINBOW, 2020).

Conclusions

Basing our account on extensive contemporary usage, unlike previous investigations, which have tended to discuss LG on a more speculative, theoretical plane, we show that the employment of the term *Língua Geral* means that the language must be understood as a lingua franca composed of a very loose collection of broadly mutually intelligible TG varieties. We also speculate on how the concept may have emerged in Portuguese America.

Our treatment reconciles the issue of a possible LG in the south of Bahia (NOBRE, 2011a, 2011b, 2016; RODRIGUES, A., 1996; see also DIETRICH, 2014), in favour of Nobre. Although concrete evidence about the nature of the language spoken in the south of Bahia is slight, the racial and/or social composition of speakers emphasized by Rodrigues to preclude the existence of a LG between Rio de Janeiro and Ceará (1996, p. 11-12) is irrelevant to the contemporary LG definition, as we have shown. If the people spoke something that descended directly from earlier local OT or from their having acquired it during the evangelization period, such a variety would have qualified as LG under contemporary usage of the term.

Second, we analyse two recent theoretical models for the emergence of LGA as a creole and show how the historical data regarding the colony's ecology is also not at all conducive to Vieira, Zanoli, and Módolo (2019)'s proposed model of Tupinambá pidgin > LB > creole LG. Moreover, João Daniel's "corrupt" LG of the mid-18th century is not so

much a wholly new language, i.e., an emergent creole, as Vieira, Zanoli, and Módolo (2019) proposes, but rather a restructured variety of an existing, recognised language, i.e., LG, that is spoken by everyone.

Interestingly, Daniel's testimony also points to a diglossic LG, for he shows that the *Tapuia* he blames for debasing the "true" LG of the Tupinambá spoke the contemporary communal norm and that the structural divergence he observed was with respect to the centuries-old written norm and not between the *Tapuia* and the non-*Tapuia*.

Nobre's use of Lucchesi and Baxter (2009)'s "irregular transmission" model is also not borne out by the historical demography of the successive administrative units of *Maranhão* (1621-1652), *Maranhão e Pará* (1654-1737), and *Grão-Pará e Maranhão* (1751-1772).

The structural analyses in Nobre (2019), which seek to prove NHG's creole typology, are shown to be flawed for despite LGA having lost many LB structures and modified or innovated others, as well as moving closer to VBP, nevertheless, much has been retained. In fact, unlike many Atlantic creoles, which can be hard to recognise as Romance or Germanic at first glance, modern NHG's typology remains very distinctively TG. Aside from some regional loanwords, e.g., *darabi* "plate", *dabukuri* "festival", *kariamã* "initiation ritual", *kuradá* "soft manioc bread", and the Arawak phonological substrate of Rio Negro Nheengatu (MOORE, 2014, CRUZ, 2011, MOORE; FAGUNDES; PIRES, 1994, BORGES, 1991; TAYLOR, 1985), it is as yet unclear which grammatical elements in modern Nheengatu originated in indigenous languages besides the Tupinambá koine, although some undoubtedly did or were favoured by structural congruence with local substrates.

Finally, we apply Mufwene's vision of creole formation to the historical and structural data and find it particularly well-suited to account for the observable phenomena.

We therefore define LGA/NHG as an adult-restructured, L2+-filtered variety employed as an autonomous vernacular norm in a community (MUFWENE, 2003, p. 106; see also CHAUDENSON, 1992). Its consolidation entailed the loss of many other communal languages but did not always involve communal language shift to the restructured variety because some communities were LG-native speakers from the outset and remained so, merely modifying their native norm. Thus, as Mufwenean creole, LG arose without a prior generalised pidgin phase, although some pidginised varieties certainly would have existed in some communities, before increased exposure to the majority norm resulted in ever greater approximations to native competence, often culminating in the community shifting language into LG. In such subgroups, one might propose a transition from pidgin to creole, however, the model for the creolised variety was supplied from outside, and children and young people acquired it through greater exposure rather than creating their own through large-scale innovations.

Moreover, the traditional creolisation model cannot be applied to those subgroups whose ancestors spoke the major contributing variety natively. In the latter case, their norm diverged from the ancestral variety, converging towards the L2+-speakers' norm in the guise of a restructured variety of Amazonian Tupinambá OT. Following Mufwene's observation that "[...] it is those who speak a language on a regular basis – and in a manner they consider normal to themselves – who develop the norms for their communities" (2003, p. 106; see also MUFWENE, 1997), we therefore feel that LGA is better accounted for as the result of an accommodation of norms rather than solely a process of children acquiring and expanding a pidgin.

We envisage native LG speakers adopting into their expressive repertoires many structures from the feature pool that had originated in the speech of non-native speakers. The latter also selected, with minimal modification, many elements that the former contributed to the feature pool. In this way, the overall community norm would diverge from the original vernacular Amazonian Tupinambá varieties, whose speakers founded the initial LG template but were decimated by epidemic disease, removing them as an effective brake on structural evolution. The communal norm would also diverge from the fossilised LB norm, always encountered only fleetingly.

The sociocultural and linguistic diversity and individual high geographical mobility in the Amazonian colonial system would favour flexibility and hybridism, rather than conformity to a single, conservative variety. Contrasting more innovative modern NHG with more conservative modern Paraguayan Guaraní is instructive in this regard, despite Rodrigues (1996) classing "*Criollo* Guaraní" as another TG LG which, as a colonial and post-colonial lingua franca, it undoubtedly is, although shaped by a very different ecology. The rapidly increasing presence of VBP as a prestige variety over the 19th century has redirected evolutionary trends towards ever greater structural congruence, as NHG object-marking strategies show.

Viewed as a Mufwenean creole, the Amazonian *Língua Geral* can be seen more clearly for what it is: a communal norm that has undergone significant restructuring in at least two distinct phases. Firstly, under poorly documented, largely non-native adult-to-adult acquisition strategies in the mission villages and the colonists' farms and households, and, subsequently, under the influence of vernacular Brazilian Portuguese as language shift from NHG occurred in the urban centres of the Brazilian Amazon. At all times, however, LG was the native language of a considerable number of people, and, thus, to see it as a "new" language arising from the forced integration of outsiders is to overlook the considerable structural continuities with preceding phases that have been and continue to be evident at all times.

- | The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model

References

ABBÉVILLE, C. d'. **História da missão dos padres capuchinos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. [S. Luís do] Maranhão: Typographia do Frias, rua da Palma, n. 6, traduzido por César Augusto Marques, 1874. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1974.

ABOH, E. O. **The Emergence of Hybrid Grammars: Language Contact and Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

ABOH, E. O.; DEGRAFF, M. A Null Theory of Creole Formation Based on Universal Grammar. *In*: ROBERTS, I. (ed.). **The Oxford Handbook of Universal Grammar**. Oxford: OUP, 2017. p. 401-458.

ALFARO LAGORIO, M. A. C. Usos e funções das línguas na área andina: o Terceiro Concílio Limense (1582-1583). *In*: ALFARO LAGORIO, C.; ROSA, M. C.; FREIRE, J. R. Bessa (org.). **Políticas de línguas no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 41-54.

ALFARO LAGORIO, M. A. C. Elementos da política lingüística colonial hispânica: o Terceiro Concílio Limense. *In*: FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. (org.). **Línguas gerais. Política lingüística na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 43-56.

ALTMAN, C. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. *In*: FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. (org.). **Línguas gerais. Política lingüística na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 57-84.

ANCHIETA, J. de. **Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)**. 5th ed. facsimile, Salvador, BA: EdUFBA, 2014.

ARAÚJO, A. de. **Catecismo brasílico da doutrina crista**. Edição fac-similar da 2^a ed. de 1686, corrigida por Bartolomeu de Leão. Edited by Júlio Platzmann, Leipzig: B. G. Teubner, 1898.

AVILA, M. Twardowsky. **Proposta de dicionário nheengatu-português**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BAENA, A. L. M. **Representação ao Conselho Geral da província do Pará sobre a especial necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província.** [1831]. Belém: ABAPP, v. 2, p. 241-92, 1901.

BAKKER, P. Creoles and Typology. Problems of sampling and definition. *In*: MANFREDI, S.; TOSCO, M. (ed.). **Arabic-Based Pidgins and Creoles. Special issue of *Journal of Pidgin and Creole Languages* 29:2.** Amsterdam: John Benjamins, 2014. p. 437-455. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/jpcl.29.2>.

BAKKER, P.; DAVAL-MARKUSSEN, A.; PARKVALL, M.; PLAG, I. Creoles are typologically distinct from non-creoles. ***Journal of Pidgin and Creole Linguistics***, v. 26, n. 1, p. 5-42, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/jpcl.26.1.02bak>.

BARROS, M. C. Drummond de Menezes. Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). *In*: FREIRE, J. R. B., ROSA, M. C. (org.). **Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 85-112.

BARROS, M. C. 'O uso do tupi na Capitania de São Paulo no século XVII. Indícios na vida de um jesuíta "língua"'. *In*: NOLL, V.; DIETRICH, W. (org.). **O português e o tupi no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 141-153.

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A transmissão linguística irregular. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O Português Afro-Brasileiro.** Salvador: EdUFBA, 2009. p. 101-124.

BETTENDORF, J. Ph. **Compendio da Doutrina Christã na Lingua Portugueza, e Brasilica.** Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1687. Reimpresso por Fr. José Mariano da Conceição Vellozo, 1800.

BORGES, L. C. **A língua geral amazônica: aspectos de uma fonêmica.** 1991. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CABRAL, A. S. A. C.; OLIVEIRA, G. B. V. de. Sobre possíveis influências bilaterais entre a Língua Geral Amazônica falada no Baixo Amazonas e as línguas Tupí-Guaraní do subramo VIII, com foco especial na língua Zo'é. **Anais do SILEL.** Uberlândia: EdUFU, v. 3.1, p. 1-13, 2013.

- | The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model

CÂMARA JR., J. M. **Introdução às Línguas Indígenas**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1977.

CARDOSO, A. A. Isidio. O mundo de Manoel Urbano da Encarnação: indígenas, regatões, migrantes e fugitivos no avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. Paper presented to the **XXVII Simpósio Internacional de História**, 2013.

CHAUDENSON, R. **Les créoles français**. Paris: Ferdinand Nathan, 1979.

CHAUDENSON, R. **Créoles et enseignement du français**. Paris: L'Harmattan, 1989.

CHAUDENSON, R. **Des îles, des hommes, des langues**: essais sur la créolisation linguistique et culturelle. Paris: L'Harmattan, 1992.

COSTA, F. A. Elementos necessários para aprender o Nheengatú. *In*: COSTA, F. A. **Carta pastoral de D. Frederico Costa, Bispo do Amazonas a seus amados diocesanos**. Ceará: Typ. Minerva, 1909. p. 157-248.

CRUZ, A. The rise of number agreement in Nheengatu. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas**, v. 10.2, May-Aug. 2015.

CRUZ, A. **Fonologia e gramática do Nheengatu. A língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa**. Utrecht: LOT, 2011.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no Rio Amazonas**. 2 vols. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1976.

DIETRICH, W. O conceito de "Língua Geral" à luz dos dicionários de língua geral existentes. **D.E.L.T.A.**, 30 especial, p. 591-622, 2014.

DIETRICH, W. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. *In*: NOLL, V.; DIETRICH, W. (org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 9-26.

EDELWEISS, F. G. **Estudos Tupis e Tupi-Guaranis**: confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969.

ESTIGARRIBIA, B. **A Grammar of Paraguayan Guarani**. London: UCL Press, 2020.

ÉVREUX/OBERMEIER. **Voyage au Nord du Brésil (1615), édition critique de texte complet établi por Franz Obermeier.** Version en forme de livre 2012. Version électronique, 2014.

ÉVREUX/DENIS. **Voyage au Nord du Brésil fait pendant les années 1613 et 1614 par le père Yves d'Évreux. Publié d'après l'exemplaire unique conserve à la Bibliothèque impériale à Paris avec une introduction et des notes par M. Ferdinand Denis.** Leipzig/Paris: Librairie A. Franck, 1864.

FERNANDES, F. **A organização social dos tupinambá.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

FIGUEIRA, L. **Arte da Lingua Brasilica.** Lisboa: Manoel da Silva, 1621.

FIGUEIRA, L. **Arte de grammatica da lingua brasilica.** Edição facsimilar, por Júlio Platzmann, da 2. ed. de 1687. Lisboa: Miguel Deslandes. Leipzig: B. G. Teubner, 1880.

FINBOW, T. D. Nheengatu Dâw. **Cadernos de Linguística**, v. 1, 2020, p. 1-21.

FREIRE, J. R. B. **Rio Babel. A história das línguas na Amazônia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Atlântica, 2011.

FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. **Línguas Gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

GALÚCIO, V.; MEIRA, S.; BIRCHALL, J.; MOORE, D.; DRUDE, S.; GABAS JR, N.; STORTO, L.; PICANÇO, G.; REIS RODRIGUES, C. Genealogical relations and lexical distances within the Tupian linguistic family. **Boletim do Museu Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 10, n. 2, p. 229-274, maio-ago. 2015.

GOMES, M. Payno. Brazilian Portuguese and Nheengatu in São Gabriel da Cachoeira (AM): some effects of language contact. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 4, p. e.480, 30 set. 2021.

GOMES, M. Carta que o Padre Superior Manoel Gomes escreveu ao Padre Provincial do Brasil. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 26, 1904.

- | The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model

HARTT, C. F. Notes on the Lingoa Geral or Modern Tupi of the Amazonas. **Transactions of the American Philological Association**, v. 3, p. 58-76, 1875.

HARTT, C. F. Notas sobre a lingua geral ou tupi moderno do Amazonas. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: M. E. S. Serviço Gráfico, v. 51, p. 305-390, 1938.

HEMMING, J. **Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians**. 2nd ed. London: Papermac, 1995.

HEMMING, J. **Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians**. 2nd ed. London: Papermac, 1987.

JENSEN, C. Tupi-Guarani. *In*: DIXON, R. M. A.; AIKHENVALD, A. (ed.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 125-164.

KELLER, R. **On Language Change: the Invisible Hand in Language**. London: Routledge, 1994.

LASS, R. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LEE, M. K. **Conversing in Colony: The Brasília and the Vulgar in Portuguese America 1500-1759**. Ph.D. Dissertation, John Hopkins University, 2005.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. v. 4. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

MAGALHÃES, J. V. C. de **O selvagem**. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1876.

MAGALHÃES, M. **Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MCWHORTER, J. **The Creole Debate**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

MELLO, A. A. S.; KNEIP, A. Algumas evidências linguísticas (e algumas arqueológicas) que apontam para a origem dos povos tupi-guarani no leste amazônico. **Literatura e linguística** v. 36, p. 299-312, 2018.

MÉTRAUX, A. **A religião dos tupinambás**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

MICHAEL, L.; CHOUSOU-POLYDOURI, N.; BARTOLOMEI, K.; DONNELLY, E.; WOUTERS, V.; MEIRA, S.; O'HAGAN, Z. A Bayesian phylogenetic classification of Tupi-Guarani. **LIAMES**, Campinas, v. 15.2, p. 193-221, jul./dez. 2015.

MONSERRAT, R. O Tupi do século XVIII (tupi médio). *In*: FREIRE, J. R.; BESSA, R. M. C. (org.). **Línguas Gerais**, p. 185-194, 2003.

MONSERRAT, R.; BARROS, C. de, MOTA, J. Comparação entre dois diálogos de doutrina jesuíticos tupi: João Filipe Bettendorf (1687) e José Vidigal (1740). I: **Anais da XIII Jornadas Internacionais Missões Jesuíticas, Dourados. XIII Missões jesuíticas**, 2010.

MOORE, D. Historical Development of Nheengatu. *In*: MUFWENE, S. S. (ed.). **Iberian Imperialism and Language Evolution in Latin America**. Chicago: University of Chicago Press, 2014. p. 108-142.

MOORE, D.; FAGUNDES, S.; PIRES, N. Nheengatu (língua geral amazônica), its history and the effects of language contact. *In*: LANGDON, M. (ed.). **Survey Reports. Survey of California and Other Indian Languages. Proceedings of the Meeting of the Society for Indigenous Languages of the Americas**. Columbus, Ohio: Ohio State University Press, 1994. p. 93-118.

MUFWENE, S. S. **The Ecology of Language Evolution**. Cambridge: C.U.P., 2003.

MUFWENE, S. S. **Language Evolution. Contact, Competition and Change**. London & New York: Continuum, 2008.

MUFWENE, S. S. Native speaker, proficient speaker, and the norm. *In*: SINGH, R. (org.). **Native Speaker: Multilingual Perspectives**. New Delhi: Sage, 1997. p. 11-23.

NAVARRO, E. de Almeida. **Dicionário de tupi antigo. A língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2013.

NAVARRO, E. **Método novo de tupi antigo**. 3. ed. São Paulo: Editora Global, 2008.

- | The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model

NAVARRO, E. (org.). **Anchieta. Poemas. Lírica portuguesa e tupi**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NOBRE, W. Línguas gerais na história social-linguística do Brasil. **PAPIA**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 7-52, 2016.

NOBRE, W. **História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, 2015.

NOBRE, W. História linguística do Sul da Bahia: levantando hipóteses e iluminando caminhos. **Entrepalavras**, v.1, n. 2, p. 270-292, 2012a.

NOBRE, W. A língua geral da Amazônia como um sistema historicamente novo: jesuítas e tapuias na origem do contexto com interrupção de transmissão linguística entre gerações. *In*: MATTOS E SILVA, R. V.; OLIVEIRA, K.; AMARANTE, J. (org.). **Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos**. Em homenagem a Therezinha Barreto. Salvador: EdUFBA, 2012b. p. 479-513.

NOBRE, W. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, 2011a.

NOBRE, W. Língua geral na Bahia: comarcas de Ilhéus e Porto Seguro. *In*: CARVALHO, C. dos Santos; ROCHA, F. Aninger de Barros; PARCERO, L. M. de Jesus (org.). **Discurso e cultura: diálogos interdisciplinares**. Salvador: EdUNEB, 2011b. p. 99-109.

PRAÇA, V. N. **Morfossintaxe da língua Tapirapé**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PÉREZ PUENTE, L. La creación de las cátedras públicas de lenguas indígenas y la secularización parroquial. **Estudios de historia novohispana**, v. 41, p. 45-78, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, M. S. D. de; ZANOLI, M. de L.; MODOLO, M. O conceito de “Língua Geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato. **Journal of Ibero-Romance Creoles**, v. 9.1, p. 306-333, 2019.

RAMOS PÉREZ, D. La crisis Indiana y la junta magna de 1568. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de historia de América Latina**, n. 23, p. 1-61, 1986.

- RODRIGUES, A. Dall'Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. *In*: NOLL, V.; DIETRICH, W. (org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27-47.
- RODRIGUES, A. Some cases of regrammaticalization in Tupí-Guaraní languages. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 2.2, p. 65-74, dez. 2010.
- RODRIGUES, A. As línguas gerais sul-americanas. **Papia**: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, v. 4, p. 6-18, 1996.
- RODRIGUES, A. Relações internas na família tupi-guarani. **Revista de Antropologia**, v. 27/28, p. 33-53, 1984/85.
- RODRIGUES, A. Classification of Tupi-Guarani. **International Journal of American Linguistics**, v. 24, p. 231-234, 1958.
- RODRIGUES, A. D. I.; CABRAL, A. S. A. A contribution to the linguistic history of the Língua Geral Amazônica. **Alfa**, v. 55.2, p. 614-639, 2011a.
- RODRIGUES, A. A contribution to the linguistic history of the *língua geral amazônica*. **Alfa**, v. 55.2, p. 613-639, 2011b.
- RODRIGUES, J. B. **Poranduba amazonense, ou kochiyma-uara porandub**. 2. ed. Organizado por T. Telles. Manaus: Editora Valer, 2017.
- ROSA, M. C. The 16th and 17th centuries: Tupi or Língua Geral? The grammars of Anchieta and Figueira. I: **Actes: La "découverte" des langues et des écritures d'Amérique**, 1990.
- ROSA, M. C. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram? **Papia**, v. 1, p. 85-98, 1992.
- SANTOS, B. M. dos. As cartas do padre Manoel Gomes e suas representações em torno da incipiente missão jesuítica no Maranhão. Paper presented at **XVI Jornadas sobre Alternativas Religiosas en América Latina**. 2011. Accessed at: <https://ptdocz.com/doc/424876/as-cartas-do-padre-manuel-gomes-e-suas-representa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 3 maio 2022.

- | The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model

SARAGOÇA, L. **De Feliz Lusitânia aos Confins da Amazônia 1616-62**. São Paulo: Cosmos, 2000.

SEIXAS, M. J. J. **Vocabulário da língua indígena geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará**. Belém do Pará: Typ. De Mattos e Comp., 1853.

SEKI, L. Kamaiura (Tupi-Guarani) as an active-stative language. *In*: PAYNE, D. (ed.). **Amazonian Linguistics: Studies in Lowland South American Languages**. Austin: University of Texas Press, 1990. p. 367-392.

SCHMIDT-RIESE, R. Referencialidade e alinhamento em tupinambá: sobre a adequação de imprecisões missionárias. *In*: ALFARO LAGORIO, M. A. C.; ROSA, M. C.; FREIRE, J. R. B. (org.). **Políticas de línguas no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 149-178.

TAYLOR, G. Apontamentos sobre o Nheengatu falado no rio Negro, Brasil. **Amérindia: revue d'ethnolinguistique amérindienne**, v. 10, p. 5-23, 1985.

WRIGHT, R. **A Sociophilological Study of Late Latin**. Turnhout: Brepols, 2002.

WRIGHT, R. **Early Ibero-romance: Twenty-One Studies on Language and Texts from the Iberian Peninsula between the Roman Empire and the Thirteenth Century**. Newark, DEL: Juan de la Cuesta, 1994.

WRIGHT, R. **Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France**. Liverpool: F. Cairns, 1982.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: FINBOW, Thomas. The Nature and Emergence of the Língua Geral Amazônica according to Mufwene's Language Ecology Model. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 75-112, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 21/06/2022 | Aceito em: 02/09/2022..

AQUISIÇÃO FONOLÓGICA: DESCRIÇÃO DOS DADOS DE FALA DE CRIANÇAS COM DESENVOLVIMENTO TÍPICO

Amanda JORGE¹
Vanessa GIACCHINI²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3413>

Resumo: Na aquisição da fonologia típica, observa-se um padrão de desenvolvimento em que a aquisição ocorre de maneira não linear, com regressões de uso, influenciada por fatores biológicos e ambientais. Há poucos estudos sobre essa temática na região Nordeste do Brasil, mais especificamente na cidade de Natal-RN. O objetivo do estudo foi caracterizar a aquisição fonológica típica em crianças residentes na cidade de Natal-RN. Foi coletada a fala de 28 crianças na faixa etária entre 4:1 e 6:5 anos, sem alterações preexistentes. Nas análises contrastiva e por traços distintivos, observou-se que a aquisição de todos os fonemas em ataque simples e ataque complexo estavam presentes, com comportamento semelhante ao observado em estudos como de Lamprecht (2004) e Lazzarotto-Volcão (2012). A realização do arquifonema /R/ em posição de coda medial/final não condiz com o citado em estudos anteriores, em que sugerem que a aquisição desse arquifonema na posição de coda ocorra em torno dos quatro anos antes da estabilização do segmento em ataque complexo. Assim, o perfil de aquisição do arquifonema /R/ não é semelhante ao relatado nos estudos preexistentes.

Palavras-chave: Linguagem infantil. Fonologia. Desenvolvimento infantil.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil; amandarosealvess.1@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8962-237X>

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil; vanessa.giacchini@ufm.br; <https://orcid.org/0000-0002-0322-6641>

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

PHONOLOGICAL ACQUISITION: DESCRIPTION OF SPEECH DATA OF CHILDREN WITH TYPICAL DEVELOPMENT

Abstract: In the acquisition of typical phonology, a pattern of development is observed in which the acquisition occurs in a non-linear way with regressions of use, influenced by biological and environmental factors. There are few studies on this topic in the Northeast region of Brazil, more specifically in the city of Natal-RN. The aim of the study was to characterize the typical phonological acquisition in children living in the city of Natal-RN. The speech of 28 children aged between 4:1 and 6:5 years, without preexisting alterations, was collected. In the contrastive analysis and by distinctive features, it was observed that the acquisition of all phonemes in simple attack and complex attack were present, with behavior like that observed in studies such as Lamprecht (2004) and Lazzarotto-Volcão (2012). The realization of the archiphoneme /R/ in medial/final coda position is not consistent with what was mentioned in previous studies, in which they suggest the acquisition of this archiphoneme in the coda position occurs around the age of four and before the segment in a complex attack. Thus, the /R/ archiphoneme acquisition profile is not like that reported in pre-existing studies.

Keywords: Child Language. Phonology. Child Development.

Introdução

A aquisição da fonologia já foi amplamente estudada pelos linguistas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Entretanto, há locais em que os estudos sobre o processo de aquisição fonológica são incipientes, praticamente nulos. O conhecimento sobre o referido processo e as características observadas no desenvolvimento fonológico são essenciais, não apenas para a linguística, mas também para outras ciências, por exemplo, a fonoaudiologia, que trabalha com correção e adequação das alterações de fala. O conhecimento de como as crianças de determinada região adquirem os sons e produzem os fonemas e as estruturas silábicas é fundamental para que ocorra a intervenção adequada quando é observada uma produção não usual. Isso permite que a intervenção seja realizada com base nas características locais do falante e não nos padrões preestabelecidos.

A aquisição fonológica é parte da aquisição da linguagem. Para que haja um desenvolvimento adequado, ou também referido como típico, da linguagem, é necessária a associação entre genética, maturação neural, *inputs* ambientais, audição, atenção, memória e cognição (BRITTO; BRITTO, 2017). É sabido que o desenvolvimento cognitivo

está diretamente associado ao desenvolvimento linguístico do infante (ZAUCHE *et al.*, 2016). Entende-se por desenvolvimento linguístico a capacidade da criança de utilizar de maneira adequada as diferentes esferas da comunicação, empregando de forma satisfatória todas as dimensões da linguagem (sintaxe, semântica, fonologia, morfologia, pragmática) (WERTZNER; PAGAN-NEVES, 2016).

As habilidades de linguagem são fundamentais para as crianças, pois quanto mais hábeis forem as suas capacidades de comunicação, melhores serão suas competências na evocação dos seus pensamentos, sentimentos, ideias, intenções e na compreensão dessas questões na fala do outro (ZAUCHE *et al.*, 2016). O adequado desenvolvimento de tais habilidades nas crianças pequenas é de extrema importância para questões futuras, principalmente aquelas relacionadas ao sucesso acadêmico e, também, às esferas inter e intrapessoais (HOFF, 2013; HOFF; CORE, 2013).

Nos primeiros anos de vida, juntamente com a aquisição da marcha (desenvolvimento motor), o desenvolvimento da linguagem é um dos marcos mais notáveis adquiridos pelo infante (HOFF, 2013). O próprio Chomsky (1986) refere à incrível capacidade de a criança, a partir de um número finito de peças (sons, combinações entre os sons nas palavras, palavras, estruturas de frase, regras), criar infinitas possibilidades, tornando-se, em um curto espaço de tempo, um sujeito apto à comunicação. Hoff (2013) ressalta que, aos cinco anos de idade, a maioria das crianças possui o domínio fundamental do sistema de sons e da gramática da comunidade linguística em que está inserida, possuindo uma variedade de itens lexicais para o uso na comunicação.

Quando se avalia as diferentes áreas que compõem a linguagem, verifica-se uma sequência temporal nos domínios e nos marcos em diferentes faixas etárias. A aquisição lexical tende a ser um dos principais marcos no uso da linguagem oral por parte da criança, começando com o uso de substantivos isolados, depois, palavras e frases. Em fases posteriores, há uma associação entre o adequado desempenho da sintaxe, da morfologia e da fonologia. O desenvolvimento fonológico é importante para a criança durante todo o processo, pois é a partir do desenvolvimento e da aquisição da fonologia da língua que ela se torna apta a realizar as primeiras palavras e competente para questões mais refinadas (como modificações morfológicas), além de aprender novos itens lexicais e de realizar a produção correta em todos esses níveis (CERON; KESKE-SOARES, 2017).

Considera-se a aquisição fonológica típica quando há o domínio do sistema fonológico pelo infante. Esse sistema deve ser semelhante ao observado na maioria dos seus pares de mesma idade, ou seja, condizente com a fala do grupo social em que está inserido. Para os falantes do Português Brasileiro, esse processo ocorre entre o nascimento

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

e, aproximadamente, a idade de cinco anos de forma gradual, não linear, respeitando as diferenças individuais de cada criança (BRAGANÇA; LEMOS; ALVES, 2011; CRISTÓFARO; ABREU, 2007; LAMPRECHT, 2004; MARINHO; ARAÚJO; THOMOPOULOS, 2012; MARTINS; MARIANO, 2020). As idades podem variar dependendo do autor e da metodologia escolhida para análise dos dados, por exemplo, nos estudos de Wertzner (2002), Wertzner *et al.* (2012), Wertzner, Papp e Galea (2006). As autoras sugerem a idade de sete anos como o marco final para aquisição completa do sistema fonológico da língua materna, com o domínio de todos os fonemas da língua, nas diferentes posições silábicas de ataque simples, complexo e coda medial e final.

Na análise da aquisição dos fonemas da língua, é possível observar um padrão bem específico na aquisição dos diferentes segmentos, como também na aquisição e domínio das estruturas silábicas. Pode-se afirmar que há um período de domínio de cada fonema, visto que crianças de mesma idade apresentam um padrão de aquisição de fonemas isolados similares (TORETI; RIBAS, 2010).

Na aquisição dos segmentos que compõem o Português Brasileiro, apesar de haver variações entre os pesquisadores com relação às idades de aquisição e à estabilização de uso, os estudos concordam que, inicialmente, há o domínio de fonemas plosivos e nasais, seguido pela aquisição e domínio das fricativas, o domínio inicial é das fricativas /v/ e /f/ e, na sequência, das demais, /s/, /z/, /ʃ/ e /ʒ/ (MARTINS; MARIANO, 2020). Por fim, ocorre a aquisição dos segmentos líquidos, que são os últimos estabilizados no sistema da criança. Nessa classe, há o domínio, primeiro, das líquidas laterais e, depois, das líquidas não laterais. O fonema /r/ é considerado o último a se estabilizar na fala da criança (BRAGANÇA; LEMOS; ALVES, 2011; FERRANTE *et al.*, 2008).

Ao analisar a aquisição fonológica típica, deve-se levar em consideração a classificação e a descrição de todos os segmentos da língua, de maneira aprofundada. Verificar os traços distintivos que compõem os fonemas é essencial, pois são eles as menores unidades linguísticas e, portanto, indivisíveis. Além disso, são formados por um conjunto de características em nível articulatorio, acústico e perceptivo. Tais características, representadas pelos traços distintivos, são binárias e a sua presença ou ausência é indicada pela simbologia [+] ou [-] respectivamente (MATEUS, 2003). Com a finalidade de facilitar a análise dos traços distintivos, Matzenauer e Lamprecht (2000) classificaram-nos da seguinte forma: classe principal, traços de cavidade, traços de modo de articulação, traços de fonte e traços prosódicos.

Como referido anteriormente, no Brasil, as principais e mais frequentes pesquisas relacionadas à aquisição fonológica são realizadas nas regiões Sul e Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, ainda são poucos os estudos sobre o perfil de aquisição. Entretanto,

estudos linguísticos demonstram diferenças importantes com relação ao dialeto nos diferentes estados do país.

Na fonoaudiologia, é fundamental que seja feita a caracterização do processo de aquisição, pois crianças que apresentam alterações no processo de aquisição do sistema fonológico devem ser tratadas com base nas peculiaridades da sua comunidade linguística. No momento, os dados normativos e os instrumentos utilizados para a avaliação fonológica são os mesmos para crianças de diferentes regiões (SILVA *et al.*, 2012).

Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro com 480 crianças na faixa etária de três a oito anos (SILVA *et al.*, 2012) concluiu que, na faixa etária de três anos de idade, os fonemas plosivos /p/, /b/, /t/, /d/ e nasais /m/, /n/ e /ɲ/ já estavam adquiridos, assim como os fricativos /f/ e /v/ e as africadas /tʃ/ e /dʒ/. Os demais fonemas fricativos (/ʃ/, /ʒ/, /s/, /z/) e líquidas (/l/, /ʎ/, /R/ e /r/) estavam presentes nas crianças de faixa etária posterior. A análise dessa informação é importante, visto que no estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente no município de Natal, não é observado o processo de palatalização de /t/ e /d/ diante de /i/, assim as africadas ([tʃ] e [dʒ]) não são empregadas na fala dos seus moradores.

Um estudo realizado em Belo Horizonte com 60 escolares, com idade entre quatro a seis anos, que frequentavam uma escola de Educação Infantil, verificou a presença de vários fonemas produzidos de forma assistemática, com domínio na produção dos fonemas /t, k, m, n, ɲ/. Os demais fonemas estavam com significativa variedade de produção, apesar de se apresentarem de forma sistemática. Assim, pode-se concluir que, nessa faixa etária, ainda é possível haver desvios de produção na fala, apesar do perfil de aquisição típico (BRAGANÇA; LEMOS; ALVES, 2011). Essa variabilidade é o que se deseja entender e caracterizar nos falantes natalenses, para que seja possível saber quando a variabilidade pode ser considerada típica e quando os erros destoam do esperado para o processo de aquisição.

Em função disso, o objetivo principal deste estudo é descrever o processo de aquisição fonológica típica de crianças de quatro a seis anos e cinco meses, moradoras da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Além disso, busca-se destacar as principais estratégias de reparo nos níveis segmental e prosódico verificados durante a aquisição fonológica e comparar os resultados obtidos com estudos já publicados sobre o processo de aquisição fonológica típica. Não se busca apresentar uma descrição sociolinguística da fala das crianças, apenas descrever o processo de aquisição fonológica, na tentativa de demonstrar que padrões de fala de crianças dessa comunidade, mesmo diferentes do que os estudos indicam, não significam que tal padrão é alterado ou patológico, visto que seus pares possuem o mesmo padrão de aquisição.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

Método

Esta pesquisa obedece às recomendações da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e o seu projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma instituição de ensino superior, obtendo aprovação sob o número de parecer 3.366.535. Todos os responsáveis pelos participantes foram devidamente instruídos e aprovaram a participação das crianças na pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados para o estudo ocorreu em uma escola de Educação Infantil. Foram avaliadas todas as crianças da faixa etária desejada para o estudo. Assim, a amostra totalizou 28 crianças, perfazendo o total de 28 gravações, que satisfizeram os seguintes critérios de inclusão: não ter realizado intervenção fonoaudiológica prévia com foco na linguagem e/ou fala; não apresentar alterações de linguagem; não apresentar alterações neurológicas, audiológicas, psicológicas, cognitivas e miofuncionais; ser falante exclusivo do Português Brasileiro; ter idade entre 4:0 e 6:5 anos, possuir desenvolvimento de linguagem e/ou fala adequado para a faixa etária; ter disponibilidade para participar da sessão de coleta; aceitar participar do estudo através da anuência ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e pela assinatura pelos pais/responsáveis do TCLE.

A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra, com as faixas etárias e a quantidade de crianças em cada uma delas.

Tabela 1. Distribuição e agrupamento das crianças nas faixas etárias estudadas

Sujeito	Faixa etária	Número de crianças
A	4:1 anos	1
B	4:6 anos	1
C, D, E	4:7 anos	3
F	4:9 anos	1
G, H	5:0 anos	2
I, J	5:1 anos	2
K, L	5:2 anos	2
M	5:3 anos	1
N	5:5 anos	1
O, P	5:7 anos	2
Q	5:8 anos	1
R, S, T, U	6:0 anos	4
V	6:1 anos	1

W	6:2 anos	1
X, Y, Z	6:3 anos	3
ß	6:4 anos	1
y	6:5 anos	1

Fonte: Elaboração própria

O estudo tem uma interface qualitativa com análise estatística descritiva dos dados obtidos.

A coleta aconteceu em uma sala silenciosa na própria instituição de Educação Infantil, por ser um ambiente mais familiar às crianças e não ser necessário o deslocamento em horário externo à escola. A linguagem das crianças foi avaliada a partir do Teste de Linguagem Infantil ABFW (de ANDRADE *et al.*, 2004), composto por quatro protocolos: vocabulário, pragmática, fluência e fonologia. Como o intuito do trabalho é descrever a fonologia, para este artigo foram utilizados apenas os resultados obtidos na prova de fonologia do referido protocolo (WERTZNER, 2004). Salienta-se que todas as crianças que participaram da pesquisa obtiveram resultados adequados nas demais provas do teste, atestando o adequado desenvolvimento da linguagem.

A avaliação da fonologia desse protocolo é composta por dois subtestes: uma avaliação de imitação, em que a criança repete uma lista de vocábulos referidos pelo examinador, e outra de nomeação, em que são apresentadas 34 figuras à criança, que deve nomeá-las de maneira espontânea sem a ajuda do examinador. Foram aplicadas as provas de nomeação e imitação, entretanto a análise realizada neste estudo foi apenas dos dados obtidos a partir do subteste de nomeação. Todas as coletas de fala foram gravadas com o apoio de câmera digital e, posteriormente, transcritas e revisadas por dois fonoaudiólogos com experiência em transcrição fonética. As coletas de fala aconteceram individualmente e foram expostas às mesmas condições.

Os dados coletados foram analisados de maneira contrastiva e por traços distintivos através do modelo de Padrão de Aquisição de Contrastos e Estruturas (PAC-E) (GIACCHINI, 2015; GIACCHINI; LAZZAROTTO-VOLCÃO; MOTA, 2016a), o qual objetiva analisar a aquisição dos contrastes e as coocorrências do Português Brasileiro nos níveis segmental e silábico, levando em consideração os traços distintivos. Para as análises dos dados foram utilizadas as três fichas do protocolo PAC-E, sendo possível, assim, quantificar os contrastes nas três posições silábicas: ataque simples, ataque complexo e coda medial/final (GIACCHINI, 2015). Esse modelo busca apresentar como ocorre o surgimento dos traços na língua e como eles coocorrem na fala da criança. Um segmento pode estar ausente não pela ausência de um traço, mas pela coocorrência responsável pelo surgimento dele.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

As avaliações auditivas e as avaliações de motricidade oral foram realizadas na clínica escola de fonoaudiologia da instituição proponente do estudo. As questões neurológicas e psicológicas foram ponderadas a partir dos relatos dos pais e da percepção dos professores, os quais afirmaram não observar qualquer alteração nos aspectos neurológicos ou psicológicos das crianças participantes do estudo.

Resultados e discussão

O grupo de crianças analisadas compreendeu a faixa etária dos 4:1 anos aos 6:5 anos. Conforme Lamprecht (2004) e Yavas, Hernandorena e Lamprecht (2001), na maioria das crianças, o amadurecimento do conhecimento fonológico ocorre em um processo gradativo, não linear e com variações individuais entre o nascimento e a idade aproximada de cinco anos. Esse desenvolvimento resulta na aquisição de um sistema fonológico condizente com o alvo-adulto, conforme o modelo de fala com o qual a criança tem contato.

Pelas idades dos participantes da amostra, espera-se que as crianças já estejam com seu sistema fonológico estruturado. Acredita-se que as crianças com idade inferior a cinco anos possam ter alguma dificuldade nas estruturas silábicas e nos segmentos mais complexos da língua. Dessa maneira, as crianças mais novas da amostra podem apresentar algumas hesitações na aquisição das líquidas, visto que, para muitos autores, está é a classe de consoantes de aquisição mais tardia e, geralmente, são os sons mais problemáticos para a aquisição (CERON; KESKE-SOARES, 2017; FERRANTE; BORSEL; PEREIRA, 2009; MEZZOMO; VARGAS; DIAS, 2015; MEZZOMO *et al.*, 2008; YAVAS; HERNANDORENA; LAMPRECHT, 2001).

Com relação às idades de aquisição dos segmentos líquidos, Hernandorena e Lamprecht (1997) sugerem que o /l/ é adquirido aos 2:8 anos em ataque inicial, aos 3:0 anos em ataque medial e somente aos quatro anos seria estabilizado o /ʎ/ no sistema da criança. A rótica /R/ estaria com a aquisição completa na faixa etária dos 3:4 – 3:5 anos em ambas as posições, ataque inicial e ataque medial; o tepe /r/ seria adquirido, em posição de ataque simples medial, somente aos 4:2 anos. Outros estudos concordam quanto à ordem de aquisição dos segmentos, porém demonstram uma pequena variabilidade quanto às idades de estabilização. Essa variabilidade pode ser decorrente das diferentes metodologias adotadas nas pesquisas (CERON *et al.*, 2017; SILVA *et al.*, 2012; WERTZNER *et al.*, 2007; YAVAS; HERNANDORENA; LAMPRECHT, 2001).

As estruturas silábicas de ataque complexo e coda também podem estar instáveis, ou seja, sem a aquisição completa. Isso porque os estudos sugerem diferentes idades para

a estabilização dessas estruturas, como também diferentes períodos para aquisição das estruturas formadas por líquida lateral e líquida não lateral (GIACCHINI; LAZZAOTTO-VOLCÃO; MOTA, 2016b; HERNANDORENA; LAMPRECHT, 1997; LAMPRECHT, 2004; MATZENAUER; LAMPRECHT, 2000; RIBAS, 2003; TORETI; RIBAS, 2010).

Para melhor explanação da aquisição fonológica, cada posição silábica é apresentada de forma separada, ataque simples, codas e *onset* complexo, sabendo-se que essa separação é apenas de forma didática, para promover uma melhor descrição do processo de aquisição. É importante ter claro que a aquisição é um processo em que os segmentos são adquiridos em contínuo com a aquisição das estruturas silábicas.

Ataque simples

Ao analisar os dados em cada uma das diferentes posições silábicas, foi verificado que, no ataque simples, as crianças menores apresentaram maior dificuldade, mas o desempenho foi adequado com o aumento da idade. Fato que é esperado, pois as crianças tendem a ajustar seus sistemas fonológicos com o aumento da idade e maturação das vias auditivas e neurológicas (VENTURA *et al.*, 2009).

Quadro 1. Distribuição das substituições fonológicas observando as ausências de traços distintivos e das coocorrências de acordo com a faixa etária

Sujeito	Idade	Substituições	Traços distintivos ausentes	Coocorrências ausentes
A	4:1 anos	/s/ → /d/ /z/ → /d/ /t/ → /l/	[+ contínuo]; [-voz] [+ contínuo] [-lateral]	[+contínuo, coronal, -voz] [+contínuo, coronal, +voz] [+aproximante, +contínuo, dorsal]
D	4:7 anos	/z/ → /s/	[+voz]	[+contínuo, coronal, +voz]
		/R/ → /ʒ/	[+aproximante] [+soante] [+contínuo]	[+aproximante, +contínuo, dorsal]
G	5:0 anos	/m/ → /b/	[-soante]	[+consonantal, +soante]
P	5:7 anos	/s/ → /t/	[+ contínuo]	[-soante, +contínuo]
		/z/ → /d/	[+ contínuo]	[-soante, +contínuo]
		/R/ → /l/	[- anterior]	[+aproximante, -contínuo, coronal, -anterior]
		/ʒ/ → /ʃ/	[+ voz]	[-soante, +contínuo, coronal, - anterior, +voz]

Fonte: Elaboração própria

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

Analisando especificamente os traços, é possível observar algumas dificuldades com aqueles que deveriam estar presentes no sistema das crianças, já que são traços de aquisição e domínio inicial, como o traço [+voz], que ainda está ausente em dois dos sujeitos da amostra (GIACCHINI, 2015; GIACCHINI; LAZZAROTTO-VOLCÃO; MOTA, 2016a; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2012). Além dele, o traço [+contínuo], segundo Lazzarotto-Volcão (2012), deveria ser adquirido durante a segunda etapa proposta pelo modelo padrão de aquisição de contrastes, em idades inferiores aos quatro anos.

Na faixa etária de 4:1 anos, o sujeito A realizou a substituição das fricativas /s/ e /z/ pela plosiva /d/. Levando em consideração os traços distintivos, houve dificuldade no emprego correto do traço [±contínuo] para a distinção entre fricativas e plosivas. Além disso, quando se considera a substituição da fricativa desvozeada (/s/) pela plosiva vozeada (/d/), é possível observar que, além da dificuldade no uso do traço [±contínuo], há dificuldade no emprego adequado do contraste de vozeamento ([±voz]).

Com descrição obtida a partir do PAC-E (GIACCHINI, 2015; GIACCHINI; LAZZAROTTO-VOLCÃO; MOTA, 2016b), é possível verificar que a dificuldade da criança é com a coocorrência [+contínuo, ±voz]. Não se trata apenas da dificuldade em trabalhar com o traço [±voz], mas em empregar de maneira adequada o traço em conjunto com o [+contínuo]. Segundo pesquisa de Lazzarotto-Volcão (2012) e Marques e Lazzarotto-Volcão (2015), o traço marcado [+voz] é adquirido durante a primeira etapa de aquisição dos contrastes, o que significa que a criança, ainda em idade muito precoce, consegue estabelecer a diferença entre fonemas surdos e sonoros.

Lazzarotto-Volcão (2012) sugere que, apenas na segunda etapa de aquisição, há domínio pela criança do traço marcado [+contínuo], o qual irá permitir o contraste entre plosivas e fricativas. Avaliando os dados do sujeito anteriormente referido, fica clara a dificuldade no estabelecimento da coocorrência. Ao observar os demais dados da fala, nota-se que a criança já domina o traço coronal e o traço voz em outros contextos, sendo a coocorrência deles o que promove o erro na produção.

Por conta disso, é possível afirmar que o traço [+contínuo], como também a sua coocorrência com o traço [-voz], apresenta-se em fase de aquisição na criança. Desse modo, houve o uso de traços menos marcados em lugar de traços mais marcados. Conforme Lazzarotto-Volcão (2012), esse fato é explicado visto que crianças que apresentam a aquisição fonológica típica respeitam o princípio de Evitação de Traços Marcados (CLEMENTS, 2009).

O uso da líquida lateral /l/ nos casos em que o alvo é a líquida não lateral /r/ reforça a dificuldade encontrada no emprego do traço [±contínuo], uma vez que a presença do

traço irá diferenciar as líquidas não laterais das laterais (LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2012). Segundo a autora, a coocorrência [+aproximante, -contínuo, coronal, -anterior] estabelece o contraste entre as líquidas laterais e não laterais.

A substituição observada na criança não provoca grandes questionamentos, pois os estudos mostram que a coocorrência [+aproximante, +contínuo], que provoca o contraste entre as líquidas, só é estabelecida na quarta e última etapa de aquisição. Isso reforça a necessidade de o traço [+contínuo] estar estabelecido para que as demais coocorrências com o traço [+aproximante] estejam adequadas (GIACCHINI, 2015; GIACCHINI; LAZZAROTTO-VOLCÃO; MOTA, 2016a; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2012; MARQUES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2015).

Entre as faixas etárias de 4:2 anos a 4:6 anos, as crianças analisadas não apresentaram nenhuma substituição ou processo fonológico em seu inventário, indicando uma estabilização da aquisição fonológica. Essa observação corrobora o estudo realizado com 240 crianças do Rio de Janeiro com aquisição fonológica típica, em que a maioria das crianças, aos três anos de idade, já apresentava o inventário fonológico completo (SILVA *et al.*, 2012).

Na análise do sujeito D, na faixa etária de 4:7 anos, foi observado um retorno de substituições de fonemas. Isso é comum, uma vez que o processo da aquisição fonológica não se apresenta de forma constante, ou seja, a aquisição ocorre de forma não linear, devido às singularidades dos sujeitos, assim como o desenvolvimento linguístico que é mais evidente em comparação a outros (LAMPRECHT, 2004).

Observando a Tabela 1, apesar de haver três crianças com idade de 4:7 anos, só o sujeito D apresentou trocas. Na produção da criança, observa-se a dificuldade no estabelecimento da coocorrência responsável pelo surgimento do contraste de vozeamento nas fricativas anteriores. Entretanto, o sujeito demonstra conhecimento do sistema fonológico ao substituir um fonema por outro da mesma classe, diferindo em apenas um traço. Esse conhecimento, porém, não é observado na outra substituição realizada (/R/ → /ʒ/), em que uma líquida é substituída por uma fricativa. Nessa situação, há uma substituição de classe principal, no caso, a troca de uma soante por uma obstruinte.

A substituição de um fonema por outro de classe distinta não é o que se observa de maneira geral no processo de aquisição. As crianças tendem a preservar o máximo de características nas substituições, dessa maneira, uma mudança de classe principal faz com que muitos traços estejam ausentes (LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2019; WIETHAN; MOTA, 2011). Na amostra estudada, esse comportamento foi observado em dois momentos: no sujeito D, em que há a substituição de uma líquida por uma fricativa (soante líquida por

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

obstruinte fricativa), e no sujeito G, em que há a substituição de uma nasal por uma plosiva (soante nasal por obstruinte plosiva).

Na substituição, há a troca de uma líquida não lateral dorsal por uma fricativa coronal. O traço [+soante] responsável pelo contraste entre obstruintes e soantes não fica estabelecido na coocorrência que permite a realização do rótico /R/. Pode-se inferir que esse traço [+soante] já está presente na fala da criança, pois foi observada apenas uma substituição dessa natureza, assim, acredita-se que outros traços responsáveis pelo surgimento do fonema não estão plenamente dominados pelo sujeito.

Aos 4:9 anos, há estabilização na produção dos fonemas e o sistema fonológico já é semelhante ao do adulto. Porém, na idade de cinco anos, foram observadas, novamente, substituições de fonemas, o que pode ser condicionado por conta da “curva em U”. Ela é caracterizada por períodos de oscilações no desenvolvimento tanto típico quanto atípico, há um período de regressão de um segmento já adquirido e, em seguida, o retorno da produção correta (KESKE-SOARES *et al.*, 2008). Esses períodos são mais comuns no início do processo de aquisição, mas é possível observá-los também durante a consolidação dos fonemas.

Na substituição observada, houve mudança de classe principal de uma nasal para uma plosiva. A idade em que ocorreu essa substituição chama atenção, aos cinco anos, pois ambos os segmentos são de aquisição precoce. Além disso, aos cinco anos o sujeito G realizou a omissão da líquida lateral /l/, demonstrando dificuldade na realização da coocorrência [+aproximante, -contínuo, coronal, -anterior]. Tal fato também foi evidenciado na pesquisa de Giacchini (2015), em que os sujeitos, na última etapa de aquisição, preferiram realizar substituições por glide e/ou omissões das consoantes líquidas. Como já referido, houve a substituição do fonema nasal /m/ ([+soante]) pela plosiva /b/ ([-soante]), evidenciando, mais uma vez, o emprego incorreto do traço [±soante].

Conforme Lazzarotto-Volcão (2012), o primeiro traço a surgir na aquisição fonológica típica é o [±soante], sendo ele o responsável por diferenciar as consoantes nas duas grandes classes principais: as obstruintes (plosivas e fricativas) e as soantes (nasais e líquidas). Essa substituição não é frequente na aquisição típica, pois considera-se estranha uma substituição dessa natureza aos cinco anos, mas ela pode ser justificada pela realização de um processo de assimilação (KESKE-SOARES *et al.*, 2008; LAMPRECHT, 2004; MARQUES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2015).

Dos 5:2 aos 5:5 anos, nota-se uma estabilização do desenvolvimento. Não há nenhuma substituição e/ou omissão dos fonemas no inventário fonético dos sujeitos

pesquisados. Contudo, aos 5:7 anos, houve a retomada das substituições, o que pode ser justificado pela individualidade de cada criança durante o processo que envolve fatores intrínsecos e extrínsecos, por exemplo, o ambiente social (HAGE; PINHEIRO, 2017). Nesse período, a criança tem que lidar com os fonemas em diferentes posições silábicas, isso pode fazer com que alguns processos fonológicos reapareçam.

Na última substituição apurada, aos 5:7 anos, no sujeito P, verificou-se a dificuldade na coocorrência [-soante, +contínuo] na substituição da fricativa /s/ pela plosiva /t/, como também na substituição da fricativa /z/ pela plosiva /d/. Houve, ainda, a substituição de uma fricativa sonora /ʒ/ por uma fricativa surda /ʃ/, caracterizando a ausência do traço [+voz], evidenciado na coocorrência [-soante, +contínuo, coronal, -anterior, +voz]. Na substituição da líquida /ʎ/ pela líquida /l/, observou-se a dificuldade na produção da coocorrência [+aproximante, -contínuo, coronal, -anterior], evidenciada no uso do traço [±anterior], sendo ele o responsável pela diferenciação entre as líquidas laterais (LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2012, 2019; MARQUES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2015). Por fim, houve a omissão das líquidas não laterais, isto é, a instabilidade na coocorrência [+aproximante, +contínuo, dorsal].

No sujeito P, a coocorrência [-soante, +contínuo] não consegue se constituir, a criança não estabelece o contraste entre plosivas coronais e fricativas coronais, além disso, o contraste entre plosivas e fricativas, apesar da idade, não é satisfatório no sujeito. Nota-se que ele mantém os demais traços, fazendo com que o fonema seja produzido com maior número de traços próximos ao desejado. Ele respeita o ponto de articulação, ou seja, tem o cuidado para manter o ponto coronal e respeita, também, o contraste de sonoridade: o alvo surdo é substituído por fonema surdo e o alvo sonoro substituído por fonema sonoro.

Nas faixas etárias de 4:6, 4:9, 5:2, 5:3, 5:5, 5:8 até 6:5 anos, as crianças avaliadas não apresentaram nenhuma substituição de fonemas, conseqüentemente, nenhum traço estava ausente e todas as coocorrências foram adquiridas. Lamprecht (2004) refere que, até os quatro anos, a criança deve possuir em seu inventário fonológico todos os fonemas da língua a que é exposta; até os cinco anos, deve realizá-los em todas as posições silábicas possíveis. Sendo assim, nessas idades, espera-se que a criança produza a fala sem substituições ou erros que prejudiquem sua comunicação.

Dentre as estratégias de reparo, pode-se destacar a estratégia de omissão. Esse processo fonológico foi pouco realizado pelas crianças avaliadas, sendo observado nas faixas etárias de 5:0 anos e 5:7 anos. Na idade de 5:0 anos, verificou-se a omissão do rótico /R/ e, aos 5:7 anos, dos róticos /R/ e /r/. Essas omissões podem ser consideradas típicas,

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

visto que a aquisição das líquidas necessita de maior precisão e domínio articatório. Desse modo, erros nessas faixas etárias com esses fonemas são esperados (dos REIS; LAZZAROTO-VOLCÃO; FREITAS, 2020; LAMPRECHT, 2004).

A partir de 5:8 anos, foi observado o retorno da estabilização do inventário fonológico dos sujeitos analisados, permanecendo sem alterações até a idade máxima (6:5 anos) do estudo.

Coda medial e final

No Quadro 2, verifica-se como ocorre o desenvolvimento fonológico na posição de coda, seja com respeito à ocupação da posição medial, pela consoante, seja com respeito à posição final. Neste trabalho, foram consideradas apenas as codas formadas pelos arquifonemas da consoante fricativa /S/ e da líquida não lateral /R/.

Quadro 2. Aquisição de coda (medial e final) com relação à faixa etária

Sujeito	Faixa etária	Coda medial	Coda final
A	4:1 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
B	4:6 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão
C, D, E	4:7 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
F	4:9 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão
G, H	5:0 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão
I, J	5:1 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão
K, L	5:2 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
M	5:3 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
N	5:5 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão
O, P	5:7 anos	/S/ → omissão /R/ → omissão	/R/ → omissão
Q	5:8 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
R, S, T, U	6:0 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
V	6:1 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão
W	6:2 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão
X, Y, Z	6:3 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
ß	6:4 anos	/R/ → omissão	/R/ → omissão
γ	6:5 anos	Realizadas adequadamente	/R/ → omissão

Fonte: Elaboração própria

A não análise das codas formadas pelo arquifonema nasal e pela líquida lateral /l/ é devido ao fato de que o fonema nasal, quando ocupa a posição de segunda consoante na posição de coda (CVCC), marca a ressonância nasal e não a posição do articulador, que será determinada pela consoante seguinte (MATEUS, 2003). E nos casos das codas ocupadas por líquida lateral /l/, ela será produzida como semivogal, mudando as principais características do segmento (sal → [ˈsaw]) (BONILHA; MEZZOMO; LAMPRECHT, 2006; MEZZOMO, 2004; MEZZOMO; DIAS; VARGAS, 2014).

No que se refere ao desenvolvimento de coda, foi possível observar que o arquifonema /R/ estava ausente em todas as idades, na posição final, e ausente, na maioria das idades, na posição medial, com exceção das seguintes idades: 4:6, 5:0, 5:1, 6:1 e 6:2 anos. Os resultados mostram a ausência do arquifonema /R/, mesmo em idades em que já há o seu domínio na estrutura de ataque simples.

Estudos realizados com crianças que vivem no Rio Grande do Sul (GIACCHINI, 2015; VARGAS; MEZZOMO, 2014) observaram que a aquisição do arquifonema /R/ ocorre tardiamente quando comparada com os demais arquifonemas. Um estudo de caso, realizado no estado de Alagoas, com quatro sujeitos, destacou a simplificação da consoante final como um dos processos fonológicos presentes na fala desses estudantes da Educação Infantil (NUNES; PAYÃO; COSTA, 2010).

As crianças da amostra de Natal realizaram a coda medial com o arquifonema /R/ de maneira adequada apenas nas idades de 4:6, 4:9, 5:1, 5:5, 6:1 e 6:5 anos. Na posição de coda final, as crianças não realizaram a estrutura em nenhuma das idades avaliadas. Esse resultado demonstra a dificuldade delas em realizar a estrutura silábica CVC (consoante vogal consoante), sendo que a estratégia de reparo adotada foi a da omissão. Vale destacar que a omissão da coda final é uma característica na fala da comunidade linguística em que foi realizado o estudo.

Tal resultado vai de encontro ao que é apresentado em outras pesquisas (MEZZOMO; DIAS; VARGAS, 2014; MEZZOMO; VARGAS; DIAS, 2015; VARGAS; MEZZOMO, 2014), nas quais a coda com /R/, apesar de ser uma das estruturas adquiridas de maneira mais tardia, é realizada de forma adequada entre os falantes por volta dos quatro anos. Os resultados demonstram que, mesmo na posição medial, as crianças tendem a omitir a coda, até em idades maiores do que o apresentado nas pesquisas como sendo o esperado para aquisição (MEZZOMO, 2004; MEZZOMO *et al.*, 2010, 2014; SCHNEIDER; DIAS; MEZZOMO, 2014; SOUZA *et al.*, 2013; GIACCHINI; LAZZAROTTO-VOLCÃO; MOTA, 2016b). Para Mezzomo, Dias e Vargas (2014) silábicas e prosódicas, e extralinguísticas na produção correta da sílaba (C, esse arquifonema tem sua emergência e aquisição, primeiramente, em posição medial e, após a estabilização, em posição final, ambas posições aos três anos e dez meses.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

Ataque complexo

Na avaliação do processo de aquisição da estrutura do ataque complexo, os dados também foram analisados com base no modelo PAC-E (GIACCHINI, 2015). O desempenho dos sujeitos pesquisados pode ser verificado no Quadro 3.

Quadro 3. Estratégias de reparo em posição de ataque complexo com relação à faixa etária

Sujeito	Faixa etária	Estratégia de reparo
A	4:1 anos	Simplificação da estrutura de todos os ataques complexos
B	4:6 anos	Nenhuma estratégia de reparo empregada, realização correta
C D, E	4:7 anos	Simplificação da estrutura /vr/ Nenhuma estratégia de reparo empregada, realização correta
F, G, H, I, J, K, L	4:9 aos 5:2 anos	Simplificação da estrutura de todos os ataques complexos
M	5:3 anos	Simplificação da estrutura /vr/
N	5:5 anos	Nenhuma estratégia de reparo empregada, realização correta
O, P	5:7 anos	Simplificação das estruturas: /pr/, /br/, /tr/, /bl/ e /vr/.
Q	5:8 anos	Simplificação da estrutura: /tr/
R, S, T, U, V, W, X, Y, Z, ß, γ	6:0 aos 6:5 anos	Nenhuma estratégia de reparo empregada, realização correta

Fonte: Elaboração própria

Na idade de 4:1 anos, foi observada a ausência de todos os ataques complexos. Os estudos pesquisados sugerem que a aquisição completa do ataque complexo ocorre após os cinco anos, configurando-se como um dos processos mais tardios no desenvolvimento fonológico (ATTONI *et al.*, 2010; HERNANDORENA; LAMPRECHT, 1997; LAMPRECHT, 2004; LOPES; DIAS; MEZZOMO, 2015; MOTA *et al.*, 2012; TORETI; RIBAS, 2010).

Aos 4:6 anos, todos os ataques complexos presentes na avaliação adotada foram produzidos corretamente. Com isso, conclui-se que as crianças começam a apresentar conhecimento da estrutura silábica nesta faixa etária, porém, aos 4:7 anos, há uma regressão no uso correto dessa estrutura, com dificuldade na realização correta do ataque complexo formado por fricativa labial sonora e líquida não lateral (/vr/). Tal dificuldade também é observada aos 5:3 anos, o que demonstra como tal estrutura silábica é complicada para

a criança no processo de aquisição. A estratégia de reparo mais comumente adotada é a simplificação, transformando a sílaba complexa em uma sílaba simples da língua (CCV → CV) (BARROZO *et al.*, 2016; CARVALHO, 2015; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2019; LIMA *et al.*, 2018; MIRANDA. SILVA, 2011; SOARES; PAYÃO; OLIVEIRA, 2019).

A mesma estratégia de reparo é observada aos 5:7 e aos 5:8 anos, devido à simplificação do ataque complexo. Nessa faixa etária, a simplificação é observada tanto em ataque complexo, formado por plosivas, quanto por fricativas, com líquida lateral e não lateral. Tal constatação reforça os estudos que defendem a não existência de uma ordem de aquisição entre os diferentes tipos de ataque complexos da língua (GIACCHINI, 2015; GIACCHINI; MOTA; MEZZOMO, 2015; HERNANDORENA; LAMPRECHT, 1997; LAMPRECHT, 2004; RIBAS, 2003; SOARES; PAYÃO; OLIVEIRA, 2019). Devido a isso, percebe-se que ocorre a aquisição do constituinte e não do segmento que forma a estrutura silábica. Assim, a criança não consegue, inicialmente, adquirir a estrutura CCV, que pode ser entendida como mais marcada na língua (CLEMENTS, 2009), mas continua seguindo a produção conforme o padrão canônico da língua (CV), considerada menos marcada para os falantes do Português Brasileiro.

As fricativas /v/ ou /f/ apresentaram-se adquiridas, em posição de ataque simples, desde as primeiras faixas etárias analisadas, o que demonstra a facilidade na produção desses segmentos, os quais possuem poucos traços com valor marcado. Nota-se que não existem dificuldades nos traços distintivos desses fonemas. Entretanto, ao analisar as fricativas em estrutura de ataque complexo, foi observada a simplificação da estrutura silábica, que ocorreu pela dificuldade em produzir a estrutura complexa. Assim, fica clara a dificuldade em realizar a estrutura CCV com o apagamento das líquidas, devido ao seu posicionamento de C² na estrutura.

De acordo com estudos (GIACCHINI, 2015; GIACCHINI; LAZZAROTTO-VOLCÃO; MOTA, 2016b; LOPES; DIAS; MEZZOMO, 2015), a aquisição dos ataques complexos tem relação com a estruturação silábica e não com os segmentos presentes. Portanto, durante o período de desenvolvimento fonológico, o que se permite avaliar é a produção dos dois segmentos como uma estrutura, desconsiderando a análise dos dois segmentos isoladamente.

A estabilização na produção da estrutura só é adquirida a partir dos 6:0 anos, não sendo verificado nenhum período de regressão de seu uso até os 6:5 de idade final da coleta.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

Conclusão

A aquisição dos fonemas em posição de ataque simples e de ataque complexo foi semelhante ao relatado por outros pesquisadores (LAMPRECHT, 2004; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2012; MARINHO; ARAÚJO; THOMOPOULOS, 2012; MARQUES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2015; MATZENAUER; LAMPRECHT, 2000). Pôde-se observar um domínio de todos os segmentos a partir da faixa etária de quatro anos, apesar da presença de variações ao longo do período de aquisição. Essas variações são resultado da influência das particularidades de cada indivíduo na aquisição fonológica.

Com relação à aquisição dos fonemas em posição de coda medial e final, foram encontrados resultados semelhantes à literatura com relação ao arquifonema /S/. No entanto, é o desenvolvimento e aquisição do arquifonema /R/ que difere, tanto em posição de coda final quanto de coda medial, devido à ausência da produção na posição de coda final, em todas as faixas etárias e à instabilidade na realização, na posição de coda medial, no decorrer das faixas etárias.

Os resultados indicam uma certa dificuldade para a aquisição de tal unidade fonológica na posição de coda medial. São necessários mais estudos, com amostras de fala longitudinais, para que se possa verificar com maior precisão se há influência da não aquisição do arquifonema em posição final na posição medial. Essa não produção do arquifonema /R/, em coda final, é observada na fala da comunidade linguística onde foi realizada a pesquisa.

Tanto na prática clínica quanto no âmbito acadêmico, faz-se necessário conhecer e compreender as diferenças linguísticas das crianças desta e das outras regiões do Brasil, pois isso irá influenciar na análise de avaliações e em intervenções das crianças com tal perfil linguístico. Assim será possível evitar que uma característica de fala seja considerada patológica. Ao analisar os dados única e exclusivamente pelos protocolos preexistentes, as crianças envolvidas neste estudo seriam consideradas como apresentando alteração na aquisição do componente fonológico. Entretanto, nenhuma das crianças da amostra apresentou alterações no desenvolvimento e na aquisição da fala e da linguagem.

Portanto, dada a importância do tema, torna-se necessário que outros estudos sejam realizados, sobretudo com amostras longitudinais e com maior número de indivíduos para que possam ser criados parâmetros que direcionem a conduta de profissionais atuantes nas áreas de aquisição e de intervenção fonológica.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ATTONI, T. M. *et al.* Onset complexo pré e pós-tratamento de desvio fonológico em três modelos de terapia fonológica. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 15, n. 3, p. 395–400, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342010000300014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2023.

BARROZO, T. F. *et al.* The influence of (central) auditory processing disorder in speech sound disorders. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, v. 82, n. 1, p. 56–64, jan. 2016. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1808869415001779>. Acesso em: 1 mar. 2018.

BONILHA, G.; MEZZOMO, C. L.; LAMPRECHT, R. R. The Role of Syllable Structure in the Acquisition of Brazilian Portuguese. *In*: LOT, N. G. S.; OF, L. (org.). **The Acquisition of Romance Languages: Selected papers from The Romance Turn II**. Utrecht: [s.n.], 2006. p. 27–43.

Dos REIS, T. B.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C.; FREITAS, M. J. Na rota dos róticos: implicações do rótico dorsal no sistema fonológico de crianças portuguesas com perturbação fonológica. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, v. 24, n. 1, p. 9–35, 11 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/30629>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRAGANÇA, L. L. C.; LEMOS, S. M. A.; ALVES, C. R. L. Caracterização da fala de crianças de 4 a 6 anos de creches públicas. **Revista CEFAC**, v. 13, n. 6, p. 986–992, 17 jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462011000600003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRITTO, A. T. B. de O.; BRITTO, D. B. de O. e. Teorias de aquisição da linguagem: reflexões acerca de diferentes estudos. *In*: BRITTO, A. T. B. de O.; BRITTO, D. B. de O. e. **Tratado de linguagem: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: [s.n.], 2017. p. 17–32.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

CARVALHO, I. R. de. Redução segmental em encontros consonantais heterossilábicos no português brasileiro. **Revele**, n. 9, p. 38–51, 2015.

CERON, M. I.; KESKE-SOARES, M. Desenvolvimento fonológico. **Tratado de linguagem: perspectivas contemporâneas**. [S.l.: s.n.], 2017. p. 39–48.

CERON, M. I. *et al.* Factors Influencing Consonant Acquisition in Brazilian Portuguese-Speaking Children. **Journal of Speech, Language, and Hearing Research**, v. 60, n. 4, p. 759–771, 14 abr. 2017. Disponível em: http://jslhr.pubs.asha.org/article.aspx?doi=10.1044/2016_JSLHR-S-15-0208. Acesso em: 6 dez. 2017.

CHOMSKY, N. **Knowledge of language: its nature, origin, and use**. [S.l.]: Praeger, 1986. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=b0VZPtZDL8kC&pg=PR3&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14 jul. 2017.

CLEMENTS, G. N. Phonological Feature. **Contemporary Views on Architecture and Representations in Phonology**. [S.l.: s.n.], 2009. p. 19–68.

CRISTÓFARO, T. S.; ABREU, C. G. Aquisição fonológica na perspectiva multirepresentacional. **Revista Letras de Hoje**, v. 42, n. 1, p. 179–191, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/679/493>. Acesso em: 13 jul. 2017.

DE ANDRADE, C. R. F. *et al.* **ABFW: teste de linguagem infantil nas áreas de fonologia, vocabulário, fluência e pragmática**. São Paulo: [s.n.], 2004.

FERRANTE, C. *et al.* Aquisição fonológica de crianças de classe sócio econômica alta. **Revista CEFAC**, v. 10, n. 4, p. 452–460, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v10n4/v10n4a05.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FERRANTE, C.; BORSEL, J. V.; PEREIRA, M. M. de B. Análise dos processos fonológicos em crianças com desenvolvimento fonológico normal. **Rev Soc Bras Fonoaudiol**, v. 14, p. 36–40, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v14n1/08.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

GIACCHINI, V. **Proposta de modelo de padrão de aquisição de contrastes e estruturas (PAC-E) para avaliação dos desvios fonológicos**. 2015. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

GIACCHINI, V.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C.; MOTA, H. B. Análise das correlações entre as coocorrências de traços distintivos no *onset* simples em crianças com perturbação fonológica. **Revista Portuguesa de Terapia da Fala**, v. 3, n. march, p. 30–36, 2016a.

GIACCHINI, V.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C.; MOTA, H. B. Standard model of structures and contrast acquisition – proposal for phonological evaluation in the Brazilian Portuguese. **Journal of Child Language Acquisition and Development**, v. 4, n. 3, p. 78–97, 2016b.

GIACCHINI, V.; MOTA, H. B.; MEZZOMO, C. L. The details in the therapeutic process to the consonant clusters acquisition in the speech of children with phonological disorder. **Rev. CEFAC**, v. 17, n. 2, p. 17–26, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1516-18462012005000049>. Acesso em: 14 jul. 2017.

HAGE, S. R. de V.; PINHEIRO, L. A. da C. P. Desenvolvimento típico de linguagem e a importância para a identificação de suas alterações na infância. **Tratado de linguagem: perspectivas contemporâneas**. [S.l.: s.n.], 2017. p. 17–32.

HERNANDORENA, C. L. M.; LAMPRECHT, R. R. A aquisição das consoantes líquidas do Português. **Letras de Hoje**, v. 32, n. 4, p. 7–22, 1997. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15289>. Acesso em: 17 jul. 2020.

HOFF, E. **Language Development**. 5. ed. [S.l.]: Belmont, CA: Wadsworth Cengage Learning, 2013.

HOFF, E.; CORE, C. Input and language development in bilingually developing children. **Seminars in speech and language**, v. 34, n. 4, p. 215–226, nov. 2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24297614>. Acesso em: 14 jul. 2017.

KESKE-SOARES, M. *et al.* Aquisição não-linear durante o processo terapêutico. **Letras de Hoje**, v. 43, n. 3, p. 22–26, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5605%0A>. Acesso em: 14 jul. 2017.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

LAMPRECHT, R. R. **Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia.** Porto Alegre: [s.n.], 2004.

LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. Aquisição fonológica atípica: o que os dados de crianças brasileiras e portuguesas revelam (Atypical phonological acquisition: what data from Brazilian and Portuguese children reveal). **Estudos da Língua(gem)**, v. 17, n. 2, p. 65, jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/5336>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. O modelo padrão de aquisição de contrastes: uma nova abordagem para o desvio fonológico. **Veredas Online**, v. esp., p. 109-121, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/O-Modelo-Padrão-de-Aquisição-de-Contrastes-Uma-nova-abordagem-para-o-desvio-fonológico2.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LIMA, F. L. de C. N. de *et al.* Ultrasonographic analysis of lateral liquids and coronal fricatives: judgment of experienced and non-experienced judges. **Revista CEFAC**, v. 20, n. 4, p. 422-431, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462018000400422&tlng=en. Acesso em: 25 abr. 2023.

LOPES, S. G.; DIAS, R. F.; MEZZOMO, C. L. A produção do *onset* complexo: aquisição guiada pela sílaba ou pelo segmento? **Revista CEFAC**, v. 17, n. suppl 1, p. 78-87, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462015000700078&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2023.

MARINHO, A. R. P.; ARAÚJO, A. L. de O. S; THOMOPOULOS, M. de S. F. Aspectos articulatórios e fonológicos envolvidos na aquisição da linguagem de uma criança de 5:1 anos: um estudo de caso. **Letras de Hoje – Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa**, v. 47, n. 1, p. 84-92, 2012.

MARQUES, T. F.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. Formação do inventário fonológico de uma criança à luz do Modelo Padrão de Aquisição de Contrastes. **Caderno de Letras**, v. 24, p. 83-104, 2015.

MARTINS, R. M. F.; MARIANO, L. F. Aquisição Fonológica do Português: um estudo Longitudinal. **Revista do GEL**, v. 17, n. 2, p. 148-169, 2020.

MATEUS, M. H. M. Fonologia. *In*: MATEUS, M. H. M. e colab. (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: [s.n.], 2003. p. 987–996.

MATZENAUER, C. L.; LAMPRECHT, R. R. **A hierarquia de restrições na aquisição de padrões silábicos do português**. 2000, Florianópolis: [s.n.], 2000. p. 1–12. Disponível em: http://inforum.insite.com.br/arquivos/8920/anais_con2nac_tema160.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

MEZZOMO, C. L. *et al.* Aquisição da coda: um estudo comparativo entre dados transversais e longitudinais. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 15, n. 3, p. 401–407, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342010000300015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2023.

MEZZOMO, C. L. **Aquisição da coda medial no português brasileiro: uma análise via Teoria de Princípios e Parâmetros**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MEZZOMO, C. L. *et al.* O papel do contexto fonológico no desenvolvimento da fala: implicações para a terapia dos desvios fonológicos evolutivos. **Letras de Hoje**, v. 43, p. 15–21, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5604>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MEZZOMO, C. L.; DIAS, R. F.; VARGAS, D. Z. Fatores intervenientes na produção correta da sílaba (c)vc em dados típicos e atípicos de fala. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 30, n. 2, p. 353–370, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502014000200353&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2023.

MEZZOMO, C. L.; VARGAS, D. Z.; DIAS, R. F. Estratégias adotadas por crianças com desenvolvimento fonológico típico e atípico no domínio da sílaba travada. **Rev. CEFAC**, v. 17, n. SuplI, p. 27–34, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/7097>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MIRANDA, I. C. C.; SILVA, T. C.. Aquisição de encontros consonantais tautossilábicos: uma abordagem multirrepresentacional. **Revista Lingüística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 7, n. 1, p. 14–30, 2011. Disponível em: <http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>. Acesso em: 25 abr. 2023.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

MOTA, H. B. *et al.* Ocorrência de dessonorização no desvio fonológico: relação com fonemas mais acometidos, gravidade do desvio e idade. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 17, n. 4, p. 430–434, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342012000400011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 28 jul. 2017.

NUNES, D. A.; PAYÃO, L. M. da C.; COSTA, R. C. C. Desvios fonológicos na educação infantil. **Revista CEFAC**, v. 12, n. 2, p. 331–336, abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462010000200021&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2023.

RIBAS, L. P. *Onset* complexo: características da aquisição. **Letras de Hoje**, v. 38, n. 2, p. 129–149, 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14086>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SCHNEIDER, G. B.; DIAS, R. F.; MEZZOMO, C. L. Análise dos traços distintivos e dos sistemas fonético e fonológico nas diferentes gravidades do desvio fonológico. **Rev. CEFAC**, v. 16, p. 1850–1859, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v16n6/1982-0216-rcefac-16-06-01850.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SILVA, M. K. da *et al.* Aquisição fonológica do Português Brasileiro em crianças do Rio de Janeiro. **Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 24, n. 3, p. 248–254, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-64912012000300010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 jul. 2017.

SOARES, M. E. de C.; PAYÃO, L. M. da C.; OLIVEIRA Jr., M. Analysis of phonological processes in the acquisition of complex onset in children with typical phonological development. **Revista CEFAC**, v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462019000100509&tlng=en. Acesso em: 25 abr. 2023.

SOUZA, A. P. R. de *et al.* A influência da variável tonicidade na produção de sonoras. **Revista Distúrbios da Comunicação**, v. 25, n. 1, p. 57–63, 2013.

TORETI, G.; RIBAS, L. P. Aquisição fonológica: descrição longitudinal dos dados de fala de uma criança com desenvolvimento típico. **Letrônica**, v. 3, n. 1, p. 42–61, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/7097>. Acesso em: 25 abr. 2023.

VARGAS, D. Z.; MEZZOMO, C. L. Emergência e aquisição do /r/ em coda em dois municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Distúrbios da Comunicação**, v. 26, n. 2, p. 255-266, 2014.

VENTURA, L. M. P.; FILHO, O. A. C.; FREITAS ALVARENGA, K. Central hearing system maturation in normally hearing children. **Pro-Fono**, v. 21, n. 2, p. 101-106, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-56872009000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2020.

WERTZNER, H. F. *et al.* Características fonológicas de crianças com transtorno fonológico com e sem histórico de otite média. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 12, n. 1, p. 41-47, mar. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342007000100009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 28 jul. 2017.

WERTZNER, H. F. Fonologia - Imitação e Nomeação. *In*: ANDRADE, C. R. F. de e colab. (org.). **ABFW Teste de Linguagem Infantil**. [S.l: s.n.], 2002.

WERTZNER, H. F. *et al.* Medidas fonológicas em crianças com transtorno fonológico. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 17, n. 2, p. 189-195, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342012000200015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2023.

WERTZNER, H. F.; PAGAN-NEVES, L. de O. Diagnóstico diferencial dos transtornos fonológicos. **Tratado de linguagem: perspectivas contemporâneas**. [S.l: s.n.], 2016. p. 183-190.

WERTZNER, H. F.; PAPP, A. C. C. S.; GALEA, D. E. dos S. Provas de nomeação e imitação como instrumentos de diagnóstico do transtorno fonológico. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, v. 18, n. 3, p. 303-312, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pfono/v18n3/a10v18n3.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

WIETHAN, F. M.; MOTA, H. B. Treatment proposals for speech disorders: different solutions for the same problem. **Rev. CEFAC**, v. 13, n. 3, p. 541-551, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v13n3/43-10.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

YAVAS, M.; HERNANDORENA, C. L. M.; LAMPRECHT, R. R. **Avaliação fonológica da criança - reeducação e terapia**. Porto Alegre: [s.n.], 2001.

- | Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico

ZAUCHE, L. H. *et al.* Influence of language nutrition on children's language and cognitive development: An integrated review. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 36, p. 318–333, 2016. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0885200616300151>. Acesso em: 25 abr. 2023.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: JORGE, Amanda; GIACCHINI, Vanessa. Aquisição fonológica: descrição dos dados de fala de crianças com desenvolvimento típico. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 113-138, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 06/05/2022 | Aceito em: 08/06/2022

SOBRE A ETIMOLOGIA DE “MALACACHETA”

Bruno MARONEZE¹
Mário Eduardo VIARO²
Daniel ATENCIO³
Marcelo MÓDOLO⁴

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3406>

Resumo: Neste trabalho, propomos revisitar a etimologia da palavra *malacacheta*, nome genérico de diversos minerais, que muitos dicionários tratam como sinônimo de “mica”. Dicionários da língua portuguesa afirmam que a origem da palavra é obscura. A partir de dados coletados em textos de épocas anteriores, aventamos duas hipóteses: a) uma hipótese nova, de que o vocábulo é cognato de *marcassita*, nome de outro mineral que pode ter sido confundido com a malacacheta: ou seja, tanto *malacacheta* quanto *marcassita* seriam formas divergentes do mesmo étimo; b) a hipótese de que a palavra é relacionada ao nome do povo indígena Maxakali, que habita certas regiões do estado de MG. A hipótese a), no entanto, torna-se a mais provável, haja vista *marcassita* ser forma divergente de **marcaxeta*, portanto, com o mesmo étimo árabe. Da forma hipotética **marcaxeta* viriam *marcacheta*, *maracaxeta* e a forma atual *malacacheta*, referindo-se a diversos tipos de minerais (hoje denominados de talco, micas e muscovita), enquanto o antigo sentido genérico de *marcassita* se especificou.

Palavras-chave: Etimologia. Terminologia da Geologia. Lexicologia diacrônica.

1 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil; brunomaroneze@ufgd.edu.br; <http://orcid.org/0000-0002-2821-9448>

2 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; maeviaro@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5714-1611>

3 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; datencio@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-6943-5227>

4 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; modolo@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

ON THE ETYMOLOGY OF “MALACACHETA”

Abstract: In this paper, we propose to revisit the etymology of the word “malacacheta”, the name of a mineral also known as “mica”. Portuguese language dictionaries state that the origin of the word is obscure. Based on data collected in texts from earlier times, we propose two hypotheses: a) a new hypothesis, taking the word as a cognate with *marcassita*, the name of another mineral that may have been confused with *malacacheta*: that is, both *malacacheta* and *marcassita* would be divergent forms of the same root word; b) the hypothesis that the word is related to the name of the Maxakali indigenous people, who inhabit certain regions of the state of Minas Gerais. Hypothesis a), however, becomes the most likely, given that *marcassita* is a divergent form of **marcaxeta*, therefore, with the same Arabic root. From the hypothetical form **marcaxeta* would come *marcacheta*, *maracaxeta*, and the current form *malacacheta*, referring to various kinds of minerals (nowadays called talc, mica, and muscovite), while the old generic meaning of *marcassita* became specified.

Keywords: Etymology. Geology terminology. Diachronic lexicology.

Introdução

Neste artigo, propomos visitar a etimologia da palavra *malacacheta*, nome atribuído à mica (ou à espécie muscovita) e ao talco.

O termo “mica” refere-se a um grupo de cerca de 60 espécies minerais conhecidas atualmente⁵, as quais são filossilicatos (silicatos com estrutura em camadas), cujos cristais apresentam clivagem (tendência a se partir em planos) de excelente qualidade, ou seja, é possível separar o mineral em folhas finas, mesmo utilizando as próprias mãos. Uma das espécies minerais mais comuns do grupo é a muscovita, de fórmula $KAl_2(AlSi_3O_{10})(OH)_2$. É geralmente incolor ou branca, mas pode ser verde, amarela ou de outras cores. Os minerais do grupo da mica refletem intensamente a luz e seu brilho é denominado micáceo. O sistema oficial de classificação e nomenclatura deste grupo é de Rieder *et al.* (1998).

O termo “talco” refere-se à espécie mineral de fórmula $Mg_3Si_4O_{10}(OH)_2$. Também é um filossilicato, mas seu brilho é menos intenso e sua clivagem é de menor qualidade. Pode apresentar as mesmas cores que a muscovita.

⁵ Disponível em: <https://www.mindat.org/min-6728.html>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Os dicionários da língua portuguesa afirmam que a origem da palavra é obscura. A partir de dados coletados em textos de épocas anteriores, aventamos duas hipóteses: a) uma hipótese nova, de que o vocábulo é cognato de *marcassita*, nome de outro mineral que pode ter sido confundido com a malacacheta: ou seja, tanto *malacacheta* quanto *marcassita* seriam formas divergentes do mesmo étimo; b) a hipótese de que a palavra é relacionada ao nome do povo indígena Maxakali, que habita certas regiões do estado de Minas Gerais.

O que dizem os dicionários

Apresentamos inicialmente um apanhado histórico do registro lexicográfico de *malacacheta* na língua portuguesa, começando pelo mais antigo dicionário que a registra, o de Moraes Silva (1789), onde lemos: “MALACACHETA *v.* mica, ou talco”. Não há a indicação de ser um brasileirismo. A obra não registra o verbete *mica*. No verbete *talco*, lemos: “TALCO, *s. m.* pedra transparente, branda, que se divide em folhas, ou laminas delgadas; fazem-no de ordinario em pó, e o deitão pelo entrudo sobre a gente”. Os mesmos verbetes são reproduzidos, de forma idêntica⁶, nas edições de 1813, 1831 e 1844 (inclusive com a lacuna da falta do verbete *mica*). Na sétima edição, de 1877-1878, lemos o verbete *mica*: “*s.m.* Espécie de pedra folheada, escamosa e brilhante, que se abre em laminas mui delgadas, flexíveis, e luzentes, que se empregam em lugar de vidros nas vidraças, e lanternas.”, com remissão para *malacacheta*.

Domingos Vieira (1871) define “malacacheta” da mesma forma que Moraes Silva: “**MALACACHETA.** Vid. **Mica** ou **Talco.**” (VIEIRA, 1871, v. 4, *s.v.* malacacheta). No verbete “mica”, lemos:

2.) **MICA**, *s. m.* (Talvez do latim *micare*, brilhar). Termo de Mineralogia. Nome d’um grupo de mineraes, que são silico-aluminatos de potassa, de ferro e de magnesia. Estes corpos são notáveis pela sua divisibilidade quasi ao infinito em laminas ou palhetas mui finas, hexagonas, elasticas, de superfície brilhante, branca, esverdeada, amarella ou irisada, bronzeada, etc. Empregam-se nas vidraças, e lanternas, em lugar de vidros.

—Dá-se também o nome de mica a substancias muito differentes do verdadeiro mica, mas que teem também a propriedade, de se apresentar sob a fórma de palhetas ou laminas delgadas, muitas vozes flexíveis, e muito brilhantes. (VIEIRA, 1871, v. 4, *s.v.* mica).

⁶ A partir da segunda edição, a entrada é grafada com um acento grave: “MALACACHÈTA”.

- | Sobre a etimologia de “malacacheta”

Observa-se, tanto na indicação de classe gramatical quanto no corpo do verbete, que Vieira emprega *mica* como palavra masculina (cf. “do verdadeiro mica”).

A primeira edição do dicionário de Francisco Caldas Aulete, publicada em 1881, não registra verbete para *malacacheta*. Já a terceira edição, de 1948, editada ainda em Lisboa, já inclui o verbete: “**Malacacheta**, s. f. o mesmo que *mica*”. A obra inclui quatro homônimos para *mica*, sendo o homônimo de número 2 marcado com a rubrica “min.” (Mineralogia) e definido como “substância de brilho metálico que se fende em lâminas delgadas e flexíveis de diferentes côres”. Na edição brasileira de 1958, o verbete *malacacheta* é incluído com a rubrica “Bras.” (brasileirismo), sendo, aparentemente, a primeira vez em que essa indicação aparece num dicionário. As demais informações são idênticas às da edição de 1948.

Na terceira edição do dicionário de Laudelino Freire (1957), *malacacheta* se define novamente como “O mesmo que *mica*”. O autor inclui também o verbete *malacachetar*, definido como “v. tr. dir. De *malacachêta* + *ar*. Dar a côr de malacachêta a”. Aparentemente, é o único dicionário dentre os consultados que inclui esse verbo.

A primeira edição do dicionário Aurélio (FERREIRA, 1975) registra *malacacheta* novamente como sinônimo de *mica*, acompanhado da rubrica “Bras.” (brasileirismo). O dicionário Michaelis (s/d, versão online), diferenciando-se dos demais, define *malacacheta* como sinônimo de *muscovita*. Inclui a rubrica “MINER” (Mineralogia) e informa que a etimologia é desconhecida. O verbete *muscovita*, por sua vez, é definido como “Mineral monoclinico do grupo das micas, comumente incolor ou castanho-pálido, que é um silicato de alumínio e potássio; mica branca, malacacheta”.

O dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, s/d, versão online), no verbete *malacacheta*, inclui a rubrica “brasileirismo” e, assim como o Michaelis, também define como “m. q. **muscovita**”; no campo da etimologia, informa apenas que a origem é obscura. A datação informada é a de 1789 (remetendo à primeira edição do dicionário de Moraes Silva). O verbete *muscovita* é definido como “aluminossilicato básico de potássio monoclinico do grupo das micas, muito us. como isolante; mica branca, malacacheta, moscovita”, e datado do século XX. Assim, Michaelis e Houaiss são os únicos dicionários dentre os que consultamos que não definem *malacacheta* como um sinônimo de *mica* ou *talco*, mas como sinônimo de outro termo (um hipônimo de *mica*).

Consultamos também três dicionários etimológicos. O dicionário de Nascentes (1955) não registra o verbete *malacacheta*. O dicionário de Machado (1952-1959) inclui o verbete e sugere que seja de origem espanhola: “**Malacacheta**, s. Do esp.? Em 1813, Morais”. Cunha (2010), por sua vez, apenas informa que é “De origem desconhecida”.

Em resumo, observa-se que a unidade lexical *malacacheta* aparece registrada nos dicionários desde 1789; é definida como um sinônimo de *mica* ou, mais recentemente, de *muscovita* (que por sua vez é um hipônimo de “mica”, ou seja, refere-se a um mineral da família das micas). A partir do século XX, os dicionários passam a incluir a rubrica “brasileirismo”. Tanto os dicionários etimológicos quanto os gerais que incluem informação etimológica concordam em dizer que a sua origem é obscura ou desconhecida; apenas Machado ousa aventar a hipótese de uma origem espanhola, mas sem evidências.

Primeiras atestações

À procura de um esclarecimento maior de qual possa ter sido a origem dessa unidade lexical, buscamos encontrar ocorrências as mais antigas possíveis (isto é, seu *terminus a quo*, segundo Viaro, 2011). Dessa forma, por meio de buscas na base textual Google Livros (books.google.com.br), foi possível encontrar ocorrências anteriores à primeira atestação em dicionários.

Em Antonil (1711, p. 169, grifo nosso), essa unidade lexical aparece grafada *maracaxeta*:

Tirado fóra o desmonte, que às vezes tem altura de mais de braça, segue-se o cascalho: & vem a ser huns seixos mayores, & alguns de bom tamanho, que mal se podem virar, & tam queimados, que parecem de chaminè. E tirado este cascalho, apparece a piçarra, ou piçarraõ, que he duro, & dà pouco: & este he um barro amarello, ou quasi branco, muito macío; & o branco he o melhor: & algum deste se acha, que parece talco, ou **maracaxeta**; a qual serve de cama aonde està o Ouro.

Mais adiante, à p. 174 (grifo nosso), encontra-se novamente o mesmo vocábulo:

A pedra [presente nas minas de prata] he de varias cores, diferente das outras, & muy alegre: branca, negra, a modo de **maracaxeta** que se lança nas cartas, cor de ouro, amarella, azul, esverdeada, parda, de cor de figado, laranjada, leonada: & ordinariamente tem ocos, onde se costuma crear Prata como em cubellos. Outras pedras são todas prateadas; & outras com veas de prata: & só estas se conhecem logo, que tem prata. Porém as acima nomeadas, só quem tem muita experiencia, ou quem a souber fazer, virà em conhecimento que a tem. Tambem às vezes se acha hũa **maracaxeta** negra, a qual toda tem prata: & de ordinario huma livra desta **maracaxeta** rende duas onças de prata. Pela mayor parte não ha beta de prata, que junto a ella se não ache **maracaxeta** branca, ou amarella, ou em pedras agrestes, ou em terra.

- | Sobre a etimologia de “malacacheta”

Percebe-se que, embora nessa possível primeira ocorrência de *maracaxeta*, o mineral a que se refere Antonil venha associado ao talco, no segundo trecho transcrito, a unidade lexical parece referir-se a mais de um mineral, visto que vem qualificada como “maracaxeta branca”, “maracaxeta branca”, “amarella” ou a expressão “maracaxeta que se lança nas cartas”.

Em outro documento do século XVIII, posterior em algumas décadas à obra de Antonil, encontra-se a grafia *malacaxeta*. O padre André de Barros transcreve na sua obra, de 1746, uma carta que recebeu do padre Manoel Ribeiro, na qual este último descreve um fenômeno possivelmente milagroso observado no crânio do padre Antônio Vieira:

He couza singularissima, que o mesmo cranio pela parte interior, ou concava, se acha semeado, ou pulverizado de humas particulas muy finas, e muy miudas, como de prata, ou **malacaxeta**. De sorte, que feridas da luz as mesmas particulas, a reflectem, e resplandecem, assim como huma carta, em que se lançou arêa, que vulgarmente chamamos de Angóla, mas muito mais vivas, e scintillantes. (p. 660).

Aqui, *malacaxeta* refere-se a um mineral brilhante como a prata, ao qual é comparado o brilho observado no crânio. Também se observa a comparação com as cartas brilhantes. As descrições acima não são obviamente as que um geólogo atual faria: são muito imprecisas para que seja determinada a referência, não permitindo saber realmente se se trata de uma mica (grupo a que pertence a muscovita) ou de um talco, uma vez que ambos podem apresentar várias cores, sobretudo se estiverem associados a óxidos de ferro.

De qualquer forma, *maracaxeta* \approx *malacaxeta* foram variantes gráficas de uma unidade lexical usada para se referir à mica e ao talco durante muito tempo, até que os princípios científicos da Geologia estivessem estabelecidos. Observa-se que a forma com <r> (*maracaxeta*) é anterior em algumas décadas à forma com <l>; esse fato sugere que o étimo a ser buscado deva procurar explicar essa oscilação.

Aparece ainda a forma *marcacheta*, testemunhada em um texto de 1680, portanto, anterior a Antonil (CADORNEGA, 1940, p. 241-242); assim, poder-se-ia afirmar que se trata da primeira ocorrência do item lexical em português, embora o autógrafo se tenha perdido e a edição atual desse texto se baseie numa cópia que está na *Bibliothèque Nationale de Paris*, catalogada como de 1881. Não se trata, nesse caso, de um verdadeiro *terminus a quo*, mas algo que poderíamos chamar de *indício de retrodatação*, que nos convidaria a procurar outros textos na mesma sincronia pretérita. Fazendo uma comparação com a metodologia de uma outra área, como a Paleontologia, uma pegada de uma certa espécie

de dinossauro é um indício da sua existência numa determinada época, ainda que não encontremos o esqueleto, a partir do qual podemos classificá-lo até o nível de espécie. No entanto, a falta dessa evidência não nos faz abandonar definitivamente a dúvida se aquela espécie de animal viveu naquela região e naquela época.

Hipóteses etimológicas

A busca por cognatos em outras línguas é uma tarefa importante da pesquisa etimológica. Visa a situar a palavra no seu contexto histórico, traçando uma possível rota de circulação da palavra por outras línguas com as quais a língua portuguesa teve contato. A palavra *malacacheta*, contudo, não apresenta cognatos evidentes em nenhuma outra língua europeia, ou seja, não se encontram palavras semelhantes nos dicionários de línguas como espanhol, italiano, francês, inglês etc.

No entanto, chama à atenção a semelhança formal entre *marcacheta*, acima mencionada, e outro mineral, a saber, a *marcassita*. Em português, a data mais recuada de *marcassita* é o dicionário de Raphael Bluteau (1707), quatro anos anterior à obra de Antonil para *maracaxeta*. É possível que *marcassita* e *maracaxeta* fossem variantes e designassem indistintamente os mesmos minerais. O uso da palavra *marcassita* remonta ao período de convivência com a língua árabe na Península Ibérica, onde é atestada como *marqaššīṭā* ≈ *marqaššīṭā*⁷, sendo aplicado à pirita e outros minerais de brilho metálico e cor de bronze. De fato, somente em 1845, Wilhelm Karl von Haidinger definirá o mineral conhecido hoje pelo nome técnico de *marcassita*.

O termo *marcassita*, segundo Nimer (2005), também aparece em português sob as formas *marcassite*, *marquezita* e *marquesita*, sendo as duas últimas variantes muito provavelmente formas analógicas a *marquês*. Corriente (2008) associa a forma *marcassita* do português e catalão a *marcasita* (galego e castelhano) e *marchesica* (antigo castelhano) e localiza suas origens no siríaco *marqesītā* e, por fim, no acadiano *marxašu[m]* ≈ *marxušu[m]*, remontando, possivelmente, ao tempo dos sumérios. Aparece nas línguas europeias já em documento anterior a 1187 em Gerardo da Cremona, sob a forma do latim medieval *marchasita*, segundo Cortelazzo e Zolli (2004, s. v. *marcasite*).

7 A palavra, em árabe moderno, مرقيشيتا, transcrita *marqašītā*, com -š- não geminado e com -t- alveolar também existe, embora menos comum. Como formas alternativas, há *marqašītā*, com -t- interdental, *mārqašītā* e *mārqašītā*, com a primeira vogal longa. Disponível em: <https://en.wiktionary.org/wiki/%D9%85%D8%B1%D9%82%D8%B4%D9%8A%D8%AA%D8%A7#Arabic>. Acesso em: 27 abr. 2022. A forma *marqašītā* com -t- enfático se encontra também em dicionários do século XIX, cf. Boethor (1829, p. 39) cf. “MARCASSITE, s.f., sorte de pierre, مرقيشيطا”.

- | Sobre a etimologia de “malacacheta”

A transformação -šš- > -ss- e -ī- > -i- do árabe para o latim medieval e línguas românicas revela uma transmissão culta (e indireta) do étimo árabe. Por outro lado, a mudança -šš- > -x- em um possível **marcaxeta* medieval mostra um contato direto, do árabe falado na Península Ibérica para as línguas iberorromânicas, da mesma forma que a mudança -ī- > -e- se explica pela vizinhança com o chamado “t enfático” (ط), nome dado ao som faringalizado [tʕ], testemunhada em outros exemplos de arabismos, como os seguintes, presentes no dicionário de Corriente (2008, p. 540), com contexto fônico praticamente idêntico: árabe andaluz **šīta* > castelhano antigo *xeta* “cerdas do porco (?)”, árabe *šītaraj* > português *ceteraque* (planta de uso medicinal), árabe andaluz **sītl* > português antigo *acetre* “pequeno balde com alças”, árabe andaluz **šitránj* ≈ árabe *šitránj* > português antigo *acedrenche* “xadrez”, árabe *šitríyya* > castelhano *ajedrea* “tipo de segurelha (planta)” etc. Um dado interessante é o testemunho da presença de uma variante na região da Cordilheira de Zagros com -ā- epentético, com -k- velar em vez de -q- uvular e com -s- em vez de -š-, a saber ماراكاسيت *mārākāsīt*⁸. Dizendo de outra forma, é muito provável que os vocábulos *marcassita* e *malacacheta* tenham a mesma origem árabe. Uma forma intermediária parece ser *marcaseta*, presente em alguns textos do final do século XVII e início do XVIII, conforme se pode encontrar no portal Google Livros. Seguem alguns exemplos:

Daar syn andere dingen, als den olie van talk, het *liquor tartari*, seep, de gesmolte *Marcaseta* in sterk water, het *lac Virginus* [...] (BLANKAART, 1688, p. 236-237)⁹.

Num dicionário também de fins do século XVII, do mesmo autor (Blankaart/Blancard), encontra-se o verbete *marcasita* (p. 396), associada ao bismuto, confundidos, certamente, por análise visual. Mais adiante, à p. 418, no verbete *mineralia*, aparece a grafia *marcaseta*:

MARCASITA, sive *Bismuthum* est excrementum metallicum, in generatione metalli ex portione aliqua, ad generationem metalli inepta productum, inque corpus minerale albicans, durum ac fragile mutatum. [...] B. *Marcasite*, *bismuth*. Germ. Bissmuth/Marcasith. Gall. *Marcasite*, *bismuth*. Angl. Bismuth, *Marcasite*. (BLANCARD, 1690, p. 396)¹⁰.

8 Disponível em: <https://ar.wikipedia.org/wiki/%D9%85%D8%B1%D9%82%D8%B4%D9%8A%D8%AA>. Acesso em: 27 abr. 2022.

9 “Existem outras coisas, como o *olie van talk* [óleo de sebo/óleo de talco, ambíguo no original], o *liquor tartari*, sabão, a *Marcaseta* dissolvida em ácido, o *lac Virginus* [...]”. Sobre a ambiguidade da palavra holandesa *talk*, cf. Kircher (1682, p. 381). Agradecemos ao Prof. Dr. Ernst A.J. Burke, da Vrije Universiteit, Amsterdam, pela ajuda com a tradução.

10 “*Marcasita*, ou bismuto, é uma sobra metálica produzida na geração de metal a partir de uma porção qualquer, incapaz de gerar metal e transformada em um corpo mineral esbranquiçado, duro e quebradiço [...] B. *Marcasite*, *bismuth*. Alemão Bissmuth/Marcasith. Francês *Marcasite*, *bismuth*. Inglês *Bismuth*, *Marcasite*.” (tradução nossa).

MINERALIA sunt ea quae non sunt Vegetabilia nec animalia: ut *Metalla perfecta* sex, Aurum, Argentum, stannum, cuprum, ferrum, plumbum. & metallis proxima seu *Metalla imperfecta*, ut *Antimonium*, cinnabaris nativa, sulphur, marcaseta [...] (BLANCARD, 1690, p. 417-418)¹¹.

A aproximação entre marcassita e malacacheta só seria possível diante de alguma propriedade física comum ou na prática da mineração que justificasse, na fala popular, a mesma cognação para as duas unidades lexicais, num período em que os conhecimentos químicos da Mineralogia ainda não eram conhecidos para se fazer a distinção científica de hoje. Nesse sentido, observa-se, por exemplo, que o dicionário de Moraes Silva (1789) define *marcasita* (grafada com um único *s*) como “pedra mineral, angulosa composta de ferro, ou de cobre, e enxofre”.

Já no emprego atual do termo, a marcassita é o sulfeto de ferro (FeS₂), polimorfo da pirita, e apresenta brilho metálico intenso, em que toda a luz se reflete; já a muscovita não apresenta brilho metálico, mas também apresenta um brilho intenso que poderia confundir um leigo. Da mesma forma, o brilho do talco é menos intenso que o da muscovita, no entanto seus planos de clivagem não são tão perfeitos e contínuos como na muscovita. Novamente, alguém com um olhar não mineralógico poderia confundir os dois minerais e seu brilho.

Para uma etimologia do vocábulo *malacacheta*, é preciso orquestrar também um estudo toponímico. A cidade de Santa Rita de Malacacheta, atual Malacacheta/MG, foi, segundo informações do *site* municipal¹², fundada em 1874 e emancipada em 1924. Surge a possibilidade de um segundo étimo, não vinculado à marcassita, mas aos índios Maxacali (no *site* chamados de “malacaxis”), uma vez que um dos fundadores, Cassimiro Gomes Leal, teria chegado ao território atual de Malacacheta “com diversos companheiros e alguns índios e teria sido o principal responsável pelo desbravamento das matas e colonização desta área”. O Cônego Benício José Ferreira teria aproveitado “as sementes lançadas por Cassimiro Gomes Leal e construiu a capela que favoreceu a formação do povoado”. Informa-se no mesmo *site* que, como companheiros do Cônego Benício, à época vieram Cassiano Terra e Marçal Luiz Pêgo.

Num artigo sobre a etnologia dos Maxacali, Paraíso (1994, p. 180) escreve:

¹¹ “MINERAIS são as coisas que não são vegetais nem animais: como os seis *metais perfeitos*: ouro, prata, estanho, cobre, ferro, chumbo; e as coisas próximas de metal, ou *metais imperfeitos*, como antimônio, cinábrio, enxofre, marcaseta [...]” (tradução nossa).

¹² Disponível em: <https://sites.google.com/site/malacacheta/>. Acesso em :11 abr. 2022.

- | Sobre a etimologia de “malacacheta”

Na página 319, Carvalho (1977) refere-se a uma expressão Pataxó: “a água vira Maracaxeta”, isto é, “a água que lustra com a claridade da lua, ela faz aquele reflexo, feito relâmpago”. É interessante constatar que Maracaxeta é uma corruptela de Malacaxeta, uma outra forma dos Maxakali serem chamados e também de uma cidade do vale do Mucuri, antigo aldeamento Maxakali [...]

A autora parece desconhecer que *maracacheta* ou *malacacheta* são nomes de um mineral, pois faz referência apenas ao topônimo e ao povo indígena Maxacali. A expressão citada, atribuída ao povo indígena, pode na verdade estar se referindo ao brilho do mineral, e não ao povo Maxacali. Araújo (2000, p. 1), que faz um estudo detalhado da fonologia da língua Maxacali, não cita o termo *malacacheta* entre as denominações existentes desse povo, quando afirma que:

A literatura etnográfica e lingüística tem utilizado inúmeras denominações para os Maxakali, entre elas, Maxacalis, Machacalins, Machacari, Maxacuri, Machaculis. Segundo Nimuendaju (1958), a origem do nome Maxakali é desconhecida e os índios nem são capazes de pronunciá-lo. Ao tentar fazê-lo, dizem “matchkadi”. Os Maxakali se auto denominam tikmu?un ‘seres humanos’.

Há, ainda, no Google diversos elementos complicadores na Onomástica para associar o mineral *malacacheta* e o etnônimo *Maxacali*, uma vez que se encontram em áreas bem distantes desse povo: a terra indígena Malacacheta, termo proveniente da Maloca da Malacacheta, dos índios wapishana em Roraima¹³, uma escola chamada EMEIF São Francisco do Maracaxeta (Zona Rural de Irituia/PA)¹⁴, que revela o gênero dessa palavra (se não for homônima) como masculino. Fora do Brasil, no Peru, encontra-se Marcacheta (San Antonio de Chuca, Caylloma, Arequipa)¹⁵. Tudo isso indica que a etimologia do mineral associada à de um etnônimo específico é fantasiosa.

Também fantasiosa parece ser a relação entre o nome do mineral e do instrumento musical de percussão homônimo *malacacheta*, inicialmente conhecido como *caixa-de-guerra* ou *tarol*. O mais provável é que se trata de uma formação analógica com *caixeta*, termo musical mais antigo.

13 Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3751>. Acesso em: 11 abr. 2022.

14 Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/escolas/e-m-e-i-f-sao-francisco-do-maracaxeta>. Acesso em: 11 abr. 2022.

15 Disponível em: <https://www.mieducativo.com/2019/11/ubicacion-geografica-de-marcacheta-san.html>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Dispomos, portanto, de uma tese: *marcassita* é forma divergente de **marcaxeta*, portanto, com o mesmo étimo árabe. Da forma hipotética **marcaxeta* viriam *marcacheta* de Cadornega, *maracaxeta* de Antonil e a forma atual *malacacheta*, referindo-se a diversos tipos de minerais (hoje denominados de *talco*, *micas* e *muscovita*), enquanto o antigo sentido genérico de *marcassita* se especificou. Esse termo *malacacheta* tem apenas algum papel analógico em outros significados, como os presentes em etnônimos, topônimos e musicais, que são verdadeiros homônimos e não resultado do desdobramento polissêmico, isto é, acepções semânticas vinculáveis a um mesmo verbete, do ponto de vista lexicográfico.

Sufixos ou terminações?

As origens de *marcassita*, provável cognato de *malacacheta*, segundo as evidências aqui trazidas, datam do mundo árabe medieval. No entanto, a terminação *-ita*, presente em um número muito grande de minerais em língua portuguesa¹⁶, traz uma nova dificuldade.

No caso de um vocábulo antigo como *pirita*, trata-se da terminação *-ίτης* do grego antigo, presente em *πυρίτης*, latinizado *pyrites* \approx *pyritis*. O neossufixo *-ita* se associaria mais tarde também aos gêneros biológicos terminados em *-ites* do latim científico da Paleontologia, pois se refere a tudo que se encontra enterrado (como no crustáceo ostrácodo *Aragonites*¹⁷, cf. MOLINER; ZAMORA, 2018). Dada a origem antiga da terminação, é fantasiosa a correlação do sufixo geológico *-ita* do português e a palavra tupi *itá* “pedra, ferro”.

Circulava já, portanto, uma palavra *pyrites* \approx *pyritis* desde o latim clássico (presente na *Naturalis historia*, livro 1, capítulo 87, de Plínio, o Velho, e no *De medicina*, livro 5, capítulo 1 de Celso), de origem grega. Durante a Idade Média circularam também, como visto, palavras românicas provenientes do árabe *marqaššīā* \approx *marqaššīā*, que deram origem ao francês *marcassite*, de onde viria o português *marcassita*.

Tanto *pirita* quanto *marcassita* foram as primeiras fontes para a poligênese do sufixo internacional *-ita* (no Dicionário Houaiss há 769 ocorrências de palavras com essa terminação), usado pela Geologia, sem qualquer intervenção do tupi. Mesmo que haja construções neológicas com bases tupis, isso não equivale a dizer que haja construções

16 Dentre as aproximadamente 5.800 espécies de minerais hoje conhecidas, muitas delas têm em inglês a terminação *-ite*; na língua portuguesa, é comum usar a terminação *-ite* no português europeu e *-ita* no português brasileiro.

17 Disponível em: <https://www.irmng.org/aphia.php?p=taxdetails&id=1441547>. Acesso em: 11 abr. 2022.

- | Sobre a etimologia de “malacacheta”

tupis de nomes de minerais com o sufixo *-ita* que sejam etimologicamente fundamentadas. Além dessas duas unidades lexicais, outras denominações muito antigas de minerais aumentaram a proliferação do sufixo *-ita* antes da imensa produtividade contemporânea da Geologia, durante os séculos XVIII e XIX. Alguns desses vocábulos foram *hematita* (de origem no grego antigo, documentado em português apenas no século XIX), *siderita* (do grego bizantino, documentado no português apenas no século XVIII), *clorita* (século XVIII) e *margarita* (do grego antigo, documentado já no século XIV). Esses itens lexicais já se encontram presentes em grego antigo e foram recuperados pelo latim medieval e renascentista.

A maioria dos minerais denominados com o sufixo *-ita* se inicia no XIX: há, portanto, certo atraso na determinação do *terminus a quo* em língua portuguesa; por exemplo, *barita* aparece um século depois do francês *baryte* e, como visto, a antiquíssima *hematita* também tem sua abonação no dicionário de Houaiss e Villar apenas no século XIX. Observa-se ainda, a partir do século XIX, sobretudo no português brasileiro, o abandono do sufixo *-ite* nos estudos geológicos, uma vez que passou a vincular-se a nomes de inflamações: *hematite*, do século XVIII, cede lugar a *hematita* no século seguinte (embora formações desse tipo permaneçam ainda hoje no português europeu), diferentemente do que ocorre na Paleontologia, onde *-ite* é ainda um sufixo produtivo, como provam vocábulos do tipo *amonite*, *belemnite*, *quelonite*, entre muitos outros.

A terminação *-eta* de *mar(a)cacheta* \approx *malacacheta*, por sua vez, a partir dos dados aqui apresentados, parece ter contado com uma circulação exclusiva na Península Ibérica e não atuou de forma produtiva como sufixo em formações neológicas posteriores na Mineralogia. Dito de outra forma, a terminação *-eta* de *mar(a)cacheta* \approx *malacacheta* não equivale a nenhum sufixo diacronicamente atestado, mesmo em itens lexicais que terminologicamente se associem à Geologia, como *banqueta*, *breta*, *creta*, *cruzeta* etc.

Algumas considerações grafofonológicas

A grafia <ch> de *malacacheta* em vez de **mar(a)caxeta* é, muito provavelmente, posterior aos séculos XV-XVI, época em que não se distinguem mais fonologicamente em português /ʃ/: /tʃ/, como ainda hoje se faz no galego. De fato, a etimologia proposta estaria falsa, se em textos antigos, alguns desses itens lexicais fossem grafados com <ch> em castelhano ou galego. No castelhano antigo, na posição do -šš- árabe se esperaria um <x>, que equivaleria a um <j> no atual; porém, não há testemunhos de <ch>, mas de <s>. A forma castelhana *marchesica* citada por Corriente, se tem o mesmo étimo árabe, tem um <ch> no lugar do -q- árabe, onde se esperaria um <c> em castelhano. No entanto,

o grafema <ch> equivale, nesse caso, certamente a um *[k], como no italiano <ch> de *marchese* “marquês”, unidade lexical que, aliás, atua analogicamente, como comprova a alteração -a->-e- em *marquezita* ~ *marquesita* e também no italiano quinhentista *marchesita* de P. Mattioli (CORTELAZZO; ZOLLI, 2004 s.v. *marcasite*). A grafia <ch> equivalente a *[k] também aparece no latim medieval *marchasita*, como mencionado.

Não só o -q- uvular, mas também o -r- dental podem ser “enfáticos” em árabe, envolvendo coarticulações em áreas associadas à região pós-velar, nas quais se pode muitas vezes surgir, pelas leis fonéticas, um -a- epentético. Trata-se de uma questão secundária; portanto, se houve um **marcaxeta* medieval que gerou um *maracacheta* posteriormente (como mostram os textos do século XVIII acima vistos), se houve um *maracaxeta* que, por síncope, foi transformado em *marcacheta* (como pode ter ocorrido no português do século XVII de Cadornega) ou se existiam ambas as formas **marcaxeta* e **maracaxeta* no período medieval, subsequentemente testemunhadas como *marcacheta* e *maracaxeta*, são questões que poderão ser esclarecidas a partir de mais dados que ainda estão para ser descobertos e analisados. Neste artigo, o que se defende é a cognação de *marcassita* e *malacacheta*.

Considerações finais

Reunimos, neste artigo, evidências para argumentar que a forma *malacacheta*, nome genérico de um grupo de minerais, é um cognato etimológico de *marcassita*. Apresentamos uma breve história do registro lexicográfico de *malacacheta* e buscamos o seu *terminus a quo*, que é o ano de 1711 (na forma *maracacheta*), com possibilidade de recuar para 1680 (na forma *marcacheta*), recuo este ainda incerto, visto que o testemunho de que dispomos é cópia posterior. Apresentamos também um breve estudo da etimologia de *marcassita*, demonstrando ser plausível que ambas as formas derivem do mesmo étimo árabe, juntamente com a forma intermediária *marcaseta*, encontrada em textos sobre Mineralogia de fins do século XVII e início do século XVIII.

A hipótese da origem a partir do etnônimo *Maxakali*, difundida especialmente em relação ao topônimo Malacacheta (MG), também é analisada, mas é muito provavelmente fantasiosa.

Dessa forma, propomos a hipótese etimológica de que *malacacheta* e *marcassita* viriam ambos de uma forma hipotética **marcaxeta*, de origem árabe; e a terminação *-ita* de *marcassita* teria contribuído, ao lado de *pirita*, para a consolidação do sufixo internacional *-ita* que forma nomes de minerais. Esperamos que esta pesquisa seja um convite ao aprofundamento da etimologia dessas palavras com bases científicas e à busca de mais indícios documentais que sustentem ou refutem a tese aqui apresentada.

- | Sobre a etimologia de “malacacheta”

Referências

- ANTONIL, A. J. **Cultura e Opulencia do Brasil por suas drogas, e minas...** Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Yfi4AQAAMAAJ>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- ARAÚJO, G. A. **Fonologia e morfologia da língua maxakalí**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- AULETE, F. C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- AULETE, F. C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 2 vols. 3. edição actualizada. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1948.
- AULETE, F. C. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26034>. Acesso em: 8 jan. 2022.
- BARROS, A. de. **Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus...** Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=IZDtL6En7-8C>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- BLANCARD, S. **Lexicon novum medicum graeco-latinum**. Leiden: apud Cornelium Boutesteyn/Jordaanum Luchtmans, 1690. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Steph_Blancardi_Lexicon_novum_medicum_gr/5LJXAAAAYAAJ. Acesso em: 14 abr. 2022.
- BLANKAART, S. **Schou-burg der rupsen, wormen, maden, en vliegende dierkens...** Amsterdam: Jan ten Hoorn, 1688. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Verhandeling_van_de_operatien_ofte_werki/044v_39JyPMC. Acesso em: 14 abr. 2022.
- BOETHOR, E. **Dictionnaire français-arabe**. Revu et augmenté par A. C. de Perceval. v. 2. Paris: Firmin Didot Frères, 1829. Disponível em: <https://books.google.fr/books?id=2ZkOAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CADORNEGA, A. de O. de. **História geral das guerras angolanas**. Anotado e corrigido por José Matias Delgado. v. 2. [Lisboa]: Agência Geral das Colônias, 1940 [1680¹].

CORRIENTE, F. **Dictionary of Arabic and allied loanwords: Spanish, Portuguese, Cataland and kindred dialects**. Boston/Leiden: Brill, 2008.

CORTELAZZO, M.; ZOLLI, P. **Dizionario etimologico della lingua italiana (DELI) – L'etimologico minore**. A cura di Manlio Cortelazzo e Michele A. Cortelazzo. Bologna, Zanichelli ed., 2004 [1999¹].

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed., revista e atualizada de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, L. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

HADINGER, W. Zweite Klasse: Geogenide. XIII. Ordnung. Kiese. IV. Eisenkies. Markasit. *In: Handbuch der Bestimmenden Mineralogie*. Wien: Bei Braumüller and Seidel, 1845. p. 559-562.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Grande dicionário Houaiss**. Versão online. s/d. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 09 abr. 2022.

KIRCHER, A. **d'Onder-aardse weereld in haar goddelijk maaksel en wonderbare uitwerselen aller dingen**. Amsterdam: Joannes Janssonius van Waasberge, 1682. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=xypCAAAAcAAj>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1952-1959.

MOLINER, L.; ZAMORA, S. Aragón en la nomenclatura paleontológica. **Naturaleza Aragonesa**, v. 35, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329707761_Aragon_en_la_nomenclatura_paleontologica. Acesso em: 11 abr. 2022.

- | Sobre a etimologia de “malacacheta”

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Versão Online. São Paulo: Melhoramentos, s/d. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 09 abr. 2022.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa.** Rio de Janeiro: Acadêmica/Francisco Alves; São José: Livros de Portugal, 1955.

NIMER, M. **Influências orientais na língua portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos: etimologia/ explicações analíticas.** 2. ed. revista. São Paulo: EdUSP, 2005 [1943-1944].

PARAÍSO, M. H. B. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 4, p. 173-187, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109203/107683>. Acesso em: 09 abr. 2022.

RIEDER, M. *et al.* Nomenclature of the micas. **The Canadian Mineralogist**, Ontario, v. 36, p. 905-912, 1998. Disponível em: [http://www.minsocam.org/msa/ima/ima98\(10\).pdf](http://www.minsocam.org/msa/ima/ima98(10).pdf). Acesso em: 27 abr. 2022.

SILVA, A. de M. **Diccionario da lingua portugueza** composto pelo padre. D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kPBDAQAAMAAJ>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, A. de M. **Diccionario da Lingua Portugueza** por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 7. edição melhorada, e muito accrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877 (vol. I) / 1878 (vol. II).

SILVA, A de M. **Diccionario da lingua portugueza** composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844.

SILVA, A. de M. **Diccionario da lingua portugueza** composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Impressão Regia, 1831.

SILVA, A. de M. **Diccionario da lingua portugueza** recopilado dos vocabularios impressos até agora... Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Diccionario_da_lingua_portugueza.html?id=11s7AQAAMAAJ. Acesso em: 20 set. 2020.

VIEIRA, D. **Grande dictionário portuguez**: ou thesouro da língua portugueza. Porto: Ernesto Chardron/ Bartolomeu H. de Moraes, 1871. 5 vols.

VERDELHO, T. O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna. *In*: **História da língua e história da gramática – actas do encontro**. Braga, Universidade do Minho/ILCH, 2003, p. 473-490. Disponível em: http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Diccionario_Morais_Silva.pdf. Acesso em: 09 abr. 2022.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: MARONEZE, Bruno; VIARO, Mário Eduardo; ATENCIO, Daniel; MÓDOLO, Marcelo. Sobre a etimologia de “malacacheta”. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 139-155, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 28/04/2022 | Aceito em: 24/05/2022.

SINTAXE HISTÓRICA DO INFINITIVO PORTUGUÊS: A ORAÇÃO SUBORDINADA SUBSTANTIVA OBJETIVA DIRETA REDUZIDA DE INFINITIVO

Marcos MARTINHO¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3420>

Resumo: Confronto duas construções portuguesas: a de verbo causativo ou sensitivo e a de verbo declarativo ou opinativo com nome/pronome e infinitivo. Primeiro, procuro mostrar, à luz da gramática sincrônica, duas diferenças entre as construções: 1) que o nome/pronome e infinitivo constituem oração (= subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo) na segunda construção, mas não na primeira; 2) que, quando se emprega pronome pessoal, este apresenta forma reta na segunda construção e oblíqua na primeira. Daí, investigo, à luz da gramática diacrônica, as causas dessas diferenças, que têm suas raízes no latim. Enfim, ilustro o uso de ambas as construções em nove textos portugueses elaborados entre os séculos XIII e XVI.

Palavras-chave: Oração infinitiva. Português. Latim. Sintaxe histórica.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; marcos.martinho@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-8201-3037>

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

HISTORICAL SYNTAX OF THE PORTUGUESE INFINITIVE: THE DIRECT OBJECTIVE SUBSTANTIVE CLAUSE REDUCED FROM THE INFINITIVE

Abstract: I compare two Portuguese constructions: perception/causative verbs and thought/declarative verbs used with noun/pronoun and infinitive. First, I try to show, according to synchronic grammar, two differences between such constructions: 1) that the noun/pronoun and infinitive form a subordinate clause (= infinitive phrase used as object) in the second construction but not in the first; and 2) that, when a personal pronoun is used, it has a straight form in the second construction and an oblique one in the first. Hence, I examine, according to diachronic grammar, the causes of such differences, which have their roots in Latin. Finally, I analyze the use of both constructions in nine Portuguese texts written between the 13th and 16th centuries.

Keywords: Infinitive phrase. Portuguese. Latin. Historical syntax.

A OSS-OD reduzida de infinitivo em português: sujeito de forma reta

Ao analisar a construção de verbo causativo ('mandar, deixar, fazer', etc.) ou sensitivo ('ver, ouvir, sentir', etc.) com nome/pronome e infinitivo, alguns gramáticos da língua portuguesa entendem que: 1º o nome/pronome é sujeito do infinitivo, de modo que este com aquele constituam oração, que é a subordinada substantiva objetiva direta (OSS-OD) reduzida de infinitivo (p. ex., 'mandei Sócrates entrar', 'vi alguém entrar'); 2º o sujeito, quando é pronome pessoal, apresenta forma oblíqua (p. ex., 'mandei-o entrar', 'vi-o entrar') em vez de reta (LIMA, 1976, p. 285-286; BECHARA, 2002, p. 182-184; 1992, p. 243-244; BRANDÃO, 1963, p. 21; CUNHA; CINTRA, 1985, p. 293-294; cf. OITICICA, 1923, p. 205). Ora, como advertem alguns, a construção com pronome pessoal de forma oblíqua e infinitivo, dita construção de acusativo com infinitivo, tem suas raízes no latim (LIMA, 1976, p. 286; BECHARA, 2002, p. 182, n. 1), de modo que se preste antes à análise gramatical diacrônica que à sincrônica. No entanto, como creio, a análise gramatical sincrônica pode bastar a rever aquele entendimento.

Ora, é comum a exposição da oração reduzida (de infinitivo, gerúndio ou particípio) acompanhar a da desenvolvida (de indicativo ou subjuntivo) (OITICICA, 1923, p. 181, cf. p. 152-153, 157-158, 167-168; ALI, 1964, p. 131-132; LIMA, 1976, p. 232-258; BECHARA, 2002, p. 162-193; 1992, p. 235-245; CEGALLA, 1976, p. 274-280; CUNHA; CINTRA, 1985, p. 594-601). Daí, em que pese à opinião de alguns (MELO, 1971, p. 118), é costume analisar a oração reduzida convertendo-a na desenvolvida equipolente, de modo que a análise

daquela se apoie na desta (OITICICA, 1923, p. 181, cf. p. 152-153, 157-158, 167-168; ALI, 1964, p. 131-132; LIMA, 1976, p. 232-234; BECHARA, 2002, p. 164-165, 178-179; 1992, p. 236, 242-243; BRANDÃO, 1963, p. 143, 401-409, 437; CEGALLA, 1976, p. 274).

No caso da construção de verbo causativo ou sensitivo com pronome pessoal e infinitivo, alguns gramáticos equiparam-na à construção com pronome pessoal e verbo finito. Assim, de comparar a construção com infinitivo ‘mandei-o entrar’, em que o pronome pessoal apresenta forma oblíqua (‘o’), com a construção com verbo finito ‘mandei que ele entrasse’, em que o pronome pessoal apresenta forma reta (‘ele’), concluem que, assim como aqui a forma reta (‘ele’) é sujeito do verbo finito (‘entrasse’), assim também lá a forma oblíqua (‘o’) é sujeito do infinitivo (‘entrar’), de modo que, assim como aqueles constituem oração, que é a OSS-OD desenvolvida de subjuntivo, assim também estes constituem oração, que é a equipolente reduzida de infinitivo (LIMA, 1976, p. 285-286; BECHARA, 2002, p. 182-184; 1992, p. 243-244; CUNHA; CINTRA, 1985, p. 293-294; cf. OITICICA, 1923, p. 205). Tal análise, porém, pode ser revista.

Ora, ao converter a forma infinitiva na finita do verbo, aqueles gramáticos operam concomitantemente outra conversão, isto é, a da forma oblíqua na reta do pronome pessoal. Isso, porém, não ocorre, p. ex., no caso da construção de verbo declarativo (‘dizer, afirmar, declarar’, etc.) com pronome pessoal e infinitivo. De fato, ao passo que a construção de verbo causativo ou sensitivo pede forma oblíqua do pronome pessoal, como se vê neste passo de C. Castelo Branco: “A sentinela mandou-o entrar” (*A queda dum anjo*, 28), em que verbo causativo (“mandou”) se constrói com pronome pessoal do caso oblíquo (“o”) e infinitivo (“entrar”), a construção de verbo declarativo, todavia, pede forma reta, como se vê neste passo de J. N. de Souza e Silva: “e disse ser ela a sublevação que se tramava” (*História da conjuração mineira*, 8), em que verbo declarativo (“disse”) se constrói com pronome pessoal do caso reto (“ela”) e infinitivo (“ser”). Daí, se, como fazem aqueles gramáticos, se converte a primeira construção: ‘mandou-o entrar’, na de verbo finito: ‘mandou que ele entrasse’, opera-se, como se disse, dupla conversão, isto é, a da forma verbal infinitiva (‘entrar’) na finita (‘entrasse’), ao mesmo tempo que a da forma pronominal oblíqua (‘o’) na reta (‘ele’). Se, porém, se converte a segunda construção: ‘disse ser ela a sublevação’, na de verbo finito: ‘disse que ela era a sublevação’, opera-se unicamente a conversão da forma verbal infinitiva (‘ser’) na finita (‘era’), enquanto a forma pronominal se mantém a mesma, isto é, reta (‘ela’), em ambas as construções.

Ora, na construção de verbo declarativo com pronome pessoal e infinitivo, a forma reta daquele é indício de que o pronome pessoal desempenha a função de sujeito do infinitivo, de modo que se pode concluir que o infinitivo com o pronome pessoal constituem oração, que é a OSS-OD reduzida de infinitivo. Por isso, nesse caso é válido

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

equiparar pronome pessoal e infinitivo à OSS-OD desenvolvida. Na construção de verbo causativo ou sensitivo com pronome pessoal e infinitivo, porém, a forma oblíqua daquele não é sinal de que o pronome pessoal exerça a função de sujeito do infinitivo, de modo que não se pode supor que o infinitivo com o pronome pessoal constituam oração. Por isso, nesse caso é precipitado equiparar pronome pessoal e infinitivo à OSS-OD desenvolvida.

Ora, a análise da construção de verbo causativo ou sensitivo com infinitivo pode apoiar-se na comparação de seu torneio passivo com o ativo. Embora aquele possa assumir duas, se não três formas, a saber: a forma ‘viram-se cair as casas’ e a forma ‘viu-se caírem as casas’, e daí a que resultaria da contaminação entre ambas: ‘viram-se caírem as casas’ (BARRETO, 1980b, p. 219-220; 1980a, p. 228-230; 1954, p. 174-176; BRANDÃO, 1963, p. 316-317, 431-432, 814-816), é certo que é a primeira forma que corresponde ao torneio ativo da construção de verbo causativo ou sensitivo com infinitivo. Daí, assim como na voz ativa se diz: ‘mandei-o entrar’ ou ‘vi-o entrar’, assim na passiva se diz: ‘ele foi mandado entrar’ ou ‘ele foi visto entrar’. Como se pode notar, com a mudança da voz ativa para a passiva, a forma oblíqua do pronome pessoal (‘o’) transforma-se na reta (‘ele’), enquanto o verbo passa a concordar com aquele em número e pessoa, fenômenos que são indícios de que o pronome pessoal exerce a função de sujeito na voz passiva. A palavra que desempenha a função de sujeito na voz passiva, porém, é a mesma que desempenha a de objeto direto na ativa. Logo, tal é a função sintática desempenhada pelo pronome pessoal na voz ativa. Em suma, o pronome pessoal assume a forma reta na voz passiva, e a oblíqua na ativa, porque aquela é adequada à função de sujeito, e esta à de objeto direto. Assim, é ao verbo causativo ou sensitivo que o pronome pessoal se liga (como sujeito na voz passiva, como objeto direto na ativa), e não ao infinitivo (como sujeito numa ou noutra voz), de modo que o infinitivo e o pronome pessoal não compõem oração.

Daí, se se torna à conversão do infinitivo em verbo finito, é forçoso concluir que a conversão não deve compreender o pronome pessoal, mas restringir-se ao infinitivo, já que aquele não se prende a este, mas ao verbo causativo ou sensitivo. Assim, em vez de supor que o infinitivo com o pronome pessoal constituem oração reduzida (‘mandei|-o entrar’, ‘vi|-o entrar’) e daí equiparar esta à desenvolvida (‘mandei | que ele entrasse’, ‘vi | que ele entrava’), deve-se supor que o pronome pessoal se liga ao verbo causativo ou sensitivo, e não ao infinitivo (‘mandei-o | entrar’, ‘vi-o | entrar’), e daí equiparar unicamente este a verbo finito (‘mandei-o | que entrasse’, ‘vi-o | que entrava’). É a construção que se lê, p. ex., neste passo de Camões: “Cornelio moço os faz, que [...] / [...] jurem [...]” (*Os Lusíadas*, IV 20, 5-6), cuja construção pode ser analisada como resultado da contaminação entre duas outras, a saber: entre ‘os faz jurar’ e ‘faz que eles jurem’ (BARRETO, 1980a, p. 233).

Não parece boa, porém, a análise segundo a qual essa construção seria o resultado de enunciar por antecipação o sujeito da oração subordinada na principal, isto é, a análise que supõe a figura de construção chamada prolepse (BARRETO, 1980b, p. 222-5; BECHARA, 1992, p. 245-246; 2002, p. 185). Caso de prolepse, sim, é este passo de G. Vicente: “Vós bem sei que suspirais” (*Comédia de Rubena*, II), porque a forma de 2ª pessoa do plural do pronome pessoal “vós” é enunciada na oração principal, mas desempenha função sintática na subordinada, uma vez que o verbo daquela tem a forma de 1ª pessoa do singular (“sei”), e o desta, a de 2ª pessoa do plural (“suspirais”). Caso diverso desse, porém, é este outro passo do mesmo autor: “mas nam podes comprender / seus triunfos quantos são” (*Triunfo do Inverno* II), porque o substantivo “triunfos” é enunciado na oração principal, exercendo função sintática nesta, que é a função de objeto direto da locução verbal “podes compreender”, mas subentendendo-se na subordinada como sujeito do verbo “são”, o que corresponde à figura de construção chamada zeugma (BARRETO, 1980b, p. 233-249; 1954, p. 181-183). Assim, se se torna ao passo d’*Os Lusíadas*, vê-se que a forma oblíqua do pronome pessoal “os” é enunciada na oração principal, exercendo função sintática nesta, que é a função de objeto direto do verbo “faz”, mas subentendendo-se na subordinada como sujeito do verbo “jurem”; ou ainda, é expresso na principal na forma oblíqua (“os”), mas subentende-se na subordinada na forma reta (“eles”). Logo, o passo d’*Os Lusíadas* é caso de zeugma, não de prolepse.

Assim, se, ao converter-se a construção de verbo causativo ou sensitivo com infinitivo (‘mandei-o entrar’) na construção com verbo finito (‘mandei-o que entrasse’), o infinitivo (‘entrar’) se converte no verbo finito (‘entrasse’), mas o pronome pessoal oblíquo (‘o’) se mantém o mesmo, e se a construção com verbo finito decorre da contaminação entre duas outras, isto é, entre ‘mandei-o entrar’ e ‘mandei que ele entrasse’, então a construção com infinitivo decorre da contaminação entre duas outras, isto é, entre ‘mandei-o’ e ‘mandei entrar’. No entanto, há diferença entre a construção com infinitivo (‘mandei-o entrar’) e a construção com verbo finito (‘mandei-o que entrasse’). Pois, se na construção com verbo finito o pronome pessoal se expressa na oração principal na forma oblíqua como complemento do verbo (‘mandei-o’), mas se subentende na oração subordinada na forma reta como sujeito do verbo (‘[ele] entrasse’), na construção com infinitivo, todavia, o pronome pessoal expressa-se na forma oblíqua como complemento do verbo (‘mandei-o’), mas não se subentende na forma reta como sujeito do infinitivo (‘entrar’).

De resto, em que pese à opinião de alguns (OITICICA, 1923, p. 182-183), caberia ainda analisar as duas construções, a saber: a de verbo causativo ou sensitivo e a de verbo declarativo com pronome pessoal e infinitivo, à luz da distinção entre sujeito gramatical

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

e lógico. Pois, na construção de verbo declarativo ('disse ter ele entrado'), o pronome pessoal, do ponto de vista lógico, designa o ente que pratica a ação designada pelo infinitivo ('ter ele entrado'), e, do ponto de vista gramatical, liga-se ao infinitivo como sujeito ('ter ele entrado'), de modo que o infinitivo com o pronome pessoal constituam oração. Na construção de verbo causativo ou sensitivo ('mandei-o entrar', 'vi-o entrar'), porém, o pronome pessoal, do ponto de vista lógico, designa igualmente o ente que pratica a ação designada pelo infinitivo ('o entrar'), mas, do ponto de vista gramatical, liga-se diferentemente ao verbo causativo ou sensitivo como objeto direto ('mandei-o', 'vi-o'), e não ao infinitivo como sujeito, de modo que o infinitivo e o pronome pessoal não compõem oração. Em suma, na construção de verbo declarativo, o pronome pessoal de caso reto é sujeito gramatical de infinitivo que é núcleo de oração (OSS-OD reduzida de infinitivo), e na de verbo causativo ou sensitivo o pronome pessoal de caso oblíquo é sujeito lógico de infinitivo que não é núcleo de oração.

Na verdade, essa conclusão estende-se à construção com outras espécies de pronome, ou ainda, com nome, a despeito de estes não se flexionarem em caso. Assim, pode-se dizer, de modo mais extensivo, que a construção de verbo com nome/pronome e infinitivo apresenta dois torneios, de acordo com a classe semântica do verbo, a saber: 1) a construção de verbo declarativo, em que o nome/pronome é sujeito gramatical de infinitivo, de modo que este com aquele constituam OSS-OD reduzida de infinitivo; 2) a construção de verbo causativo ou sensitivo, em que o nome/pronome é sujeito lógico, mas não gramatical de infinitivo, de modo que este e aquele não compõem oração.

Assim, como se disse, a análise gramatical sincrônica basta para rever o modo como a construção de verbo causativo ou sensitivo com nome/pronome e infinitivo é descrita por alguns gramáticos da língua portuguesa. Pois, ao contrário do que dizem, o infinitivo não admite sujeito, ou melhor, o nome/pronome, que designa o ente que pratica a ação designada pelo infinitivo, é sujeito deste do ponto de vista lógico, mas, do ponto de vista gramatical, objeto direto do verbo causativo ou sensitivo, de modo que o infinitivo com o nome/pronome não constituem OSS-OD reduzida de infinitivo. O que, porém, a análise gramatical sincrônica não é suficiente para explicar são as diferenças entre a construção de verbo causativo ou sensitivo e a construção de verbo declarativo com nome/pronome e infinitivo, a saber: 1) em geral, por que numa o infinitivo com o nome/pronome constituem oração, e na outra não; 2) em particular, quando se emprega pronome pessoal, por que numa o pronome pessoal apresenta forma reta, e na outra forma oblíqua. Para tanto, é necessário recorrer à análise gramatical diacrônica, que ademais pode corroborar a conclusão anterior, a que se pôde chegar já por meio da análise gramatical sincrônica.

A OSS-OD reduzida de infinitivo em latim: sujeito de forma oblíqua (acusativo)

Origem: forma oblíqua (acusativo) como complemento de verbo transobjetivo ou de duplo acusativo

Em latim, diferentemente do que se vê em português, não há diferença entre a construção de verbo sensitivo ou causativo e a construção de verbo declarativo com nome/pronome e infinitivo, na medida em que em ambas o nome/pronome apresenta forma oblíqua (caso acusativo), ligando-se ao verbo (sensitivo, causativo, declarativo) como OD, e não ao infinitivo como S, de modo que este com aquele não constituem OSS-OD reduzida de infinitivo. Na verdade, trata-se de dois tipos de construção, a saber: uma, de verbo transobjetivo, e a outra, de verbo de duplo acusativo. Construção transobjetiva é admitida por verbo sensitivo, e construção de duplo acusativo, por verbo causativo.

Assim, na construção transobjetiva, o verbo sensitivo constrói-se com acusativo (nome/pronome), ao mesmo tempo que serve de ligação de outro acusativo (nome/pronome) com este; em outras palavras, constrói-se com acusativo OD, ao mesmo tempo que serve de ligação de acusativo POD com este. O infinitivo pode entrar nessa construção na posição do acusativo POD. De fato, do confronto deste exemplo: *atque eccum video ipsum egredi* [...] (Ter. *Hec.* 352) “mas então eis que vejo o próprio sair [...]”, em que o verbo sensitivo (*video*) se constrói com acusativo (*ipsum*) e infinitivo (*egredi*), com este outro: [...] *quia vos tranquillos video* [...] (Pl. *Amp.* 958) “[...] pois que vos vejo tranquilos [...]”, em que o verbo sensitivo (*video*) se constrói com acusativo OD (*vos*) e acusativo POD (*tranquillos*), vê-se que no primeiro exemplo o acusativo desempenha a função de OD, e o infinitivo, a de POD.

Na construção de duplo acusativo, por sua vez, o verbo causativo constrói-se com dois acusativos independentes, ou melhor, com acusativo OD (nome/pronome) e acusativo AADV de relação (nome/pronome). Nessa construção o infinitivo pode ocupar a posição do acusativo AADV de relação. Com efeito, do confronto deste exemplo: *nam principem orabat deligere senatores* (Tac. *An.* VI 8 [VI 2], 3) “pois ao príncipe implorava que escolhesse senadores”, em que o verbo causativo (*orabat*) se constrói com acusativo (*principem*) e infinitivo (*deligere*), com este outro: [...] *sed te id oro* [...] (Pl. *Cap.* 337) “[...] mas imploro-o a ti [...]”, em que o verbo causativo (*oro*) se constrói com dois acusativos, ou melhor, com acusativo OD (*te*) e acusativo AADV de relação (*id*), conclui-se que no primeiro exemplo o acusativo exerce a função de OD, e o infinitivo, a de AADV de relação.

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

Antes de tudo, esse confronto não só corrobora o que se disse, isto é, que, na construção de verbo sensitivo ou causativo com acusativo (nome/pronome) e infinitivo, o acusativo se prende ao verbo sensitivo ou causativo (como OD), e não ao infinitivo (como S), de modo que este com aquele não constituem oração, mas ainda permite ver o que se diz agora, isto é, que na construção de verbo sensitivo (construção transobjetiva) o infinitivo desempenha a função de POD, e na de verbo causativo (de duplo acusativo), a de AADV de relação. Daí, essa observação permite ver de modo mais pleno o que se disse do torneio passivo da construção de verbo sensitivo ou causativo com infinitivo. Pois, se no torneio ativo o infinitivo desempenha a função de POD ao lado de verbo sensitivo, e a de AADV de relação ao lado de verbo causativo, no torneio passivo o infinitivo passa à função de PS lá, e mantém-se na de AADV de relação aqui.

Com efeito, do confronto deste exemplo de voz passiva de construção transobjetiva: *ut enim mel [...] dulce esse sentitur [...]* (Cic. *Fin* III 34) “sim, assim como o mel [...] é sentido como sendo doce [...]”, em que o verbo sensitivo passivo (*sentitur*) se constrói com nominativo (*mel*) e infinitivo (*esse*), com este outro: *qui ex contumelia grauissimus sentitur* (Val.-Max. II 2, 5) “a qual [dor] é sentida como gravíssima devido ao insulto”, em que o verbo sensitivo passivo (*sentitur*) se constrói com nominativo S (*qui*) e nominativo PS (*grauissimus*), vê-se que no primeiro exemplo o nominativo desempenha a função de S, e o infinitivo, a de PS. Do confronto deste exemplo de voz passiva de construção de duplo acusativo, por sua vez: *Tempore lenta pati frena docentur equi* (Ov. *A. A.* I 472) “Com o tempo são instruídos em tolerar lentas rédeas os cavalos”, em que o verbo causativo passivo (*docentur*) se constrói com nominativo (*equi*) e infinitivo (*pati*), com este outro: *quia puellae maxime docentur huius modi delicias* (Porph. *S.* I 10, 91) “pois que as moças são instruídas sobretudo em delícias dessa sorte”, em que o verbo causativo passivo (*docentur*) se constrói com nominativo S (*puellae*) e acusativo AADV de relação (*delicias*), conclui-se que no primeiro exemplo o nominativo desempenha a função de S, e o infinitivo, a de AADV de relação.

Demais, essa análise pode ser corroborada pelo confronto entre construção com infinitivo e construção com outra forma verbal, seja reduzida, seja finita. Quanto à construção com forma reduzida, Plauto constrói o verbo sensitivo *vidi* “vi” ora com o infinitivo do verbo *exeo* “ir-se”: [...] *non ego te indutum foras / exire vidi pallam?* [...] (Plaut. *Men.* 511-2) “[...] não te vi eu próprio ir-te / para fora vestido do pala? [...]”, ora com o particípio do mesmo verbo: [...] *Hinc ex hisce aedibus paulo prius / vidi exeuntem mulierem* [...] (Plaut. *Cis.* 546-7) “[...] Daí dessa residência pouco antes / vi indo-se a mulher [...]”. Como se vê dos exemplos, o acusativo (*mulierem*) e o infinitivo (*exire*) do segundo correspondem respectivamente ao acusativo (*te*) e ao particípio (*exeuntem*) do

primeiro; logo, assim como aqui o acusativo é OD, e o particípio, POD, assim também lá o acusativo é OD, e o infinitivo, POD. Cícero, por sua vez, constrói o verbo causativo *facit* “apresenta” ao mesmo tempo com particípio e infinitivo, coordenando este àquele: *at vero Polyphemum Homerus [...] cum ariete etiam conloquentem facit eiusque laudare fortunas* (Cic. *Tusc.* V 115) “já Polifemo, em verdade, Homero [...] apresenta-o ademais conversando com o carneiro e a louvar as venturas dele”. Ora, se o infinitivo (*laudare*) se coordena ao particípio (*conloquentem*), e este é POD, então aquele deve ser igualmente POD, ao passo que o acusativo (*Polyphemum*) é OD.

Quanto à construção com forma finita, o verbo causativo *oro* “implorar” constrói-se com acusativo OD, admitindo na posição de acusativo AADV de relação seja nome/pronome: [...] *sed te id oro* [...] (Pl. *Cap.* 337) “[...] mas imploro-o a ti [...]” [*te* OD + *id* AADV de relação]; seja subjuntivo não conjuncional: *quam ob rem te oro des operam* (Cic. *Att.* III 1, 1) “é por essa razão que imploro a ti empenhes as forças” [*te* OD + *des* AADV de relação]; seja subjuntivo conjuncional: [...] *et te oro, prómissa ut servés tua* (Pl. *Amp.* 1144) “[...] e as promessas tuas imploro a ti que as mantinhas” [*te* OD + *ut servés* AADV de relação]; seja infinitivo: *nam principem orabat deligere senatores* (Tac. *An.* VI 8 [VI 2], 3) “pois ao príncipe implorava que escolhesse senadores” [*principem* OD + *deligere* AADV de relação]. Como se vê dos exemplos, ao acusativo OD (*te*) e ao acusativo AADV de relação (*id*) do primeiro correspondem, respectivamente, o acusativo (*te*) e o subjuntivo não conjuncional (*des*) do segundo, o acusativo (*te*) e o subjuntivo conjuncional (*ut servés*) do terceiro, o acusativo (*principem*) e o infinitivo (*deligere*) do quarto exemplo. Assim, o subjuntivo (conjuncional ou não conjuncional), que compõe oração subordinada adverbial (conectiva ou justaposta), é equipolente, não do par de acusativo e infinitivo, mas tão-só do infinitivo, porque o acusativo (*principem*) é OD do verbo *oro*, e não S do infinitivo (*deligere*), de modo que este com aquele não compõem um par, isto é, não constituem oração. Note-se somente a diferença entre a construção com infinitivo (**eum oro facere*) e a construção com subjuntivo (**eum oro (ut) faciat*); pois, se nesta o acusativo OD (**eum*) do verbo causativo (**oro*) da oração principal se subentende como nominativo S do subjuntivo (**(ut) [is] faciat*) da oração subordinada, na construção de infinitivo, todavia, o acusativo OD não se subentende como nominativo S do infinitivo (**facere*). Em outras palavras, na construção com subjuntivo, o torneio sintático configura-se, como entendem alguns, como prolepse, se não, como se disse, como zeugma; na construção com infinitivo, porém, não há figura de construção.

Verbo declarativo, por sua vez, admite tanto a construção transobjetiva como a de duplo acusativo; tanto numa como noutra, porém, constrói-se, como se disse, à maneira de verbo causativo ou sensitivo. Assim, o nome/pronome flexiona-se no caso acusativo,

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

ligando-se ao verbo declarativo como OD, e não ao infinitivo como S, e este, por sua vez, desempenha a função de POD (na construção transobjetiva) ou AADV de relação (na construção de duplo acusativo), de modo que não se constitui OSS-OD reduzida de infinitivo.

Quanto à construção transobjetiva, o confronto deste exemplo: [...] *hominem catum / eum esse declaramus* [...] (Plaut. *Ps.* 681-2) “[...] declaramos ser aquele / um indivíduo arguto [...]”, em que o verbo declarativo (*declaramus*) se constrói com acusativo (*eum*) e infinitivo (*esse*), com este outro: *tum satus Anchisa* [...] / *uictorem* [...] *Cloanthum / declarat* [...] (Verg. *Aen.* V 244-6) “então, o rebento de Anquises [...] / declara [...] Cloanto / vencedor [...]”, em que o verbo declarativo (*declarat*) se constrói com acusativo OD (*Cloanthum*) e acusativo POD (*uictorem*), permite inferir que no primeiro exemplo o acusativo tem a função de OD, e o infinitivo, a de POD. Quanto à construção de duplo acusativo, por sua vez, o confronto deste exemplo: *Defensoris proprius locus est*, [...] *cum accusatorem calumniari criminatur* (*Rhet. Her.* II 9) “Do defensor o tópico próprio é [...] quando incrimina o acusador de caluniar”, em que o verbo declarativo (*criminatur*) se constrói com acusativo (*accusatorem*) e infinitivo (*calumniari*), com este outro: *si id me non accusas* [...] (Pl. *Tri.* 96) “se me não acusas disso [...]”, em que o verbo declarativo (*accusas*) se constrói com acusativo OD (*me*) e acusativo AADV de relação (*id*), permite deduzir que no primeiro exemplo o acusativo tem a função de OD, e o infinitivo, a de AADV de relação.

Assim, se em latim a construção de verbo causativo ou sensitivo e a de verbo declarativo com nome/pronome e infinitivo se comportam do mesmo modo, na medida em que em ambas o nome/pronome apresenta forma oblíqua (caso acusativo), ligando-se ao verbo como OD, e não ao infinitivo como S, de modo que o infinitivo com o nome/pronome não constituem OSS-OD reduzida de infinitivo, e se em português se comportam de maneira diversa, na medida em que na construção de verbo declarativo o nome/pronome, quando é pronome pessoal, apresenta forma reta, ligando-se ao infinitivo como S, de modo que o infinitivo com o nome/pronome constituem OSS-OD reduzida de infinitivo, pode-se supor que, ao longo da história, a construção de verbo declarativo com nome/pronome e infinitivo sofreu duas alterações, a saber: 1) alteração sintática: o nome/pronome, que a princípio era OD do verbo declarativo, passou a S do infinitivo, de modo que este, que a princípio era POD ou AADV de relação, passou a núcleo de OSS-OD reduzida de infinitivo; 2) alteração morfológica: o nome/pronome, que a princípio apresentava forma oblíqua, passou a flexionar-se no caso reto. A gramática histórica permite mostrar que a primeira alteração se deu já no latim, ao passo que a segunda se produziu posteriormente no português.

Evolução: forma oblíqua (acusativo) como sujeito de infinitivo

Deslocamento sintático da forma oblíqua (acusativo)

O primeiro passo para a evolução da construção de verbo transobjetivo ou de duplo acusativo com acusativo (nome/pronome) e infinitivo foi a mudança da percepção da construção. Gramáticos antigos, não só latinos mas também gregos, testemunham o modo como tal mudança se deu em sua língua. Apolônio Díscolo (gramático grego do séc. II d.C.), p. ex., ao examinar a construção, alude a uma querela de gramáticos: se é verdade que o infinitivo se refere de todo ao acusativo; em outras palavras, se o infinitivo se constrói obrigatoriamente com acusativo S, compondo com este OSS-OD reduzida de infinitivo. A posição de Apolônio é claramente contrária a essa, mas a demonstração de sua posição nem sempre é clara.

Primeiro, Apolônio comenta a construção de verbo de necessidade (*khre* “é obrigatório”, *dei* “é necessário”) com acusativo e infinitivo. Então, em *khre Dionýsion anagignóskein*, considera o acusativo, não como S do infinitivo (*Dionýsion anagignóskein* “Dionísio ler”), isto é, *khre | Dionýsion anagignóskein* “é obrigatório | Dionísio ler”, mas como OD do verbo de necessidade (*khre Dionýsion* “é obrigatório a Dionísio”), isto é, *khre Dionýsion | anagignóskein* “é obrigatório a Dionísio | ler”. Ou ainda, em *dei emè akouéin*, considera o acusativo, não como S do infinitivo (*emè akouéin* “eu ler”), isto é, *dei | emè akouéin* “é necessário | eu ler”, mas como OD do verbo de necessidade (*dei emè* “é necessário a mim”), isto é, *dei emè | akouéin* “é necessário a mim | ler” (Dysc. Constr. III 78-9 = GG II/ii 341, 8 - 342, 11; cf. III 75 = GG II/ii 339, 2 - 340, 2; III 81-3 = GG II/ii 343, 1 - 344, 13). Em seguida, porém, passa à construção de verbo causativo (*anagkázdein* “obrigar”, *poiéin* “fazer”) e declarativo (*phánai* “declarar”, *légein* “dizer”) com acusativo e infinitivo, sem todavia advertir que tal construção se comporta diferentemente da construção dos verbos de necessidade *khre* e *dei* (Dysc. Constr. III 84-5 = GG II/ii 344, 1-13). Pois, antes de tudo, em *poíeson Trýphona phileîn Apollónion* “faze Trifon amar Apolônio”, bem como em *légousi Théona hybrísai Díona* “dizem ter Teon ofendido Dion”, os verbos são pessoais, sendo o causativo *poíeson* “faze” forma de 2ª pessoa do singular, e o declarativo *légousi* “dizem” forma de 3ª pessoa do plural, ao passo que nos exemplos anteriores os verbos de necessidade *khre* “é obrigatório” e *dei* “é necessário” são formas impessoais. Mais que isso, porém, Apolônio não define a função sintática que o infinitivo desempenha numa e noutra construção. Ora, na construção de verbo causativo (*poíeson Trýphona phileîn*), o infinitivo pode ser visto como AADV de relação (“atua em Trifon em relação a amar”), e na construção de verbo declarativo (*légousi Théona hybrísai*), como POD (“declaram Trifon como tendo ofendido”), ao passo que na construção dos verbos de necessidade *khre* (*khre*

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

Dionýsion anagignóskein) e *deí* (*deí emè akouéin*) o infinitivo pode ser entendido seja como AADV de relação (“há obrigação concernente a ler”; “há necessidade relativa a ouvir”), seja como S (“é obrigatório ler”; “é necessário ouvir”) (cf. HUMBERT, 1993, p. 196-197).

Demais, a fim de explicar a construção de verbo declarativo com acusativo e infinitivo, Apolônio diz que a oração desenvolvida *Théon hýbrise Díona* “Teon insultou Dion”, se converte naquela: *légousi Théona hýbrísai Díona* “dizem ter Teon insultado Dion” (Dysc. Constr. III 86 = GG II/ii 344, 13 - 345, 10). Ora, se é assim, pode-se inferir que, assim como o nominativo *Théon* “Teon” é S do aoristo *hýbrise* “insultou”, assim o acusativo *Théona* “Teon” é S do infinitivo *hýbrísai* “ter insultado”, de modo que estes componham oração, o que, bem entendido, vai de encontro à posição claramente defendida por Apolônio. De fato, Apolônio torna ao problema, ao examinar a construção de verbo volitivo (*thélein* “querer”, *proaireîsthai* “preferir”) com acusativo e infinitivo. Então, mais uma vez, discorda dos gramáticos que supõem que o infinitivo se refira ao acusativo, isto é, que o acusativo seja S do infinitivo (*se gráphein* “tu escrever”): *thélo | se gráphein* “quero | que tu escrevas”, asseverando que, ao contrário, o verbo volitivo é que se refere de todo ao acusativo, isto é, que este é OD daquele (*thélo se* “quero-te”), sendo independente do infinitivo: *thélo se | gráphein* “quero-te | escrevendo” (Dysc. Constr. III 161-4 = GG II/ii 408, 4 - 411, 12).

Seja como for, a querela dos gramáticos a que alude Apolônio testemunha dois modos de perceber a construção de verbo causativo, declarativo, volitivo com acusativo e infinitivo, a saber: 1) entendendo o acusativo como OD do verbo principal, e daí o infinitivo como POD ou AADV de relação; 2) considerando o acusativo como S do infinitivo, e daí o infinitivo como núcleo de OSS-OD reduzida de infinitivo.

Prisciano de Cesareia (gramático latino dos sécs. V-VI d.C.), por sua vez, emprega parte da lição de Apolônio ao explicar a ambiguidade de certas construções de infinitivo (Prisc. Gram. XVIII 64-7 = GL III 234, 10 - 235, 14), e parte, ao expor as classes de verbos que se constroem com acusativo, em particular, a classe dos verbos volitivos (Prisc. Gram. XVIII 146-55 = GL 274, 8 - 277, 26). Pedro Helias (gramático latino do séc. XII d.C.), por sua vez, ao comentar a exposição de Prisciano, nota que, se o caso exigido pelo indicativo deve ser o mesmo exigido pelos demais modos, a recíproca todavia não é válida, porque, como explica, se o (modo) infinitivo exige o acusativo mesmo quando é verbo intransitivo (*Socratem uiuere* “Sócrates viver”): *Socratem uiuere commodum est* “é vantajoso Sócrates viver”, o indicativo de verbo intransitivo não exige acusativo, mas nominativo: *Socrates uiuit* “Sócrates vive” (Petr. Hel. Prisc. 1035, 75 - 1036, 79). Daí, pode-se inferir que, assim como o nominativo *Socrates* é S da forma finita *uiuit*, assim o acusativo *Socratem* é sujeito do infinitivo *uiuere* na construção de verbo volitivo.

Miguel o Sincelo (gramático grego dos sécs. VIII-IX d.C.), enfim, passa em revista a construção das oito classes de palavras, concluindo sua exposição com breve exortação do amigo Lázaro aos estudos de gramática. Nesse passo (Mich. Syn. 204), o ms Q apresenta comentário interpolado, em que se comenta a seguinte asserção, que parece ser atribuída a Miguel: “antes de tudo, deve-se saber que todo verbo contém em si [caso] reto, expresso ou [sub]entendido, em toda flexão [= modo], e em todo número, e em toda pessoa, e em todo tempo, exceto os infinitivos”, a qual asserção, todavia, não se lê na exposição de Miguel, p. ex., não se lê no passo em que este expõe a construção do verbo com caso reto de nome e também de particípio e pronome (Mich. Syn. 85). Seja como for, o comentador explica a ressalva “exceto os infinitivos”, dizendo que, se o verbo contém caso reto, isto é, nominativo, o infinitivo todavia contém caso acusativo. Daí, ilustra sua explicação com este exemplo: *ou thélo hymâs agnoeîn* “não quero que vós ignoreis” (Th 1 4, 13), notando que o verbo *thélo* “quero”, de um lado, contém em si o nominativo (subentendido) *egó* “eu”, e o infinitivo *agnoeîn* “ignorar”, de outro lado, contém em si o acusativo (expresso) *hymâs* “vos”. Em outras palavras, na construção de verbo volitivo com acusativo e infinitivo, o acusativo é percebido, não como OD do verbo volitivo (*ou thélo hymâs* “não vos quero”), isto é, *ou thélo hymâs | agnoeîn* “não vos quero | ignorando”, mas como S do infinitivo (*hymâs agnoeîn* “vós ignorar”), isto é, *ou thélo | hymâs agnoeîn* “não quero | que vós ignoreis”.

Em suma, tais gramáticos testemunham a mudança da percepção da construção de verbo transobjetivo ou de duplo acusativo com acusativo e infinitivo, a qual produziu duplo deslocamento sintático, a saber: do acusativo e do infinitivo. Assim, o acusativo, tratado a princípio como OD do verbo principal, passou a ser tratado como S do infinitivo, ao mesmo tempo que o infinitivo, tratado a princípio como POD ou AADV de relação, passou a ser tratado como núcleo de OSS-OD reduzida de infinitivo.

Causas do deslocamento sintático

As causas, porém, da mudança da percepção da construção de verbo transobjetivo ou de duplo acusativo com acusativo e infinitivo podem ter sido várias. Uma causa foi a analogia das construções, isto é, da construção com infinitivo e da construção com forma finita. O verbo volitivo *uolo* “querer”, p. ex., constrói-se tanto com infinitivo, como com subjuntivo. No primeiro caso, quando a pessoa do acusativo e a do verbo principal são diferentes, o verbo *uolo* constrói-se por via de regra com acusativo e infinitivo: [...] *nunc ego te* [acusativo] *facere* [infinitivo] *hoc volo* (Pl. Bac. 93) “[...] agora por minha parte quero que tu faças o seguinte”; no segundo caso, constrói-se seja com acusativo e subjuntivo: *Patrem atque matrem* [acusativos] *viverent* [subjuntivo] *vellem tibi* (Pl. Poen. 1066) “Teu pai e mãe

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

eu queria estivessem vivos”; seja com subjuntivo sozinho: [...] *Vt ille te videat* [subjuntivo] *volo* (Pl. Bac. 77) “Quero que aquele te veja”. Ora, se se equipara a construção de acusativo e infinitivo (**uolo eum exire*) à de acusativo e subjuntivo (**uolo eum exeat*), parecerá que o acusativo, assim como não pertence ao subjuntivo nesta (**uolo eum | exeat*), tampouco pertence ao infinitivo naquela (**uolo eum | exire*), ou melhor, é OD do verbo principal (**uolo eum*), e não S do infinitivo (**eum exire*). Se, porém, se equipara a construção de acusativo e infinitivo (**uolo eum exire*) à de subjuntivo sozinho (**uolo is exeat*), parecerá que, assim como o subjuntivo é acompanhado de nominativo na segunda (**is exeat*), assim o infinitivo é acompanhado de acusativo na primeira (**eum exire*), e daí, assim como o nominativo é S do subjuntivo lá, assim o acusativo é S do infinitivo aqui.

Outra causa foi a mudança do valor das duas séries de desinências verbais número-pessoais, isto é, da série *-o -s -t -mus -tis -nt* e da série *-or -ris/re -tur -mur -mini -ntur*, e daí a mudança da percepção da construção de tais formas com infinitivo. Pois a princípio as duas séries referiram-se à extensão lógica do sujeito verbal, de modo que a primeira se referisse a sujeito determinado, e a segunda, a sujeito indeterminado. Assim, a forma *declarat* significou “alguém determinado declara”, p. ex., “ele, o povo, declara”, e a forma *declaratur*, “alguém indeterminado declara”, isto é, “ele, qualquer, declara”, ou ainda, “declaram”. Do ponto de vista da voz, porém, ambas as formas tiveram o mesmo valor, isto é, valor ativo, de modo que ambas se construíssem da mesma maneira, isto é, de maneira transobjetiva (**populus declarat aliquem* [OD] *consulem* [POD] “o povo declara alguém cônsul” = **declaratur aliquem* [OD] *consulem* [POD] “declara/declaram alguém cônsul”). Daí, o infinitivo construiu-se com ambas as formas da mesma maneira, isto é, de modo que o acusativo desempenhasse a função de OD, e o infinitivo a de POD (**populus declarat aliquid* [OD] *fieri* [POD] “o povo declara algo acontecer” = **declaratur aliquid* [OD] *fieri* [POD] “declara/declaram algo acontecer”).

Posteriormente, porém, o valor das desinências mudou, passando da extensão lógica do sujeito à voz gramatical do verbo. Assim, a forma *declarat* passou a significar “declara” (voz ativa), e a forma *declaratur*, “é declarado” (voz passiva). Daí, aquelas construções foram revistas à luz do novo valor das desinências. Assim, de um lado, a construção agora ativa de *declarat*, em que o acusativo era OD, e o infinitivo, POD, produziu a construção passiva de *declaratur*, em que o acusativo OD se convertia em nominativo S, e o infinitivo POD, em infinitivo PS (**magna res* [S] *declaratur fieri* [PS] “grande caso é declarado produzir-se”). De outro lado, na construção agora passiva de *declaratur*, o acusativo não podia comportar-se como OD (como na construção a princípio indeterminada de *declaratur*), de modo que foi tratado como S do infinitivo, e daí o par de infinitivo e acusativo S foi tratado como S do verbo, isto é, como oração subordinada substantiva subjetiva reduzida

de infinitivo (**declaratur | magnam rem fieri* “é declarado | produzir-se grande caso”). Consequentemente, se na voz passiva *declaratur* se constrói com OSS subjetiva reduzida de infinitivo, na voz ativa *declarat* parecerá construir-se com OSS objetiva direta reduzida de infinitivo.

Em suma, a mudança do valor das séries de desinências verbais número-pessoais produziu dois pares de construção com acusativo e infinitivo, a saber: 1) construção com infinitivo não oracional, segundo a qual na voz ativa o acusativo é OD, e o infinitivo, POD, e na voz passiva aquele é S, e este, PS; 2) construção com infinitivo oracional, segundo a qual o acusativo é S do infinitivo, compondo com este oração subordinada substantiva reduzida de infinitivo, a qual na voz ativa é objetiva direta, e na voz passiva, subjetiva. A construção passiva com infinitivo não oracional e a construção passiva com infinitivo oracional são chamadas respectivamente pessoal e impessoal, porque na primeira o sujeito do verbo passivo pode ser pronome pessoal, que indica pessoa do discurso (p. ex., na 1ª pessoa do singular, **ego audior canere* “eu sou ouvido cantar”), ao passo que na segunda o sujeito do verbo passivo é oração reduzida de infinitivo (**auditur me canere* “ouve-se eu cantar”).

Outra causa, enfim, foi a confusão dos aspectos gramaticais (morfo-sintáticos) com os lógicos. Pois o acusativo, embora do ponto de vista gramatical desempenhe a função sintática de OD do verbo principal, do ponto de vista lógico todavia pode expressar o agente da ação denotada pelo infinitivo. De fato, neste exemplo: *atque eccum video ipsum egredi [...]* (Ter. Hec. 352) “mas então eis que vejo o próprio sair [...]”, o acusativo *ipsum* é pela gramática regime do verbo principal (*video ipsum* “vejo o próprio”), e pela lógica, agente da ação expressa pelo infinitivo (*ipsum egredi* “o próprio sair”). Se, porém, o aspecto lógico se sobrepõe ao formal, o acusativo parecerá ter relação sintática com o infinitivo, e não com o verbo principal. Em outras palavras, o deslocamento sintático do acusativo, que passou de OD do verbo principal a S do infinitivo, pode ter sido impelido pelo valor actancial daquele.

Sinopse

Em latim, pois, a construção transobjetiva e a de duplo acusativo com acusativo e infinitivo sofreram alterações sintáticas ao longo da história. Pois a princípio o acusativo foi OD em ambas as construções, e o infinitivo, POD na construção transobjetiva, e AADV de relação na construção de duplo acusativo, de modo que o infinitivo com o acusativo não constituíam oração. Posteriormente, porém, algumas causas contribuíram para a mudança da percepção de tais construções, a saber: 1) a analogia entre construção com infinitivo e

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

construção com forma finita; 2) a mudança do valor das duas séries de desinências verbais número-pessoais, isto é, da série *-o -s -t -mus -tis -nt* e da série *-or -ris/re -tur -mur -mini -ntur*, e daí o desenvolvimento de dois pares de construção ativa e passiva, de que um par admitia a construção passiva pessoal, e o outro, a impessoal; 3) a confusão dos aspectos gramaticais com os lógicos. Assim, produziram-se deslocamentos sintáticos, de modo que o acusativo, que a princípio fora OD do verbo principal, fosse tratado como S do infinitivo, e daí este, que a princípio fora não oracional, fosse tratado como oracional; em outras palavras, o OD do verbo principal, que a princípio fora nome/pronome acusativo, passou a ser oração reduzida de infinitivo. Assim, na verdade, o latim consumou a criação da construção de infinitivo com sujeito de forma oblíqua (acusativo). A construção de infinitivo com sujeito de forma reta, porém, não se deu em latim, como se disse, mas em português.

História da OSS-OD reduzida de infinitivo

Tendo exposto as origens da OSS-OD reduzida de infinitivo em latim, apresento a seguir as fases subsequentes da história dessa em latim e, daí, em português.

História da OSS-OD reduzida de infinitivo em latim

A seguir, resumo e comento lições de gramáticas modernas do latim sobre a história da OSS-OD reduzida de infinitivo, as quais gramáticas costumam discriminar períodos da história do latim (arcaico, clássico, pós-clássico), bem como variações diastráticas da língua (culto, popular). No entanto, tendo ilustrado o início daquela história com exemplos tomados por mim em autores latinos, passarei em silêncio os exemplos arrolados naquelas gramáticas.

Em latim, como se disse, dois tipos de verbos constroem-se com acusativo e infinitivo, a saber: verbos transobjetivos e verbos de duplo acusativo, sendo ambas as construções atestadas no latim arcaico e também no clássico, tanto na língua culta como na popular (RIEMANN, 1942, p. 319-320, 327-336; MEILLET; VENDRYES, 1979, p. 624; JURET, 1933, p. 79-83; BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 219-224; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 321-322, 328-31; BLATT, 1952, p. 250). Verbos transobjetivos são os sensitivos (*sentire* “perceber”, *animadvertere* “advertir”, *uidere* “ver”, *audire* “ouvir”), opinativos (*putare* “considerar”, *credere* “crer”, *scire* “saber”, *ignorare* “ignorar”, *memini* “lembrar-se”, *obliuisci* “esquecer-se”), declarativos (*dicere* “dizer”, *ferre* “relatar”, *aiō* “afirmar”, *negare* “negar”, *respondere* “responder”, *fateri* “confessar”) e volitivos (*uolle* “querer”, *nolle* “não querer”, *malle* “preferir”, *cupere* “desejar”). Verbos de duplo acusativo, por sua vez, são

os causativos (*iubere* “mandar”, *vetare* “proibir”, *rogare* “rogar”, *sinere* “permitir”, *cogere* “obrigar”) e afetivos (*gaudere* “regozijar-se”, *laetari* “alegrar-se”, *dolere* “doer-se”, *queri* “lamentar”, *mirari* “admirar-se”).

Nessas construções, o acusativo foi a princípio OD do verbo principal, e o infinitivo, POD (na construção de verbo transobjetivo) ou AADV de relação (na construção de verbo de duplo acusativo), de modo que o infinitivo com o acusativo não compusessem oração (RIEMANN, 1942, p. 317-318, 332; JURET, 1933, p. 79-83, 208-209; MOORE, 2000, p. 90; BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 220; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 323; BLATT, 1952, p. 252). Com o tempo, porém, produziu-se um deslocamento sintático, que fez o acusativo estabelecer e, daí, estreitar relação formal com o infinitivo, de modo que este com aquele compusessem OSS-OD reduzida de infinitivo. Assim, a construção transobjetiva **uideo eum* [OD] | *exire* [POD] deu lugar à construção **uideo* | (*eum exire*) [OSS-OD reduzida de infinitivo]; ou ainda, a construção de duplo acusativo **iubeo eum* [OD] | *exire* [AADV de relação] deu lugar à construção **iubeo* | (*eum exire*) [OSS-OD reduzida de infinitivo] (BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 209-210; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 320; BLATT, 1952, p. 252-253).

Uma razão para tal deslocamento pode ter sido a confusão dos aspectos formais com os lógicos. Pois o acusativo, embora do ponto de vista gramatical desempenhasse a função de OD do verbo sensitivo, causativo, etc., do ponto de vista lógico todavia denotava o agente da ação expressa pelo infinitivo; daí, a relação lógica dos conceitos pode ter interferido na relação gramatical das palavras, de modo que o acusativo fosse tratado como S do infinitivo, e assim se constituísse a OSS-OD reduzida de infinitivo (JURET, 1933, p. 76, 178, 204; cf. MOORE, 2000, p. 140-141).

Outra razão pode ter sido a mudança do valor das duas séries de desinências verbais número-pessoais, isto é, da série *-o -s -t -mus -tis -nt* e da série *-or -ris/re -tur -mur -mini -ntur*, as quais deixaram de significar a oposição entre S determinado e S indeterminado (p. ex., *dicit* “alguém particular diz” vs. *dicitur* “alguém qualquer diz”), passando a significar a oposição entre verbo ativo e verbo passivo (p. ex., *dicit* “diz” vs. *dicitur* “é dito”). Tal mudança produziu duas construções passivas de verbo transobjetivo ou de duplo acusativo com infinitivo, a saber: a pessoal e a impessoal, de modo que na primeira o infinitivo se mantivesse não oracional, funcionando como PS (**is dicitur exire* “ele é dito sair”), e na segunda passasse a oracional, funcionando como núcleo de OSS-S reduzida de infinitivo (**dicitur eum exire* “é dito que ele sai”) (RIEMANN, 1942, p. 323-327; MEILLET; VENDRYES, 1979, p. 312-314, 352-353; BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 210-211; ERNOUT; THOMAS, 1953, 201, 204-206, 327-328; ERNOUT, 1974, p. 114, 122; BLATT, 1952, p. 252; cf. JURET, 1933, p. 83-85, 178). Ambas as construções são atestadas em todos

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

os períodos da história do latim, embora a pessoal se avante à impessoal no período clássico na língua culta (JURET, 1933, p. 83-85; BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 230-232; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 327-328). Mais precisamente, a construção pessoal é de regra para verbo causativo, e a impessoal, para verbo volitivo (RIEMANN, 1942, p. 333-334; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 329-331), ao passo que ambas são possíveis para verbo declarativo ou opinativo (RIEMANN, 1942, p. 324-326; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 327-328, 330; BLATT, 1952, p. 252).

Outra razão, enfim, foi a analogia entre a construção de acusativo e infinitivo e a de forma finita. Pois, se se confronta a construção de acusativo e infinitivo **eum exire iubet* “manda-o sair”, com a de acusativo e subjuntivo **eum (ut) exeat iubet* “manda-o (que) saia”, parecerá que é o infinitivo sozinho que corresponde ao subjuntivo, isto é, que o infinitivo não constitui oração com o acusativo (**eum | exire iubet = *eum | (ut) exeat iubet*); se, porém, se confronta com a de subjuntivo sozinho **(ut) exeat iubet* “manda (que) saia”, parecerá que é o infinitivo acompanhado de acusativo que corresponde ao subjuntivo, isto é, que o infinitivo constitui oração com o acusativo (**eum exire | iubet = *(ut) exeat | iubet*). Pode-se dizer que, no primeiro caso, concorreram uma com a outra a forma verbal infinitiva e a subjuntiva (RIEMANN, 1942, p. 322; MEILLET; VENDRYES, 1979, p. 650); no segundo caso, porém, a oração reduzida de infinitivo e a desenvolvida de subjuntivo (RIEMANN, 1942, p. 318-319, 343 (n. 2); BOURCIEZ, 1956, p. 23; BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II 182-183, 193; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 297-299, 301-303, 321-323, 328-329).

Em geral, a língua popular tendeu a construir verbo transobjetivo ou de duplo acusativo com oração desenvolvida de subjuntivo e também de indicativo (com as conjunções integrantes *ut, quod, quia, quoniam*), ao passo que a culta tendeu a construí-los com acusativo e infinitivo (MEILLET; VENDRYES, 1979, p. 662; BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 208; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 320-321). Em particular, a língua popular construiu verbo declarativo e opinativo com oração desenvolvida de *ut* e subjuntivo, ou de *quod* e indicativo, já a partir do período arcaico, e com oração desenvolvida de *quia/quoniam* e indicativo só a partir do período pós-clássico (RIEMANN, 1942, p. 308-309, 366, 662, cf. 496; BOURCIEZ, 1956, p. 122-123; MEILLET; VENDRYES, 1979, p. 662; BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 192; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 297-299, cf. 321); de maneira semelhante, construiu verbo causativo e volitivo com oração desenvolvida de *ut* e subjuntivo já a partir do período arcaico (RIEMANN, 1942, p. 305, 343-344; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 301-302). A língua culta, por sua vez, prendeu oração desenvolvida de *ut* e subjuntivo mais raramente a verbo causativo (RIEMANN, 1942, p. 318-319), e mais frequentemente, a verbo volitivo (RIEMANN, 1942, p. 342-345; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 301-302). Em mais de um período da história do latim, porém, tanto a língua

popular como a culta construíram verbo afetivo com oração desenvolvida de *quod/quia* e indicativo (RIEMANN, 1942, p. 365; ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 297-298, 321), e verbo causativo, que signifique pedir (*petere* “pedir”, *orare* “implorar”, *rogare* “rogar”), com oração desenvolvida de *ut* e subjuntivo (BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 221).

Cerca do séc. III d.C., o latim consumou a substituição de acusativo e infinitivo por oração desenvolvida ao lado de verbo sensitivo, causativo, etc. (GRANDGENT, 1907, p. 41, 50; MAURER JUNIOR, 1959, p. 217; VÄÄNÄNEN, 1981, p. 161-162). Mais precisamente, substituiu aqueles por estar ao lado de verbo declarativo e opinativo (BASSOLS DE CLIMENT, 1987, v. II, p. 192; MAURER JUNIOR, 1959, p. 182-183; VÄÄNÄNEN, 1981, p. 162), mas manteve aqueles ao lado de verbo sensitivo e causativo (ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 329; MAURER JUNIOR, 1959, p. 216; VÄÄNÄNEN, 1981, p. 139-140). Pode-se dizer que foi não só do uso culto, mas do popular a construção de verbo causativo e sensitivo com acusativo e infinitivo, mas unicamente do uso culto a de verbo declarativo e opinativo com estes (MAURER JUNIOR, 1959, p. 216). Nos sécs. V-VI d.C., algumas palavras interrogativas (o pronome *quid*, o advérbio *quomodo*) evoluíram para conjunção completiva, contribuindo para alargar a construção de verbo opinativo, causativo, volitivo com oração desenvolvida (BOURCIEZ, 1956, p. 278-279).

História da OSS-OD reduzida de infinitivo em português

Esse quadro do uso latino da construção de verbo sensitivo, causativo, etc. com nome/pronome e infinitivo e com oração desenvolvida manteve-se nas línguas românicas. Assim, a língua popular conservou a construção de verbo causativo, sensitivo, declarativo, opinativo, volitivo com oração desenvolvida, bem como a de causativo e sensitivo com nome/pronome e infinitivo, ao passo que a língua culta procurou introduzir a construção de verbo declarativo e opinativo com nome/pronome e infinitivo por imitação dos autores latinos. Foi o que ocorreu, em particular, no francês antigo e no provençal (BOURCIEZ, 1956, p. 374-375), no espanhol e no português (BOURCIEZ, 1956, p. 471), no italiano (BOURCIEZ, 1956, p. 541-542; cf. p. 535), mas não no romeno, em que a construção com nome/pronome e infinitivo rareou, cedendo o seu lugar à construção com oração desenvolvida (BOURCIEZ, 1956, p. 592, 599-600), nem no francês moderno, em que a construção antiga e culta de verbo declarativo e opinativo com nome/pronome e infinitivo não vingou, mantendo-se a antiga e popular com oração desenvolvida (BOURCIEZ, 1956, p. 694).

A fim de ilustrar o uso português da construção de verbo sensitivo, causativo, etc., com nome/pronome e infinitivo e também com oração desenvolvida, arrolarei a seguir

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

exemplos que tomo em nove textos mais antigos do português, a saber: *n'A demanda do Santo Graal* (elaborada no séc. XIII, transmitida em ms do séc. XV), *Os livros de linhagens* (elaborados entre 1270 e 1280 e entre 1337 e 1343, transmitidos em ms dos sécs. XV-XVI), *Livro da Montaria* de Dom João I (elaborado nos sécs. XIV-XV, transmitido em ms do séc. XVIII), *O livro da virtuosa bemeitoria* do Infante Dom Pedro (elaborado entre 1418 e 1433, transmitido em mss do séc. XV), “Primeira Parte” da *Crónica de Dom João I* de Fernão Lopes (concluída em 1443, transmitida em mss dos sécs. XV-XVI), *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (elaborada no séc. XIV, transmitida em ms do séc. XV), “Década primeira” da *Ásia* de João de Barros (editada em 1552), obras várias de Francisco de Sá de Miranda (1481? - 1558), *Os Lusíadas* de Luís de Camões (editados em 1572). Esse conjunto de textos refiro a seguir pelo termo de *corpus*.

Verbo sensitivo e causativo

Verbo sensitivo (“sentir, veer/ver, oir/ouir/ouvir”) e causativo (“fazer, mandar, ordenar, leixar, deixar, demandar, rogar, pedir”) constroem-se antes de tudo com nome e infinitivo, de modo que o nome seja OD, e o infinitivo, POD (ao lado de verbo sensitivo) ou AADV de relação (ao lado de verbo causativo). Assim, na construção de verbo sensitivo:

[*Demanda*] ca tam taste que sintio dormir Tristam (fl 123 b, 372, p. 282); virom todo o ceu escurecer (fl 147 c, 445, p. 332); ouvirom viir ãũ cavallo rinchando (fl 122 c, 370, p. 280)

[*Os livros de linhagens*] e virom viir mill de cauallo (IV, 21, *PMH*, p. 279); ouuyo cantar [...] huuma molher (IV, 9, *PMH*, p. 258)

[*Livro da montaria*] quando ueem sacudir algũa besta (I, 14, p. 79); quando assi ouuir uir a ladradura contra si (II, 12, p. 292)

[*O livro da virtuosa bemeitoria*] e [...] uyo huũ Caualeyro dos persyanos, uÿr com grande ardimento (II, 19, p. 99)

[*Crónica de D. João I*] e viu ainda jazer o Conde morto (X, p. 77); que não ouço já agora murmurar as gentes tanto dos feitos da Rainha, nem falar em isto como soíam (IV, p. 27)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] vio a alma de sam Framçisco sobir aos çeeos (p. 25); ouvindo a madre dizer que [...] (p. 250)

[*Ásia*] tanto q[ue] vio correr a gente contra a praia (III, 2)

[Sá de Miranda] Eu vejo vir o gram Cão (Poesias bucólicas, v. I, p. 276)

[*Os Lusíadas*] Se sentem por ventura vir pessoa (II 27, 3); Vio [...] / Nacerem duas claras & altas fontes (IV 69, 7-8); Que eu ouço retumbar a gram tormenta (X 32, 5);

assim também, na construção de verbo causativo:

[*Demanda*] e fizeram soar ãũ corno (fl 142 b, 427, p. 321); e leixade dormir o cavaleiro (fl 71 d, 198, p. 158)

[*Os livros de linhagens*] Mandou alcarac Reis e Infantes e outros altos homees acometer os cristaãos (III, 21, *PMH*, p. 186)

[*Livro da montaria*] e entom faz elle [...] todallas cousas e tempos seerem quentes (I, 18, p. 131); deixar o caualo ir correndo (III, 7, p. 347); e leixe andar o alaão nouo com a porca (I, 13, p. 72)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] q[ue] o nosso senhor faz nacer o sol sobre os boões, e sobre os maaos (II, 14, p. 77); que manda cada huũ amar sua molher como sy meesmo (II, 19, p. 100)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] E emtomçe seu marido fez logo viir a ella dous fraires menores (p. 17); por que leixarom apagar em sy o lume da goarda da regra (p. 234)

[*Ásia*] em os quaes Affonso Gonçalvez mandou caualgar dous moços (I, 5); com a muita humidade debaixo q[ue] não deixa sair a semente acima (III, 8)

[Sá de Miranda] deixa ir diante os mais velhos (*Poesias bucólicas*, v. I, p. 153)

[*Os Lusíadas*] Os Deoses faz decer ao vil terreno, / E os humanos subir ao ceo sereno (IX 20, 7-8); Mandaua estar quieto, & ancorado, / Nagoa o batel ligeiro [...] (II 107, 5-6); [...] que a justa Nemesis ordene / Ter teu sogro de ti victoria dina (III 71, 3-4); [...] deixando o gado / Maritimo pacer pella agoa amara (VI 20, 5-6).

Se em lugar do nome se põe pronome pessoal, este apresenta forma oblíqua. Assim, na construção de verbo sensitivo:

[*Demanda*] Quando Boorz os viu sair do castelo [...] (fl 167 c, 628, p. 389); Quando Galaaz os ouviu assi falar (fl 138 a, 414, p. 312)

[*Os livros de linhagens*] e uironna andar antre os mouros (III, 21, *PMH*, p. 187)

[*Livro da montaria*] e os outros que o uirom assi cospir (I, 14, p. 79)

[*Crónica de D. João I*] quando os assim viu entrar (X, p. 72)

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] porque damtes o virom entrar em na cozinha e çarrar a porta (p. 151)

[*Ásia*] O qual tanto que [...] os vio correr contra si (I, 6)

[Sá de Miranda] vê-lo ir, vê-lo tornar / vê-lo cantar e gemer (Cartas, v. II, p. 71); ouvi-la por aí gabar de fermosa (Comédias, v. II, p. 168);

do mesmo modo, na construção de verbo causativo:

[*Demanda*] Mandade-o alongar daqui (fl 130 c, 390, p. 297); E fizeram-no decer (fl 159 d, 483, p. 358); e leixou-o ali jazer ante ùa fonte (fl 47 c, 143, p. 113)

[*Os livros de linhagens*] e fezeo sobir em hum padrão (II, 20, *PMH*, p. 181)

[*Livro da montaria*] logo a faz parecer seca (I, 17, p. 109); em que os mandam estar (I, 29, p. 204); ca mais ual deixallo ir em pos o porco (I, 14, p. 88); se os Deus leixasse uir (I, 8, p. 46)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] que a graça spiritual [...] faze-a seer de mayor perfeçom (II, 16, p. 85); que os nom leixa assesegar (VI, 7, p. 285)

[*Crónica de D. João I*] que o fêz logo sair da câmara (III, p. 23); Então a leixaram assim jazer na Praça (XXVIII, p. 179)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] e feze-o sobir ho muro (p. 146); o senhor papa [...] mandou-oos calar (p. 30); [...] que o nom leixava folgar nem dormir (p. 67)

[*Ásia*] E porque hum daquelles Mouros [...] o fez la ir [...] (I, 8); que o não leixaua descansar em outra cousa (I, 4); porque o espirito o não deixaua assossegar nestas (I, 10)

[Sá de Miranda] fá-las ir crescendo a mágoa (Cartas, v. II, p. 98); Deixa-o dormir [...] (Poesias bucólicas, v. I, p. 244)

[*Os Lusíadas*] [...] a cobiça [...] / [...] / O faz obedecer, & ter respeyto (VIII 77, 1-3); Auante mais passar o nam deixaram (V 36, 3).

A construção de verbo sensitivo ou causativo com nome e infinitivo pode explicar-se pela comparação entre construções. P. ex., na *Demanda*, o verbo sensitivo “veer” pode construir-se transobjetivamente, de modo que na posição de POD admita tanto forma nominal, que pode ser adjetivo (“espessa”): “u a viu mais espessa” (fl 158 c, 478, p. 353), como forma nominal do verbo, que pode ser participio (“armados”): “viu [...] Boorz e Lionel armados” (fl 2 c, 7, p. 23), ou infinitivo (“vïir”): “entom virom vïir contra si três cavaleiros armados” (fl 142 a, 427, p. 321), e na posição de OD admita nome, como nos dois últimos

exemplos (“viu Boorz e Lionel”, “virom cavaleiros”), ou pronome, como no primeiro (“a viu”). De fato, da comparação entre as construções: 1) viu a | mais espêssa; 2) viu Boorz e Lionel | armados; 3) virom cavaleiros | viir; pode-se inferir que o “cavaleiros” da terceira está para o OD das duas primeiras (“a”, “Boorz e Lionel”), assim como o “viir” daquela está para o POD destas (“mais espêssa”, “armados”). Assim, o nome “cavaleiros” não é sujeito do infinitivo “viir”, de modo que este com aquele não compõem oração. Por isso, aliás, como se disse, se em lugar do nome se emprega pronome pessoal, a forma deste é oblíqua, porque esta é adequada ao OD (do verbo sensitivo), e não ao S (do infinitivo); p. ex., na construção “ca o virom entrar pola porta grande” (fl 5 b, 16, p. 29), o pronome oblíquo “o” está para o verbo sensitivo “virom”, assim como naquela o nome “cavaleiros” está para o mesmo verbo, isto é, ambos como OD do verbo sensitivo, e não como S do infinitivo.

Demais, a construção de verbo sensitivo ou causativo com nome e infinitivo pode-se explicar pela ligação entre construções. P. ex., neste passo da *Ásia*: “Nuno Tristão quãdo vio as almadias juntas & cõ sua chegada se apartarem hũas pera hũa parte & outras pera outra” (I, 4), João de Barros constrói o verbo sensitivo “vio” ao mesmo tempo com o infinitivo “se apartarem” e o adjetivo “juntas”, ligando aquele a este por coordenação. Ora, se o infinitivo se coordena ao adjetivo, e este é POD (“vio juntas”), então aquele deve ser igualmente POD (“vio se apartarem”), ao passo que o nome “almadias” é OD (“vio as almadias”).

Essa explicação, por sua vez, serve para aclarar a construção passiva de verbo sensitivo e causativo com nome e infinitivo, a chamada construção passiva pessoal. Pois, se na voz ativa o nome é OD, e o infinitivo, POD (ao lado de verbo sensitivo) ou AADV de relação (ao lado de verbo causativo), na voz passiva aquele passa a S, e este passa a PS (ao lado de verbo sensitivo) ou mantém-se AADV de relação (ao lado de verbo causativo). Assim, na construção de verbo sensitivo: “como o dito frey Reynaldo emfermasse e fosse visto seer chegado aa morte” (*Crónica da Ordem dos Frades Menores*, p. 76); “Nam sam vistos [...] / [...] / Outros doze sair [...]” (*Os Lusíadas*, VI 60, 4-6); do mesmo modo, na construção de verbo causativo: “que cavalleiros andantes fossem demandados de dar sua bençom” (*Demanda*, fl 66 c, 184, p. 149); “segundo logo erão mandadas pouoar” (*Ásia*, III, 11). De fato, da voz ativa: “vissem o dito frei Reinaldo ser chegado”, “não vêem outros doze sair”, “demandassem cavaleiros andantes de dar”, “mandavam[-nas] povoar [= ser povoadas]”, tira-se a voz passiva: “o dito frei Reinaldo fosse visto ser chegado”, “outros doze não são vistos sair”, “cavaleiros andantes fossem demandados de dar”, “[elas] eram mandadas povoar [= ser povoadas]”.

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

Demais, a construção passiva pessoal pode-se ver à luz da comparação entre construções. P. ex., n' *Os Lusíadas*, a forma passiva do verbo sensitivo “ver” constrói-se com participio (“chegados”): “la se viã chegados junto aa terra” (VII 1, 1), bem como com infinitivo (“feruer”): “Vião se em derredor feruer as prayas” (II 93, 1). Ora, se o infinitivo “feruer” está para a forma passiva “vião se” (isto é, “eram vistas”) assim como o participio “chegados” está para a mesma forma “se viã” (isto é, “eram vistos”), e se este desempenha a função sintática de PS, é forçoso concluir que aquele desempenha a mesma função sintática. Enfim, note-se que tal construção não ocorre em todos os textos do *corpus*, ocorrendo poucas vezes naqueles em que é empregada.

Verbo sensitivo e causativo constroem-se ademais com oração desenvolvida. Esta, porém, pode ocupar o lugar do infinitivo unicamente ou do nome e infinitivo conjuntamente; em outras palavras, em vez da construção de nome e infinitivo: “sente alguém entrar”, “manda alguém entrar”, emprega-se lá a de nome e oração desenvolvida: “sente alguém que entra”, “manda alguém que entre”, e aqui, a de oração desenvolvida sozinha: “sente que alguém entra”, “manda que alguém entre”. Note-se, porém, que ambas as construções são menos frequentes que a de nome e infinitivo no *corpus*, sendo a de nome e oração desenvolvida ainda menos frequente que a de oração desenvolvida sozinha. Assim, são menos frequentes os exemplos desta ao lado de verbo sensitivo:

[*Demanda*] E quando a rainha vio, ca el rei levava Gallaaz pela mão ao pedram (fl 6 c, 202, 19, p. 32); E quando Morderet oíu que aquele [...] havia nome Galaaz (fl 161 d, 491, p. 365)

[*Os livros de linhagens*] e logo en si sentiron que a graça de deus era com eles (III, 21, *PMH*, p. 187); Os mouros uiom que seu feito ya pera mal de todo (III, 21, *PMH*, p. 187); Os irmãos quamdo ouuirom que Sterpiadoz era morto prouguelhes muito (IV, 2, *PMH*, p. 240)

[*Livro da montaria*] ca [...] ueedes, que muytos nom am estas manhas (I, 2, p. 13-14)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] E sse [...] sentir que tall benefiçio he conuenhael (IV, 7, p. 213); e quando uee que a querem catiuar (VI, 6, p. 282)

[*Crónica de D. João I*] sentiu que era descoberto (XXXVII, p. 229); e quando viu que não havia em êle outro remédio (III, p. 23)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] e vio que eram ja apartados os boos dos maaos (p. 106); e ouvyo que aquelle fraire leigo disputava sotilmente com o fraire creligo (p. 164)

[*Ásia*] Quando elle vio que o retinhão (IV, 10)

[Sá de Miranda] Ora vistes que também trouxe a língua (Comédias, v. II, p. 124)

[*Os Lusíadas*] [...] não sentir, que he perda grãde & rara (IV 29, 7); [...] de ver que a dama o manda (VI 90, 7); Ouuido tinha aos Fados que viria / Hũa gente fortíssima de Hespanha (I 31, 1-2);

e ao lado de verbo causativo:

[*Os livros de linhagens*] que eu mandei que uos guardasem (III, 21, *PMH*, p. 188)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] faz que seia merecedor de mayor benefiçio (IV, 4, p. 202)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] Este geeral frey Aymam fez que os leigos nom fossem avilles aos ofiços da Ordem (p. 59)

[*Ásia*] Ioão de Castilha [...] fez [...] que [...] fizessem algũa preza (I, 11)

[*Os Lusíadas*] Ou fazendo que [...] / A vista vossa tema o monte Atlante (X 156, 1-2).

São ainda menos frequentes, por sua vez, os exemplos de nome e oração desenvolvida ao lado de verbo sensitivo: “quando a sentio que era bõa” (*Livro da montaria*, I, 3, p. 19), e ao lado de verbo causativo: “e rogou o arcibispo e Bliobleris que [...] que o levassem aa Joiosa Guarda” (*Demanda*, fl 198 b, 706, p. 506); “E tanto o rogarom [...] que decesse” (*Demanda*, fl 130 a, 389, p. 296); “E estonce os rrogou que lhes dissessem” (*O livro da virtuosa bemfeitoria*, II, 33, p. 153); “Cornelio moço os faz, que [...] / [...] jurem [...]” (*Os Lusíadas*, IV 20, 5-6). Como se vê nos exemplos, aliás, se em lugar do nome se põe pronome pessoal, este apresenta forma oblíqua (“o rogarom que”, “os rogou que”, “os faz que”), o mesmo que ocorre na construção de verbo sensitivo e causativo com pronome pessoal e infinitivo. Assim, a esta construção (com nome e infinitivo): “sente-o partir”, “manda-o partir”, corresponde aquela (com nome e oração desenvolvida): “sente-o que parte”, “manda-o que parta”.

Assim como na voz ativa, também na voz passiva, a construção com nome e infinitivo e a construção com nome e oração desenvolvida comportam-se do mesmo modo, na medida em que ambas admitem o torneio passivo pessoal. De fato, assim como da voz ativa da construção com nome e infinitivo “manda alguém entrar”, se tira a passiva “alguém é mandado entrar”, assim também da voz ativa da construção com nome e oração desenvolvida “manda alguém que entre”, se tira a passiva “alguém é mandado que entre”. Note-se, porém, que tal construção é excepcional no *corpus*; ocorre, p. ex., neste passo

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

da *Demanda*: “Muito foi i rogado Paramades e de muitos que fosse cristaão” (fl 159 b, 479, p. 356); e neste da *Crónica da Ordem dos Frades Menores*: “rogado de huum nobre senhor que lhe emviasse dous fraires” (p. 127).

Até aqui, pode-se dizer que o português conservou o uso latino da construção de verbo sensitivo e causativo com nome e infinitivo, bem como com nome e oração desenvolvida e com oração desenvolvida sozinha. Às vezes, porém, o português afastou-se do uso latino. Pois, se em latim o nome apresenta em regra a forma acusativa, em português o nome pode ser não só não preposicionado, o que corresponde à forma acusativa do latim, mas também preposicionado, o que corresponde à dativa. Note-se, porém, que a construção com nome preposicionado se restringe a verbo causativo no *corpus*. Assim, na construção com nome preposicionado e infinitivo:

[*Demanda*] que leixedes aa donzela dar o que lhe demandamos (fl 145 d, 438, p. 328)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] E assy a declaraçom nom comprida faz ao entendimento soffrer padecimento penoso (I, 10, p. 22)

[*Crónica de D. João I*] se o dom da formosura [...] fêz a algumas ganhar perpetual nome (XII, p. 85)

[*Ásia*] aos quaes deixou hir em paz (VI, 5)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] que nom leixase ao diabo usar de sua crueldade em elle (p. 209)

[*Sá de Miranda*] que eu lhes mandei a todos que falassem Português (Comédias, v. II, p. 124);

do mesmo modo, na construção com nome preposicionado e oração desenvolvida:

[*Demanda*] e rogou ao irmitam que lhi cantasse missa (fl 168 d, 535, p. 394)

[*Livro da montaria*] E porem rogamos a todollos monteiros [...] que glossem sobre ello (I, 17, p. 117)

[*Crónica de D. João I*] Mandou ao seu escrivão da Puridade que fizesse uma carta para o Mestre de Avis (III, p. 21); porque [...] pediu por mercê a El-rei que tomasse Nun'Álvares por seu morador (XXI, p. 136)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] mandando a todollos fraires que nom na tevesse nehum (p. 248); que eu roguey ao Senhor que me revelase a morte quinze dias

antes (p. 39); O qual [...] demandava ao Senhor que lhe fosse demonstrada a carreira da salvação (p. 47)

[*Ásia*] elRey dom Manuel mandou ao mesmo Bartholomeu Diaz que teuesse cuidado (IV, 1); pedio ao Infante que ouuesse por bem ir elle em companhia de Antão Gonçalvez (I, 7)

[*Os Lusíadas*] Ao capitão pedia, que lhe dè, / Mostra das fortes armas [...] (I 63, 6-7).

Se em lugar do nome se põe pronome pessoal, este apresenta forma oblíqua, que pode ser não só a forma “o(s) a(s)”, que corresponde a nome não preposicionado, mas também a forma “lhe(s)”, que corresponde a nome preposicionado, tanto ao lado de infinitivo:

[*Os livros de linhagens*] E o conde mandoulhi cada dia roubar e filhar o que eles auiam mester e queimar a terra (III, 22, *PMH*, p. 193)

[*Livro da montaria*] fazlhes lembrar os feitos das armas (I, 2, p. 14); que lhe Deus mandou fazer (I, 5, p. 35)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] sem cuidado do que lhe mandarom fazer (I, 11, p. 25)

[*Crónica de D. João I*] E estas mudanças lhe fêz fazer a necessidade das guerras (XXX, p. 189)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] E elle mandou-lhes emtrar em aquela camara (p. 157)

[*Ásia*] com tempos que lhe não deixauão fazer caminho (III, 4)

[*Os Lusíadas*] Agora lhe nam deixa ter defesa (III 69, 7);

como ao lado de oração desenvolvida:

[*Demanda*] e rogou-lhi que o fizesse cavaleiro (fl 167 d, 529, p. 389)

[*Os livros de linhagens*] E elrey Ramiro lhe pedio que fizesse hi estar a rrainha (IV, 21, *PMH*, p. 276)

[*Livro da montaria*] que Deus lhe mandaua que [...] escolhesse de tres cousas hũa (I, 4, p. 29); rogamoslhes que [...] que leam primeiramente este prologo (p. 1)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] porque ella lhes manda que sse aiudem antre sy (II, 11, p. 68-9); peço a uós [...] que me façaes poderoso agradeçedor (VI, 11, p. 300)

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

[*Crónica de D. João I*] o comum povo livre [...] lhe pediram por mercê que se chamasse Regedor e Defensor dos Reinos (XVIII, p. 118)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] e mandou-lhe que aparelhase as vestiduras da religiom (p. 49); e rogarom-lhe que elle e os outros fraires que rogase[m] ao Senhor que lhes desse chuva (p. 4); e demandade-lhe [...] que emtre em na vosa religiom (p. 13)

[*Ásia*] onde lhe elle mandaua q[ue] os leuassem (IV, 8); lhe pedia que ouuesse por bem que elle fizesse este recolhimento (III, 1)

[*Os Lusíadas*] Que [...] lhe rogaua / Que o leue aa terra [...] (I 98, 7-8).

É difícil saber se, nessas construções, o nome preposicionado e a forma pronominal “lhe(s)” têm a mesma função sintática que o nome não preposicionado e a forma oblíqua “o(s) a(s)”, ou se aqueles desempenham a função de OI, e estes, a de OD. Em favor da primeira hipótese, pode-se apresentar este exemplo: “lhes faz tomar outra manha muy maa, ca [...] os faz seer apartadiços” (*Livro da montaria*, I, 7, p. 41), em que o verbo “faz” parece indiferentemente admitir como OD a forma “lhes” e a forma “os”. Em favor da segunda hipótese, porém, pode-se aduzir este outro exemplo: “e foi-lhe mandado [...] que descubrise [...]” (*Crónica da Ordem dos Frades Menores*, p. 96), em que a forma “lhe” não pode ser OD, senão OI do verbo “foi mandado”, já que este é forma passiva. Ora, de acordo com a primeira hipótese, o infinitivo desempenharia a função de AADV de relação; de acordo com a segunda, porém, a de OD. Seja como for, a oscilação da construção entre as duas formas oblíquas é comum a outros verbos, p. ex., ao verbo “preguntar”, que na *Demanda* se constrói tanto com a forma “o(s) a(s)”: “preguntou-os se sabiam [...]” (fl 138 b, 414, p. 312), como com a forma “lhe(s)”: “e preguntou-lhi unde vïia” (fl 197 d, 702, p. 503).

Verbo opinativo e declarativo

Verbo opinativo (“entender, saber, creer/crer, pensar, cuidar, esmar/estimar”) e declarativo (“dizer, declarar, afirmar, prometer, jurar”) constroem-se com nome e infinitivo, de modo que aquele seja S deste, e daí ambos componham OSS-OD reduzida de infinitivo. Assim, na construção de verbo opinativo:

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] entende[nd]o seer verdadeira atall interpretaçom (p. 226); por que sábiã Jesu Christo seer defendedor dos seus pobres (p. 181-2); creendo seer sonho o que avia visto [...] (p. 184); conheçemdo manifestamente os fraires seerem samtos (p. 71); en tall maneira que pensavam nom seer leixado algum ygual delle aa igreja de Deus (p. 244)

[*Ásia*] as quaes sabia procederem maes dos officiaes delRey (V, 5); per os quaes entendeo [sc. pôuos] terem Rey mui poderoso (III, 3)

[*Os Lusíadas*] O gram progenitor dos Reis primeiros, / Nos Vngaro o fazemos, porem nado / Crem ser em Lotharingia os estrangeiros (VIII 9, 2-4);

do mesmo modo, na construção de verbo declarativo:

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] e declarou serem vãs e nehãs as ditas semtemças (p. 31); como muitos [...] negasem o bem aventurado sam Francisco aveer recebido as samtas chagas (p. 25); E os monges proposerom [...] seer mayor estreitura a sua Hordem que a Ordem dos fraires menores (p. 196)

[*Ásia*] pera auer o que dizia terem perdido os Portugueses no aleuantamento passado (VI, 5); q[ue] os maes dos pilotos se affirmauão ser algũa grande ilha (V, 2)

[*Os Lusíadas*] Dizendo ser sua filha herdeira della (IV 6, 8); E [sc. o moço] descobre seu pay ser homicida (X 115, 8); [...] que vem representando / Cair o ceo dos exos sobre a terra, / Consigo os elementos terem guerra (VI 84, 6-8).

Note-se, porém, uma grande diferença entre o português e o latim. Pois em português, se em lugar do nome que é S do infinitivo se põe pronome pessoal, este apresenta forma reta, e não, como em latim, oblíqua. Assim, na construção de verbo opinativo: “e creemdo verdadeiramente elle seer Jesu Christo” (*Crónica da Ordem dos Frades Menores*, p. 66); “tanto que [...] souberão ser elle acolhido pera o palmar” (*Ásia*, VIII, 8); do mesmo modo, na construção de verbo declarativo: “e afirmase firmemente seer el huum nembro della” (*Crónica da Ordem dos Frades Menores*, p. 23). A forma reta do pronome pessoal é o sinal de que aquele é, como se disse, S do infinitivo, que daí é núcleo de OSS-OD reduzida de infinitivo. Por isso, aliás, cabe aqui falar propriamente em oração reduzida de infinitivo, e não em nome e infinitivo. Note-se, porém, que a construção com oração infinitiva é excepcional no *corpus*, ou melhor, não ocorre em todos os textos, ocorrendo muito raramente naqueles em que é empregada.

Por isso também, ao lado de verbo opinativo e declarativo, a oração desenvolvida não se emprega em lugar do infinitivo unicamente, mas em lugar do nome e infinitivo conjuntamente, porque estes, como se disse, compõem um par, isto é, constituem oração, que é a OSS-OD reduzida de infinitivo. Assim, ao lado de verbo opinativo:

[*Demanda*] e [...] entenderam que o conocia (fl 171 b, 548, p. 403); E eu sei bem que vós sodes o melhor cavaleiro do mundo (fl 168 d, 535, p. 394); Certas, eu creo bem que é o melhor cavaleiro do mundo (fl 154 c-d, 468, p. 346); Quando Boorz conheceu

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

que aquele era Lionel (fl 62 d, 176, p. 141); e pensei que me penduraria naquela trave que vós ali veedes (fl 67 d, 189, p. 151); Bem cuido que som bõos (fl 161 b, 490, p. 364); Entom esmou [...] que este era o mui boo cavaleiro (fl 125 b, 378, p. 286)

[*Os livros de linhagens*] Alcarac sabe que as costulações do ceo se mudam muy toste (III, 21, *PMH*, p. 188); e muytos pensaron que deos mostraua esto aos christãos (III, 21, *PMH*, p. 185); depois que entendeu que a az do coral era em saluo (III, 21, *PMH*, p. 188); em tal guiza que cuidassem que erão ramos (II, *PMH*, p. 180)

[*Livro da montaria*] porque Deus sabia [...] que elle auia de ser homem (“Prólogo”, p. 2); e os outros [...] pensaron que o fazia por algum bem (I, 14, p. 79); quando entende que o ueado uay ferido (I, 30, p. 220); porque creemos que igualmente todos as sabem (III, 3, p. 334); nem cuidamos que nunca lhe poderia uir em coração (I, 7, p. 42); conhece que o porco lhe sabe polla armada (III, 6, p. 342)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] Bem sabem todos que a uirtude a nenhuũ se esconde (II, 11, p. 68); entendeu que a sua uida era ia pouca (III, 5, p. 167); E quando achou que uiuera ouciosso (IV, 4, p. 202); notemos que cada hũa cousa deue seer amada em seu certo graao (II, 19, p. 100); creio porende que uós sentirees prazer (p. 3); em cousas que alguũ conhece que lhe som compridoyras (I, 8, p. 37)

[*Crónica de D. João I*] E [...] entendeu que a melhor e mais segura [...] era partir-se daquela cidade (XII, p. 88); o qual êle sabia que era bom cavaleiro (IV, p. 26); O Bispo [...] bem cuidou que não era feito leve (IX, p. 64)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] o quall [...] emtendeo que avia de levantar-se comtra a dita arvor torbelino e tempestade (p. 97); sabe que eu venho a ti pera que [...] (p. 66); creeo que elles ouverom sãao emtendimento (p. 269); conheço que o angeo do Senhor lhe avia ministrado em na misa (p. 105); empero pensou que aquell fraire [...] nom averia mester taaes ajudas (p. 132)

[*Ásia*] Dom Lourenço [...] emtendeo que aquella diuia ser a capitaina (X, 4); & quando soube que Vasco da Gãma não era ainda chegado (IV, 11); creio q[ue] tudo isto procedia da bõdade de Deos (VI, 6); a qual doença vierão depois conhecer que proçedia das carnes (IV, 4)

[Sá de Miranda] bem sei que há muitos juízes (Poesias bucólicas, v. I, p. 145); e cuidoo que me julgam mal (Sonetos, v. I, p. 286); crer que é tudo um vento (Sonetos, v. I, p. 292)

[*Os Lusíadas*] E bem crè que com elle tudo acabe (VI 90, 4); Que qualquer dellas cuida que he milhor (III 18, 8); E tambem sey que tem determinado, / De vir por agoa a

terra [...], / O Capitão [...] (I 80, 1-3); [...] porque [...] entende / Que ha de ser celebrada a clara Dea (I 34, 2-3); [...] conhecendo / Que esqueceram seus feitos no Oriente (I 30, 6-7);

do mesmo modo, ao lado de verbo declarativo:

[*Demanda*] eu vos digo que ele é o melhor cavaleiro do mundo (fl 151 d, 459, p. 340); e afirmava que haveria má andança de morte (fl 111 b, 334, p. 256); prometo a Deus que sempre as traga (fl 169 c, 538, p. 397); E jurava ca nunca tam mau cavaleiro trouxera armas (fl 162 d, 496, p. 369)

[*Os livros de linhagens*] E os caualeiros disserom que aquela era a uerdade (III, 21, *PMH*, p. 189); se lhe prometesse que numca sse santificasse (IV, 9, *PMH*, p. 259); ella respondeu qua não era hi ninguem (II, *PMH*, p. 180)

[*Livro da montaria*] e diz que o comerom os seus cãaes (I, 7, p. 44)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] E disserom que a segunda parte era obra de natureza (IV, 1, p. 195); de o nosso senhor deos [...] prometer [...] que da sua geeraçom naceria aquell (II, 6, p. 57)

[*Crónica de D. João I*] digo-vos que não haveis mester ouro nem prata (XXXII, p. 200); Mas eu prometo a Deus que me vá de manhã a S. Francisco (VIII, p. 52); mas em verdade vos juro, que [...] eu seria contra êle (XXXIX, p. 242)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] e diz que [...] que logo ganharom graça de chuva avondosa (p. 4); afirmando que nom estavam em estado dos que se am de salvar (p. 85)

[*Ásia*] disse q[ue] elle podia mandar [...] o q[ue] quisesse (IV, 8); & outras vezes afirmâuam que era terra (I, 3); declarãdolhe q[ue] este impeto de tanta furia [...] maes procedia da perda de suas rendas (VIII, 2); promettêdolhe que [...] os acharia apercebidos de ouro (I, 13)

[Sá de Miranda] ou digo que os quisera mais singelos (Poesias bucólicas, v. I, p. 236); Afirmaste que era aquele o meu anel? (Comédias, v. II, p. 248); Prometo-te que eu te agaldoe (Comédias, v. II, p. 174); jurou que não bebera (Sonetos, v. I, p. 289)

[*Os Lusíadas*] Dizem, que [...] / [...] o seu mar se corta & fende (V 77, 3-4); [...] jurem, que as Romanas / Armas, nam deixarã [...] (IV 20, 6-7); E [...] / Prometote que fama eterna tenhas (X 56, 3-4).

A equivalência entre a construção com oração reduzida de infinitivo e a construção com oração desenvolvida vê-se, p. ex., deste passo da *Crónica da Ordem dos Frades*

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

Menores: “Antes creeria eu aquella arvor pasar-se ella meesma a esta parte do rio que nom creer que Deus tanto me leixasse em aquestes males” (p. 18), em que uma forma de verbo opinativo (“creeria”) se constrói com oração reduzida de infinitivo (“aquella arvor pasar-se”), assim como outra de mesmo verbo (“creer”) se subordina àquela construindo-se com oração desenvolvida de subjuntivo (“que Deus me leixasse”); ou ainda, deste outro passo: “E, como elle disesse que ja era estabelecida [sc. aquella religiom] e afirmase firmemente seer el huum membro della” (p. 23), em que o verbo declarativo “disesse” se constrói com oração desenvolvida de indicativo (“que [sc. aquella religiom] era estabelecida”), assim como o verbo declarativo “afirmase” se coordena àquela construindo-se com oração reduzida de infinitivo (“seer el huum membro della”).

Enfim, note-se que a construção com oração desenvolvida é a norma no *corpus*, ao passo que a construção com oração reduzida de infinitivo é, como se disse, a exceção.

Verbo volitivo

Verbo volitivo (“querer”) admite exclusivamente oração desenvolvida no *corpus*:

[*Demanda*] e quer que i aportemos (fl 141 d, 426, p. 320)

[*Os livros de linhagens*] ca nom queremos que aqui moirades (III, 21, *PMH*, p. 188)

[*O livro da virtuosa bemfeitoria*] antes eu quero que a terra seia enuergonhada do meu desterro (V, 7, p. 239)

[*Crónica de D. João I*] Mas todavia quero que vos paguem bem (XXIII, p. 149)

[*Crónica da Ordem dos Frades Menores*] Eu quero que me digas onde está (p. 20)

[*Ásia*] & querem q[ue] toda a honra e trabalho delle lhe seja dada (I, 3)

[*Sá de Miranda*] [...] fortes amos / querem que os adoremos (Poesias bucólicas, v. I, p. 150)

[*Os Lusíadas*] [...] o fado quer que venhas / A mandar [...] (X 56, 6-7).

Conclusão

Assim ilustrado com textos extraídos do *corpus*, pode-se agora comparar o uso português com o latino da construção de verbo sensitivo, causativo, etc., com nome/pronome e infinitivo e com oração desenvolvida, a fim de se entrever o modo como construções de uma língua passaram à outra.

Em latim, a princípio, a construção de verbo transobjetivo ou de duplo acusativo com nome/pronome e infinitivo não produziu OSS-OD reduzida de infinitivo, porque o nome/pronome desempenhava a função de OD, e o infinitivo a de POD ou AADV de relação; posteriormente, porém, a percepção da construção mudou, de modo que o nome/pronome fosse tratado como S do infinitivo, e este como núcleo de OSS-OD reduzida de infinitivo. Em português, por sua vez, os exemplos tomados no *corpus* permitem observar que ora se conservou a construção latina original (cujos termos não se constituíam em OSS-OD reduzida de infinitivo), ora a posterior (cujos termos se constituíam naquela oração). Mais precisamente, a construção latina original ainda vive no *corpus* com verbo sensitivo ou causativo, na medida em que, do ponto de vista sintático, o nome/pronome e o infinitivo não compõem OSS-OD reduzida de infinitivo, sendo aquele OD, e este POD ou AADV de relação, e, do ponto de vista morfológico, o nome/pronome, quando se flexiona em caso (isto é, quando é pronome pessoal), apresenta forma oblíqua. A construção latina posterior, por sua vez, segue em vigor no *corpus* com verbo opinativo ou declarativo, uma vez que, do ponto de vista sintático, o nome/pronome e o infinitivo compõem OSS-OD reduzida de infinitivo; chega alterada, porém, ao *corpus*, na medida em que, do ponto de vista morfológico, o nome/pronome, quando tem flexão de caso (isto é, quando é pronome pessoal), apresenta forma reta.

Assim, se se contempla o uso português à luz do latino, tem-se uma explicação. Pois vê-se que os dois modos de construir verbo com nome/pronome e infinitivo presentes no *corpus* são herança sintática latina; ou melhor, que no *corpus* se distinguem duas construções de verbo com nome/pronome e infinitivo porque em latim uma primeira maneira de perceber a construção foi revista, redundando disso uma segunda. Em outras palavras, as duas construções presentes no *corpus* remontam a dois momentos distintos do processo de mudança da percepção da construção de verbo com nome/pronome e infinitivo que se deu em latim.

Se, porém, se contempla ao invés o uso latino à luz do português, pode-se fazer uma conjectura. Ora, os dois modos de construir verbo com nome/pronome e infinitivo ocorrem diversamente no *corpus*; ou melhor, a construção latina original perdura com verbo sensitivo e causativo, e a posterior com opinativo e declarativo. Ora, pode-se supor que essa diferença seja igualmente herança sintática latina; ou melhor, que já em latim as duas construções se distribuíssem diversamente entre as classes de verbos. A construção posterior, porém, proveio do processo de mudança da percepção da construção de verbo com nome/pronome e infinitivo. Logo, pode-se supor, ademais, que em latim tal processo se desenrolou de maneira desigual, isto é, de maneira que fosse consumado com verbo opinativo e declarativo, mas não com verbo sensitivo e causativo. Em outras

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

palavras, tal processo culminou com a criação da OSS-OD reduzida de infinitivo lá, mas não aqui.

Quanto à forma do nome/pronome, por sua vez, que foi oblíqua em latim, mas é ora oblíqua ora reta no *corpus* – bem entendido, quando aquele é pronome pessoal –, nota-se, antes de tudo, que ela é oblíqua ao lado de verbo sensitivo ou causativo, em que o nome/pronome é OD, e é reta ao lado de verbo opinativo ou declarativo, em que o nome/pronome é S de infinitivo, isto é, em que estes compõem OSS-OD reduzida de infinitivo. Ora, de acordo com a conjectura anterior, o latim completou o processo de mudança da percepção da construção de verbo com nome/pronome e infinitivo ao lado de verbo opinativo ou declarativo, mas não de sensitivo ou causativo. Assim, não espanta que tanto em latim a forma do nome/pronome seja acusativa, como no *corpus* a forma do pronome pessoal seja oblíqua ao lado de verbo sensitivo ou causativo. Chama a atenção, porém, que em latim a forma do nome/pronome seja acusativa ao lado de verbo opinativo ou declarativo. Pois, se em latim o nome/pronome passou a ser tratado como S do infinitivo, e se o caso próprio do sujeito é, não o acusativo, mas o nominativo, a construção podia ser revista ao longo do tempo; ou melhor, o caso do nome/pronome podia ser, digamos, corrigido à luz da nova percepção da construção de verbo opinativo ou declarativo. É difícil saber se tal correção foi implementada em algum momento da história do latim tardio, se em algum momento da história do português antigo, mas é fato que chega pronta ao *corpus*.

Em suma, se o latim efetuou a criação da OSS-OD reduzida de infinitivo ao lado de verbo opinativo ou declarativo, mas não de sensitivo ou causativo, o *corpus*, todavia, testemunha a correção da forma do pronome pessoal, isto é, da adequação da forma (reta) à função (S do infinitivo) deste, levada a efeito lá, mas não aqui.

Demais, em latim, a OSS-OD desenvolvida concorreu com nome/pronome e infinitivo ao lado de verbo transobjetivo ou de duplo acusativo, de modo que, cerca do séc. III d.C., a construção com OSS-OD desenvolvida e a construção com nome/pronome e infinitivo conviveram ao lado de verbo sensitivo ou causativo tanto no uso culto como no popular, mas ao lado de verbo opinativo ou declarativo a primeira substituiu a segunda no uso popular, enquanto ambas conviveram no uso culto. No *corpus*, por sua vez, verbo sensitivo ou causativo constroem-se mais frequentemente com nome/pronome e infinitivo, e mais raramente com oração desenvolvida, enquanto verbo opinativo ou declarativo, ao contrário, se constroem de regra com oração desenvolvida, e excepcionalmente com nome/pronome e infinitivo. Logo, o que é mais usual no *corpus* corresponde ao que foi do uso popular em latim, e o que é excepcional lá, ao que foi do uso culto aqui. Daí, se no *corpus* a construção com nome/pronome e infinitivo não

gera OSS-OD reduzida de infinitivo ao lado de verbo sensitivo ou causativo, onde é mais frequente, isto é, onde preserva o uso popular do latim, mas ao lado de verbo opinativo e declarativo, onde é excepcional, isto é, onde reproduz o uso culto do latim, pode-se concluir que a primeira construção passou ao *corpus* por via popular, e a segunda por via culta.

De fato, parte dos casos de construção de verbo opinativo ou declarativo com OSS-OD reduzida de infinitivo ocorrentes no *corpus* pertence à *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, que, como se sabe, é tradução portuguesa de original latino; ou melhor, de que o códice (IL 94 da BNP, exarado no séc. XV) é tradução parcial (feita por anônimo em 1470) dos *Analecta Franciscana* (elaborados por Arnaldo de Sarano no séc. XIV). O cotejo da tradução com o original, por sua vez, permite ver que a construção portuguesa é calcada sobre a latina. Assim, dentre os casos de construção de verbo opinativo:

na tradução “emtende[nd]o seer verdadeira atall interpretaçom” (p. 226), verbo opinativo (“emtende[nd]o”) constrói-se com OSS-OD reduzida de infinitivo (“atall interpretaçom seer”), assim como no original *interpretationem intelligens fore veram* (t. III, p. 548), opinativo (*intelligens*) se constrói com aquela (*interpretationem fore*);

na tradução “por que sábiã Jesu Christo seer defendedor dos seus pobres” (p. 181-2), verbo opinativo (“sábiã”) constrói-se com OSS-OD reduzida de infinitivo (“Jesu Christo seer”), assim como no original *ut sciant, Iesum suorum esse pauperum defensorem* (t. III, p. 326), opinativo (*sciant*) se constrói com aquela (*Iesum esse*);

na tradução “creendo seer sonho o que avia visto” (p. 184), verbo opinativo (“creendo”) constrói-se com OSS-OD reduzida de infinitivo (“o (que avia visto) seer”), assim como no original *credens esse somnium quod viderat* (t. III, p. 327), opinativo (*credens*) se constrói com aquela ([*id*] (*quod viderat*) *esse*);

na tradução “conheçemdo manifestamente os fraires seerem samtos” (p. 71), verbo opinativo (“conheçemdo”) constrói-se com OSS-OD reduzida de infinitivo (“os fraires seerem”), assim como no original *et fratres sanctos esse manifeste cognoscens* (t. III, p. 260), opinativo (*cognoscens*) se constrói com aquela (*fratres esse*);

na tradução “Antes creeria eu aquella arvor pasar-se ella meesma a esta parte do rio” (p. 18), verbo opinativo (“creeria”) constrói-se com OSS-OD reduzida de infinitivo (“aquella arvor pasar-se ella meesma”), assim como no original *Citius, crederem, illam arborem se ipsam posse ultra fluvium transferre* (t. III, p. 222), opinativo (*illam arborem*) se constrói com aquela (*se ipsam posse transferre*).

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

Assim também, dentre os casos de construção de verbo declarativo, na tradução “E os monges proposerom [...] seer mayor estreitura a sua Hordem que a Ordem dos fraires menores” (p. 196), verbo declarativo (“proposerom”) constrói-se com OSS-OD reduzida de infinitivo (“a sua Hordem seer”), assim como no original *cum [...] praetendissent, maiorem esse austeritatem Ordinis sui quam fratrum* (t. III, p. 685), declarativo (*praetendissent*) se constrói com aquela (*austeritatem Ordinis sui esse*). Às vezes, verbo latino de uma classe é traduzido por português de outra, sem que, todavia, se altere o torneio sintático da frase; p. ex., na tradução “como muitos [...] negasem o bem aventurado sam Françisco aver recebido as samtas chagas” (p. 25), verbo declarativo (“negasem”) constrói-se com OSS-OD reduzida de infinitivo (“o bem aventurado sam Françisco aver recebido”), lá onde no original *cum multi [...] beatum Franciscum [...] discredere sacra stigmata recepisse* (t. III, p. 226), é opinativo (*discredere*) que se constrói com aquela (*beatum Franciscum recepisse*). Seja como for, o cotejo da tradução portuguesa da *Crónica da Ordem dos Frades Menores* com o original latino dos *Analecta Franciscana* permite concluir que a via culta, pela qual a construção de verbo opinativo ou declarativo com OSS-OD reduzida de infinitivo chegou ao *corpus*, consistiu, p. ex., em tornear o português aos moldes do latim.

Foge à conclusão, bem entendido, aquela diferença entre a forma oblíqua, que o nome/pronome apresenta em latim, e a forma reta, que o pronome pessoal apresenta no *corpus*. De fato, enquanto no original latino *et credens, ipsum veraciter esse Christum* (t. III, p. 257), nome/pronome tem forma oblíqua (*ipsum*) ao lado de verbo opinativo (*credens*), na tradução portuguesa, contudo, “e creemdo verdadeiramente elle seer Jesu Christo” (p. 66), pronome pessoal tem forma reta (“elle”) ao lado de opinativo (“creemdo”). Do mesmo modo, enquanto no original latino *et, se esse membrum eiusdem, fortiter affirmaret* (t. III, p. 225), nome/pronome tem forma oblíqua (*se*) ao lado de verbo declarativo (*affirmaret*), na tradução portuguesa, contudo, “e afirmase firmemente seer el huum nembro della” (p. 23), pronome pessoal tem forma reta (“el”) ao lado de declarativo (“afirmase”).

Referências

Textos literários

A demanda do Santo Graal. Edição de Irene Freire Nunes. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda: 2005.

Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum. In: **Analecta Franciscana.** Quaracchi: Collegio di San Bonaventura, 1897, t. III.

BARROS, J. **Decada Primeira da Asia**. Lisboa: Impressa por Jorge Rodriguez, 1628.

CAMÕES, L. **Os Lusíadas**. Reprodução paralela das duas edições de 1572 [fac-símile]. Comissão da Academia das Ciências de Lisboa para a edição crítica d'Os Lusíadas. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982.

Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285). Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez... por José Joaquim Nunes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

DOM JOÃO I. **Livro da montaria**. Publicado por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

INFANTE DOM PEDRO. **O livro da virtuosa bemfeitoria**. Porto: Oficinas do "Commercio do Porto", 1910.

LOPES, F. **Primeira parte da crónica de D. João I**. Paris / Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1922.

Os livros de linhagens. *In*: **Portugaliae historica monumenta**. Lisboa: Editora da Academia de Ciências de Lisboa, 1860, v. I, fasc. II, p. 131-280.

SÁ DE MIRANDA, F. **Obras completas**. 5. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 2003, 2 v.

Textos gramaticais

ALI, M. S. **Gramática secundária da língua portuguesa**. Edição revista e comentada ... pelo Prof. Evanildo Bechara. s/ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964 [1923].

APOLLONIUS DYSCOLUS. De constructione. Editado por G. Uhlig. *In*: **Grammatici Graeci**. Leipzig: Teubner, 1910, v. II, pt. ii.

BARRETO, M. **Através do dicionário e da gramática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edição da "Organização Simões", 1954 [1927].

BARRETO, M. **Novíssimos estudos da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1980a [1911].

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

BARRETO, M. **Novos estudos da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1980b [1914].

BASSOLS DE CLIMENT, M. **Sintaxis latina**. 8. imp. Madrid: C.S.I.C., 1987, 2 v. [1945/1948].

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1992 [1961].

BECHARA, E. **Lições de português pela análise sintática**. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002 [1960].

BLATT, F. **Précis de syntaxe latine**. Tradução francesa de H. Barbier e K. Olsen. Lyon: IAC, 1952.

BOURCIEZ, É. **Éléments de linguistique romane**. 4. ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1956 [1910].

BRANDÃO, C. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 [1964].

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

ERNOU, A. **Morphologie historique du latin**. 3. ed. Paris: Librairie Klincksieck, 1974 [1953].

ERNOU, A.; THOMAS, F. **Syntaxe latine**. 2. ed. Paris: Librairie Klincksieck, 1953 [1951].

GRANDGENT, C. H. **An introduction to vulgar latin**. Boston: D. C. Heath & Co., Publishers, 1907.

HUMBERT, J. **Syntaxe grecque**. 3. ed. Paris: Éditions Klincksieck, 1993.

JURET, A. C. **Système de la syntaxe latine**. 2. ed. Paris: Les Belles Lettres 1933.

LIMA, C. H. R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 18. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976 [1957].

MAURER JUNIOR, T. H. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEILLET, A.; VENDRYES, J. **Traité de grammaire comparée des langues classiques**. 5. ed. Paris: Honoré Champion, 1979 [1924].

MELO, G. C. **Novo manual de análise sintática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971 [1954].

MICHEL LE SYNCELLE DE JÉRUSALEM. **Traité de la construction de la phrase**. Editado por D. Donnet. Bruxelles: Institut Historique Belge de Rome, 1982.

MOORE, R. W. **Comparative Greek and Latin syntax**. 2. ed. London: Bristol Classical Press, 2000 [1934].

OITICICA, J. **Manual de análise (léxica e sintática)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1923 [1919].

PETRUS HELIAS. **Summa super Priscianum**. Editado por L. Reilly. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1993, 2 v.

PRISCIANUS GRAMMATICUS CAESARIENSIS. *Institutionum grammaticarum libri XVIII*. Editado por M. Hertz. *In: Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-74, v. II-III, p. 1-384.

RIEMANN, O. **Syntaxe latine**. 7. ed. revista por A. Ernout. Paris: Librairie Klincksieck, 1942 [1886].

VÄÄNÄNEN, V. **Introduction au latin vulgaire**. 3. ed. Paris: Librairie Klincksieck, 1981 [1965].

- | Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo

COMO CITAR ESTE ARTIGO: MARTINHO, Marcos. Sintaxe histórica do infinitivo português: a oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 156-195, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 30/05/2022 | Aceito em: 12/08/2022.

A IMPORTÂNCIA DA (RE)ESCRITA ORIENTADA PARA A APROPRIAÇÃO DA ESCRITA ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE

Sibely Oliveira SILVA¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3456>

Resumo: A prática de reescrita é encarada, por grande parte dos estudantes universitários, como uma ação punitiva que denuncia as fragilidades encontradas em seus textos. É considerando esta realidade que este trabalho versa sobre a importância da (re)escrita orientada na universidade e objetiva descrever as implicações da reescrita textual na e para a apropriação da escrita acadêmica. O *corpus* examinado foi extraído dos dados textuais de uma pesquisa-ação desenvolvida em 2018, durante meu doutorado, com a participação de um grupo de estudantes de diferentes períodos do curso de Letras de uma universidade privada de Belo Horizonte. A discussão é fundamentada principalmente na perspectiva dialógica da língua/linguagem advinda dos postulados bakhtinianos e, por esse viés, reconhece-se que a escrita não pode ser vista isolada dessas duas instâncias, nem pensada fora do seu processo de produção de sentido e das práticas sociais. Em linhas gerais, os resultados apontam que a (re)escrita orientada potencializa a apropriação da escrita acadêmica, promovendo deslocamentos que permitem ao escrevente, para além do aprimoramento de aspectos linguístico-discursivos e textuais do texto, construir uma identidade acadêmica a partir do (re)conhecimento de valores e princípios que permeiam as práticas de escrita na universidade, os quais as legitimam em diferentes campos do conhecimento.

Palavras-chave: Escrita acadêmica. (Re)escrita orientada. Correção textual.

¹ Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais, Brasil; sibely.silva@ufla.br; <https://orcid.org/0000-0002-5782-0101>

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

THE IMPORTANCE OF (RE)WRITING ORIENTED TO THE APPROPRIATION OF ACADEMIC WRITING AT UNIVERSITY

Abstract: The practice of rewriting is seen by most university students as a punitive action that denounces the weaknesses found in their texts. Considering this reality, this article discusses the importance of guided (re)writing at the university and aims to describe the implications of textual rewriting for the appropriation of academic writing. The examined corpus was extracted from the textual data of an action research project developed during my PhD with the participation of a group of students from different periods of the Language Course at a private university in Belo Horizonte. The discussion is based mainly on the dialogic perspective of language from Bakhtinian postulates, and, in this way, it is recognized that writing cannot be seen in isolation from these two instances, nor can it be thought of outside its process of meaning production and social practices. In general, the results indicate that the oriented (re)writing enhances the appropriation of academic writing, promoting shifts that allow the writer, in addition to the improvement of linguistic-textual and discursive aspects of the text, to build an academic identity from the (re)knowledge of values and principles that permeate the writing practices at the university, which legitimize them in different fields of knowledge.

Keywords: Academic writing. (Re)writing oriented. Textual correction.

Introdução

Eu escrevi este texto que você vai ler agora. Mas não o escrevi assim de um só jato, de um só fôlego, usando as palavras apenas para expressar um pensamento já pronto, fruto de uma inspiração transcendente. Não; fui tecendo sentidos ao escrever, fui inventando, lembrando, me apropriando, criando, reformulando, precisando, apagando, abandonando, escolhendo, elegendo sentidos, silenciando outros. Ou seja, fui enlaçando palavras, entremeando contextos, entretecendo texturas, tecelã que também sou. (ARAUJO, 2001, p. 108).

Como sabemos, ao ingressar na universidade, o acadêmico traz consigo um repertório de crenças e representações sobre a escrita balizadas pelas suas experiências construídas, principalmente, na escola. Muitas dessas experiências, infelizmente, são reflexo de um processo que, historicamente, situa a escrita em uma condição marginalizada, em detrimento do ensino que prioriza as aulas de gramática normativa na disciplina de Língua Portuguesa, ainda que esta realidade venha passando por transformações ao longo dos anos.

Nesse contexto, a escrita nem sempre é compreendida, pelos estudantes universitários, como parte constitutiva de um processo que reivindica múltiplas escritas. Em função dessa visão, a reescrita é comumente encarada, por boa parte deles, sobretudo como uma ação que denuncia, em alguma medida, as fragilidades ou os “erros/desvios” de um dado texto, sendo, portanto, relegada, na maioria das vezes, apenas a um lugar de punição.

Assim, cumpre-me esclarecer, conforme defendi em Silva (2020), que, diferentemente da visão mencionada, ao me reportar à escrita, remeto a um processo que chamo de múltiplas escritas, constitutivo do trabalho dinâmico e criterioso de um sujeito que se inscreve em uma prática de linguagem e que faz escolhas recursivamente guiado pela busca do alcance (ou ilusão) de um dizer ideal como efeito de acabamento. É justamente essa busca que o impele a alterar as rotas dos sentidos que intenta (re)criar, por meio das rasuras, das supressões, acréscimos, substituições, retomadas. Marca estas de um processo refratado por uma negociação com a exterioridade (com outros sujeitos, discursos, com o interdiscurso) e com as restrições (im)postas por determinadas condições de produção.

É considerando esta realidade que este trabalho versa sobre a importância da (re) escrita orientada na universidade e objetiva descrever as implicações da reescrita textual na e para a apropriação da escrita acadêmica.

O *corpus* a ser examinado (versões de uma resenha acadêmica produzida por uma estudante do curso de Letras) foi extraído de uma pesquisa-ação, realizada por mim, no ano de 2018, em um contexto de doutoramento, cuja tese foi defendida em 2020. A pesquisa contou com a participação de um grupo de alunos de uma universidade privada de Belo Horizonte/MG, durante o desenvolvimento de uma oficina intitulada “Oficina de Produção de Textos Acadêmicos: desmitificando e enfrentando a escrita na universidade”.

A discussão é fundamentada principalmente na perspectiva dialógica da língua(agem) advinda dos postulados bakhtinianos (VOLOCHÍNOV, 2014; BAKHTIN, 2011), por meio da qual se reconhece o caráter essencialmente dialógico da língua, da linguagem, e, por esse viés, que a escrita não pode ser vista isolada dessas duas instâncias, nem pensada fora do seu processo de produção de sentido e das práticas sociais, uma vez que é espaço discursivo, não fechado em si mesmo, abrigando, portanto, relações com o contexto, com outros textos, com o outro (leitor potencial) e com outros discursos.

Nessa esteira, Corrêa (2004, 2013) também ilumina a discussão ora apresentada, pois, defendendo a heterogeneidade da escrita, propõe como um dos fundamentos que deve nortear as bases teóricas para o ensino da escrita o reconhecimento de que

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

seu aspecto processual pressupõe um trabalho – aquele que “começa no encontro intersubjetivo, produtor de qualquer fato de linguagem, e que, ao menos indiciariamente, se marca no fio do discurso” (CORRÊA, 2013, p. 489).

Relativamente à noção de reescrita ora assumida, os estudos desenvolvidos principalmente por Fiad (2013, 2018), Menegassi (2013); Gonçalves e Banzarin (2013), Agustini e Araújo (2019), Ruiz (2001), Assis (2014), para citar alguns, oferecem significativas contribuições a este trabalho.

Assim, sigo esta rota: inicialmente, apresento reflexões em torno da noção de (re)escrita, a fim de evidenciar que a escrita e a reescrita são ações em estreita inter-relação, sendo a última constitutiva da escrita. Em seguida, dedico-me a discutir o papel da correção textual-interativa na e para a apropriação da escrita acadêmica. Após, são esclarecidos os procedimentos metodológicos de que resulta o trabalho, por meio de uma breve contextualização. Na sequência, realizo a análise do *corpus*, descrevendo os movimentos de inscrição na escrita acadêmica, realizados pela escrevente, que chamarei de F, na produção das versões 1 e 3 de uma resenha acadêmica temática², sendo a análise seguida da última seção, que traz alguns apontamentos finais do texto.

(Re)escrita: alguns apontamentos em torno da noção

Pensar a escrita sob a perspectiva até aqui delineada requer, de certo modo, o reconhecimento de seu aspecto processual³, que, por ser contínuo, renova-se (com ares de inaugural), a cada vez que se empreende o exercício da linguagem, como defendi em Silva (2020). Nesse processo, a escrita está sempre em condição de *devir* e, conseqüentemente, o escrevente, também, – interpelado que é pelas suas escolhas, reavaliações, metaoperações (reflexões), pelos reposicionamentos que empreende no decurso do ato sempre singular de escrever. Tudo isso, com efeito, faz com que este torne-se sempre outro em relação a si e ao seu próprio texto, pois a escrita não se encerra jamais com o ponto final atribuído ao texto, é, antes, travessia, processo sempre em construção.

2 Segundo Assis (2014), a resenha acadêmica temática se desenvolve em torno de um tema e, para isso, dialoga com, pelo menos, dois textos-base.

3 Importante lembrar que a noção de escrita que leva em conta o processo, diferentemente de uma concepção de escrita vista como um produto apenas, entra em cena no Brasil, segundo apontam autores como Fiad (2006, 2013) e Agustini e Araújo (2019), com a inspiração das teorias dos estudos de base psicolinguística, das teorias da enunciação e dos estudos da crítica genética, apoiando-se em teorias linguísticas da enunciação e na teoria dialógica de Bakhtin.

A esse respeito, lembra-nos Geraldi (2018) que o sujeito discursivo não é aquele que assume um papel na escrita, ou a ele se submete, e sai ileso da relação. Ao contrário, o autor esclarece que ele se constitui nesta relação e porque participa de diferentes relações e em diferentes momentos, em ordens nunca idênticas às de outros, traz para a relação – e para o papel que nela desempenha – algo que desestabiliza os sentidos já estabelecidos em tempos e espaços outros, porque ele faz reinterpretações (retroage sobre o processo de produção de tais sentidos), decide, (re)inscreve, ao escrever.

Como parte do “processo histórico de construção de sentido a que esses procedimentos respondem” (CORRÊA, 2013, p. 489), tais escolhas e reavaliações mencionadas, ao longo desta discussão, são evidentemente marcas do processo de escritura reveladoras do trabalho com a e na língua/linguagem. Nessa medida, tais procedimentos dão pistas sobre o modo como o sujeito se subjetiva e singulariza suas escolhas no seu processo de inscrição na prática de escrita do texto acadêmico – foco de atenção deste trabalho.

Em perspectiva confluyente, Araujo (2001, p. 111) acredita que

[...] episódios de releitura e reescrita textual, marcas de reelaboração de textos são testemunhos de uma relação que se constrói entre sujeito e linguagem. São como indícios, pistas dessa relação se fazendo, marcas que indiciam operações epilinguísticas e metalinguísticas do sujeito, revelando uma certa consciência, ainda que fugaz, de suas escolhas.

Ao mencionar que a escrita pressupõe um processo de múltiplas escritas, parto do princípio inicial, alinhando-me às ideias também de diferentes correntes teóricas (INDURSKY, 2016; FIAD, 2006, 2013; COMPAGNON, 2007; SCHONS, 2005; AGUSTINI, 2019), de que escrever é sempre reescrever, com isso, de que os mo(vi)mentos de reescrita são constitutivos da escrita, sendo índice da relação entre sujeito, língua e sentido.

Em vista dessa ideia, a (re)escrita orientada na universidade, ou seja, produzida a partir de observações/comentários do professor, é aqui considerada uma ação formativa que possibilita ao aluno construir uma posição responsiva e responsável no texto, nos termos bakhtinianos, pois as orientações/intervenções do professor em relação ao seu texto convocam-no a reorganizar saberes, a construir novos sentidos para sua produção, os quais lhe permitem desenvolver uma compreensão responsiva ativa sobre um conjunto de aspectos, inclusive, para além de desvios do texto: interdições próprias do campo de conhecimento em que atua, modos de ler, pensar, argumentar e agir desse campo, entre outros.

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

A escrita, dessa forma, pressupõe uma inscrição em que o sujeito ao mesmo tempo que escreve é envolvido, marcado, afetado pelo que escreve. Daí, aliás, a premissa de que a apropriação da escrita se dá na e pela atividade de escrita. A ideia da escrita ligada à de processo e também à de trabalho se justifica do ponto de vista da produção, se se considerar que escrever é construir com recursos “imperfeitos” algum sentido, que não se reduz à unidade (GERALDI, 2002), justamente porque os sujeitos não são a fonte dos sentidos, mas sobre eles age sempre na sua contrapalavra – no processo de compreensão responsiva e ativa intrínseco ao ato de escrever, há a inevitabilidade da busca de sentido (o que pressupõe o esforço do sujeito nesse empreendimento, portanto, um trabalho).

Ainda sobre a concepção de escrita como processo e trabalho, Agustini e Araújo (2019), apoiando-se em Riolfi (2008), ressaltam que a escrita, uma vez lançada grosseiramente no suporte, trabalha o sujeito, fazendo com que ele mude de posição com relação ao próprio texto e possa, sobre ele, exercer um trabalho.

A escritura consiste, desse modo, em um tecer e retecer de fragmentos de discursos outros – é (re)trabalho, portanto, sobre outros discursos, outras escritas, porque o dizer se estabelece no tensionamento dessa tênue e inextricável relação que é dialética, de luta. Eventual ponto de convergência de saberes, lembra-nos Corrêa (2004), o texto é memória desses (des)encontros (incorpora percursos temáticos de um discurso em outro) e marca uma resposta a modos de individuação a que o sujeito está exposto em sua experiência com a linguagem, pois, no seu processo de escrita, dialoga com as estruturas da linguagem com e sobre as quais ele irá trabalhar e que, por seu turno, irão trabalhar sobre ele.

Em uma visão simétrica, Araujo (2001), metaforicamente, compara a escrita do texto a uma prática artesanal e lembra que ele é tecido entre versões, dizeres provisórios, pincelados a margens e entrelinhas de dizeres outros ou “sobredizeres”. A prática de escrita guarda, dessa forma, inevitavelmente, uma relação de contiguidade com a reescrita, quer seja por sua natureza propriamente dialógica, que pressupõe o encontro da palavra própria com a palavra de outrem, pois, para fazer falar Bakhtin (2015, p. 51), “em todas as suas vias no sentido do objeto, em todas as suas orientações, o discurso depara com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele”; quer seja pelo ato próprio de escrever, que não se faz de um “jato só”, mas de movimentos recursivos de reescrita.

A escrita articula-se, assim, entre o linguístico, o histórico, o social e o ideológico e não se esquia de um trabalho de interpretação, pois é espaço de não coincidências. Assim, em alguma medida, como Corrêa (2004, 2013) sublinha, o processo da escrita se inicia a partir de uma relação social de interação.

Corrêa (2008), discutindo o ensino da escrita, na escola, problematiza a relação nela historicamente cristalizada, entre a ideia da adequação e a de ensino-aprendizagem da escrita. Para o autor, a primeira está muito próxima da do produto final, alicerçada sob o parâmetro da rigidez de um modelo de texto, em detrimento daquela que, segundo ele, seria essencial – a de produção de sentido no processo de produção textual. Esta última implicaria enxergar a escrita como experiência do acontecimento e seria mais produtiva e significativa por permitir se entrever indícios, pistas dessa relação (de adequação) se (re) fazendo no processo de escritura do aluno.

Posição que recusa, evidentemente, a prática de ensino tradicional que é balizada nos modelos de textos, frequentemente assumida na escola e, por vezes, “revitalizada” na supervalorização de atividades voltadas para o “adestramento” do aluno nos gêneros textuais. Essa prática de ensino, inclusive, tem sido alvo de fortes críticas, a exemplo da que apresento como proferida por Agustini e Borges (2014, p. 218), além da já apontada em Corrêa:

Apesar de a Escola apostar no gênero como uma forma de tentar “naturalizar” o ensino de escrita, há a ocorrência de uma atividade linguística forjada por uma demanda escolar de aprendizagem e não de uso, que alça o gênero a modelo, petrificando-o, ou seja, transpondo-o a gênero escolar”.

Contrariamente à concepção criticada pelos autores, reitera-se, aqui, a escrita como trabalho que se realiza na dinâmica pela busca da adequação (do efeito do “acabamento” do dizer ideal), compreendida como a própria construção da produção textual, o seu fazer, na novidade das situações de interação, e não no final do processo (como fosse ela resultado e não parte dele), e, nessa perspectiva, que a heterogeneidade da escrita se oferece, também, como possibilidade de se trabalhar o processo de escrita do aluno (CORRÊA, 2008).

O papel da correção textual feita pelo professor na e para a apropriação da escrita acadêmica

Muito se tem debatido sobre a relevância e a necessidade do *feedback* do professor em relação ao texto do aluno, como requisito de substantiva importância para a apropriação da escrita seja ela acadêmica ou não; afinal, é preciso que o aluno escreva para ser lido e tenha uma representação do olhar do outro sobre seu texto.

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

A esse respeito, Assis (2014) argumenta que o diálogo professor-aluno levado a efeito, no momento da análise/apreciação do texto do aluno, pelo professor, espelha duas ações: a primeira é a compreensão do professor em relação ao projeto de dizer de seu aluno, e a segunda é a responsividade do aluno referentemente ao modo como essa compreensão lhe é apresentada.

O aluno, nessa medida, é convocado a (re)direcionar seu olhar valorativo sobre sua produção e a administrar as avaliações do outro (professor), as quais somente serão por ele significadas se, efetivamente, houver uma compreensão responsiva ativa, nos termos bakhtinianos. Existe aí uma ação de reconhecida relevância por parte do professor, que é a de possibilitar um reinvestimento do aluno no seu processo de escritura, que lhe permitirá circunscrever tais avaliações num horizonte axiológico do qual resultará sua contrapalavra em relação a elas. Como assevera Bakhtin (2011, p. 294), “a experiência individual discursiva de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros”.

Em posição confluyente, Menegassi (2013), apoiando-se em Cabral (1994, p. 122), adverte, porém, que “o professor não deverá pretender [...] resolver todos os problemas levantados no texto, pois, se assim o fizer, correrá um grande risco de desmotivar o aluno, ou até confundi-lo com tantas advertências”.

O professor, pois, é determinante para a construção da contrapalavra do aluno, uma vez que cabe a ele conduzir o processo, de tal forma que este tenha condições de entrar no jogo da escrita e de suas demandas (AGUSTINI; ARAÚJO, 2019).

Isso, como chamei atenção em Silva (2020), apoiando-me na pesquisa de Gaffuri e Menegassi (2010), pressupõe imaginar que o aluno poderá refutar determinadas sugestões, acatar e/ou ampliar outras, “ignorar aquelas que não é capaz de atender”, retroagindo de forma ativa ou não sobre os sentidos atribuídos às observações do professor, os quais passam a compor a rede de ressignificação de outros que também integrarão e determinarão as alterações promovidas no aperfeiçoamento de novas versões do texto.

A (re)escrita orientada, ou seja, conduzida a partir de comentários/observações sobre o texto do aluno, principalmente, quando de natureza provocativa/reflexiva, é uma prática fundamental para o desenvolvimento da apropriação da escrita acadêmica, por promover a reflexão, o distanciamento crítico e a reorganização de saberes. Ou, ainda, em consonância com a perspectiva aqui assumida, no processo de (re)escrita, sobretudo, se mediado pelo professor, “o estudante poderá desenvolver uma *nova palavra interior*, a partir do contato com *a palavra do outro*” (BELOTI; MENEGASSI, 2017, p. 11).

Ruiz (2001), apoiando-se nas contribuições de Serafini (1989), considera que uma das correções que privilegia a interlocução/interação com o aluno é a correção textual-interativa. Nela, segundo a autora, por meio de recados deixados em pontos específicos do texto, nos quais prima-se pela discussão de problemas de diferentes níveis e, algumas vezes, por propor solução ou sugestão para a tarefa de reescrita, o aluno pode realizar um movimento de distanciamento crítico de sua produção. Esse distanciamento, com efeito, lhe permite retomar seu texto a partir de um novo olhar, a rever ideias, posicionamentos, entre outras ações necessárias ao aprimoramento do texto, antes não enxergadas.

No entanto, esse diálogo (mesmo sendo importante e necessário), no momento da correção, nem sempre acontece, ficando esta limitada à correção resolutive ou indicação/marcação de erros do texto do aluno, na maioria das vezes, gramaticais.

Essa é uma realidade que parece estar estreitamente ligada

[...] a uma vivência da prática de correção pautada pelo princípio de que corrigir é mostrar o feio, o errado, o que não deu certo, o que saiu do caminho correto, como se todo e qualquer processo de aprendizagem não se compusesse, naturalmente, de “desvios” e como se houvesse sempre uma única possibilidade de rota para se aprender. (ASSIS, 2014a, p. 5).

Em se tratando especificamente da escrita acadêmica, vale lembrar que esse tipo de escrita exige um conjunto de conhecimentos, por parte do escrevente, entre outros aspectos, sobre como se situar em relação às vozes teóricas com as quais dialoga, sobre a escolha de suas filiações teóricas e a necessária articulação destas entre si e, nessa medida, a escolha de objetos de discussão que espelham tais filiações, conhecimentos estes que demonstram, inclusive, sua estatura dentro do campo acadêmico (princípioante ou *expert*, por exemplo). Enfim, a apropriação da escrita acadêmica demanda o conhecimento de valores e convenções que validam o fazer acadêmico-científico conforme a cultura disciplinar dos vários campos de conhecimento.

Komesu e Assis (2019, p. 7) contribuem para essa discussão particularmente por considerarem que

Práticas sociais de escrita acadêmica devem (deveriam) permitir aos sujeitos da linguagem oportunidades de uma reflexão crítica (responsiva) sobre o próprio processo da produção escrita na relação com aquele que escreve; aquele que demanda a realização da atividade verbal, de maneira empírica imediata; aquele que demanda a realização da atividade verbal do ponto de vista de uma formulação curricular e disciplinar institucional, de ordem histórica; aquele que lê/lerá a produção escrita em contexto outro, quando da projeção

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

do universitário como (futuro) profissional; mas também na relação com os objetos discursivos de que esses sujeitos são constituídos, “(e)feitos”.

Assim, o papel do professor, como leitor/avaliador do texto acadêmico, diferentemente daquele do professor leitor/avaliador da produção textual escolar, deve, pois, levar em consideração todos esses fatores – especificidade que o torna, portanto, consideravelmente complexo. É preciso considerar, antes de tudo, o modo como seus comentários servirão para a construção de uma identidade acadêmica, por parte do aluno, a qual pressupõe, para além da produção de um bom texto em si, o reconhecimento de valores e princípios intrincados às práticas de escrita da universidade.

O papel central do estudante universitário, por seu turno, principalmente em formação inicial, em suas práticas de escrita, seria o de aprender, inicialmente, a movimentar-se na comunidade acadêmica, na sua rede de discursividade, quer esta se apresente na forma de textos escritos ou orais (SILVA, 2018). Isso requer uma correção textual que faça o aluno sentir-se partícipe dessa comunidade discursiva, demandando-lhe novos gestos de escrita diferentes daqueles vivenciados na esfera escolar.

Noutros termos, como argumentam Agustini e Araújo (2009, p. 180), “o professor, na prática da (re)escrita, precisa colocar-se, para além do lugar de corretor, no lugar de leitor do texto do aluno”. Assim, ganhando outros contornos, a escrita, ainda segundo as autoras, desloca-se da condição de exercício para a condição de atividade, exigindo do aluno sua implicação no processo.

Por fim, juntamente com Assis (2016, p. 6), acredito que a aprendizagem supõe ações de elaboração própria, “autonomia, reflexão sobre a atividade em que o sujeito se engaja, o que demanda, portanto, a adoção de procedimentos de correção que permitam ao aluno (sujeito, e não paciente, nesse/desse processo) refletir sobre sua produção de conhecimento”, recebendo estímulo e orientação para reorganizar seus saberes ao longo do percurso.

Procedimentos metodológicos e *corpus*: breve contextualização

Na perspectiva de Bessa (2016), da qual busco uma aproximação, numa epistemologia das ciências humanas, o pesquisador lida com textos e visa, no cotejo de textos e contextos, a construir compreensões sob um olhar interpretativo.

Assim, como já esclarecido, o *corpus* que será analisado, na próxima seção, foi extraído de um *corpus* maior, resultante de uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, desenvolvida num contexto de doutoramento, ao longo dos meses de março a junho de 2018, com a participação de um grupo de 18 estudantes, oriundos de diferentes períodos

do curso de Letras de uma universidade privada de Belo Horizonte, durante a realização da “Oficina de Produção de Textos Acadêmicos: desmitificando e enfrentando a escrita na universidade”.

O objetivo central dessa oficina, concebida e implementada especificamente para tal pesquisa, foi o de tematizar e problematizar alguns mitos/tabus sobre a escrita acadêmica que, normalmente, assombram o estudante universitário (em formação inicial especialmente), sobretudo, aqueles relacionados ao diálogo com a palavra de outrem e à construção de uma posição autoral. “Devo fazer citações longas?”, “Quantas citações meu texto pode ter?”, “Posso escrever o texto acadêmico em primeira pessoa?”, “Devo privilegiar as citações literais?”, “O que pode ser considerado plágio?”, “Posso discordar dos autores lidos?”. São perguntas que atravessam os discursos de boa parte dos alunos, na universidade, as quais serviram como porta de entrada para um debate mais amplo e crítico em torno do assunto.

Para além de uma visada normalizadora, a oficina mencionada foi concebida sob o pilar da perspectiva discursivo-dialógica e se afigurou como efetivo espaço de *formação para a escrita e pela escrita*. Em vista de seu propósito principal, a citação, como materialidade do diálogo com o discurso de outrem, foi tomada como objeto de ensino e aprendizagem, possibilitando reflexões sobre valores, princípios e crenças que circundam o fazer acadêmico-científico, principalmente, a escrita acadêmica e a sua relação com a posição autoral.

Relativamente ao *corpus* (versões de uma resenha acadêmica temática produzida por uma aluna participante da pesquisa) a ser examinado, cumpre-me esclarecer que este resulta de uma atividade realizada como culminância da oficina em questão. Depois de serem discutidos os aspectos já mencionados (entre outros), ao longo da oficina, a partir de diferentes atividades, foi solicitada a produção de uma resenha acadêmica temática sobre “*O trabalho do sujeito com a e sobre a língua(gem) e a construção da posição autoral*”. Aos alunos foram distribuídos quatro excertos (textos-base) de mesma temática para que eles fizessem, então, a resenha proposta. A essa altura, a atividade, de caráter metadiscursivo, possibilitou aos estudantes, na e pela atividade de escrita, mobilizarem os saberes apreendidos e realizarem o exercício da escrita de uma forma mais responsiva/ativa, como mostram os resultados da análise que será apresentada na sequência.

Em tal análise, lanço meu olhar sobre os movimentos que a aluna faz, na escrita das versões 1 e 3 de seu texto, os quais revelam suas tentativas de inscrição na escrita acadêmica, em especial, no que respeita à interação com os saberes do campo do conhecimento em que atua, como estudante do curso de Letras. Passemos a ela.

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

Movimentos de (re)escrita: a análise

Nesta seção, descrevo sumariamente os movimentos de (re)escrita flagrados nas versões 1 e 3 de uma resenha produzida por uma aluna, que denominarei de F. Trata-se de uma aluna do 2º período do curso de Letras que participou assiduamente de todos os encontros da Oficina de Produção de Textos Acadêmicos: desmitificando e enfrentando a escrita na universidade. Por meio de tais movimentos, é possível observar pistas acerca da tentativa de inscrição na escrita acadêmica, empreendida pela aluna, como já anunciado.

Vejamos a primeira versão de seu texto, que vem acompanhada dos comentários à margem, feitos por mim, na condição de professora-pesquisadora, e, na sequência, a versão 3 do texto, seguida de um quadro ilustrativo que demonstra as reconfigurações feitas pela aluna nesta última versão de seu texto.

Figura 1. Versão 1 (resenha acadêmica temática produzida pela aluna F)

<p>“O trabalho do sujeito com a língua/linguagem na escrita acadêmica e os reflexos de uma posição autoral”</p>	
<p>O dialogismo é uma propriedade da linguagem que pressupõe que todo discurso é constituído por outros discursos, mais ou menos explícitos. Esse conceito, criado pelo linguista russo Mikhail Bakhtin, caracteriza bem a natureza heterogênea da linguagem e, naturalmente, a escrita acadêmica reflete isso.</p> <p>A produção do conhecimento é fruto da inter-relação de pesquisadores e de conteúdos e, por isso, a soberania do autor, como controlador absoluto do seu texto, é uma ilusão. A escrita científica constitui-se em um mecanismo de interação entre as várias vozes que antecederam aquele texto e, mais do que fontes de referência, atualizam-se como parte de um novo enunciado, a cada nova produção, em um contínuo ininterrupto.</p> <p>Se toda palavra é habitada, escrever é um ato de alteridade. Bakhtin, em “A Forma espacial da Personagem”, e Augusto Ponzio, no texto “Alteridade e Dialogicidade da Palavra”, abordam a necessidade de enxergar através do outro para se fazer uso da palavra alheia, ou seja, manter a singularidade (ou a originalidade) do outro é condição para a singularidade do eu.</p> <p>Já Eliane Castro de Araújo, em “Tecendo Sentidos...”, ressalta que todo trabalho sobre o “já-escrito” pressupõe preocupação com o leitor, uma vez que quem escreve fornece pistas para o leitor construir o sentido. Todo o processo da escrita – descrito pela autora com uma bela comparação com o ofício de tecelã – ocorre, segundo Araújo, pela falta de transparência da linguagem.</p> <p>Logo, escrever implica esforço, método, trabalho árduo e meticuloso em busca da clareza e do sentido que une as várias vozes. Isso remete a reflexão ao texto “Linhas Tortas”, de Graciliano Ramos, que compara o ato de escrever ao capricho com que as lavadeiras de Alagoas desempenham seu ofício. Para o escritor, “a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”</p>	<p>perceba que até esse momento, você não inhimina para o leitor a verdadeira temática que baliza a resenha, qual seja: “o trabalho do sujeito com a língua/linguagem e os reflexos da posição autoral”. O modo como você inicia o texto tende a levar o leitor a acreditar que você irá tratar de forma central da questão do dialogismo e essa não é temática da proposta, entende? Reveja</p> <p>Indicar ano da obra.</p> <p>Tente esclarecer qual é a relação de tal alteridade e o trabalho que o sujeito deve realizar com a língua/linguagem na constituição de sua imagem de autor, na escrita acadêmica.</p> <p>Ano???</p> <p>Sugiro revisar os textos para rever essa ideia. Tenho a impressão de que os autores falam de outra coisa.</p> <p>Pense em como articular melhor esse parágrafo com o anterior. Esclareça também um pouco mais sobre essa preocupação. Como podemos flagrá-la na materialidade de um texto, por exemplo?</p> <p>Querida, embora você apresente uma discussão importante em seu texto, sugiro que você se dedique mais sobre a temática que orienta a resenha. Lembre-se de que aquele que escreve acaba por criar uma imagem de autor. Como você enxerga essa imagem e a sua relação com o trabalho que o sujeito deve ter com a língua/linguagem, quando dialoga com outras fontes/vozes? Em que medida esse trabalho implica uma posição autoral, na escrita acadêmica? Pense nisso para a escrita de uma nova versão de seu texto.</p>

Fonte: texto extraído do *corpus* da pesquisa

No texto em exame, a escrevente recorre à noção de dialogismo para produzir o gênero (resenha) solicitado, como mostra o excerto abaixo:

- (1) “A produção do conhecimento é fruto da inter-relação de pesquisadores e de conteúdos e, por isso, a soberania do autor, como controlador absoluto do seu texto, é uma ilusão. A escrita científica constitui-se em um mecanismo de interação entre as várias vozes que antecederam aquele texto e, mais do que fontes de referência, atualizam-se como parte de um novo enunciado, a cada nova produção, em um contínuo ininterrupto”.

Como demonstra o excerto em análise, ela manifesta uma compreensão responsiva ativa (um gesto de interpretação) em relação ao conceito de dialogismo, a partir de uma reflexão engendrada por um ponto de vista crítico, por meio do qual percebe-se uma contrapalavra em relação à ideia/concepção da noção de autoria vista como propriedade intelectual. Observe-se:

- (2) “A produção do conhecimento é fruto da inter-relação de pesquisadores e de conteúdos e, por isso, a soberania do autor, como controlador absoluto do seu texto, é uma ilusão”.

Embora esta seja uma visada interessante e até mesmo adequada para se tratar da noção em questão (dialogismo), ao longo do texto, não percebemos uma articulação mais estreita entre esta e a temática indicada na proposta (*O trabalho do sujeito com a e na língua(gem) e a construção da posição autoral*).

Nota-se que, na tentativa de atender à proposta, a escrevente seleciona uma passagem de um dos textos resenhados, focalizando o trabalho intrínseco à prática de escrita, a partir da analogia feita por Araujo (2001), autora resenhada, que compara a escrita ao ofício da tecelã. Trata-se de um trabalho que, segundo a mesma autora, se deve à não transparência da linguagem.

No entanto, no parágrafo subsequente, a escrevente mobiliza uma noção de língua(gem) que não corresponde à passagem mencionada, sendo inadequada em relação à orientação discursiva adotada no texto e à própria concepção de não transparência da linguagem ressaltada. Veja-se:

- (3) “Escrever implica esforço, método, trabalho árduo e meticuloso, em busca da clareza e do sentido que une as vozes”.

O termo “clareza”, pois, invocado paradoxalmente no contexto em que se fala sobre a não transparência da linguagem, sinaliza, em alguma medida, uma representação sobre

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

a escrita acadêmica que, como sabemos, circula na própria universidade, por meio de discursos alinhados a uma concepção positivista de ciência.

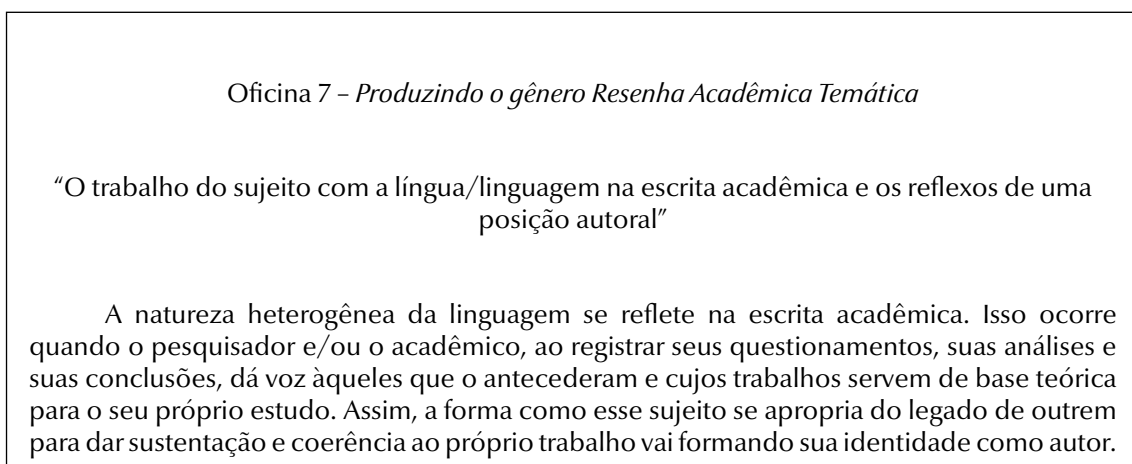
Evidentemente que isso não pode ser visto como um grande problema, pois trata-se de uma aluna do 2º período, e tal inadequação faz parte mesmo do processo de inscrição na escrita acadêmica, da construção de saberes. Processo que requer a apropriação de princípios, conceitos, ou seja, a interação responsiva ativa com os saberes de um dado campo de conhecimento, bem como o reconhecimento de suas restrições e das especificidades que o particularizam em relação a outros.

Os apontamentos ora evidenciados sinalizam a importância das intervenções do professor, como já mencionado na seção anterior deste artigo, para a apropriação da escrita acadêmica, que, para além de desvios de ordem linguística, é regida por um conjunto de injunções. A esse respeito, veja-se que o último comentário da professora-pesquisadora, registrado no texto em exame, incide justamente sobre o fato de a escrevente não investir, de forma mais consistente, na temática indicada, de modo a construir uma maior articulação entre suas reflexões sobre a relação entre autoria e o trabalho com a e na língua/linguagem, evitando que a discussão se dispersasse do objeto de dizer principal.

Trata-se, pois, de uma provocação, para que a estudante reconhecesse que, em sua posição de escrevente, é essencial tanto assumir como (re)afirmar seu projeto de dizer, ao longo do texto, o que implica interatuar sobre ele, colocando em circuito uma rede de relações e de sentidos que lhe dão certa unidade.

Passemos à terceira versão do texto, que evidencia novos movimentos de inscrição na escrita acadêmica da aluna F.

Figura 2. Versão 3 (resenha acadêmica temática produzida pela aluna F)



Mais do que fontes de referência, os saberes atualizam-se como partes de um novo enunciado, a cada nova produção, uma vez que toda palavra é, em sua constituição, dialógica, ou seja, ela existe ao recuperar o sentido da palavra do outro.

Bakhtin, em “A Forma espacial da Personagem” (2011), e Augusto Ponzio, no texto “Alteridade e Dialogicidade da Palavra” (2010), explicam a necessidade de enxergar o mundo a partir do ponto de vista do outro para que, então, ao se fazer uso da palavra alheia, mantenha-se a singularidade (ou a originalidade) do outro. É exatamente essa alteridade – a capacidade de se colocar no lugar alheio – que favorecerá a interação de saberes e de formas de dizer e, com elas, a possibilidade de construção do sujeito autoral, com o seu próprio repertório de ideias e sua bagagem de conhecimentos.

Ciente dessa dupla orientação da palavra – em relação ao tema do discurso e em relação ao outro – o sujeito que se pretende autor deve entender que escrever com autoridade sobre aquilo que diz e como diz, de forma clara e coerente, implica esforço, método, trabalho árduo e meticuloso. É sobre isso que Eliane Castro de Araújo chama a atenção no texto “Tecendo Sentidos: reescrita e produção de texto” (2001). Segundo ela, é preciso pensar no leitor durante o ato da escrita, pois as escolhas e os arranjos textuais feitos pelo autor se constituirão em sinais de construção do sentido para quem for ler o texto. Como parte integrante do discurso, espera-se do enunciatário (leitor) uma leitura plausível e atitude responsiva.

Todo esse empenho deve ocorrer porque “a linguagem não é transparente” (ARAÚJO, 2001). Ela tem a forma que se dá a ela. Para que sua ideia seja compreendida ou, pelo menos, para que o leitor se aproxime ao máximo do que defende o autor, é preciso que este tenha a habilidade necessária de manejo da linguagem e da língua para que consiga preencher o texto com pistas para o seu leitor. Não há garantias quanto ao modo de como o leitor receberá o pensamento do autor e responderá a ele porque o ato de leitura está ancorado no conhecimento e nas experiências de quem lê.

Wolfgang Iser, em O Jogo do Texto (1), ajuda a esclarecer essa relação autor-leitor com a metáfora do jogo, cujos movimentos são desempenhados pelo autor, ao propor a ideia, e pelo leitor, ao reagir a ela, sendo o texto o campo do jogo. Como resultado desse jogo, as possibilidades são a vitória, que é o estabelecimento do significado do texto, ou o andamento do jogo, que é a manutenção do significado em aberto, à espera de novas leituras.

Por fim, Graciliano Ramos compara o ato de escrever ao capricho com que as lavadeiras de Alagoas desempenham seu ofício, no texto “Linhas Tortas” (1962). Para o escritor, “a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.” Ou seja, a palavra precisa ser trabalhada de forma a atingir – ainda que de forma aproximada – o resultado esperado, sem excessos nem ausências, pois o modo como ela estiver arranjada influenciará o sentido a ser atribuído pelo leitor.

ISER, Wolfgang. O Jogo do Texto, in A Literatura e o Leitor – Textos de Estética da Recepção, coordenação Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 2002

Fonte: texto extraído do *corpus* da pesquisa

Ao se realizar a comparação entre as versões 1 e 3 dos textos em exame, vê-se alguns movimentos de tentativa de (re)inscrição da aluna F, na escrita acadêmica, como mostra o quadro abaixo:

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

Quadro 1. Reconfigurações das versões das resenhas produzidas por F

Versão 1 (resenha)	Versão 3 (resenha)
Produziu o gênero solicitado, mas o objeto de discussão é pouco apreendido.	<ul style="list-style-type: none"> - Suprime uma ideia, por não demonstrar uma compreensão responsiva ativa da observação da professora. - Substitui a explicação anteriormente dada sobre a não transparência da linguagem e acrescenta outra mais detalhada e mais persuasiva. - Cita um autor, de outro lugar teórico, que trata da relação autor-leitor, para estabelecer um ponto de contato com a ideia por ela abordada sobre a relação autor-leitor. - Acrescenta uma nota de rodapé para referenciar o autor citado. - Modaliza uma explicação, relativizando-a e substitui uma palavra por outra de sentido diferente.
Nº de parágrafos e linha	Nº de parágrafos e linhas
5 parágrafos 25 linhas	7 parágrafos 45 linhas

Fonte: quadro elaborado com base nos dados extraídos dos textos da pesquisa

O quadro supracitado ilustra os movimentos de alteração realizados no texto. Chamo atenção para o fato de que, na terceira versão, a escrevente acrescenta 20 linhas em relação à primeira.

Esse dado é significativo por demonstrar um maior engajamento na escrita, marca de um trabalho sobre o texto, ou, em outras palavras, uma interação maior entre sujeito-autor e o objeto de discussão. Essa premissa vem reforçar a defesa de que o sujeito, ao mesmo tempo que escreve, é envolvido, marcado, afetado pelo que escreve na atividade de escrita.

Uma leitura global da 3ª versão do texto permite também notar certa evolução tanto no nível de profundidade e densidade da discussão quanto no nível de novidade/originalidade, possibilitando se entrever uma presença mais criadora da voz autoral à medida que esta trabalha mais o objeto de discussão, isto é, (re)enforma-o, adotando novos posicionamentos.

Relativamente a esse aspecto (nível de profundidade da discussão), cumpre-me esclarecer que a escrevente lança mão de um autor de outro lugar teórico, para adensar sua discussão, realizando, ainda, uma ação significativa, que é a de inserir uma nota, com a referência do autor citado – gesto que sinaliza uma negociação com a exterioridade (o leitor, os pares da comunidade acadêmica, a professora-pesquisadora).

Há aí, pois, uma responsividade ativa, visto que as duas ações revelam uma compreensão ativa sobre as exigências da escrita acadêmica. De um lado, tem-se a interação com os saberes do campo de conhecimento em que atua, evidenciada por meio da relação estabelecida entre os autores resenhados e aquele de que lança mão por iniciativa própria. De outro lado, o reconhecimento da importância da nota de rodapé naquele contexto específico, em que se referencia um autor diferente daqueles indicados na proposta de produção e, para além disso, advindo de outro lugar teórico.

Merece destaque, ainda, a reorientação dada à noção de não transparência da linguagem, como evidencia o trecho a seguir:

- (4) “Todo esse empenho deve ocorrer porque “a linguagem não é transparente” (ARAÚJO, 2001). Ela tem a forma que se dá a ela. Para que sua ideia seja compreendida ou, pelo menos, para que o leitor se aproxime ao máximo do que defende o autor, é preciso que este tenha a habilidade necessária de manejo da linguagem e da língua para que consiga preencher o texto com pistas para o seu leitor. Não há garantias quanto ao modo de como o leitor receberá o pensamento do autor e responderá a ele porque o ato de leitura está ancorado no conhecimento e nas experiências de quem lê”.

Diferentemente do que foi possível notar no exemplo anterior (versão 1 da resenha), neste, a escrevente associa a ideia de não transparência da linguagem à impossibilidade do controle total dos sentidos de um texto, ao afirmar, sobretudo, que

- (5) “não há garantias quanto ao modo como o leitor receberá o pensamento do autor e responderá a ele porque o ato de leitura está ancorado no conhecimento e nas experiências de quem lê”.

Trata-se, como se vê, da revisão de um posicionamento, ou seja, por meio da reescrita e das observações/provocações da professora-pesquisadora, a escrevente teve a oportunidade de relançar o seu olhar sobre seu objeto de discussão, apropriando-se de forma mais consistente da noção de não transparência da linguagem com a qual opera em ambas as versões de seu texto.

Considerações finais

Neste texto, busquei descrever implicações da reescrita para o processo de apropriação da escrita acadêmica, lançando particularmente o olhar sobre os movimentos mobilizados por uma aluna do 2º período do curso de Letras, na escrita da primeira e terceira versões de uma resenha acadêmica temática, produzida no contexto da Oficina de Produção de Textos Acadêmicos: desmitificando e enfrentando a escrita na universidade.

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

A análise demonstrou que a (re)escrita orientada, na universidade, tanto potencializa a apropriação da escrita quanto contribui para a própria construção da identidade acadêmica, à medida que as intervenções/observações do professor, no momento de correção textual, devem direcionar o olhar do escrevente para aspectos cujas dimensões transcendam a superfície textual: normas que orientam esse tipo de escrita e que precisam ser significadas, a apropriação e a articulação de conceitos/noções ligados a um determinado quadro teórico, da qual prescinde a inscrição em determinadas filiações teóricas, a construção de uma posição enunciativa frente ao diálogo com o discurso de outrem, a negociação com a exterioridade, etc. Todos esses aspectos estão submetidos a relações históricas, epistemológicas e culturais que moldam as práticas discursivas dos diferentes campos do conhecimento e reconhecê-los é essencial para o domínio e participação efetiva de tais práticas na universidade.

A (re)escrita orientada, por sua natureza dialógica, permite, com efeito, um reinvestimento em um dado projeto de dizer, possibilitando a construção de uma responsividade ativa, por parte do escrevente, que passa a atuar também como leitor-reavaliador de seu próprio texto. Essa reavaliação é marcadamente realizada por meio da apreensão de gestos de escrita espelhados nos comentários/observações do professor.

Por essa, entre outras razões, é muito importante que o *feedback* do professor sobre as produções de seus alunos promova um distanciamento crítico destes em relação às suas produções, de modo a favorecer a sua contrapalavra, bem como apreensão de princípios e valores que concorrem para a constituição da escrita acadêmica – deslocamento necessário para a apropriação de letramentos acadêmicos.

Em suma, os exemplos ora analisados demonstram a importância das observações/sugestões propostas pela professora-pesquisadora, as quais, sem dúvida, possibilitaram à estudante reposicionar-se em relação à tessitura de suas ideias, o que lhe demandou refletir sobre a própria escrita e mensurar sua própria performance para decidir, de forma responsiva e responsável sobre tais aprimoramentos – condição de “*devenir*”, do vir a ser, do tornar-se outro em relação a si mesmo e, conseqüentemente, em relação à própria escrita (ZANDWAIS, 2011).

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Juliana Alves Assis, pelas contribuições realizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Os agradecimentos também são extensivos ao CNPq pelo apoio financeiro concedido.

Referências

- AGUSTINI, C. L. H.; ARAÚJO, É. D. de. **A (re)escrita em espaço escolar: a relação professor-saber-aluno**. Curitiba: Appris, 2019.
- AGUSTINI, C. L. H.; BORGES, S. Z. da S. Petrificação de gênero e gênero escolar: uma análise enunciativa sobre (im)possibilidades do ensino de escrita baseado em gêneros textuais. *In*: SANTOS, H. S.; ASSUNÇÃO, K. L. de F. (org.). **Enunciação & Discurso: língua e literatura**. Curitiba: Prismas, 2014. p. 193-220.
- ARAÚJO, L. C. de. Tecendo sentidos: reescrita e produção de texto. **Revista da FAGED**, n. 05, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso em: 5 ago.2022.
- ASSIS, J. A. “Eu sei mas não sei colocar no papel aquilo que eu sei”: representações sobre os textos acadêmico-científicos. *In*: RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 423-454.
- ASSIS, J. A. Ações do professor e do universitário nas práticas de ensino e de aprendizagem da escrita acadêmica: o papel da avaliação e da reescrita no processo de apropriação do gênero resenha. **Eutomia**, Recife, v. 1, n. 13, p. 543-561, jul. 2014a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/579>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- ASSIS, J. A. Representações sobre os textos acadêmico-científicos: pistas para a didática da escrita na universidade. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 801-815, maio/ago. 2014b. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudoslinguisticos/article/view/482>. Acesso em: 01 jul. 2022.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

BAKHTIN, M. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 303-336.

BANZARIM, M. Os gêneros na construção da interação entre professora e aluno(s) e os impactos no processo de ensino-aprendizagem da escrita. *In*: GONÇALVES, A. V.; BAZARIM, M. (org.). **Interação, gêneros e letramentos: a (re)escrita em foco**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 237-260.

BELOTI, A.; MEGASSI, R. J. Compreensão da escrita como processo na formação docente do PIBID. **Raído**, Dourados, v. 12, n. 27, jan./jun. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323854486_A_compreensao_da_escrita_como_processo_na_formacao_docente_do_PIBID. Acesso em: 28 jul. 2022.

BESSA, J. C. R. **Dialogismo e construção da voz autoral na escrita do texto científico de jovens pesquisadores**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2016.

COMPAGNON, A. **O trabalho da citação**. Tradução de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

CORRÊA, M. L. G. A escrita na formação do professor e pesquisador. Entrevista. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, p. 177-185, 2019.

CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. **Linguagem em (Dis) curso**, Tubarão, v. 13, n. 3, p. 481-513, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/ndCmMjqNqdfb4CsYhkBvhQP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CORRÊA, M. L. G. O estatuto da linguística aplicada no campo das ciências da linguagem e o ensino da escrita. **Revista da ABRALIN**, v. 7, p. 243-271, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/download/52497/32295>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CORRÊA, M. L. G. Heterogeneidade da escrita: a novidade da adequação e a experiência do acontecimento. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 8, p. 269-286, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59756>. Acesso em: 5 jul. 2022.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FIAD, R. S. Reescrita, dialogismo e etnografia. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 3, p. 463-480, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v13n3/02.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FIAD, R. S. A escrita na universidade. **Revista da ABRALIN**, v. eletrônico, n. especial. p. 357-359, 2ª parte 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/32436>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FIAD, R. S. **Escrever é reescrever**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2006. 62 p. (Coleção Alfabetização e Letramento). Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2011%20Escrever_Reescrever.pdf. Acesso em 28 abr. 2023

FIAD, R. S. (Re)escrita e estilo. *In*: ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M.L. T. **Cenas de aquisição da escrita: o sujeito e o trabalho com o texto**. Campinas: Mercado de Letras, 1997. p. 155-174.

GERALDI, J. W. **A escrita como trabalho: operações e metaoperações de construção de textos**. 2018. Disponível em: blogdogeraldi.com.br/a-escrita-como-trabalho-operacoes-e-metaoperacoes-de-construcao-de-textos/. Acesso em: 01 ago. 2022.

GERALDI, J. W. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GERALDI, J. W. Leitura: uma oferta de contrapalavras. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 20, p. 77-85, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qtMKxcWg3SSxFDKbCKys6nc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2023.

INDURSKY, F. As determinações da prática discursiva da escrita. **Revista Desenredo**, v. 12, n. 1, p. 40-47, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5954>. Acesso em: 29 abr. 2023.

KOMESU, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo vol. 1**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019.

- | A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade

MENEGASSI, R. J. A revisão de textos na formação docente inicial. *In*: GONÇALVES; A. V.; BANZARIM, M. (org.). **Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

RUIZ, E. **Como se corrige redação na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SILVA, J. Q. G. Prefácio. *In*: RODRIGUES, D. L. D. I. **Escrita de pesquisa e para a pesquisa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 9-14.

SILVA, S. O. **O desabrochar da posição autoral no processo de escrita orientada: incursões de universitários da área de Letras na escrita acadêmica**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SILVA, S. O.; BOCH, F. Dialoguer avec le discours d'autrui dans l'écrit académique ou comment construire une posture d'auteur? **Revista Linguagem e Ensino**, Pelotas, v. 22, n. 3, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/index>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SCHONS, C. R. Escrita, efeito de memória e produção de sentidos. *In*: SCHONS, C. R.; RÖSING, T. M. K. (org.). **Questões de escrita**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 138-156.

ZANDWAIS, A. Da língua ao discurso nos limites da sintaxe: as tênues fronteiras entre discursos citados e citantes. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n.5, p. 4-19, 1º sem. 2011. Disponível em: revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/download/5313/5086. Acesso em: 6 ago. 2022.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: OLIVEIRA SILVA, Sibely. A importância da (re)escrita orientada para a apropriação da escrita acadêmica na universidade. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 196-217, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 11/08/2022 | Aceito em: 04/09/2022.

A ESCRITA E A LEITURA INFANTIL: EFEITOS DO OUTRO/OUTRO NA TRAVESSIA DA CRIANÇA PELA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA

Magda Wacemberg Pereira Lima CARVALHO¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3397>

Resumo: Pretendemos, neste trabalho, colocar em discussão a escrita e a leitura infantil, recortando-se o efeito do outro (alteridade) e do Outro (alteridade radical) na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita. Nesse sentido, este estudo filia-se ao interacionismo em aquisição de linguagem, conforme proposição da pesquisadora brasileira Cláudia de Lemos, que, fundamentada na linguística estruturalista de base europeia e na psicanálise lacaniana, concebe a aquisição de linguagem como consequente à mudança de posição da criança em relação ao outro, à língua e à própria criança. Nesse enfoque, nosso *corpus* é composto por textos escritos e lidos, em ambiente escolar, por três crianças, entre três e cinco anos de idade, matriculadas no primeiro, segundo e terceiro ano da Educação Infantil. Os dados apontaram que o efeito do outro é o de espelho em que a criança, referida ao texto-discurso desse outro, tenta constituir sua escrita e sua leitura, enquanto o efeito do Outro só é possível a partir da imersão da criança na materialidade dos textos.

Palavras-chave: Aquisição da Linguagem. Escrita. Leitura. Criança. Outro.

¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Pernambuco, Brasil; magdapcarvalho@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-5392-8182>

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

CHILDREN'S WRITING AND READING: EFFECTS OF THE OTHER/OTHER IN THE CHILD'S TRAVERSE THROUGH THE ACQUISITION OF WRITTEN LANGUAGE

Abstract: In this paper, we intend to discuss children's writing and reading, focusing on the effect of the other (alterity) and the Other (radical alterity) in the child's journey through the acquisition of written language. In this sense, this study is affiliated with interactionism in language acquisition, as proposed by the Brazilian researcher Cláudia de Lemos, who, based on European structuralist linguistics and Lacanian psychoanalysis, sees language acquisition as a consequence of the change in the child's position in relation to the other, to language, and to the child itself. On this focus, our corpus is composed of texts written and read in a school environment by three children between three and five years old, enrolled in the first, second, and third years of kindergarten. The data pointed out that the effect of the other is the mirror effect, in which the child, referred to the discourse-text of this other, tries to constitute his/her writing and reading, while the effect of the Other is only possible through the immersion of the child in the materiality of the texts.

Keywords: Language Acquisition. Writing. Reading. Child. Other.

Introdução

O título deste artigo nos dirige a uma discussão que convoca a observação da travessia da criança pela linguagem escrita, dizendo melhor, que convoca o olhar do investigador para o movimento feito pela criança na tentativa de atravessar a linguagem escrita para tornar-se escrevente e leitora. É importante dizer que entendemos a travessia da criança em aquisição da escrita como um movimento que se dá para frente e para trás, quando ela escreve desenhos e passa a escrever letras ou quando, já escrevendo letras, ela volta a escrever desenhos.

A compreensão de tal movimento remete-nos ao delineamento teórico da autora brasileira Cláudia de Lemos, no campo da aquisição de linguagem, mais precisamente à visão estrutural da mudança. Nesse sentido, cumpre ressaltar que nossa reflexão sobre o tema deste estudo passa pela noção de língua como sistema, da linguística saussuriana. Isso porque, para chegar à proposta de mudança de posição da criança na passagem de *infans* a sujeito falante, Lemos toma essa noção de Saussure, e ainda a releitura feita por Jakobson das relações associativas e sintagmáticas como processos metafóricos e metonímicos, para abordar a fala inicial. A partir disso, a autora dá à língua a função de captura e, em consequência, concebe "a criança como capturada por um funcionamento linguístico-discursivo" (LEMOS, 2002, p. 55).

É importante destacar que, para dar essa função à língua, a autora apoia-se “em fenômenos específicos da fala” (LEMOS, 2002, p. 55). Isso em razão de que a fala da criança aponta, conforme Lemos (2002), para um sujeito que se constitui pela linguagem e é por ela dividido. Trata-se de um sujeito afetado pelo outro (alteridade), que o insere na linguagem, e pelo Outro (alteridade radical), que representa a linguagem.

Diante disso, a ideia de aquisição como fenômeno determinado por estágios de desenvolvimento é afastada e passa a ser considerada como resultado da relação da criança com o outro, com a língua e com ela própria, a partir da mudança de posição em uma estrutura cujos polos dominantes são, na primeira posição, o outro; na segunda, a língua e, na terceira, a própria criança. Nesse sentido, o que se tem, na proposta de Lemos (2000, 2002), não é a superação de nenhuma das três posições, mas uma relação sujeito-língua.

Reconhecemos que, ao fundamentarmos nosso estudo no interacionismo em aquisição de linguagem, é preciso que se diga que a materialidade linguística analisada no projeto de Lemos é a fala inicial de crianças e não a escrita. No entanto, por não haver uma cisão radical entre fala e escrita da criança, nessa proposta teórica, e por entendermos que a visão estrutural da mudança, por se distanciar da ideia de aquisição como desenvolvimento, também possibilita a investigação da travessia da criança pela aquisição da escrita, assim como a leitura que ela faz dessa escrita, recorreremos à teorização proposta por Lemos (2000, 2002) e refinada por Borges (2006a, b), para analisar o efeito do outro e do Outro no movimento de entrada da criança na escrita.

É necessário dizer também que, ao admitirmos a visão da mudança de posição da criança como possibilidade teórica para investigar a escrita e a leitura infantil, não é nosso intuito colocar em paridade a aquisição da fala e da escrita, mas observar como a criança em aquisição escreve e lê suas produções, uma vez que o movimento proativo e retroativo que ela faz em sua travessia pela aquisição da escrita parece ter relação ora com a escrita e a leitura do outro, ora com o funcionamento da língua, com a escrita e a leitura da própria criança.

Diante disso, embora não tenhamos o intuito de refazer o caminho empreendido por Lemos para chegar a essa formulação, entendemos que, para manter a coerência deste trabalho e, principalmente, a compreensão de nosso leitor acerca de nossa filiação teórica, é necessário esclarecer como a autora organizou sua proposta de teorização. Vejamos a seguir.

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

Delineamento da visão estrutural da mudança

Com o objetivo de elaborar a proposta de uma visão estrutural, a partir do funcionamento da linguagem, Lemos (2000, 2002) formula a articulação entre três posições – *outro*, *língua* e *sujeito*, cada uma com um polo predominante.

A posição cujo polo dominante é o *outro* é considerada como a que fragmentos do enunciado do outro comparecem na fala da criança. É importante ressaltar que, nessa posição, também podem comparecer textos ausentes da situação enunciativa, ou seja, enunciados de diálogos anteriores podem irromper na fala da criança.

Nesse sentido, o que interessa da *primeira posição* “é a escuta da fala da mãe que se revela na fala da criança” (LEMOS, 2002, p. 58), pois os significantes do outro que emergem na fala da criança mostram a língua em funcionamento. Quer dizer, a criança referida à fala da mãe traz para o diálogo fragmentos de outras cenas, que podem ter relação associativa com o que foi enunciado pelo outro.

A *segunda posição* é referida pela autora (2000, 2002) como a posição cujo polo dominante é a *língua* e seu funcionamento. Nesse sentido, o funcionamento da língua se dá a ver a partir do “erro”, isto é, a partir do que “se dá como diferença em relação aos significantes do outro” (LEMOS, 2000, p. 64).

Para a autora (2000), nessa posição, a criança é impermeável à reação do adulto diante do que aparece como erro em sua fala e, por isso, não reconhece a diferença entre o enunciado do outro e o seu. Desse modo, o que comparece como “erro” na fala da criança e viola as leis da língua indica a “diferença não reconhecida pela criança” (LEMOS, 2000, p. 64), ou melhor, indica a relação entre saber e falta e não um erro linguístico. Assim, alienada ao movimento da língua, a criança em aquisição de linguagem está suscetível a deslocamentos e associações de significantes já conhecidos e que circulam em sua fala.

A *terceira posição* tem o próprio *sujeito* como dominância do polo. Conforme a autora (2000), a criança reconhece o erro que comparece em sua fala a partir de sua própria escuta e, por consequência, empreende tentativas de correção/reformulação. Dessa forma, o que se destaca, nessa posição, é o reconhecimento da criança da variedade de termos que ela usa para reorganizar seus enunciados, o que evidencia a relação da criança com sua própria fala.

Diante disso, por não haver superação de nenhuma das posições e sim uma relação, uma vez que “as três posições não são ordenáveis entre si, nem são determinadas cronologicamente” (MALDONADE, 2015, p. 1630), nossa suposição é a de que no

movimento de travessia pela aquisição da escrita, assim como na passagem da criança de *infans* a sujeito-falante, fragmentos de textos escritos ou lidos pelo outro podem comparecer na escrita e na leitura da criança, bem como “erros” gráficos e de leitura cuja diferença entre a produção da criança e a do outro não é reconhecida por ela, além de poder haver produções em que a criança corrige e reformula sua escrita e sua leitura.

Tal pressuposto se dá pelo entendimento de que a criança, em aquisição da linguagem escrita, escreve e lê, embora não de acordo com o que é esperado pelo outro já alfabetizado, isto é, no início da travessia pela linguagem escrita “a criança já lê antes de se tratar, propriamente, dos sinais da escrita, o que permite dizer que, antes de se tornar escrevente, a partir de um suporte fonético, ela já se encontra numa relação com a escrita” (BURGARELLI, 2003, p. 82) e com a leitura. Nesse sentido, a criança, afetada pela escrita como funcionamento simbólico, aponta para uma maneira própria de escrever e ler que “não se pauta somente na evidência gráfica para se constituir, e se mostra como efeito do funcionamento da linguagem sobre a linguagem” (BOSCO, 2009, p. 197), sinalizando um movimento de escrita e de leitura que se faz pelo efeito do outro (alteridade) e do Outro (alteridade radical).

Em vista disso, é possível entendermos que a mudança de estatuto da criança de não escrevente para escrevente e de não leitora para leitora também passa pela mudança de posição em uma estrutura. Em outras palavras, a criança pode deslizar de uma posição para outra em sua travessia para chegar à escrita e à leitura propriamente dita. No entanto, para que essa mudança de estatuto aconteça, é necessário que a criança seja colocada em contato com a escrita, quer dizer, é preciso que ela seja imersa em situações de escrita e de leitura, o que implica a presença do outro que vai inserir a criança na linguagem.

Nesse ponto, convocamos a afirmação de Borges (2006b, p. 149) de que “a imersão em textos promove ou é determinante do processo de aquisição da escrita” para enfatizarmos que o acesso da criança à escrita requer que ela circule pelas representações do Outro, isto é, requer que ela circule pela variedade de textos, pois é “pelas representações sobre a língua escrita que antecedem à sua na ordem discursiva em que está inserida” (BORGES, 2006a, p. 97) que a travessia da criança pela aquisição da escrita permite ver a mudança de posição.

Em vista disso e de entendermos que a relação da criança com a escrita, assim como a fala, necessita da presença do outro que, como um lugar primordial à inserção da criança no funcionamento da língua, vai colocá-la, conforme Lemos (1998), no movimento linguístico-discursivo da escrita, conseqüentemente no movimento da estrutura, a questão que nos interroga é: *qual o efeito do outro e do Outro na escrita e na leitura da criança em*

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

aquisição da escrita? Dizendo melhor, se para escrever e ler a criança precisa estar referida ao outro e ao Outro, o que deles (outro e Outro) afeta a escrita e a leitura da criança?

Para iniciarmos uma tentativa de resposta a esta questão, faz-se necessário apresentarmos a distinção entre “outro” e “Outro”. Passemos a esse ponto, então.

Sobre o outro e o Outro

Avisão estrutural da mudança de posição, conforme a elaboração que apresentamos, aponta para um sujeito constituído pela linguagem e ao mesmo tempo dividido por ela. Nessa perspectiva, Lemos (2002) admite que sua proposta se aproxima da psicanálise, ou melhor, aproxima-se da psicanálise lacaniana, dado que, para Lacan (1992, p. 226), o lugar do sujeito na linguagem “está inscrito desde seu nascimento” quando lhe é dado um nome, por meio do qual será reconhecido socialmente.

Nesse sentido, é possível compreender que, antes de sua chegada ao mundo, a criança já está imersa na linguagem e submetida à estrutura do simbólico² e, mesmo ainda não tendo acesso à fala, é falada pelo outro. No entanto, embora imersa na linguagem, antes do nascimento a criança ainda não pode ser considerada sujeito. Para a psicanálise, o sujeito “não ‘nasce’ e não se ‘desenvolve’” (ELIA, 2010, p. 33), ele se constitui articulado ao plano social, quando o ser recém-chegado é introduzido na linguagem. Sendo assim, a criança vem ao mundo marcada por um discurso que a insere na ordem humana e cujas condições de inserção são criadas pelo outro, geralmente um adulto que, segundo Elia (2010), ao cuidar da criança, acaba introduzindo-a na ordem simbólica de representações sociais e culturais que a antecederam.

Nesse ponto, é importante esclarecer que o “outro” (grafado com “o” minúsculo), na psicanálise lacaniana, refere-se ao outro semelhante, isto é, ao outro imaginário, que ajuda a criança a constituir seu “eu” “através dos mecanismos de identificação” (CHEMAMA, 1995, p. 156) com a imagem. Para Lacan (1988), é a alteridade em espelho.

O Outro (grafado com “O” maiúsculo) indica uma alteridade radical e opõe-se à dimensão do outro (identificação imaginária). Lacan (1988) define o Outro como “aquele ao qual nós nos dirigimos para além desse semelhante, aquele que somos forçados a admitir para além da relação da miragem [...], do qual sempre nos endereçamos” (LACAN, 1988, p. 286-287) e que corresponde, conforme esse autor (2008, p. 200), ao “lugar em

2 O simbólico é definido como uma “função complexa e latente que envolve toda a atividade humana, comportando uma parte consciente e outra inconsciente, ligadas à função da linguagem” (CHEMAMA, 1995, p. 199).

que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito”. Logo, esse lugar não pode ser outro senão a linguagem, pois o sujeito nasce no que surge o significante e, de acordo com a psicanálise lacaniana, por nascer com o significante, o sujeito nasce dividido pelo efeito de linguagem e, portanto, submetido a esse campo.

Segundo Chemama (1995, p. 156), essa diferença de grafia tenta indicar que “o sujeito é tomado por uma ordem radicalmente anterior e exterior a ele, da qual depende, mesmo que pretenda dominá-la”. Assim, esse Outro assinala a ordem de valores que chega à criança como um conjunto de marcas materiais e simbólicas, transmitido por meio da linguagem. Em vista disso, o “Outro não é uma instância, mas a ordem simbólica, constituída pela linguagem e composta de elementos significantes” (GARCIA-ROZA, 1992, p. 211).

Cumpramos realçar, seguindo Elia (2010), que nos primeiros meses de vida a criança ainda não está constituída como sujeito. Nesse período, sua condição caracteriza-a como um ser dependente de outro, que a atenderá por meio da palavra, favorecendo seu encontro com o campo simbólico e, por conseguinte, com a ordem significante. Nesse sentido, a psicanálise, de Lacan em diante, considera que “o sujeito só pode ser concebido a partir do campo da linguagem” (ELIA, 2010, p. 34), visto que a criança se constitui como sujeito a partir do efeito de linguagem, introduzido pelo significante no campo do Outro (alteridade radical) pelo outro (alteridade), que lhe fornece os significantes, em razão de a linguagem ser o que permite ao ser recém-aparecido no mundo romper com seu estado biológico e fazer seu ingresso na ordem do simbólico.

Conforme se pode notar, o outro (alteridade) distingue-se do Outro (alteridade radical) e ao indicar, na proposta de mudança de posição, que a criança em aquisição de linguagem estará referida à fala da mãe, à língua ou a sua própria fala, Lemos (2000, 2002) não só apresenta uma alternativa à noção de desenvolvimento como permite vislumbrar a ação do outro e do Outro na fala da criança. Com isso, a autora deixa aberta a possibilidade de se investigar o efeito do outro e do Outro, também, na travessia da criança pela aquisição da escrita.

A escrita e a leitura de crianças

Recuperando nossa suposição de que, no movimento de travessia pela aquisição da escrita, a criança estará referida ao texto do outro, ao funcionamento da língua e à sua própria produção escrita, trazemos Borges (2006a, p. 97) que, ao discutir acerca da posição representacionista na aquisição da escrita, diz que “o acesso da criança à escrita

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

implica a representação”, ou seja, a criança precisa ser colocada em situações de escrita e de leitura que representem a língua escrita, pois, conforme a autora (2006a, p. 98), “escrever, para a criança, é essencialmente uma atividade de imitação das representações do que é ‘possível’ na escrita”.

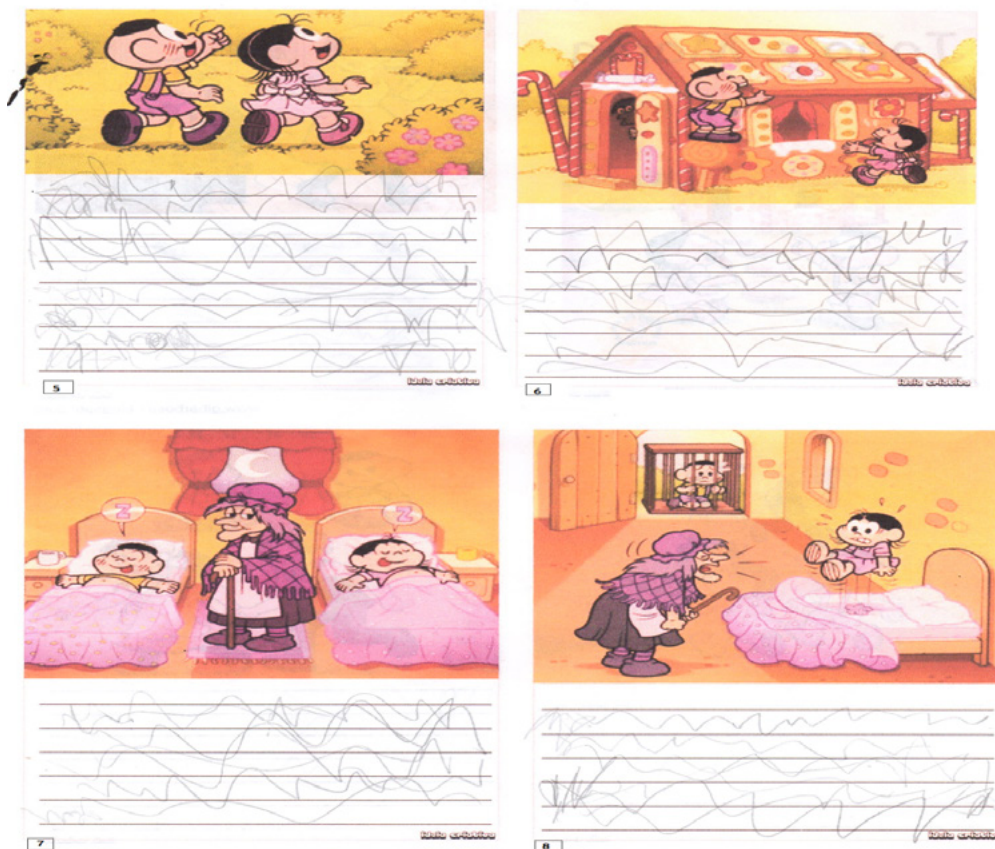
Diante desse entendimento, destacamos que as produções³ escritas e lidas pelas crianças de nosso estudo derivam de situações de escrita e leitura, ocorridas em ambiente escolar em um momento reservado para “A hora do conto”, que consistia na leitura em voz alta pela professora da turma ou por membros da comunidade escolar, duas vezes na semana. Nessas situações, a materialidade do texto foi priorizada por meio do manuseio de livros paradidáticos, histórias em quadrinhos e atividades impressas. Isso posto, vejamos se é possível encontrarmos resposta(s) ao nosso questionamento a respeito do efeito do outro e do Outro na escrita e na leitura da criança em aquisição de linguagem:

Cena 1

A cena de escrita e leitura, a seguir, tem como protagonista M., menina de três anos de idade, matriculada no primeiro ano da Educação Infantil, e ocorreu no período em que a professora da turma estava apresentando as diferentes formas gráficas da letra “A”. No entanto, M. escrevia apenas traços. Observemos:

3 As produções que apresentamos, neste trabalho, são de crianças entre três e cinco anos de idade, matriculadas no primeiro, segundo e terceiro ano da Educação Infantil. Os textos foram coletados pela autora, em 2019, mediante autorização prévia dos pais/responsáveis pelas crianças e, também, pelas professoras das turmas de Educação Infantil de uma escola da rede particular de ensino, em Pernambuco. Para preservar a identidade das crianças, utilizaremos as iniciais de seus nomes, a saber, M., B. e A, conforme apresentação das cenas de escrita e leitura.

Figura 1. Escrita de M.



Fonte: Dado coletado pela autora (2019)

Escrita após a leitura do conto “João e Maria”, é possível percebermos na produção de M. o registro de várias sequências de linhas em zig-zague e sobrepostas, agrupadas abaixo de cada ilustração como se numa ordem sintagmática. O registro dessa escrita leva-nos a compreender que o contato com textos escritos possibilita o aparecimento de aspectos gráfico-textuais nas produções da criança que está iniciando sua travessia pela linguagem escrita. Ressaltamos que, devido à semelhança entre os traços registrados por M. nessa atividade, optamos por trazer aqui apenas o recorte de imagens do segundo conjunto ofertado.

Após escrever a primeira parte da atividade, a menina inclina-se sobre a folha e diz:

M.: *Ela uma vez eles pegalo o lanche aí eles pegalu. Óia o tanto que eu já fiz!*

P.: *Aham.*

M.: *Deixa só esse daqui porque eu já tô cum sono.* (Refere-se a deixar em branco as linhas que seguem as duas últimas ilustrações da atividade)

P.: *E tá? Então vamo lê a história que você escreveu!*

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

Diante do que M. apresenta nesse início de sua passagem pela aquisição da escrita, lembramo-nos do que Lemos (2002) diz sobre a criança, em aquisição, mostrar-se alienada ao outro. Isso porque ao apresentar sequências de linhas, que simulam textos da língua constituída, e ao simular uma leitura inicial a partir da expressão “Ela uma vez”, é possível pensarmos que, na escrita nascente, a criança incorpora não só o movimento de escrita, do outro, que servirá de referência para guiar o seu, como também incorpora os enunciados dos textos lidos pelo adulto, o que nos encaminha para o que é proposto por Lemos na formulação da *primeira posição* da estrutura.

No caso dessa escrita, podemos supor que o que é incorporado por M. da escrita do outro como espelho é, justamente, a disposição linear dos traços, que se organizam “como que em sintagmas com ares de frases” (BORGES, 2006a, p. 129), o que pode ser assimilado como resultado do efeito do Outro, da ordem simbólica, quer dizer, da linguagem, já que os textos a que a criança tem acesso apresentam-se ordenados em sequências lineares.

Quando dizemos que essa produção pode ser compreendida como efeito do Outro, por consequência, afirmamos que essa escrita também decorre do efeito do outro, em razão de ser esse outro, no dizer de Lemos (2006), matriz de identificação da criança “como semelhante – e membro da comunidade linguística e cultural – e como dessemelhante” (LEMOS, 2006, p. 27), quem proporciona o contato da criança com os textos.

Ao dizer que deixássemos apenas o que já havia escrito e declarar que estava com sono, deciframos como uma recusa de M. a dar continuidade à atividade de escrita. Então, solicitamos que fizesse a leitura de sua produção. Notemos:

M.: *Bê, cê, dê, gê, agá, bê, cê, gê, é, agá, pê, quê, gê, é, é, é, éfe, gê, agá, gê* (enquanto fala, aponta o lápis para todas as ilustrações da primeira página). *Pê, quê, gê, é, é, é, é, éfe, gê, agá* (aponta para todos os traçados feitos na segunda página). *Ela uma vez, ela uma vez essa menina tava na floresta, aí como ele disse “eu vou compá um lanchinho”* (fala mudando a entonação vocal para um timbre infantilizado). *Aí ele acendeu a fogueta e ela encontrou o menino e ela sentou. Aí ele disse “vamo compá um lanchinho!”* (muda a entonação vocal, referindo-se à ilustração cinco). *Aí eles folam, folam, folam, folam, folam aí ele foi e pegou uma casa e achou uma casa. Ela uma vez a bluxa deu um monte de comida dela pa eles* (aponta para a ilustração em que a bruxa aparece). *Pa ele e pa ela, pa ela e pa ele, pa ela e pa ele. Aí ela foi e mandou fazê um monte de coisa* (aponta para a imagem que representa a bruxa dando ordens a Maria). *Aí ele tava tancado* (refere-se à ilustração em que o personagem João é mantido preso). *Ela ficou no fogo, aí quando ela foi pá cá ela distancou o portão. Aí eles fugilam pala casa, eles chegalam e encontalam o papai deles e eles delam um abação. Fim!*

Observamos que ao falar a sequência “bê, cê, dê, gê, agá, bê, cê, gê, é, agá, pê, quê”, quase ininterruptamente, M. parece repetir a fala do outro, que atua como intérprete, lê e escreve para ela. Nesse entendimento, é provável que, em algum momento de sua travessia para tornar-se escrevente, esse outro (mãe/pai/professora ou quem assuma essa posição) tenha feito uma leitura similar à da menina ou até mesmo durante alguma situação em que o outro, ao mostrar as letras que compõem o alfabeto, pode ter falado o nome das letras de maneira sequenciada e acelerada.

Após ler os traçados simulando os nomes das letras do alfabeto, M. empreende uma leitura baseada na descrição das ilustrações apresentadas na atividade, demonstrando, com isso, o efeito do Outro (alteridade radical).

Nossa compreensão a esse respeito tem a ver com a escrita em funcionamento na produção gráfica e na leitura da menina, pois quando ela inicia sua leitura empregando a consagrada expressão “Ela uma vez” e em seguida apresenta o cenário e as personagens, M. já aponta indícios de que “lê/interpreta sua escrita no texto/discurso do Outro” (BORGES, 2006a, p. 200). Além disso, o uso do discurso direto a fim de indicar a fala de uma das personagens e, ainda, a reprodução dessa fala com uma entonação vocal diferente podem ser decifrados como o que reverbera dos textos do Outro, escritos e lidos pelo outro, a que M. teve acesso.

É interessante notar que, ao representar a fala da personagem, em dois momentos da leitura, a menina faz referência à compra de lanche (“eu vou compá um lanchinho”, “vamo compá um lanchinho!”). Nessa passagem, é presumível que ela tenha recorrido ao que foi apresentado pelo outro durante a leitura da narrativa, visto que, ao ler o conto, a pesquisadora fazia breves interrupções para interagir com as crianças sobre o enredo e, diante disso, tendo enfatizado que as protagonistas haviam sido deixadas sozinhas na floresta porque a família não tinha dinheiro para comprar alimentos, algo dessa fala pode ter afetado a menina, que, por sua vez, altera alguns elementos do enredo.

M. finaliza a primeira parte de sua leitura dizendo que as crianças “folam, folam, folam, folam” até encontrarem uma casa e conclui a leitura com um alegre “fim”. No entanto, ao perceber que ainda não havia feito referência a outras cenas do conto, ela retoma a leitura e inicia, mais uma vez, pela expressão “Ela uma vez” e, em seguida, apresenta uma leitura referida ao que aparece em cada ilustração. Com isso, a criança apresenta, resumidamente, todo o enredo da narrativa.

Diante do que comparece na escrita e na leitura de M., é possível observarmos que, no momento inicial de sua travessia pela escrita, a criança aparece referida aos textos do outro, assim como ao que vem do Outro, enquanto representação da linguagem.

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

Cena 2

A cena a seguir foi vivenciada por B., menino de quatro anos de idade, matriculado no segundo ano da Educação Infantil e que já sabia escrever algumas letras do alfabeto. Vejamos:

Figura 2. Escrita de B.



Fonte: Dado coletado pela autora (2019)

Escrito logo após a leitura do conto “Branca de Neve e os sete anões”, podemos ver que esse texto está organizado em pequenos blocos de letras que se repetem tanto no mesmo segmento quanto entre os segmentos dos demais blocos que compõem a atividade, como as letras “A”, “B”, “E”, “H” e “O”, sendo a letra “X” a única que não aparece repetida.

Com fundamento em Borges (2006a), podemos supor a repetição de letras como consequência das múltiplas impressões fornecidas pelos textos aos quais a criança tem acesso, isto é, como efeito do Outro, da linguagem, pois na “aquisição da escrita, as unidades textuais, de qualquer extensão, são continuamente transformadas segundo processos metafóricos e metonímicos” (BORGES, 2006a, p. 201), isto é, segundo associações e combinações de termos. Pelo que podemos observar, na produção de B., há letras que aparecem em todas ou quase todas as sequências como as letras “O”, “E” e “H” e outras que se substituem, como as letras “A” e “B”. Borges (2006a) explica que, nos momentos iniciais da escrita, os dois eixos não funcionam um sem o outro, provocando o efeito de dispersão que dificulta a interpretação. No entanto, a autora afirma que é nessa dispersão que está a lógica que orienta as transformações da escrita nascente em direção à escrita constituída.

Nessa perspectiva, a observação do funcionamento dos dois processos (metafórico e metonímico) encaminha-nos para a *segunda posição*, da visão estrutural da mudança (2000, 2002), quando o destaque é a língua em funcionamento. Isso porque, ao escrever seu texto, a criança inicia o primeiro bloco com a letra “B” como se tentasse reproduzir o título da narrativa, porém a letra que emerge nos blocos que se seguem é a vogal “O”. A emergência dessa letra remete-nos ao que Lemos (2002) trata sobre o “erro” ou produções impreviáveis.

No caso da escrita de B., podemos pensar o deslizamento da letra “B” para “O” como algo relativo ao equívoco, não o equívoco que resulta da semelhança gráfica ou sonora, mas como algo que remete à letra inicial do título da atividade aos grupos de famílias silábicas apresentadas nas atividades de cópia ou ao seu próprio nome, visto ser a consoante “B” a letra inicial de seu nome. Dizendo melhor, é possível que ao ser convocado a realizar uma atividade de escrita que não consiste em fazer cópia de letras ou palavras e cuja única referência de escrita que aparece impressa na atividade é o título do texto, a criança tenta, inicialmente, reproduzir a primeira letra do título ou de seu próprio nome e, nos blocos seguintes, desliza para a escrita da letra “O”.

Desse modo, as formas gráficas que aparecem na escrita inicial podem ser entendidas como significantes que emergem “em suas relações com o feixe de representações” (BORGES, 2006a, p. 130) em que se registram as experiências vivenciadas. Nessa perspectiva, as formas escritas pela criança, independente de serem traçados indiferenciados ou letras alfabéticas, não são simples registros, mas a interpretação que a criança faz sobre a escrita, ou melhor, sobre o movimento linguístico-discursivo da escrita.

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

Com isso, compreendemos que os elementos gráficos registrados por B. são postos em relação como efeito do outro e do Outro, representado na sala de aula, conforme Borges (2006a), pelos discursos orais e escritos.

Solicitado a ler sua produção, B. fez a seguinte leitura:

B.: Uma vez Cindelela ela estava andando pá pegá maçãs e a buxa disse “cadê a buxa, cadê a buxa” (canta baixinho). Aí o espelho disse “É a Cindelela” (fala com um timbre grave). Aí o pai disse “vai pela floresta”. A buxa deu pala ela uma maçã envenenada. E aí ela dusmiu. Aí foi um príncipe beizou um beizo de amô vesdadêlo e ficalo felizes pala sempe⁴.

Diante da leitura de B., observamos que ele se limitou a descrever os episódios das ilustrações, embora alguns personagens presentes nas cenas do conto não tenham sido citados e outros tenham sido substituídos. Apesar disso, a leitura foi iniciada pela clássica expressão “Era uma vez”, reduzida a “Uma vez”.

Seguindo a sequência das ilustrações, o menino passa para a leitura da imagem em que a bruxa conversa com o espelho e, mudando a entonação vocal para imitar o espelho, diz “é a Cindelela”. Ao passar para a imagem seguinte, ele se refere ao caçador como o “pai”, que aconselha sobre o caminho a ser seguido pela filha. Nessa leitura, observamos duas importantes substituições, a primeira é a do nome da protagonista – “Branca de Neve” por “Cinderela” e a segunda é a do termo “caçador” por “pai”. Entendemos que essa substituição de nomes pode ser decifrada como equívoco na leitura ou, seguindo o delineamento teórico da mudança de posição, pode ser interpretada como resultado do funcionamento da língua, uma vez que, na posição cujo polo dominante é a língua, o “erro” é o que dá a ver a língua em funcionamento.

No entanto, acreditamos que essas substituições na leitura de B. não tenham sido ocasionadas por seu desconhecimento acerca das personagens, mas em razão de o conto “Cinderela” ter sido o texto lido para as crianças da turma na semana anterior à ocorrência dessa cena. Convocado a ler sua produção, é possível notar que significantes da leitura anterior retornam na leitura feita por B., o que nos encaminha para a posição em que a criança está alienada ao outro e fortalece a compreensão de que as posições, propostas por Lemos (2000, 2002), não são ordenáveis entre si.

4 Na época dessa cena de escrita e leitura, B. tinha dificuldade para falar o fonema /R/ em palavras com sílabas complexas e com arquifonemas do grupo -ar, -er, -ir, -or e -ur, ora omitindo essa letra, como em “buxa” ora substituindo por “s”, como em “vesmelho”. No entanto, essa dificuldade não comprometeu a compreensão da leitura feita por essa criança.

Ao observarmos a apresentação de elementos/situações importantes do conto, como a conversa da bruxa com o espelho, a maçã envenenada, o sono profundo da protagonista e a quebra do feitiço por um príncipe, podemos entender os episódios que aparecem na leitura de B. como indícios do efeito do Outro, com o qual a criança dialoga na escrita de seus textos como textos-discursos, que são ofertados pelo outro. O que nos leva a concordar com Borges (2006a), quando a autora afirma que no texto da criança “emergem as relações diferenciais e, conseqüentemente, a formação de relações ‘simbólicas’ e ‘imaginárias’ necessárias à constituição de sua escrita” (BORGES, 2006a, p. 200).

Nessa perspectiva, compreendemos que os registros escritos iniciais da criança, assim como a leitura que ela faz dessa escrita, têm relação com os discursos do Outro e do outro.

Caminhemos, agora, para a última cena.

Cena 3

A cena a seguir foi protagonizada por A., uma menina de cinco anos de idade, que estava no terceiro ano da Educação Infantil, logo após a leitura do conto “João e o pé de feijão”. Cabe destacar que a criança já escrevia seu nome, conhecia todas as letras do alfabeto e conseguia formar algumas palavras (com sílabas simples – consoante/vogal) da língua constituída. Vejamos:

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

Figura 3. Escrita de A.

João e o pé de feijão

		
N E A	João e o pé	N M
		
N A H	N S O P A	N A O B
		
N i B a	N O i	B e a
		
B a t e	J a T	

Cuma blatiz

Fonte: Dado coletado pela autora (2019)

Nessa produção, notamos que para cada parte ilustrada da narrativa, com exceção da segunda imagem em que a criança tentou escrever o nome do conto, aparecem blocos de letras, que variam entre o registro das vogais "A", "E", "I", "O", "U" e das consoantes "B", "H", "J", "N", "S" e "T". Tal escrita remete-nos à Borges (2006a) quando a autora afirma que cada criança "dispõe de seus significantes: letras, blocos de letras etc., e, a partir de suas relações com o Outro - representado na sala de aula pelos discursos orais e

escritos, estes vão entrando em novas relações” (BORGES, 2006a, p. 132). Com base nesse entendimento, podemos ver na escrita de A. a língua em funcionamento, quer dizer, podemos observar que mesmo quando colocada diante de situações de escrita que não priorizam a correspondência entre grafemas e fonemas, a criança escreve a partir de uma cadeia de significantes que indica “um movimento de ordem linguística, promovido e estabelecido por relações de diferença” (BORGES, 2006b, p. 158).

Cabe destacar que os registros de A., nessa atividade, evidenciam sua percepção quanto à formação de palavras da língua escrita, visto que em todos os conjuntos grafados, como podemos ver, há sempre o registro de consoantes e de vogais. Com isso, a produção de A. aponta para o trabalho realizado em sala de aula pelo outro/professora, quando explica e mostra às crianças que as palavras são formadas por pequenas partes, compostas por consoantes e vogais.

Nessa perspectiva, essa produção pode ser entendida como consequência da relação da criança com o outro que, como intérprete, orienta e coloca a criança em situações de escrita e também como efeito do Outro/texto, que permite à criança refletir a escrita do outro na sua, mesmo que essa escrita consista no registro de pseudopalavras.

Diante disso, convém destacar algumas ocorrências interessantes no registro dessas pseudopalavras, a saber, a repetição da letra “N” no início de quase todos os blocos; o aparecimento das letras do nome da menina; e a tentativa de reprodução do título da atividade.

No que diz respeito à escrita da letra “N”, embora o registro que aparece nas produções infantis, de acordo com Borges (2006a), tenha o caráter de uma repetição diferencial que assinala a relação da criança com os textos que lhes são ofertados, a explicação encontrada para a repetição dessa letra está na *terceira posição* da criança na estrutura. Isso porque, alguns dias antes dessa situação de escrita, a turma de A. estava revisando as consoantes já estudadas, por meio de exercícios variados de escrita, e a menina era uma das crianças que estava com dificuldade na grafia da letra “N”, na forma bastão. Nas atividades de escrita, sugeridas pela professora, A. apresentava uma escrita ora espelhada ora convencional da letra em questão. No entanto, quando percebia que havia registrado a letra diferente da grafia convencional, ela apagava e refazia seu registro.

Diante disso, com fundamento na proposta de Lemos (2000, 2002), pensamos que a repetição da letra “N”, nessa produção, pode ser resultado da relação da criança com sua própria escrita, ou seja, ao apresentar uma escrita espelhada, reconhecer a diferença entre sua grafia e a convencional e reformulá-la, podemos pensar a repetição que aparece, nessa produção, como resultado da dominância do polo do sujeito.

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

Quanto ao aparecimento das letras do nome de A., assim como o registro da forma reduzida pela qual a menina era chamada pelos colegas (Bea – imagem 9) e a escrita de seu nome no final da atividade, como sua assinatura, é uma ocorrência que, de acordo com Bosco (2009, p. 172), vai possibilitar o registro de outras letras, “revelando outros elementos e permitindo a abertura para uma escrita”. Desse modo, é possível perceber que a escrita das letras do nome revelam outras letras como nas sequências “NAoB” (imagem 6) e “BaTe” (imagem 10), por exemplo.

Nesse sentido, a escrita do nome pode representar a alienação da criança ao outro, no caso de A. à escrita que a mãe e a professora faziam em suas atividades escolares, em seu material escolar e na lista de nomes exposta da sala de aula para reconhecimento das crianças, dentre outras situações. Em relação à tentativa de reprodução do título da atividade, nas linhas dispostas abaixo da segunda imagem, observamos o empenho de A. em registrar formas gráficas semelhantes às impressas, o que nos reporta a Borges (2006a, p. 151) quando afirma que “nos primeiros gestos de escrita da criança, há momentos de suprema alteridade, em seu trânsito, pelo saber do Outro”. Devido a isso, as tentativas da criança de fazer uso dos significantes do Outro são, segundo a autora, o que viabilizam a inscrição de traços da língua na escrita nascente.

Segundo Borges (2006a, p. 172), palavras da língua normatizada, escritas pela criança em aquisição da linguagem escrita, vêm do outro e adentram o texto infantil colocando a escrita nascente em novas relações, embora “restringindo-se pela delimitação de espaços ou lugares”. Diante disso, observamos, no texto de A., que a criança em aquisição da escrita pode escrever palavras da língua constituída para representar situações, como em “NSOPA”, por exemplo, escrita pela menina para descrever a ilustração em que a esposa do gigante serve uma refeição ao garoto (imagem 6).

Feitas essas considerações, atentemos para a leitura do texto:

A.: Ó mamãe jogô o feijão. Jão pé de feijão tumanu sopa (fala a última palavra compassadamente). O gigante correnu atás do Jão do Jão pé de feijão. Porque ele é rico e vai compá os ovos (aponta para o gigante). Mas esse aqui num tinha nenhum dinhêlo pá compá nada (aponta para João). Mas ele conseguiu o dinhêlo. Ele matô a mulé. A mulé não! Foi o gigante ele matou. Morreu e foi pu cemitêlio. Fim.

Ao observarmos a leitura, percebemos que, ao descrever as situações ilustradas, a menina acrescenta comentários relacionados à situação financeira dos personagens, por exemplo, “Porque ele é rico e vai compá os ovos” e “Mas esse aqui num tinha nenhum dinhêlo pá compá nada”, o que nos remete, mais uma vez, à alienação da criança ao discurso do outro. Nesse caso, A. pode estar alienada aos discursos que ela escuta em ambiente doméstico/familiar.

Cumprir notar que, ao se referir à morte do gigante, a menina diz que João havia matado a mulher. Ao perceber que havia se equivocado, A. imediatamente reformula sua leitura e diz “A mulé não! Foi o gigante ele matou”. Com isso, essa parte da leitura da menina lembra a posição cujo polo dominante é o sujeito, quando a criança reconhece o que diz e tenta reformular o enunciado. É interessante observar que, embora o conto “João e o pé de feijão”, assim como a sequência de ilustrações na atividade, não explicita o fim do gigante, se, depois de cair do pé de feijão, ficou bem ou se morreu, a menina diz “Morreu e foi pu cemitélio”. Ao finalizar a leitura dessa forma, compreendemos a criança referenciada ao outro. Isso em vista que, dias antes da realização dessa cena, o avô paterno da menina havia falecido e esse dado de realidade pode ter sido trazido para sua leitura, revelando, dessa maneira, discursos do ambiente familiar na sua leitura.

Em face disso e tendo em conta as cenas apresentadas, observamos que, na escrita inicial, o outro (semelhante) atua como aquele que insere e conduz a criança em sua travessia pela linguagem escrita e, por isso, independente da posição na estrutura, como vimos, a criança poderá permanecer referida ao outro durante todo o movimento de travessia pela aquisição da escrita. No entanto, para que a criança chegue à escrita constituída e à leitura, é indispensável que se considere também o Outro, ou seja, que se admita o campo da linguagem representado, conforme Borges (2006a), pelos discursos orais e escritos aos quais as crianças têm acesso.

Nessa perspectiva, o que vai guiar a criança em sua travessia pela linguagem escrita são as representações que o outro faz do Outro para ela, ou melhor, são as representações da escrita, proporcionadas pelo outro, que a ajudarão no percurso em direção à escrita normatizada.

Diante disso, ao observarmos as cenas de escrita e leitura protagonizadas pelos sujeitos de nosso estudo, entendemos que a criança é afetada tanto pelo outro (alteridade) quanto pelo Outro (alteridade radical) desde o início de sua travessia pela aquisição da linguagem escrita. Em outras palavras, é o outro que, ao proporcionar o contato com textos diversos, ao interpretar a produção da criança e interrogar sobre o sentido do que escreveu, possibilita sua entrada na escrita e na leitura.

Considerações finais

Com fundamento nas cenas apresentadas, é importante que se recupere o objetivo deste trabalho, a saber, colocar em discussão a escrita e a leitura infantil, recortando-se o efeito do outro (alteridade) e do Outro (alteridade radical) na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita, para realçarmos que, embora, no início de sua travessia

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

pela aquisição da escrita, a criança ainda não escreva e não leia conforme o previsto, o gesto de escrita e de leitura empreendido por ela aponta para um funcionamento linguístico-discursivo, que é próprio da língua.

Convém colocar em destaque que a apresentação e análise das cenas de escrita e leitura não têm relação com a ordem das posições da criança na estrutura, até porque essas posições não são determinadas cronologicamente. Além disso, o movimento proativo e retroativo que a criança faz, em sua travessia pela aquisição da linguagem escrita para se tornar escrevente e leitora, permite que ela se mova por todos os polos da estrutura.

Assim, observamos nas produções apresentadas que o contato com textos escritos viabilizou o aparecimento de aspectos gráfico-textuais desde os primeiros registros de escrita, quando a criança, ainda escrevendo traçados indiferenciados como M., marca sobre a folha traços que se encadeiam em uma ordem que assinala o movimento próprio da escrita. O mesmo pode ser observado nos textos de B. e A., quando escrevem pequenas sequências de blocos de letras, que se combinam, se repetem e se substituem dentro do conjunto de escrita, apontando para o funcionamento dos eixos sintagmático e associativo da língua, isto é, para o funcionamento dos processos metafóricos e metonímicos, que leva a escrita inicial em direção à escrita constituída.

No que diz respeito à leitura empreendida pelas crianças que protagonizaram as cenas apresentadas, notamos o reflexo do outro, uma vez que fragmentos das narrativas lidas pelo outro retornaram na leitura feita pelas crianças, já o efeito do Outro pode ser notado por meio dos textos-discursos que compareceram na leitura como significantes com os quais as crianças conceberam a leitura de seus textos, como o aparecimento das expressões “Ela uma vez”, “ficalo felizes pala sempre” e “Fim”, por exemplo.

Nesse sentido, o efeito do outro é o de espelho ou, nos termos de Lacan (1988), é o de “alteridade em espelho” em que a criança, referida a ele, tenta constituir sua escrita e sua leitura. Já o efeito do Outro, lugar do significante, só é possível a partir da imersão da criança na materialidade dos textos. Desse modo, podemos dizer, com fundamento na proposta de Lemos, que a travessia da criança pela linguagem escrita e sua aquisição é perpassada pelo efeito do outro/Outro e remete ao movimento da criança na língua.

Para finalizar, é conveniente realçar que nossa proposta de colocar em discussão a escrita e a leitura infantil não é inédita no campo de aquisição de linguagem. No entanto, acreditamos que, ao recortarmos, em nosso trabalho, o efeito do outro (alteridade) e do Outro (alteridade radical) na travessia da criança pela aquisição da escrita, só poderíamos encontrar ressonância no interacionismo em aquisição de linguagem, mais especificamente no trabalho de Lemos, cujo delineamento teórico possibilita uma escuta singular à escrita e à leitura da criança.

Assim, para além do ineditismo, nosso estudo realça o entendimento de que “as crianças não ‘entram’ na língua pelos mesmos lugares nem fazem o mesmo percurso” (BORGES, 2006a, p. 56), pois cada criança é única e cada uma dispõe, conforme Borges (2006b) de significantes que resultam de sua relação com o Outro e por isso não podem ser colocadas em quadros classificatórios ou estágios de desenvolvimento.

Destacamos, por fim, que a discussão acerca do efeito do outro e do Outro na escrita e na leitura inicial não cessa aqui, uma vez que a travessia de cada criança, pela aquisição da escrita, é singular e pode ser abordada por outras perspectivas e outras questões, que ajudarão a observar a linguagem da criança.

Referências

BORGES, S. X. A. **O quebra-cabeça: a alfabetização depois de Lacan**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006a.

BORGES, S. X. A. A aquisição da escrita como processo linguístico. *In*: LIER-DE VITTO, M. F.; ARANTES, L. (org.). **Aquisição, patologias e clínica da linguagem**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006b. p. 149-159.

BOSCO, Z. R. **A errância da letra: o nome próprio na escrita da criança**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

BURGARELLI, C. G. **Escrita e corpo pulsional**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CHEMAMA, R. **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2010.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LACAN, J. O Seminário, livro 11. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In*: LACAN, J. **Escritos**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. p. 223-259.

- | A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita

LACAN, J. O Seminário, livro 3. **As psicoses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LEMOS, C. T. G. Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na Aquisição da Linguagem. *In*: LIER-DE VITTO, M. F.; ARANTES, L. (org.). **Aquisição, patologias e clínica de linguagem**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006. p. 21-32.

LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas: IEL/Unicamp, n. 42, p. 41-69, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637140>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LEMOS, C. T. G. Desenvolvimento da linguagem e processo de subjetivação. **Revista Interações**, v. V, n. 10, p. 53-72, jul/dez. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35401004.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

LEMOS, C. T. G. Sobre a aquisição da escrita: algumas questões. *In*: ROJO, R. **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 8-18.

MALDONADE, I. R. Universal e singular: instâncias da língua na fala da criança. *In*: DA HORA, D. *et al.* (org.). **ALFAL 50 anos: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos**. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 1622-1649.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: CARVALHO, Magda Wacemberg Pereira Lima. A escrita e a leitura infantil: efeitos do outro/Outro na travessia da criança pela aquisição da linguagem escrita. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 218-239, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 26/01/2022 | Aceito em: 24/06/2022.

“ELE ME CHAMOU DE COMEDOR DE BURRITO”: XENOFOBIA, IMPOLIDEZ E AMEAÇA À FACE DE IMIGRANTES LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS

Fernanda Vieira da Rocha SILVEIRA¹
Gabriella dos Santos FERREIRA²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3453>

Resumo: Este estudo de natureza qualitativa e cunho etnográfico tem como objetivos abordar a xenofobia nas interações comunicativas entre estadunidenses e imigrantes latinos nos Estados Unidos através da impolidez no discurso e analisar a sua influência na ameaça à face desse grupo de imigrantes. O aporte teórico incluiu os conceitos de xenofobia e a contextualização da situação do imigrante no corpo social dos Estados Unidos, examinados através dos estudos de Lee (2019) e Allport (1954), a impolidez linguística, por meio dos estudos de Culpeper (1996) e Culpeper e Kadar (2010), perpassando os estudos de face de Goffman (1975, 1982). Os dados foram gerados através de dois questionários desenvolvidos na plataforma Google Forms. A pesquisa foi realizada a partir das respostas de 15 participantes, sendo 13 de origem latina. A análise pragmático-discursiva dos dados se deu de forma interpretativista e seguiu a linha da análise temática (MANEN, 1990). Os resultados mostraram evidências linguísticas de impolidez que ameaçam a face do imigrante latino-americano de modo a contribuir para a manutenção da sua situação periférica no contexto social estadunidense e corroborando estereótipos que acabam por interferir na interação social desses imigrantes.

Palavras-chave: Xenofobia. Imigrantes latinos. Impolidez linguística. Face.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; femanda.silveira72@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-4244-0517>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; gabiisanfer@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-8761-4651>

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

“HE CALLED ME A BURRITO EATER”: XENOPHOBIA, IMPOLITENESS AND FACE-THREATENING OF LATIN IMMIGRANTS IN THE UNITED STATES

Abstract: This qualitative and ethnographic study aims to approach xenophobia in communicative interactions between Americans and Latino immigrants in the United States through impoliteness in speech and to analyze its influence on the identity construction of this group of immigrants. The theoretical contribution included the concepts of xenophobia and the contextualization of the immigrants’ situation within the social body of the United States, examined through the studies of Lee (2019) and Allport (1954), linguistic impoliteness, through the studies of Culpeper (1996) and Culpeper e Kadar (2010), and passing through Goffman’s face studies (1975, 1982). Data were generated through two questionnaires developed on the Google Forms platform. The survey was carried out based on the responses of 15 participants, of whom 13 were of Latin origin. Data were analyzed pragmatic-discursively based on theme analysis (MANEN, 1990). The results showed linguistic evidence of impoliteness that threatens the faces of Latin American immigrants in order to perpetuate their peripheral situation in the North American social context, corroborating stereotypes that end up interfering with these immigrants’ social interaction.

Keywords: Xenophobia. Latin immigrants. Linguistic impoliteness. Face.

Introdução

A xenofobia está presente na história, mesmo antes de problemas imigratórios tomarem conta do noticiário. Uma vez que o ser humano é um animal que fala, esse tipo de violência é fortemente exposto na linguagem oral. Neste trabalho, buscamos entender de que forma a xenofobia é percebida no discurso por imigrantes de origem latina que residem nos Estados Unidos.

Um artigo apresentado pelo jornal Norte-Americano *The Guardian*, de março de 2018, enquanto o presidente Donald Trump estava há pouco mais de um ano no governo dos Estados Unidos, apresenta o modo como as palavras presentes no documento de mais de 100 anos, que estabelece a missão do departamento imigratório (United States Citizenship and Immigration Services, USCIS), foram mudadas. Palavras que antes identificavam os Estados Unidos como “um país de imigrantes” foram alteradas para “conferir pedidos de benefícios de imigrantes” enquanto “protege os americanos” e “protege a pátria”.

Não foi apenas no documento do USCIS que a visão que alguns estadunidenses possuem de imigrantes foi exposta. Enquanto estava no governo, entre 2017 e 2021, Trump deixou claro em discursos e entrevistas o que estava preso na garganta de seus mais de 70 milhões de eleitores durante o governo Barack Obama. Contudo, a xenofobia permeia a nossa sociedade em raízes muito mais profundas do que entrevistas, discursos e documentos governamentais. Está presente na conversa efêmera do cotidiano, e comentários que muitas vezes podem escapular do nosso senso crítico e aparecem inclusive onde deveríamos estar protegidos perante as leis de direitos humanos existentes, como é o caso das empresas e escolas Norte-Americanas.

Contudo, contrapõe-se à xenofobia crônica ainda presente nos Estados Unidos o número crescente de imigrantes. Dados dos últimos censos mostram que, em um futuro muito próximo, pessoas de ascendência estrangeira serão a maioria no país, e o crescimento da população será formado por pessoas de duas ou mais identidades étnicas (FREY, 2020).

A fisionomia dos Estados Unidos está mudando. Esse fato é importante, pois os EUA influenciam o mundo econômico, o cinema, a música e, conseqüentemente, como nos enxergamos. Nossa identidade, construída desde a televisão que assistimos por diversão, até a língua estrangeira que somos forçados a aprender na escola por uma quase necessidade, é toda permeada pelos padrões coloniais norte-americanos. Entender as transformações populacionais que estão ocorrendo neste país nos ajuda a ter uma ideia do futuro da sociedade como um todo. Essas mudanças, inclusive, são feitas por nós, brasileiros, já que cada vez mais imigramos para os Estados Unidos.

O que os americanos chamam de “*melting pot*” (caldeirão), expressão que de acordo com o dicionário Merriam-Webster (2022) significa “um lugar onde uma variedade de povos, culturas e indivíduos se assimilam em um todo coeso”, seria mais bem comparado com uma salada, em que cada ingrediente pode ser visto separadamente e não se mistura. As características e conseqüências dessa estrutura social heterogênea são abordadas por inúmeras pesquisas dentro da linguística. Como ciência interdisciplinar, a linguística analisa o discurso através de diferentes áreas de estudo, como psicologia, sociologia e filosofia. No contexto heterogêneo das manifestações xenófobas aqui apresentadas, a análise do discurso encontra terreno fértil para inserir essa interdisciplinaridade na observação e discussão do problema.

Dentre os autores aqui citados, começamos com Allport (1954) e Lee (2019) que situam a problemática do preconceito dentro da estrutura social e suas conseqüências psicológicas, e afunilam a questão para dentro do contexto dos imigrantes nos Estados

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

Unidos. Por meio de documentos e observação histórica, exemplificam as matrizes da xenofobia consolidada no país. Em relação à linguagem, Austin (1962) e Goffman (1982) dedicaram parte dos seus estudos para entender como a língua, sendo produto de um contexto histórico-social pré construído, deve ser analisada levando-se em consideração a posição do sujeito na conjuntura em que está inserido e como isso determina seu discurso ao comunicar-se com o outro e construir relações comunicativas. Culpeper e Kaddar (2010) e Van Dijk (2017) estreitam a análise para manifestações linguísticas impolidas que nos ajudam a entender conceitos de preconceito e xenofobia dentro da língua como ferramenta de organização social.

O presente estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que busca investigar o uso de linguagem xenofóbica dentro de instituições americanas. Através dos relatos dos participantes deste trabalho, nos propomos a identificar instâncias de impolidez e ameaça à face tratadas na área da Pragmática, com o objetivo de analisar a xenofobia e seus efeitos perlocucionários sob a perspectiva linguístico-discursiva.

Aporte teórico

O referencial teórico deste trabalho foi estruturado com a finalidade de elucidar os pontos e as questões trazidas aqui, explorando teorias que denunciam como a xenofobia, a impolidez e o preconceito, presentes em contextos interculturais da sociedade estadunidense, acabam ressignificando o comportamento social de imigrantes.

Iniciamos com o conceito de xenofobia debatido pelo psicólogo social americano Gordon Allport (1954) e pela historiadora ágio-americana Erika Lee (2019), para abordar os critérios e as motivações para a exteriorização do preconceito direcionado a diferentes grupos de estrangeiros nos Estados Unidos. Em seguida, trazemos os conceitos relacionados aos atos de fala elaborados por Austin (1962) e como tais conceitos dialogam com a xenofobia, uma vez que, como explicita o autor, a língua vai além do enunciado e carrega em si todo o contexto histórico e social dos interlocutores. Em seguida, apresentamos o conceito de face ancorado nos estudos de Goffman (1975, 1982) que são indispensáveis para a análise deste trabalho, uma vez que abordam questões de auto identidade e o empenho do respeito a tal dentro da comunicação. Para contribuir à análise da xenofobia dentro das pesquisas trazidas aqui, juntamente com os estudos de Van Dijk (1987, 2017), linguista neerlandês que discute a xenofobia dentro do contexto conversacional, contamos com a teoria da Impolidez, impulsionada por Culpeper (1996) e Culpeper e Kaddar (2010), linguista inglês que baseou seus estudos em teóricos que trouxeram esse conceito anteriormente, mas que o autor desenvolve e enriquece.

Xenofobia

Como explica Allport (1954), a xenofobia é uma consequência de crises econômicas que ameaçam os privilégios de determinado grupo causando assim a hostilidade contra estrangeiros. Esse medo ou repulsa é fomentada pelo distanciamento social. O autor explica que comunidades que estão mais próximas, onde crianças crescem mais abertas à absorção cultural de outras pessoas, tendem a ser menos preconceituosas e menos propensas a ideologias racistas.

Lee (2010) explica que esse medo de estrangeiros está enraizado no racismo. Tal preconceito é engendrado na história estadunidense, que embora se autointitule um país de imigrantes, possui essa “característica como constante definidora da vida americana” (*ibid.*, p. 7) e é integrado ao seu capitalismo, sua idolatrada democracia e relações exteriores.

Imigrantes, declarou um jornal partidário, eram a principal fonte de crime no país. Seu amor pelo álcool levou à embriaguez pública, ao tráfico de bebidas e ao crime. Como resultado, os imigrantes eram muito mais propensos a serem presos do que os cidadãos nativos, afirmou a publicação, e crimes violentos, incluindo conflitos trabalhistas, estavam atingindo proporções epidêmicas em muitas das principais cidades dos EUA. (LEE, 2010, p. 54).

Os estudos de Lee explicitam cronologicamente a xenofobia nos Estados Unidos desde a primeira onda de imigrantes alemães nos anos 1820, até os dias atuais, com a Islamofobia em voga. A autora atravessa a história dos imigrantes latinos, mais especificamente os mexicanos. É interessante notar como, através dos acontecimentos e situações sofridos por esses imigrantes latinos ao longo da história, percebemos a “gradação de rejeição” como é denominada por Allport, isto é, *in-groups*, nesse caso estadunidenses, contra os *out-groups*, imigrantes.

Começando pela primeira camada da escala de gradação de rejeição, a Articulação, Allport (1954) explica que falas xenófobas expostas dentro de um grupo, como piadas e comentários ofensivos, nem sempre têm a intenção de ofender o sujeito de quem se fala, mas fortalecer o *in-group*, ou seja, o grupo ao qual o interlocutor pertence. Segundo o autor: “Para cimentar isso [...] o *in-group*, ajudou os seus membros a insultar e menosprezar um *out-group*. [...] a hostilidade aos *out-groups*, embora não seja necessária a solidariedade dentro do *in-group*, pode servir para fortalecê-la.” (ALLPORT, 1954, p. 49).

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

Mexicanos, por exemplo, vêm recebendo rótulos que os estigmatizam numa posição de trabalho barato, manual e pesado, rótulos enunciados através de documentos, discursos políticos, até alcunhas normalizadas entre seus patrões brancos. Esse tipo de manifestação xenofóbica acaba por se estender a diferentes grupos de latinos, ainda que não-mexicanos, uma vez que há um forte determinante do estereótipo latino nos Estados Unidos, intitulado todos como “mexicano” (LEE, 2010).

Ao analisarmos essas rotulações segundo a escala elaborada por Allport, podemos entender que tais situações xenofobas têm relação com a consolidação da identidade estadunidense, classificando o americano branco como superior a qualquer outra “raça”, e não tão necessariamente para expressar hostilidade contra o *out-group*. Contudo, apesar da intenção de excluir latinos possa estar mais ligada a discursos naturalizados por um corpo social xenofobo, do que pelo desejo de rechaçar imigrantes, a xenofobia perpetua esse corpo social excludente.

As duas próximas camadas da escala de Allport são Discriminação e Ataque Físico, que junto com a primeira camada, segundo o autor, são as formas mais comuns de expressão do preconceito, uma vez que tais comportamentos desempenham um papel social e mostram como o sujeito se estabelece dentro de seus próprios grupos. Esses conceitos de *in-groups* e *out-groups* dialogam com os conceitos de face positiva e negativa e impolidez que serão abordados nas próximas seções.

O conceito de Face

Segundo Goffman (1975, 1982), face imputa a ideia da autoimagem a ser protegida pelo indivíduo em contexto comunicativo, sempre sujeita a alterações ao longo da interação, seja de forma positiva: Face Positiva, quando precisa de assentimento, afirmação do outro, ou de forma negativa: Face Negativa, quando o interlocutor não tem o propósito de elevar a face do outro, mas salvaguardar a mesma de qualquer importuno ou incômodo (GOFFMAN, 1975; BROWN, LEVINSON, 1987). Todo indivíduo possui tais faces, e enquanto a face positiva tem o propósito de contribuir para o pertencimento e a aceitação no grupo ou comunidade a qual o sujeito pertence, a negativa tem o propósito de preservação social e ambas têm o propósito de evitar o que a teoria da polidez chama de AAF, ou Atos de Ameaça à Face, nos quais ocorrem situações em que há uma ameaça à face.

Sendo assim, ações que variam de acordo com o contexto cultural dos interlocutores, dependendo das interações interculturais, podem acarretar o excesso ou falta de polidez causando assim o desgaste da face. Destarte, o conceito de atos de fala (AUSTIN, 1962)

situado em situações comunicativas é expandido através das análises de Goffman com o propósito de compreender os elementos das interações discursivas e seus efeitos perlocutórios na face do interlocutor. Essa ideia inerente de face e a incumbência intrínseca de protegê-la traz ao sujeito atitudes perlocutórias como “a mudança de padrões e seqüências naturais de comportamento” (GOFFMAN, 1982, p. 2) ou ao afastamento de situações comunicativas que Goffman explica como a consequência do medo de perder a face.

Além disso, o medo de uma possível perda de sua face muitas vezes impede a pessoa de iniciar contatos em que informações importantes podem ser transmitidas e relacionamentos importantes podem ser restabelecidos; ele pode ser levado a buscar a segurança da solidão ao invés do perigo dos encontros sociais. (GOFFMAN, 1982, p. 39).

Com o intuito de evitar o AAF, os interlocutores de uma conversa empregam a polidez para proteger a face do outro, de acordo com o contexto, e relação entre eles. Entretanto, o conceito de polidez depende do repertório de cada pessoa conforme sua perspectiva histórica, social e pessoal. Sendo assim, dependendo de tais critérios, a fala que tem a intenção de polidez para o locutor pode, na verdade, vir a ferir a face do interlocutor.

Van Dijk (2017) explica que essa “intenção” é enraizada na naturalização de como a sociedade avalia o outro em seus estereótipos. Seriam os “códigos” com os quais os pertencentes do “*out-group*” são inerentemente discriminados e nem sempre revelam a posição ideológica do falante, mas apenas a visão de mundo em que está inserido.

Vemos que os significados de frases, orações, substantivos, nominalizações e adjetivos são alvos possíveis para a expressão de conteúdos que normalmente tomam a forma de conceitos avaliativos. [...] Isto significa que em todas as formas do uso da linguagem que sejam indiretas, citadas ou submetidas a qualquer outro tipo de “codificação”, a utilização de termos avaliativos enquanto tais não é indício de uma posição ideológica: quem escreve pode mesmo rejeitar a relevância da aplicação de tais palavras. (VAN DIJK, 2017, p. 156).

Tais conceitos avaliativos citados por Van Dijk podem acontecer dentro de um contexto de polidez, no qual ambos os interlocutores visam a uma comunicação estável e proteção da face do outro, mesmo falhando com essa intenção por conta de diferenças sociais e econômicas. Contudo, os conceitos também podem ocorrer em um contexto

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

de ataque ou Impolidez. Segundo Culpeper e Kaddar (2010), esse tipo de interação acontece quando o falante ataca a face do ouvinte com a intenção declarada, quando o ouvinte considera o ataque a sua face na fala do outro, ou ambos; ouvinte e falante tendo o consenso do ataque naquele contexto ilocucionário.

Impolidez e xenofobia

Apesar da vasta literatura e outros autores precedendo Culpeper e Kaddar (2010) sobre a ideia de Impolidez, o linguista contribui profusamente para a expansão e esclarecimento dessa área da Pragmática e interação social. O autor parte do conceito de polidez que corresponde a falas e atos ofensivos são dissimulados como ações naturais e empregadas comumente em diálogos.

A polidez como valor torna-se ligada a certos símbolos, formas e rituais que meramente ecoam noções anteriores de facilidade, familiaridade e sociabilidade, e assim a desvalorizam de modo que significam pouco mais do que a etiqueta que regula as interações pessoais. Assim, a polidez está associada menos à forma de interação, à reciprocidade da conversa acomodativa e à consideração do outro, e mais às formas superficiais do discurso educado, como exemplificado nas formas de tratamento, cumprimentos e saudações rituais e um léxico de estoque. (CULPEPER; KADDAR, 2010, p. 88).

Esses diálogos, que denominamos naturalizados, são muitas vezes utilizados ingenuamente a favor do enrijecimento social já mencionado como ferramenta importante a manter *out-groups* à margem.

Van Dijk (1987) explica como a polidez é usada nesse aspecto social, perpassando o estigma da negação do preconceito em falas ofensivas como estratégia de proteção da face dos que pertencem ao grupo intolerante. Dessa forma, há a inferiorização de características físicas e culturais de indivíduos de grupos marginalizados como absolvição da infração de tais falas.

Eles não apenas expressam crenças e opiniões étnicas previamente adquiridas e transformadas, mas também se engajam interativamente em comunicações destinadas a “influenciar” outros membros do *in-group*. Eles recorrem a estratégias de discurso persuasivo, como as de autoapresentação positiva e de exibição de competência e afiliação de grupo social, e assim contam histórias ou formulam argumentos que são movimentos na efetiva realização dos objetivos de comunicação. (Van DIJK, 1987, p. 24).

Diante de tais conceitos, tipificar atos de fala como polidos ou impolidos vai além de análises estruturalistas ou semânticas da língua, atravessando a diversidade dos sujeitos e seus lugares de fala no contexto da conversa e como esses sujeitos se percebem e recebem tais atos. Segundo Culpeper (2011), a impolidez se apresenta em três funções: afetiva, de entretenimento e coercitiva.

A impolidez afetiva se apresenta mais usualmente e tem como motivação a falta de controle afetivo ao demonstrar tais sentimentos no momento que a situação acontece. Ocorre quando, ao tropeçarmos em uma pedra, a xingamos como expressão da nossa dor e frustração. Para entendermos a impolidez de entretenimento, precisamos adentrar dois outros conceitos: a impolidez simulada e a impolidez genuína. A impolidez de entretenimento simulada inclui xingamentos e insultos que pretendem simular o ataque à face, mas na verdade envolvem a concepção de carinho. Com a licença para usar a nossa *carioquice*, somos familiarizados com saudações como: “Como você está, sua *vaca*? Há muito tempo não me liga!”. Percebe-se que o uso do xingamento na verdade dissimula o pedido ao afeto, um telefonema, e o ataque à face do outro é obviamente falso. Porém, é importante acrescentar que, se por um lado esse tipo de impolidez se apresenta, é comum que o interlocutor e o interlocutário tenham uma relação afetiva estreita, e estejam ambos familiarizados com o tipo de vocabulário, seus significados e nuances nos contextos a serem utilizados.

A impolidez de entretenimento genuína seria o total oposto da Impolidez Simulada, uma vez que o ataque é legítimo nesse tipo de fala. Embora a Impolidez de Entretenimento tenha a função de, como diz o nome, entreter, fica a pergunta trazida pela função inicial de ferir a face do outro pela impolidez: entreter a quem? Podemos inferir no trabalho do autor que a função da impolidez de entretenimento tem a ver com o conceito de *poder*, a posição de superioridade em relação à situação em que o outro se apresenta. No caso do latino, como imigrante, com sotaque, seu *status* imigratório, sua aparência, falta de escolaridade, entre outros estigmas se tornam combustíveis para piadas de função simulada ou legítima. A terceira função se refere à Impolidez Coercitiva que ocorre quando há o desequilíbrio de poder. Essa função da Impolidez se faz muito relevante neste trabalho, uma vez que é explicitamente a reação do preconceito na fala como agente consolidador da desigualdade estrutural. Segundo Culpeper (2011, p. 226), Impolidez Coercitiva é aquela que reforça essa desigualdade.

Impolidez Coercitiva é que busca um realinhamento de valores entre o produtor e o alvo, de tal maneira que o produtor tenha seus benefícios atuais reforçados ou protegidos (os termos produtor e alvo não precisam necessariamente se referir a indivíduos, mas podem se referir a grupos ou instituições). Trata-se de

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

uma ação coercitiva, que não é do interesse do alvo e, portanto, envolve tanto a restrição de ambiente de ação da pessoa quanto um conflito de interesses. Isto, naturalmente, levanta a questão sobre o que é uma ação coercitiva.

A impolidez coercitiva nasce do imaginário social em relação ao latino, muito presente em narrativas de telenovelas em que o enredo traz a patroa rica, e as “mocinhas sofridas” trabalhando como empregadas. Ocorre também no estereótipo do árabe terrorista, e do asiático como proliferador da COVID-19. Todavia, tais alegorias estão também presentes em filmes e seriados estadunidenses. Embora este não seja o contexto em foco deste trabalho, é importante lembrar o impacto das mídias sociais e televisivas na percepção de determinados grupos na sociedade e como tais percepções e repetições de determinados discursos consolidam a imagem do imigrante como inferior, delimitando sua posição na sociedade a seus estereótipos.

Metodologia

Através da interpretação e da análise de dados, a pesquisa qualitativa visa aprofundar-se em questões que circundam a sociedade. Porém, tal análise não se estabelece a partir de padronizações numéricas, comuns a pesquisas quantitativas. Na pesquisa qualitativa, o foco está no significado das situações para o indivíduo, pois amplia a visão sobre o contexto para além de uma pesquisa com resultados padronizados (GOLDENBERG, 1997).

Partindo desse viés, este trabalho se insere na abordagem da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico para entender as consequências da linguagem xenofóbica na ameaça à face dos participantes. Com o objetivo de explicitar o problema e suas causas, o estudo etnográfico visa entender a situação através do contexto humano, levando em consideração suas nuances e percebendo suas particularidades. Denzin e Lincoln (2005, p. 964) consideram o projeto etnográfico como “humanamente situado, sempre filtrado pelos olhos e percepções humanas, e que carrega tanto as limitações quanto as forças dos sentimentos humanos.”.

Goldenberg (1997) salienta que a pesquisa etnográfica depende da biografia do autor, suas opções teóricas, assim como o contexto e as situações em que ocorreu. Ao mesmo tempo em que o pesquisador elabora a pesquisa e tem suas individualidades e experiências permeadas nela, ele deve ser cauteloso para não coagir ou influenciar as respostas dos participantes. Além disso, deve estabelecer um difícil equilíbrio para não ir além do que pode perguntar, mas também, não ficar aquém do possível:

A pesquisa qualitativa depende da biografia do pesquisador, das opções teóricas, do contexto mais amplo e das imprevisíveis situações que ocorrem no dia a dia da pesquisa. Um dos principais problemas a ser enfrentado na pesquisa qualitativa diz respeito à possível contaminação dos seus resultados em função da personalidade do pesquisador e de seus valores. [...] A melhor maneira de controlar esta interferência é tendo consciência de como sua presença afeta o grupo e até que ponto este fato pode ser minimizado ou, inclusive, analisado como dado da pesquisa. O pesquisador deve estabelecer um difícil equilíbrio para não ir além do que pode perguntar, mas, também, não ficar aquém do possível. (GOLDENBERG, 1997, p. 55-56).

É parte importante da pesquisa qualitativa etnográfica a compreensão de que tanto a visão do autor da pesquisa quanto a do participante é igualmente relevante para o processo de análise dos resultados. Richards (2003, p. 15) explica tal conceito, derivado da antropologia: “Os termos às vezes são usados ilegitimamente com força avaliativa, implicando que uma visão de dentro é de alguma forma ‘melhor’ do que uma de fora, quando, na verdade, ambas são potencialmente importantes.”.

Partindo dos critérios metodológicos da pesquisa qualitativa etnográfica explicados, este trabalho busca investigar a influência das experiências de xenofobia vividas pelos participantes e a significação perlocutória dessas experiências na construção interativo-comunicativa dos imigrantes.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em dois momentos diferentes. O primeiro foi o envio de um questionário contendo dez perguntas para diferentes grupos de imigrantes latinos na plataforma Facebook. Também enviamos o questionário para amigos imigrantes da autora residente nos Estados Unidos e pedimos que compartilhassem com outras pessoas na mesma situação. Nossa proposta com o questionário era que os participantes compartilhassem situações xenófobas que haviam sofrido e como aquelas experiências influenciaram a forma como eles se viam inseridos no contexto estadunidense. Para a nossa surpresa e decepção, apenas três pessoas responderam ao questionário.

O segundo momento se deu com um questionário parecido com o primeiro, porém com a diferença de algumas perguntas, uma vez que foram direcionadas para alunos do ensino médio de uma escola pública do estado da Virgínia. Por se tratar de alunos menores de idade e para seguir os requerimentos jurídicos do sistema educacional americano,

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

perguntas relacionadas aos seus países de origem e situação migratória não foram adicionadas ao questionário. Para superar a falta de informações etnográficas, a primeira pergunta questionava como eles se identificavam racial e etnicamente. O questionário foi distribuído para 60 alunos de diversas etnias. Dos 60, 36 alunos de diferentes raças e etnias responderam, dos quais dez se identificaram como hispânicos/latinos.

Esse segundo questionário foi distribuído durante uma das aulas de Estudos Sociais. Após a leitura de um texto sobre inglês como língua franca, o professor³ explicou o conceito de xenofobia, caso os alunos não o conhecessem e pediu que respondessem ao questionário através do *link* que estava acessível no rodapé do documento. As respostas de alguns alunos não latinos também serão analisadas com o propósito de ampliar nosso entendimento sobre o tema. Pretendemos entender como a xenofobia é percebida pelos *out-groups* latinos em comparação aos outros. Dos 36 alunos que responderam, utilizaremos as respostas dos dez participantes que se identificaram como hispânicos/latinos. Dos alunos não-hispânicos/latinos, incluiremos as respostas de três alunos que se identificam como árabes, três que se identificam como asiáticos e um que se identifica como afro-americano. Os outros 19 alunos responderam que nunca experienciaram ou presenciaram alguma situação xenófoba.

O baixo número de responsividade aos questionários desenvolvidos pode ser explicado por três razões. A primeira é o receio de compartilhar informações pessoais, ainda que não haja menção aos seus nomes ou a quaisquer outros elementos descritivos sobre instituições das quais fazem parte. A segunda seria o mero desinteresse ou falta de tempo para escrever sobre a situação, uma vez que tal atividade era totalmente voluntária e sem qualquer retorno financeiro ou educacional. Há também a possibilidade de os participantes estarem evitando lembrar situações traumáticas vividas.

As perguntas que integram os questionários foram pensadas em português e então traduzidas para o inglês, já que é a língua em comum falada por todos os participantes. Como os questionários foram respondidos em inglês, as respostas aqui transcritas foram traduzidas do inglês para o português. Contudo, algumas expressões e palavras são mantidas em inglês por falta de um equivalente ideal em português.

3 O professor mencionado na pesquisa faz parte das relações pessoais da autora residente nos Estados Unidos. É estadunidense e atuou como colaborador da pesquisa, ao aceitar discutir o tema “xenofobia” em uma de suas aulas e distribuir os questionários entre os seus alunos.

Participantes

O primeiro questionário foi respondido por adultos. Chamaremos os participantes que responderam esse questionário de Grupo 1. Os participantes consentiram a utilização dos depoimentos neste estudo e estão cientes de que terão seus nomes ocultados. Dessa forma, utilizaremos apenas a primeira letra de suas nacionalidades e suas idades para identificá-los. O primeiro, S34, tem descendência salvadorenha, e morava no Texas quando experienciou a situação xenófoba relatada no questionário. B30 é brasileira e mora em Maryland. R45 é da República Dominicana e reside na Flórida.

O segundo questionário foi respondido por alunos de ensino médio de uma escola pública da Virgínia. Chamaremos o grupo de participantes que responderam a esse questionário de Grupo 2. Utilizaremos não apenas os casos de participantes latinos, mas também alguns casos de participantes de outras etnias, a fim de expandir nosso entendimento sobre as questões propostas.

Dos 36 alunos que responderam ao questionário, 12 explicitaram que já experienciaram algum tipo de xenofobia e/ou não se sentem pertencentes ao mesmo grupo social que seus colegas. Como os questionários não foram nomeados, utilizamos a primeira letra das etnias com as quais se descreveram em inglês e a ordem em que responderam para identificá-los. Para facilitar a identificação e referência aos participantes deste questionário, organizamos a tabela abaixo.

Quadro 1. Identificação dos participantes

ID	Como se identifica étnica/racialmente	Idade
Hi1	Hispanic because my family is of that descent	15
As2	Asian	16
As3	Asian	15
Hi4	Hispanic	16
Hi5	Hispanic	16
Hi7	Hispanic	15
Hi8	Hispanic	16
Hi9	Hispanic	15
Ar10	Arab/Berber	15
Hi11	Hispanic	15
La12	Latine	16

Fonte: Elaboração própria

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

Não traduzimos as etnias, pois não há o equivalente para Middle Eastern em português; o mais próximo seria árabe, todavia o termo “árabe” representa apenas quem nasce em alguns países do oriente médio. Para manter o parâmetro, as etnias serão mantidas em inglês, exatamente como os alunos se identificaram.

Instrumentos de geração e análise dos dados

Os dados foram gerados a partir de dois questionários distribuídos para indivíduos de diversas idades e etnias. O primeiro questionário, contendo perguntas, foi respondido por três participantes entre os dias 04 e 12 de abril de 2022. O segundo questionário foi respondido entre os dias 20 de abril e 20 de maio de 2022. As perguntas de ambos os questionários foram elaboradas levando em consideração os estudos de impolidez de Culpeper (1996) e de face de Goffman (1982). Dentro dessa conjuntura, as perguntas foram pensadas a partir dos depoimentos dos participantes, visando ressaltar suas diferentes posições dentro da sociedade estadunidense e como tais posições os influenciaram enquanto experienciavam a xenofobia e seus efeitos.

Os dados gerados durante a pesquisa foram agrupados em categorias, seguindo-se a linha da Análise temática proposta por Manen (1990). Segundo o autor, o tema constitui uma forma de capturar o fenômeno que buscamos entender, já que descreve um aspecto da estrutura da experiência vivida. Ao propor a análise temática, Manen (*ibidem*) sugere três abordagens. A primeira considera o “todo” e, dessa forma, o texto é analisado em sua totalidade. A segunda abordagem é descrita como seletiva porque partes relevantes do texto são destacadas para análise e a terceira inclui a leitura e análise detalhada de cada sentença do texto. Esse modelo de análise permitiu a investigação pragmático-discursiva de instâncias xenófobas, como sugere a escala de rejeição proposta por Allport (1954) no discurso dos participantes, considerando as escolhas lexicais referentes à xenofobia, face e impolidez nas respostas dos participantes. Destarte, buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa:

1. Como e por que os imigrantes participantes percebem que sofreram xenofobia?
2. De que modo as instâncias xenófobas aparecem no discurso dos participantes?

Análise e discussão de dados

Salientamos as letras e os números utilizados para identificar os participantes que se referem às suas nacionalidades e idades combinadas para os participantes do grupo 1 e etnia e a ordem na qual responderam ao questionário para os participantes do grupo 2. Os dados foram inseridos e analisados em quatro temas interligados: marcadores linguísticos de xenofobia no discurso dos participantes; impolidez afetiva, de entretenimento e coercitiva; os efeitos do medo de AAF; o desdémio em relação à língua materna dos participantes como ataque às suas faces. Sendo assim, os dados serão abordados e analisados de forma integrada, ou seja, os temas mencionados emergirão ao longo da apresentação dos fragmentos selecionados.

Os participantes do Grupo 2 (As2 e As3) são ambos asiáticos, mas apesar desse determinante em comum, eles relatam experiências diferentes trazendo exemplos de xenofobia. Enquanto As2 conta sobre como fizeram piadas sobre seus olhos (“someone made fun of my eyes”), As3 conta que os comentários em sua experiência foram sobre a COVID-19, uma vez que o vírus foi detectado primeiramente no continente asiático (“made jokes mentioning covid”). Já Ar10, participante árabe, conta que os comentários em sua experiência fazem menção ao terrorismo (“the jokes were about bombing”). Percebemos nos dados duas instâncias da escala da rejeição proposta por Allport (1954): anteculação e ataque físico:

Pergunta 3:	Conte com o máximo de detalhes possível sobre uma situação em que você sentiu que alguém foi xenófobo com você na escola.
As2:	Houve uma situação em que <u>fizeram piadas com meus olhos</u> .
As3:	Me insultaram com o <u>apelido que começa com C para asiáticos</u> e fizeram piadas referentes à COVID-19.
Ar10:	Houve <u>piadas sobre bombardeios</u> , etc.

A categoria de rejeição anteculação (ALLPORT, 1954) é percebida quando o participante Ar10 comenta sobre as “piadas” a respeito dos seus olhos e no “apelido” imposto ao participante As3. O ataque físico é outra categoria de rejeição que fica evidente nas “piadas” com os olhos do participante As2. O uso de piadas que inferem negatividade sobre uma característica física ou cultural de um grupo comunica a posição do falante quanto ao ouvinte.

No relato do participante La12 do Grupo 2 para a mesma pergunta, a xenofobia se manifesta através do ataque às suas raízes indígenas:

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

La12:	Havia uma pessoa na minha sala que <u>odiava indígenas bolivianos (como eu) abertamente</u> e ele dirigia os insultos <u>abertamente</u> a mim e ao meu caráter mesmo antes de eu sequer falar com ele.
-------	---

Nas situações descritas tanto pelos participantes latinos como pelos não latinos, o ato de fala é ameaçador à face dos ouvintes. Com base nos conceitos de face desenvolvidos por Goffman (1985), identificamos elementos linguísticos que denunciam a discrepância social entre os participantes acima pertencentes ao “*out-group*” de imigrantes e seus interlocutores, que se utilizam da impolidez negativa para ferir a face deles, quando La12 diz: “ele dirigia os insultos abertamente a mim e ao meu caráter [...]”. O uso do advérbio “sequer” indica a indignação do participante por não ter a chance de se apresentar e de se fazer conhecer antes de ser insultado.

Os elementos linguísticos utilizados nesses exemplos (“odiava”, “insultos”, “indígenas bolivianos”) se referem ao uso de estereótipos fundamentados em construções sociais nocivas. Estes Van Dijk (2017) descreve como “códigos” com os quais os pertencentes ao “*out-group*” são inerentemente discriminados. “*Chink*”, por exemplo, palavra usada para ferir a face de As3, não tem um significado ou origem exatos, refere-se a chineses e é considerada como um dos insultos mais ofensivos da língua inglesa. O termo é considerado tão ofensivo que As3 nem o menciona, prefere dizer “o apelido que começa com C”. No fragmento “odiava [...] abertamente”, mencionado por La12, a ênfase no advérbio de modo “abertamente”, repetido duas vezes no relato, evidencia a falta de proteção à face naturalizada no contexto xenofóbico.

Nem todo discurso impolido tem o propósito de ferir a face do outro. Dessa forma, o insulto pode não concretizar a relação de poder entre os interlocutores. Para isso, porém, tais interlocutores precisam estar em posição social simétrica. Culpeper (1996) denomina como impolidez de entretenimento simulada a manifestação linguística que simula o ataque à face, mas, em razão de ambos os participantes da interação comunicativa fazerem parte do mesmo *in-group*, o discurso, em vez de ofensivo, tem o propósito de entreter os participantes do diálogo e consolidar relações dentro deste grupo, como observamos no quadro a seguir:

Pergunta 3:	Conte com o máximo de detalhes possível sobre uma situação em que você sentiu que alguém foi xenófobo com você na escola.
Hi6:	Alguém me chamou de “ <i>beaner</i> ”
Pergunta 4:	Porque você acha que aquela experiência foi um ataque à sua nacionalidade?
Hi6:	Não foi bem um ataque, pois ele também era um “ <i>beaner</i> ”.

Pergunta 8:	Conte com o máximo de detalhes sobre um momento que você talvez tenha sido xenofóbico com alguém na escola?
Hi6:	Chamei ele de “ <i>beaner</i> ” de volta.

Hi6 responde às perguntas 5, 6 e 7 respectivamente que essa experiência não mudou a forma como ele se vê, não se sente hesitante em suas relações e que se sente pertencente ao mesmo grupo social dos colegas. O ato perlocutório aqui alcançado pela impolidez de entretenimento simulada foi de interação simétrica, onde não houve perda da face do participante, mas a contribuição para o entrosamento dos sujeitos como pertencentes ao mesmo *out-group*.

Ao contrário da simulada, a impolidez de entretenimento genuína faz uso de elementos linguísticos que intencionalmente ou por mera insipiência ferem a face do interlocutor:

Pergunta 4:	Por que você acha que aquela experiência foi um ataque à sua nacionalidade/etnia?
Hi8:	Porque ele me chamou de comedor de burrito.

Neste excerto, o participante recebe um insulto em decorrência da sua nacionalidade quando é chamado de “comedor de burrito”, visto que reduz a pessoa a um prato típico do seu país. Em comparação ao exemplo anterior, em que Hi6 é adjetivado como “*beaner*” (*beans*, ou feijão em português, outra comida conhecida por ser consumida por latinos e utilizada de maneira pejorativa) por outro hispano, no exemplo de Hi8, o caráter perlocucionário do ato da fala impolida é exposto nas suas respostas a seguir:

Pergunta 5:	Essa experiência mudou como você se enxerga?
Hi8:	Sim, pois eu vivo numa vizinhança onde a maioria é branca
Pergunta 6:	Você se sente mais hesitante em seus relacionamentos na escola depois da experiência xenofóbica?
Hi8:	Sim, pois tenho menos liberdade

No relato de H8, a manifestação da impolidez está ligada ao estereótipo representado pelo marcador linguístico “comedor de burrito” e tem como resultado levar o interlocutor a enxergar-se diferente em relação aos seus vizinhos participantes do *in-group*, classificado por ele como “maioria branca”. Esse ato perlocucionário se confirma na resposta à Pergunta 7:

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

Pergunta 7:	Você sente que pertence ao mesmo grupo social que seus colegas?
Hi8:	Às vezes, nem sempre.

A locução adverbial “às vezes”, corroborada por “nem sempre”, explicita como Hi8 percebe-se enquanto pertencente ao seu grupo social. Uma vez que Hi8 está fora de sua comunidade imaginada (NORTON, 2013), quando menciona na pergunta 6 que a maioria dos seus vizinhos é de etnia branca, indica essa carência de se identificar com os indivíduos do *out-group*, influenciando assim as suas interações sociais.

A impolidez dirigida a latino-americanos está muitas vezes ligada a estereótipos concretizados e naturalizados na sociedade estadunidense. Adjetivos como “barulhentos”, “rudes”, “pobres”, “ignorantes” contribuem para a construção identitária dessas pessoas e são presumidos em discursos do cotidiano. No excerto a seguir, Hi9 relata como esses estigmas contribuem para ferir a sua face com a intenção de elogio utilizando os critérios que classificam o falante como parte do *in-group*:

Pergunta 3:	Conte com o máximo de detalhes possível sobre uma situação em que você sentiu que alguém foi xenófobo com você na escola.
Hi9:	Eles me viram como diferente, pois eu sou hispano. Como se eles estivessem <u>surpresos que eu tenho boas maneiras e sou respeitoso</u> .
Pergunta 4:	Por que você acha que essa experiência foi um ataque à sua nacionalidade/etnia?
Hi9:	Não foi um ataque, só me fez sentir como se eles <u>pensassem</u> que eu seria <u>desrespeitoso</u> porque a maioria dos hispanos às vezes é rude.

Ao analisarmos o uso do verbo “pensassem” no relato acima, destacamos como a polidez é utilizada nesse aspecto social de reforço dos estigmas (VAN DIJK, 1987). O sujeito do verbo “pensar” neste fragmento é parte do *in-group* que carrega a ideologia pré-construída do latino rude e desrespeitoso. Hi9 não apenas utiliza a terceira pessoa do plural quando se refere aos hispanos, como também emprega os estigmas aludidos a esse *out-group* no interdiscurso.

A ameaça à face do interlocutor por meio do enunciado xenófobo pode ter diferentes efeitos em seus atos perlocucionários como vimos anteriormente desde os estreitamentos relacionais dentre membros do *in-group* e o estímulo às suas características identitárias, até a negação dessas mesmas características, reforço de estigmas por discursos reproduzidos e a renúncia do indivíduo ao seu grupo social. Todavia Goffman (1975) apresenta um outro estágio das consequências da ameaça à face: o isolamento do indivíduo, o que favorece sua posição do *out-group*. Esse isolamento pode ser visto na continuação do relato do participante La12 do Grupo 2. O ato locutório de atacar às suas raízes indígenas (“*openly*

hated on indigenous Bolivians”) causa o ato perlocutório de influenciar a forma como ele se comunica a partir de tal experiência:

Pergunta 5:	Essa experiência mudou a forma como você se vê:
La12:	Sim, eu acredito que aquilo <u>me fez não querer falar</u> mais porque eu senti como se eu tivesse sido <u>silenciado com seus ataques constantes</u> .

La12 menciona que os ataques lhe foram lançados mesmo antes de ele sequer falar, mirando em seus traços étnicos (“ele dirigia insultos [...] mesmo antes de eu sequer falar com ele”). No excerto acima, 12 indica que foi “silenciado” pelos comentários a que foi submetido. O preconceito se materializa em (im)polidez linguística através da forma verbal “silenciado” no particípio passado, indicando, no uso da voz passiva, o sofrimento da ação por parte do participante e a sua conclusão do ato perlocutório resultante dos ataques a sua face baseados em estigmas pré-construídos em torno dos seus traços físicos (ALLPORT, 1954).

Esses ataques xenófobos perpassam os estigmas socioculturais (nível escolar, econômico, o uso de comidas típicas como apelidos), além do ataque físico, como já vimos no caso do participante La12 sobre suas características indígenas. No relato a seguir, Hi11 também menciona o ataque físico e como esse tipo de manifestação xenófoba influenciou sua forma de se relacionar socialmente:

Pergunta 3:	Conte com o máximo de detalhes possível sobre uma situação em que você sentiu que alguém foi xenófobo com você na escola.
Hi11:	Fizeram piada por eu ser mais <u>escuro</u>
Pergunta 7:	Você sente que faz parte do mesmo grupo social que os seus colegas?
Hi11:	Não, porque eu <u>não sei como me comunicar</u>

No fragmento destacado, Hi11 se vê como alguém que não faz parte do mesmo grupo social que seus colegas por acreditar que não possui a fluência necessária para se comunicar. Essa evitação ao ritual de interação é um meio de proteção da própria face, como explica Goffman (1992), sujeitos que passaram por situação de ataques às suas faces anteriormente agora preferem a solitude aos perigos dos encontros sociais. Vale esclarecer, caso tal informação não tenha sido presumida pelos dados aqui já estabelecidos, que os alunos participantes do Grupo 2 são proficientes em língua inglesa. Sendo assim, Hi11 detém o poder lexical e semântico de se comunicar em inglês, mas suprime sua habilidade de comunicação para proteger sua face como consequência dos estereótipos estabelecidos sobre a comunidade da qual faz parte.

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

No grupo 1, no qual os participantes são adultos, o ato perlocutório também aparece no relato de B30:

Pergunta 7:	Essa experiência xenófoba mudou a forma como você se vê em nível profissional e pessoal?
B30:	Sim, eu fico muito <u>preocupada</u> quando eu estou ao telefone com cliente, eu evito <u>o máximo que posso ligar ou atender suas ligações</u> . Eu prefiro lidar com tudo por e-mail, já que assim eu me sinto mais confortável. Eu fico muito <u>ansiosa e nervosa no telefone</u> , mesmo estando trabalhando nos EUA por 7 anos.

A presença do adjetivo “preocupada” é o efeito perlocutório obtido após a experiência xenofóbica vivida por B30 e denota a emoção sentida pela participante ao precisar usar a língua inglesa no contexto profissional. Percebemos também as emoções negativas sentidas pela participante através das escolhas lexicais “ansiosa e nervosa” e sua preferência por permanecer na sua zona de conforto (COLOMBO GOMES, 2006, 2018), quando diz: “eu prefiro lidar com tudo por *e-mail* já que assim eu me sinto mais confortável”. Conseqüentemente, há um evitamento de contato direto com o falante nativo, a fim de preservar a sua face.

A impolidez coercitiva, segundo os estudos de Culpeper e Kaddar (2010), é visível no fragmento retirado da resposta abaixo “O mesmo ficou muito nervoso”. Culpeper (1996, p. 355) explica que “quanto maior a imposição do ato, mais poderoso e distante o outro é, mais danoso à face o ato provavelmente será.”. Dessa forma, a impolidez ocorre com mais frequência em situações em que há um desequilíbrio de poder que se reflete em enunciados discriminatórios:

Pergunta 5:	Conte com o máximo de detalhes possível sobre uma situação em que você sentiu que alguém foi xenófobo com você no trabalho.
B30:	Certa vez, eu atendi o telefonema de um cliente e não conseguia entender o que ele estava dizendo por causa do barulho no fundo, então eu pedi que ele repetisse a pergunta duas vezes. O mesmo ficou muito nervoso e me falou para eu voltar para o meu país [de origem], já que eu não entendia nem falava inglês e desligou o telefone.

O ato de fala xenofobo é revelado no trecho “me falou para eu voltar para o meu país”, assim, utiliza o marcador étnico para ferir a identidade do sujeito imigrante de forma a inferiorizá-lo. Apesar do não trabalho não abordar identidade, percebemos que as noções de sujeito e de identidade caminham juntas quando nos referimos à representação e à ação na linguagem. Contudo, as conseqüências do ataque à sua face vão além das emoções e da evitação de falar ao telefone:

Pergunta 10:	Você sente que faz parte do mesmo grupo social que seus colegas nativos e imigrantes?
B30:	Sim, eu me sinto parte de um grupo que entende as dificuldades de ser um imigrante e para mim é mais fácil ser amigo de imigrantes do que de pessoas americanas.

Segundo Norton (2013), essa facilidade em fazer amizades com imigrantes é caracterizada pelo sentimento de pertencimento à comunidade imaginada da qual o sujeito imigrante faz parte. Mesmo que não conheça todos os integrantes do seu *out-group*, B30 expressa, através da forma verbal “entende”, o sentimento de pertencimento através da necessidade de ter suas dificuldades compreendidas por esses outros membros que, como critério, devem vivenciar a mesma situação.

Podemos observar que todos os depoimentos analisados têm em comum o ato perlocucionário da fala xenófoba. Seja dentro de uma interação simétrica, por meio da impolidez de entretenimento simulada, em que a perlocução se constitui através do estreitamento de relações de membros do *out-group* e solidificação das suas identidades, ou dentro de uma interação onde haja o ataque à face do imigrante.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi investigar instâncias de xenofobia por meio de interações discursivas entre americanos nativos e imigrantes. Além disso, buscamos entender como essas interações, frutos do interdiscurso vigente, carregado de estereótipos que caracterizam e discriminam o latino, moldam suas interações sociais. No decorrer da pesquisa, foi possível identificar os diferentes tipos de impolidez tratados por Culpeper (1996) e Culpeper e Kaddar (2010) como ferramentas linguísticas para o ataque à face do outro. Ao identificar a impolidez nos discursos apresentados nos dados coletados para este trabalho, reconhecemos como a posição social, histórica, econômica e cultural do locutor no momento da fala influencia o seu enunciado que vem carregado das próprias visões de mundo que serão compreendidas através das visões de mundo do ouvinte.

Através das respostas aos questionários, esmiuçamos os elementos linguísticos que se fizeram mais relevantes enquanto instâncias de xenofobia em relação aos indivíduos do *out-group*. As respostas salientaram como os atos perlocutórios da xenofobia vão além de sentimentos e que esses sentimentos se enraízam em concepções e constituições sociais. As consequências dos discursos xenófobos trazidos aqui se mostraram consolidadas em hábitos e relações sociais de interação e/ou isolamento.

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

Este estudo foi fundamentado em três perguntas. A primeira pergunta foi: como e por que os imigrantes participantes percebem que sofreram xenofobia? Essa pergunta foi respondida por meio das respostas das questões 5 e 6 do questionário 1 e questões 3 e 4 do questionário 2 (Conte com o máximo de detalhes possível sobre uma situação em que você sentiu que alguém foi xenófobo com você e por que você acha que aquela experiência foi um ataque à sua nacionalidade/etnia?). De acordo com as respostas, e com os teóricos aqui estudados, os imigrantes percebem a xenofobia quando têm sua face atacada por meio da impolidez. Embora as análises não tenham sido realizadas diretamente na fala xenófoba, mas nas narrativas das experiências, essas narrativas vieram carregadas de marcadores linguísticos que identificaram e denunciaram a falta de cuidado com a face dos imigrantes, consequência da xenofobia oriunda da sociedade estadunidense.

A segunda pergunta, “de que modo as instâncias xenófobas aparecem no discurso dos participantes?”, foi respondida através dos trechos retirados das respostas dos participantes e as manifestações de impolidez nas falas direcionadas a eles. Podemos reconhecer os elementos linguísticos, como xingamentos, adjetivos e verbos no imperativo que exemplificam a xenofobia nas respostas dos participantes e fundamentam a percepção do preconceito experienciado pelos imigrantes latinos.

Apesar do trabalho ter um cunho mais indagativo do que reparador, cuja proposta seja mais de questionar e fomentar o diálogo sobre os assuntos aqui abordados e menos de trazer uma solução, esperamos que este estudo seja relevante para estudantes e professores de inglês como língua estrangeira ou até mesmo falantes nativos de inglês, no sentido de provocar uma reflexão crítica acerca do uso e aprendizagem da língua inglesa como língua franca. Embora não vislumbremos este trabalho como uma solução completa, contamos que ele seja parte, ainda que pequena, de uma contribuição vindoura. Cremos que as discussões levantadas não apenas sejam baseadas em estudos da área da linguística aplicada como também retornam a ela em forma de dados e análises para ampliar e acrescentar elementos às pesquisas sobre xenofobia e impolidez.

Referências

ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1954.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BROWN, P.; LEVINSON, S.C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: CUP, 1987.

COLOMBO GOMES, G. S. A promoção do êxodo da zona de conforto em uma aula de língua inglesa em contextos diferentes. **Solettras**, n. 35, p. 145-166, 2018.

COLOMBO GOMES, G. S. **A promoção do êxodo da zona de conforto em uma sala de aula de língua inglesa: a importância do papel da reflexão e da interação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**, v. 25, p. 349-367, 1996.

CULPEPER, J.; KADAR, D. Z. **Historical (Im)politeness**. LI. 65. Linguistic Insight: studies in Language and Communication. Peter Lang AG 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 4. ed. SAGE Publications, 2011.

FREY, W. H. **The nation is diversifying even faster than predicted, according to new census data**. 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/new-census-data-shows-the-nation-is-diversifying-even-faster-than-predicted/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975 [1959].

GOFFMAN, E. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Pantheon Books, 1982.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GORDON, A. W. **The nature of prejudice**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1954.

LEE, E. **America for Americans: A history of xenophobia in the United States**. New York: Basic Books, 2019.

- | “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos

LEE, E.; YUNG, J. *Angel island: immigrant gateway to America*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MANEN, M. V. **Researching lived experience**: human science for an action sensitive pedagogy. New York: State University of New York Press, 1990.

MELTING POT. *In*: **Merriam-Webster**. Britannica Company, 2022. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/melting%20pot>. Acesso em: 12 maio 2022.

NORTON, B. Language, identity and the ownership of English. **TESOL Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 409-429, 1995.

RICHARDS, K. **Qualitative Inquiry in TESOL**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

VAN DIJK, T. A. **Communicating Racism**. California: Sage Publications, 1987.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2017.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: SILVEIRA, Fernanda Vieira da Rocha; FERREIRA, Gabriella dos Santos. “Ele me chamou de comedor de burrito”: xenofobia, impolidez e ameaça à face de imigrantes latinos nos Estados Unidos. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 240-263, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 21/07/2022 | Aceito em: 30/08/2022.

SOUZA, Luisandro Mendes de. **Como uma língua funciona?:** fundamentos (muito básicos) de linguística. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras / Abralin, 2021. 167 p.

Clóvis Luiz ALONSO JÚNIOR¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3419>

Como uma língua funciona? é indagação que dá título a uma das obras componentes da coleção *O que pode esta língua?*, preocupada em divulgar a Linguística brasileira. Subintitulada “fundamentos (muito básicos) de linguística”, assim com esses parênteses que realçam a modéstia, a obra foi publicada, em 2021, pela Mercado de Letras em parceria com a Abralin (Associação Brasileira de Linguística), que coordena a coleção. Assina o catarinense Luisandro Mendes de Souza, professor da Universidade Federal do Paraná.

Talvez a primeira característica textual que recorre ao espírito do leitor desses “fundamentos (muito básicos) de linguística” seja a coloquialidade que ali perpassa, coerentemente o tempo todo. Decerto isso está em conexão com a proposta de *divulgação* daquilo que se considera “ciência linguística”, numa espécie de sabotagem, marota e simpática, do tom sisudo que é (como diz o autor, p. 7) “parte do estilo de língua” próprio do âmbito universitário-científico: sabotar a sisudez e assumir um tom de conversa (quase íntima) é expediente que afaga o possível leitor temeroso da associação useira e vezeira entre “ciência” e dificuldade, daí “ciência” e linguagem difícil, e assim convida esse leitor a conversar sem medo e quiçá com o prazer da conversa de igual pra igual. É claro que se trata de uma simulação, mas é uma simulação benfazeja, embora inclua algumas tantas escolhas anormativas, que não precisariam compor o tom coloquial.

É bem verdade que o estilo distensionado do autor às vezes parece traí-lo em determinadas imprecisões, mesmo quanto a ideias que serão relativizadas ou negadas. Quando, por exemplo, se reporta certa visão tradicional segundo a qual “o latim e o grego eram as mais belas línguas já faladas e escritas (...) e (...) as línguas europeias delas

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; alonso.junior@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-6358-219X>;

[sic] derivadas (inglês e o alemão também, claro) eram o ápice da beleza” (SOUZA, 2021, p. 22), entende-se, até aí – e já com dúvida –, que as línguas neolatinas teriam sido vistas como ainda mais belas do que o latim, mas depois se afirma que “Toda a [sic] mudança era vista como deterioração. Afinal, as mudanças fizeram com que o latim se tornasse outras línguas” (*idem, ibidem*), e isso nega o entendimento anterior quanto ao que teria sido aquela visão tradicional, importante para a História das ideias.

Estamos – após a INTRODUÇÃO (p. 7-8) – no primeiro capítulo, justamente intitulado UMA RÁPIDA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA (p. 9-22), subdividido em *Os latinos* (p. 14-5), *Os portugueses* (p. 16-7), *Os séculos XVIII e XIX* (p. 18-22). Aquele título é o que consta no corpo da obra, em divergência com o que está no SUMÁRIO, em que se lê “UMA RÁPIDA HISTÓRIA DA GRAMÁTICA”, divergência entre as palavras *Linguística* e *Gramática*. Não digo que haja divergência entre os **vocábulos** *Linguística* e *Gramática* porque não penso que seja uma divergência fortuita. Ao contrário, essas **palavras**, postas assim em relação de alternância, revelam não um equívoco de revisão, mas uma dúvida produtiva: quando se pretende pré-datar a chancela da Linguística como ciência, e para isso se recua a momentos muito anteriores ao século XX como a dizer que a publicação do *Cours* de Saussure não foi o começo do começo, então se vai ao que teria sido o estudo dos γράμματα (“letras”), vai-se ao que se pode entender como o nascedouro da *grammatica*, algo mais restrito do que aquilo que veio a ser o estudo abrangente da *língua* na inclusão de aspectos textuais e discursivos como entendemos hoje, ou seja, vai-se àquilo que compôs o que, com alguma propriedade, bem depois é que veio a ser chamado *Linguística*; vai-se à *Gramática*. Parece, contudo, que nosso autor equacionou a dúvida optando pelo mais amplo, *Linguística* (segundo o que consta no corpo da obra), mas restou ali no SUMÁRIO, como vestígio da *questão*, o que talvez tenha sido a primeira ideia, aquela ideia nuclear, certa ideia de “gramática” que, seja qual for, é o que – a todos nós – de imediato nos vem à mente quando pensamos em linguagem, aquelas *parabolaes* que são as *palavras* e suas relações.

À frente se rende clara homenagem ao século XX. O segundo e o terceiro capítulos são irmãos, intitulados

O SÉCULO XX (PARTE I) (p. 23-32)

e

O SÉCULO XX (PARTE II) (p. 33-47),

com a especificação de cada parte entre parênteses, a indicar que se trata mesmo de século a exigir atenção redobrada. É no século XX que se teria conferido um estatuto *propriamente científico* à Linguística – “O primeiro pesquisador a dar de fato um estatuto

de ciência para o estudo da linguagem foi Ferdinand de Saussure (...)” (*idem*, p. 26) –, e a esse estatuto se associa a formulação de teorias, uma vez que, segundo nosso autor (*idem*, p. 25), “(...) é a *teoria* que nos permite ver os problemas interessantes (...)”, aforismo que revela uma *opinião*, também ela interessante, mas não coibidora de opinião diversa: talvez não seja a teoria o que nos permite ver os problemas interessantes, porque alguém desaparelhado de teoria não está impedido de enxergar o que os outros normalmente não enxergam, então não está impedido de formular *questões*; o que nos permite e instiga o olhar é exatamente o olhar, é a inquietude que nos pode pôr a especular. A função da teoria é uma função *especular* (agora uso como adjetivo): a teoria espelha e reflete com a aparelhagem da sistematização aquilo que já pensamos e indagamos com a liberdade do espírito.

Esses dois capítulos centram-se em seis autores do século XX considerados seminais (embora se tenham anunciado quatro – “Escolhi estes quatro nomes porque acredito que eles são as grandes mentes que mudaram o panorama dos estudos da linguagem no séc. XX. (...)” (*idem*, p. 26)): **Saussure**, o grande formulador das ideias linguísticas na primeira metade do século; **Chomsky**, o grande formulador das ideias na segunda metade; **Bakhtin**, que responde a Saussure; **Labov**, que responde a Chomsky; **Sapir** e **Bloomfield**, que, como dialogadores próximos, dialogam com o antropólogo Franz Boas.

Discriminam-se aí as ditas *dicotomias* de Saussure, “pares de conceitos que, ao mesmo tempo em [*sic*] que se opõem, se complementam” (*idem*, p. 27):

língua (também se diz *sistema*)

e

fala;

diacronia

e

sincronia;

significante ou *imagem sonora* (também se diz *imagem acústica*)

e

significado ou *conceito*.

Para essa última dicotomia se oferece exemplo disciplinado por Perini (2013 [2004]), a quem Souza entretanto não dá os devidos créditos *ad hoc*, embora cite e recomende a obra em lista constante no penúltimo capítulo, denominado PALAVRAS FINAIS (p. 161-2). Trata-se do vocábulo português

dedo,

que, em sua plenitude de *palavra*, *significa* o que entendemos como “dedo”, qualquer “dedo”, “dedo da mão”, “dedo do pé”, ou seja, ao *significante* que se grafa *dedo* atribuímos o *significado* geral “dedo”, porque *nós* entendemos como “dedo” qualquer “dedo”, *nós conceituamos* como “dedos” todos aqueles vinte elementos que o corpo humano normalmente apresenta, assim todos eles compondo o *conceito* “dedo”, e é por isso que nós, em nossa língua, os *designamos* todos *dedos* (veja-se aí, na palavra *de-signar*, a palavra *sign-o*; “signo” é aquilo que Saussure bidimensiona em *significante*, “o que significa”, e *significado*, “o que é significado” – a par da palavra *designar*, a herança latina nos rendeu a palavra *desenhar*, segundo a mesma *parabola* por meio da qual *de*-rivamos *signos*, *desenhando* coisas do mundo por intermédio de formas visuais, *designando* coisas desse mesmo mundo mediante formas verbais). Ocorre que o Inglês, a língua na qual todos nos sentimos no dever de ser proficientes (pra falar com o mundo sobre aquelas coisas do mundo) e da qual a academia parece não escapar, é a língua que serviu aqui de contraponto aos nossos dedos: naquela língua os dedos não são todos “dedos”, assim com a isonomia dos dedos lusófonos; os dedos anglófonos ou são *fingers* ou são *toes*, e é dessa divergência designativa que Souza (2021) tira bom partido, na esteira de Perini (2013 [2004]). Ambos estão falando de atribuição de significado como índice de visão de mundo. Assim se inicia aí a fala de Souza:

(...) as palavras não são meras etiquetas que sobrepomos à realidade, elas são uma forma de compreender e organizar essa realidade. É nesse sentido que diferentes línguas são diferentes formas de falar sobre o mundo, de descrevê-lo. Em português falamos dos *dedos* da mão ou do pé, em inglês tenho que falar de *fingers* ou *toes*. (...) (SOUZA, 2021, p. 29).

Assim é a fala de Perini:

(...) temos em português a palavra *dedo*, que nos parece muito concreta; diríamos que é simplesmente o nome que damos em nossa língua a um objeto que nos é dado pelo mundo real: um dedo é uma coisa, ou seja, uma parte definida do corpo, e o que pode variar é a maneira de designar essa coisa. No entanto, em inglês há duas palavras para “dedo”: *finger* e *toe*, que não são a mesma coisa. Um *finger* é um dedo da mão, e um *toe* é um dedo do pé; para nós, são todos dedos, mas para um inglês são coisas diferentes.

O que temos aqui (...) é um pequeno exemplo de como duas línguas recortam diferentemente a realidade. Agora podemos ver que a palavra portuguesa *dedo* não é simplesmente a designação de uma coisa – porque, **antes de designar**

essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira. Tanto é assim que o inglês fez uma definição diferente, e precisou de duas palavras. (...)

(...)

(...) Falar uma língua é ver o mundo de certa maneira (...) falar três línguas é, até certo ponto, ter a capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes. (...)

(PERINI, 2013 [2004], p. 42-52; o negrito e as sublinhas são meus),

mas Souza conclui assim:

(...) Não é como se os falantes de inglês fossem capazes de perceber uma diferença que nos é indiferente. Apenas acontece de o inglês ter duas palavras para o que nós, falantes de português, categorizamos linguisticamente como *dedo*. (SOUZA, 2021, p. 29-30).

Ora, não se trata mesmo de uma *capacidade de perceber* atribuível a determinado grupo de falantes, mas o fato de “o inglês ter duas palavras para o que nós, falantes de português, categorizamos linguisticamente como *dedo*” indica que o inglês realiza duas categorizações, a categorização específica “dedo da mão” e a categorização específica “dedo do pé”, e por isso, nos dizeres de Perini, “precisou de duas palavras”, por isso criou *para dois significados dois significantes*, justamente porque, ora nos dizeres de Souza, “as palavras não são meras etiquetas que sobrepomos à realidade, elas são uma forma de compreender e organizar essa realidade”. Trata-se de um problema de categorização, a respeito do qual Souza é plenamente consciente, apesar do reducionismo de sua expressão final “Apenas acontece de o inglês ter duas palavras”: o inglês tem duas palavras “porque, antes de designar (...) a coisa, a (...) língua a definiu de certa maneira” (PERINI, *supra*), ou seja, a língua a *categorizou* de certa maneira; é da *categorização* que advém a *designação*, em relação produtiva entre aquilo que entendemos das coisas do mundo e o modo como as *designamos*, o modo como as *significamos*, no limite em relação produtiva entre aquilo que entendemos das coisas do mundo e o modo como as *representamos*; uma vez *concebidas*, uma vez *cap-t-adas* por nós, *re-(a)pre-sent-amos* ao mundo as coisas que fenomenicamente pertencem a ele e cuja *representação* nós imaginamos.

No capítulo quarto, intitulado O QUE É UMA LÍNGUA? (p. 49-66), o autor procura definir seu objeto, pondo-o em contraste com elementos paralinguísticos, mas talvez seja traído pelo título do subitem *Línguas como sistemas cognitivos* (p. 61-6), porque não se encontra aí o viés teórico *cognitivist* que a formulação do título faz esperar. Esse subitem é precedido por outro, *Línguas e dialetos* (p. 54-61), em que se toca na definição, bastante problemática, do que seja um dialeto, a distinguir-se do que seja uma língua.

É, no entanto, com maestria que se tece o capítulo seguinte. Ora estamos no capítulo quinto, de título homônimo relativamente ao título geral da obra, COMO UMA LÍNGUA FUNCIONA? (p. 67-76). Aí, para responder à indagação, parece de fato necessário trazer certas definições, não definições por elas mesmas, mas definições para dar alguma dimensão da natureza dos elementos entendidos como fundamentais na língua, porque capazes de fazê-la ser o que é.

Um desses elementos é a *palavra*, e, como sua definição nos escapa – eu “defino” evocando-lhe a imagem etimológica, *parabola*, procurando iluminar-lhe a natureza representativa, para mim propriamente imagética –, e como aquele escape é uma espécie de consenso, nosso autor não se aventura a definir a não ser assim: “(...) palavras são unidades da língua que podem responder sozinhas a uma pergunta (...)” (SOUZA, 2021, p. 73), a que eu acrescentaria que, se podem responder sozinhas a uma pergunta, então são unidades de sentido em face dos sentidos que o mundo evoca – funcionando-lhe como *parabola* –, mas, em vez disso ou de qualquer arrojado filosófico, é por meio de testes formais que Souza *demonstra* com didatismo de mestre o que uma palavra possa ser.

De fato, nessa maestria não há preocupação com o nível de pormenorização quiçá característico dos manuais fundamentalmente técnicos. Veja-se, por exemplo, a grafiação “*menino > menina*” (*idem*, p. 74), que indica a não consensual *derivação*, em vez de *flexão*, sem que se tematize o problema, mas não se trata de indicação equivocada nem necessariamente descuidosa, porque aí não há consenso, e mesmo os consensos não costumam ser inequívocos, não sendo de fato inequívoca a distinção entre aqueles processos morfológicos. O que há de simplificação no trabalho de Souza é acorde com o propósito da obra e corresponde não a erro, mas a certa agilidade didática.

Outro daqueles elementos tidos como fundamentais, que fazem a língua ser língua, é a *oração*:

(...) [os gregos] estabeleceram duas unidades básicas de análise da linguagem: a palavra e a oração (...) (*idem*, p. 68);

(...) Hoje dizemos que a unidade maior é o *texto*, mas para os gregos era a *oração* (...) unidades do pensamento (...)

A oração pode ser dividida em duas partes. Temos uma parte que descreve uma situação no mundo, uma ação ou um acontecimento, *jogavam futebol na pracinha* [na oração *os meninos felizes jogavam futebol na pracinha*], enquanto outra designa uma entidade (essa entidade é um conjunto, se preferir) envolvida

nessa situação, *os meninos felizes* [na mesma oração *os meninos felizes jogavam futebol na pracinha*]. As gramáticas tentaram definir oração como a união entre essas duas partes, o *sujeito* e o *predicado* (a sua estrutura) e [sic] expressando um pensamento completo (o seu significado). (...) digamos, [sic] que uma oração é uma sequência linguística que expressa um pensamento completo que pode ser associado a um retrato do mundo (...) (*idem*, p. 69-70),

“sequência linguística” organizada em *sintagmas*:

As partes da oração podem ser também subdivididas. Esse é o trabalho que na escola se chama de *análise sintática*. Por muito tempo se acreditou que as orações eram sequências lineares de palavras. Uma das descobertas do século XX é que não são exatamente as palavras que constituem as orações, mas entre a palavra e a oração existe um nível intermediário (...) (*idem*, p. 70) (...) unidades que não podem ser desmembrados [sic] ou separados [sic] para efeitos de substituição pronominal (...) (*idem*, p. 71),

trabalho textual descritivo, bem mais do que filosófico, entretanto suficiente para nosso autor mostrar *como uma língua funciona*.

Entre a definição de *oração* e a de *sintagma*, há escorregadia menção a *frase*:

(...) uma oração é uma sequência linguística que expressa um pensamento completo que pode ser associado a um retrato do mundo. Você não precisa ver os meninos nem a pracinha para saber o que a frase significa, você é capaz de imaginar que tipo de situação no mundo a frase pinta, por assim dizer. (*idem*, p. 69-70),

sem que se tematize nenhuma distinção ora entre *oração* e *frase*, mas sugerindo-se o viés discursivo que se atribui a essa última, segundo o “tipo de situação no mundo” que “a frase pinta”, em associação com “um retrato do mundo”, e logo se retomando o foco *stricto sensu* sintático.

O didatismo do capítulo se encerra com pequeno esquema (*idem*, p. 76), visualmente excelente, em que se *segmenta* a oração analisada, não no nível propriamente oracional, mas nos níveis frequentemente ditos *inferiores*, o nível sintagmático — aí se segmenta o que fora tratado como sintagma verbal, *jogavam futebol*, em sintagma verbal *jogavam* e sintagma nominal *futebol* (veja-se abaixo) —, o nível vocabular, o morfemático e o fonêmico — indexado como nível dos “sons” (veja-se abaixo) —:

- | *Como uma língua funciona? (resenha)*

Oração os meninos felizes jogavam futebol na pracinha

Sintagmas os meninos felizes | jogavam | futebol | na pracinha

Palavras os | meninos | felizes | jogavam | futebol | n | a | pracinha

Morfemas o | s | menin | o | s | feliz | es | jog | a | va | m | futebol | n | a | prac | inha

[sic: inh | a]

Sons o|sm|e|n|i|n|o|s|f|e|l|i|z|e|s|j|o|g|a|v|a|m|f|u|t|e|b|o|l|n|a|p|r|a|c|i|n|h|a,

discriminando-se “(...) as três principais áreas ou disciplinas da Linguística, respectivamente: a Fonética e a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe (...)” (*idem, ibidem*), áreas que aqui serão, também respectivamente, recobertas pelo capítulo sétimo, denominado OS SONS (p. 95-109) e subdividido justamente em *Fonética* (p. 96-106) e *Fonologia* (p. 106-9), pelo capítulo oitavo, chamado AS PALAVRAS (p. 111-26), e então pelo capítulo nono, AS ORAÇÕES E OS SINTAGMAS (p. 127-43).

O capítulo sexto é dedicado a importante ingresso metodológico a respeito do trabalho do linguista. ONDE O LINGUISTA BUSCA DADOS? (p. 77-94) é indagação que intitula o capítulo e a que se responde ora se discriminando vários métodos de realização desse trabalho, tendo-se como guia exatamente a busca dos dados sobre os quais o linguista se debruça para entender *como uma língua funciona*. Aí não se perde a boa oportunidade de mencionar salientes projetos de pesquisa nacionais, como o Projeto NURC, preocupado com a *Norma Urbana Culta* da língua oralmente praticada no Brasil.

A boa oportunidade que se perde nesse capítulo, do ponto de vista de uma apreciação muito particular que reconheço interpor aí, está no momento em que, acerca da validade da formulação

“(1) Menino jogou futebol.” (*idem*, p. 83),

Souza afirma tratar-se de “um fenômeno curioso e bastante discutido nos últimos 20 anos” (*idem*, p. 84), mas não verdadeiramente se detém em nenhuma sorte de interpretação, para além da consideração da intuição do especialista e do falante – a submeter-se a testes – e das verificações descritivas:

(...) Em línguas como o inglês e o francês (sabemos disso porque os falantes nativos dessas línguas nos disseram), eu nunca posso usar um substantivo equivalente a *menino* numa oração como essa, no passado, e como sujeito:

(2a) *Boy played soccer.

(2b) *Garçon a joué au football.

Sem fazer julgamentos de valor, estamos preocupados com o que existe e com o que não existe. (...) Veja que (...) [(1)] não significa o mesmo que (3a) e parece significar algo parecido com (3b), mas não é *exatamente* a mesma coisa.

(3a) O menino jogou futebol.

(3b) Os meninos jogaram futebol.

Além disso, veja que usamos substantivos assim, sem nenhum tipo de modificador no entorno dele [*sic*] na posição de objeto, e isso é comum nas línguas. Em *jogou futebol*, o objeto é simplesmente o substantivo *futebol*. O problema parece ser mesmo a posição de sujeito. E também parece ter algo a ver com o verbo e o tempo, já que ninguém acha estranho *leite faz bem pra saúde*, que está no presente, ou *meninas também gostam de videogame*, em que o substantivo meninas [*sic: meninas*] está no plural. (*idem, ibidem*).

Nosso autor não está equivocado; está alinhado com a maneira como os linguistas costumam pensar e assim trabalhar, afastando-se, na maioria das orientações teóricas, de qualquer especulação que soe metafísica. Não se trata mesmo de “fazer julgamentos de valor” (*supra*), mas o estranhamento da formulação “(1)” e de suas equivalentes “(2a)” e “(2b)” é fato que convida a uma especulação que ultrapasse a intuição e as verificações descritivas. Sem pretender assumir nenhum *método* que os linguistas assumem, proponho o seguinte *caminho*: a restrição apontada por Aristóteles segundo a qual, na predicação – excluída a dêixis –, nenhuma entidade particular possa atuar como predicativo, devendo este ser um universal², faz pensar na conveniência de que o sujeito seja um particular, que, contido num universal, acolhe a predicação; essa conveniência talvez diga mais do que parece dizer, porque diz sobre a possível natureza da categoria que se *sujeita* a ser predicada, um *sujeito* que se entrega mais naturalmente à predicação se estiver mais identificado, por exemplo por um *mod*-ificador, que o *mod*-aliza. Isso se adensa se a expressão do comportamento trazido pela oração o situar no passado, porque o passado é mais localizado relativamente ao presente atemporal de formulações como *leite faz bem pra saúde* e *meninas também gostam de videogame* (*supra*), verdades gerais

² Veja-se *Metafísica*, Livro sétimo, Z, sobretudo 1038b ss. (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]): “(...) é impossível que alguma substância seja constituída por universais (porque o universal indica só de que espécie é uma coisa e não indica algo determinado) (...)” (*idem*, p. 349).

que se coadunam com a inespecificidade do sujeito de cada oração e com a ausência de localização temporal. Não é simplesmente “a posição de sujeito” (*supra*) – dicção comum entre os linguistas; veja-se que, relativamente à formulação “O menino quebrou o vaso com a bola” (*idem*, p. 138), não é “curioso” (*idem*, p. 139) “que esse verbo me permite construir estruturas em que o instrumento aparece na *posição de sujeito*, como em (...) [“A bola quebrou o vaso” (*idem*, p. 138)]” (*idem*, p. 139; o itálico é meu): não é o verbo o que permite o fenômeno linguístico, mas é a própria ontologia do fenômeno mundano, que relaciono com *lugares do mundo*, porque o instrumento é concebido como *lugar por onde* passa o comportamento, e é esse “passar por” o que permite que se conceba o instrumento também como *lugar de origem* desse comportamento, *lugar de onde* o comportamento emana, *lugar do sujeito* –, não é a distribuição posicional o que gera aquele estranhamento, mas é a possível *natureza* da categoria aí implicada, se não se implica em verdades gerais: diferentemente do *objeto* (ora em situação transitiva), que expressa a busca do comportamento que, como busca, se abre para o inesperado e o acolhe, o *sujeito* em alguma medida já está *tematizado*, o que o empenha quanto à própria determinação. Em

menino jogou futebol,

o que há é incongruência entre a ausência de *mod*-alização do sujeito, que seria dada por um *mod*-ificador, e a presença aorística do pretérito, na medida em que a determinação temporal do verbo reclama a modalização determinativa do sujeito; a determinação do verbo, ao localizar temporalmente o comportamento, especifica esse comportamento, que, entretanto, está aplicado a uma entidade inespecífica, gerando-se a sensação de que se pretenda falar de uma inespecificidade que se tenha comportado especificamente. A sensação se desfaz quando se especifica a entidade,

o menino jogou futebol,

ou quando se inespecifica a localização temporal do comportamento,

menino joga futebol,

ou seja, o que desfaz aquele estranhamento é a fixação de congruência entre as partes, uma congruência de ordem rigorosamente discursiva, que não está em rigorosa função com a sintaxe, mas está para as *determinações discursivas*. É discursivo o acionamento modalizador de um determinante, como o *artigo* – se *definido*, é sintomaticamente advindo do pronome *demonstrativo* latino, de acionamento cabalmente discursivo –, e é igualmente discursiva a determinação da localização temporal expressa pelo verbo, também sintomaticamente mais paradigmática do que sintagmática. Em rigor, o que há de

sintático aí não são fatores isolados como “posição de sujeito” e ausência de modificador, ao lado deste ou daquele tempo verbal, mas é a *natureza* dos papéis desempenhados, ao lado das determinações discursivas a eles impressas. Esse modo de reflexão, que proponho aqui, talvez não coubesse, entretanto, nos “fundamentos (muito básicos)” trazidos por Souza, de escopo introdutório, a requerer uma didática instigante que atraia o olhar de quem possa interessar-se pela área.

Também de notável didatismo são os capítulos aqui subsequentes, cuja menção prenciei acima, os capítulos sétimo, oitavo e nono.

Ao início do oitavo, todavia, se verificam algumas impropriedades técnicas, como tomar *vocabulário* por “lêxico” (*idem*, p. 111) ou dizer que um nome substantivo *esteja em* determinado gênero (*idem*, p. 113), e se afirma certa meia verdade da historiografia filosófica, segundo a qual,

(...) No diálogo *Crátilo*, Sócrates defende uma posição que [*sic*] a maioria dos linguistas assina embaixo até hoje: as palavras são convenções e não existe uma ligação direta entre o que uma palavra designa no mundo e a sua forma (ou o seu som). (*idem*, p. 111),

ao arpejo da posição ambígua assumida pelo Sócrates desenhado por Platão naquele diálogo aporético.

O capítulo nono traz bom epítome das lições fundamentais de Chomsky com seus *Princípios e Parâmetros* (*idem*, p. 129-30), relativamente a cuja crítica saliento a consideração, talvez consensual, de que “a língua permite sujeito vazio” (*idem*, p. 131), donde falamos mesmo de “*orações sem sujeito*” (*idem*, p. 136): “(...) O *it* em (...) [“It is raining.” (*idem*, p. 130)] é chamado de *expletivo*: é só material sonoro para preencher um espaço na estrutura, pois a língua não permite deixá-lo vazio (...)” (*idem*, p. 130). De fato, com muita graça às vezes classificamos o sujeito da oração

chove

como sujeito inexistente, um sujeito que inexistente mas pode ser classificado, embora a formulação inglesa e a francesa exijam expressão de pronomes, preenchendo-se o “espaço” do sujeito. Ora, “a língua não permite deixá-lo vazio” não por capricho da língua, mas porque **não** é “só material sonoro para preencher um espaço na estrutura”; veja-se que, para formulações como *chove*, há uma entidade que realiza o comportamento natural que lhe compete e somente a ela compete, excetuadas formulações propriamente metafóricas, como

- | *Como uma língua funciona? (resenha)*

choveram elogios sobre a menina,

formulação segundo a qual a entidade não humana que se comporta são os elogios – que, sim, representam uma *entidade*, uma vez *entificados* (costumo dizer *ontologizados*) por nós –, motivo pelo qual fazemos que *com sua expressão* concorde a *expressão do verbo* naquele plural, assim como a expressão

choveu

concorda justamente com a singularidade da entidade natural que se comporta *in absentia* de expressão: é essa ausência relativa ao nível da expressão o que nos constrange a sentir pudor em dizer que “a chuva chove” e que “a neve neva”; não aprendemos a formular assim, exatamente porque aprendemos que não há outra entidade que denotativamente possa chover e que não há outra entidade que denotativamente possa nevar, ao passo que esquecemos, por exemplo, que a expressão do comportamento de “subir” já contém a ideia do comportamento de “ir para cima” e esquecemos que a expressão do comportamento de “descer” já contém a ideia do comportamento de “ir para baixo”, então expressamos

vou subir pra cima

e

vou descer pra baixo

e aí somos “corrigidos”, ainda que muitas vezes tenhamos sido motivados pela intenção de ênfase,

vou subir LÁ em cima

e

vou descer LÁ embaixo,

assim como dizemos

choveu uma chuva torrencial

e

nevaram lindos flocos de neve,

e ninguém nos corrige, pois não há nada a corrigir. Se *uma chuva torrencial* e *lindos flocos de neve* desempenhassem a função de objeto, a tradição gramatical latina falaria de “objeto interno”, e isso traria legitimidade ao fenômeno da “redundância”, que reputo como explicitação de coerência.

Não é qualquer “material sonoro” o que preenche aquele espaço estrutural, porque o “espaço na estrutura” a preencher é um espaço *semântico*; sintomaticamente, o “material sonoro” efetivo para as línguas inglesa e francesa, e potencial para a nossa, corresponde ao *pronome anafórico*, que aí funciona como uma espécie de *dêitico* a apontar para o mundo externo e natural,

isso, aquilo, essa “chuva”, aquela “neve”, this “rain”, celle “neige”,

formalmente, *pronomes pessoais* naquelas línguas,

it, il,

it: the “rain”,

il, “cette chose-là”: la “neige”,

também sintomaticamente, *pronomes pessoais do caso reto* (como se diz em comunidade lusófona), ou seja, **pronomes pessoais do caso do sujeito, caso da entidade que se comporta**, e afirmo que *se comporte sempre*, na chamada *voz ativa* realizando comportamento ativo – *apanhar* pode ser a expressão do *comportamento ativo* de *receber* o comportamento ativo realizado por outrem –, e na chamada *voz passiva* realizando comportamento passivo.

É o mesmo poder anafórico o que afirmo invalidar a hipótese de que “(...) a referência de pronomes como o *ele* (...) deve ser regulada por algum mecanismo codificado em nossos genes (...)” (*idem*, p. 134), tese chomskyana que pretende embasar o fato de que, por exemplo, em nossa formulação vernácula

“Ele disse que o Paulo vai viajar.” (*idem, ibidem*),

“*ele* e *Paulo* não podem se referir à mesma pessoa” (*idem, ibidem*). Ora, nossos genes não sabem a que se refere um pronome como *ele*; o nosso aprendizado de *como uma língua funciona* é o que nos diz que inserir a expressão *o Paulo* depois de já se ter expressado *ele* como referência ao mesmo “Paulo”, um *ele* que aí já exerceu seu poder anafórico retomando a entidade “Paulo” pretendida (ou já exerceu seu poder dêitico apontando para ela), ou seja, inserir toda a expressão designativa *o Paulo* depois de já se ter acionado a sintética expressão pronominal *ele*, então depois de já ter feito atuar o *pro*-nome como tal, seria uma falta de economia que se justificaria somente em sentido jocoso, como fazemos quando nos automeamos simulando referência a nós mesmos, aí reproduzida por outrem.

O capítulo décimo, SIGNIFICADOS: A LÓGICA DA LINGUAGEM (p. 145-60), está, devidamente, subdividido em *Semântica* (p. 146-52) e *Pragmática* (p. 152-60), áreas cuja origem está ali, também devidamente, situada na Lógica e na Filosofia da Linguagem.

O eixo de minha crítica sobre o trabalho de Souza não está nas simplificações nem nas imprecisões que nele possa haver. A inconveniência das imprecisões perde lugar para a conveniência do didatismo e nem sempre tange a questões propriamente linguísticas. Por exemplo, na esteira de indagar “onde está a ‘linguagem humana’, como ela se manifesta?” (*idem*, p. 77), nosso autor atribui à língua a ambiguidade que deve ser atribuída a ela, situando-a nos dois lugares em que ela de fato parece estar, o lugar da cultura e o lugar da natureza: “(...) a língua que falamos **também** é um dado da natureza (...)” (*idem*, p. 24; o negrito é meu); o que lhe esquece, entretanto, é que também nós fazemos parte disto que chamamos “natureza”:

Como a língua é algo que faz parte de nós intrinsecamente, pode ser uma tarefa complicada perceber que, além de ser uma construção cultural, ela é também um artefato da natureza. Afinal, não existe sociedade humana que não fale. (...) (*idem*, p. 77).

Ora, o fato de a língua ser “algo que faz parte de nós intrinsecamente” é bem o que nos ajuda a “perceber que, além de ser uma construção cultural, ela é também um artefato da natureza”, porque também nós somos aí “um artefato”. Por sua vez, é como dado de natureza e igualmente como dado de cultura que se manifesta o fenômeno segundo o qual “não existe sociedade humana que não fale”; não existe agregação *sociocultural* promovida pela *natureza* humana que seja uma agregação desprovida de linguagem e de língua, porque nós somos providos de uma *natureza* que nos faz produzir *cultura*.

As simplificações não resistem a uma apreciação acurada, mas não parecem mesmo pensadas para resistir, dada sua vocação de síntese. Quando, por exemplo, simplesmente se afirma que “(...) para os linguistas o que importa é a fala (...)” (*idem*, p. 50), a intenção é, também simplesmente, contrapor “os linguistas” a “os gramáticos”, que “consideram a escrita literária” (*idem, ibidem*). É nessas aproximações simples, emagrecidas em sua intenção, que se realiza na obra sua vocação maior, que é divulgar a Linguística, tal qual praticada entre nós, exemplificada centralmente em nossa língua e já há muito focalizada no Português brasileiro, assinada por nossos autores, muito embora amplissimamente caudatária do que historicamente se fez e faz nos centros de irradiação cultural europeus e norte-americanos, que produzem teorias sobre a linguagem e sobre as línguas.

Esse é o eixo da crítica que aqui esboço, não verdadeiramente voltada a este trabalho de Souza, que muito bem cumpre sua destinação, mas de fato voltada a todos nós. O presente trabalho de Souza reflete, com propriedade, o que naqueles centros se fez e faz e o que aqui refazemos.

Quanto a nós, não precisamos limitar-nos a re-produzir aquelas mesmas teorias e a re-aplicá-las a nosso vernáculo, por mais que elas nos cheguem já chanceladas com o selo do outrora chamado Primeiro Mundo e por mais que nós as estendamos ao gentílico *brasileiro* adjuntado ao gentílico *português*. Podemos mudar esse jogo sem precisar invertê-lo. Também nós podemos formular teoria, porque podemos pensar metafisicamente sobre Língua. Afinal, não é o *Primeiro Mundo* o primeiro a dizer que *todo o mundo* está mudando?

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Ed. bilíngue. Introdução, tradução do Grego para o Italiano e comentários: Giovanni Reale. Tradução do Italiano para o Português: Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2001 [século IV a.C.].

PERINI, M. A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Parábola, 2013 [2004].

SOUZA, L. M. de. **Como uma língua funciona?: fundamentos (muito básicos) de linguística**. Campinas: Mercado de Letras / ABRALIN, 2021.

COMO CITAR ESTA RESENHA: ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. E, por falar em ciência: resenha crítica de *Como uma língua funciona?*, de Luisandro Mendes de Souza. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 264-278, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 30/05/2022 | Aceito em: 21/06/2022.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Alinhamento sintático	9
Análise Acústica	57
Aquisição da Linguagem	218
Correção textual	196
Crioulização	75
Criança	218
Desenvolvimento infantil	113
Ecologia Linguística	75
Entoação	57
Escrita	218
Escrita acadêmica	196
Esquizofrenia	57
Etimologia	139
Face	240
Famíliares de vítimas da COVID-19	32
Fonologia	113
Imigrantes latinos	240
Impolidez linguística	240
Latim	156
Leitura	218
Lexicologia diacrônica	139
Língua Geral Amazônica	75

Língua Mehináku	9
Linguagem infantil	113
Memória discursiva	32
Modalização no discurso	32
Movimentos de direitos humanos	32
Nheengatu	75
Oração infinitiva	156
Outro	218
Papel-temático	9
Português	156
Português do Brasil	57
Prosódia	57
(Re)escrita orientada	196
Salikoko Mufwene	75
Sintaxe histórica	156
Terminologia da Geologia	139
Verbos estativos	9
Xenofobia	240

SUBJECT INDEX

Academic writing	196
Acoustic Analysis	57
Brazilian Portuguese	57
Child	218
Child Development	113
Child Language	113
Creolization	75
Diachronic lexicology	143
Discourse modalization	32
Discursive memory	32
Etymology	143
Face	240
Family members of COVID-19 victims	32
Geology terminology	143
Historical syntax	160
Human rights movements	32
Infinitive phrase	160
Intonation	57
Language Acquisition	218
Language Ecology	75
Latin	160
Latin immigrants	240
Linguistic impoliteness	240

Mehináku language	9
Other	218
Phonology	113
Portuguese	160
Prosody	57
(Re)writing oriented	196
Reading	218
Schizophrenia	57
Stative verbs	9
Syntactic alignment	9
Textual correction	196
Theta-role	9
Writing	218
Xenophobia	240

ÍNDICE DE AUTORES

Adrián Pablo FANJUL	32
Amanda JORGE	113
Ana APARECIDA JORGE	57
Bruno MARONEZE	139
Clóvis Luiz ALONSO JÚNIOR	264
Daniel ATENCIO	139
Fernanda Vieira da Rocha SILVEIRA	240
Gabriella dos Santos FERREIRA	240
Juan Costa CARREIRO	57
Magda Wacemberg Pereira Lima CARVALHO	218
Marcelo MÓDOLO	139
Marcos MARTINHO	156
Marcus Vinicius Moreira MARTINS	57
Mariana Nitzschke PADILHA	57
Mário Eduardo VIARO	139
Paulo Henrique DE FELIPE	9
Sibely Oliveira SILVA	196
Thomas FINBOW	75
Vanessa GIACCHINI	113
Waldemar FERREIRA NETTO	57